

Orientação

Para o Texto Final

Maria Antónia Pereira Bacelar Antunes
Aluna nº 3160570

O Quartel de Santo Ovídio no séc. XIX
Tempo - Espaço - Uso

Dissertação

Orientador
Sérgio Veludo Coelho, Professor Doutor
Mestrado em *Património, Artes e Turismo Cultural*

*O melhor é conhecer,
Saber,
Como quem vê uma paisagem inteira
E entende folha a folha
O antes e o depois.
A intenção e a aventura.*

Fernando Lanhas¹

Dedicatória

À Isabelinha, ao Vasquinho, ao Manel, ao Gonçalo, ao Bruno e ao Francisco, meus sobrinhos.

¹ *Poema 2*, in Documentário de José Campos. *Lanhas, o mais desirmanado*. 2001
<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lanhas-o-mais-desirmanado/>

AGRADECIMENTOS

Esquecer é um modo de selecionar e por isso uma forma de recordar.

Fernando Távora, arq.

É com imensa Alegria e Entusiasmo que dou por finalizado mais um pequeno tramo do meu caminho, nem sempre linear e pacífico, mas que insisto em acreditar. Um caminho onde foram definidos pontos de partida de percurso, de focalização e que se sabe construídos nos constantes avanços e recuos que uma investigação implica.

O caminho do “fazer” e do “saber”, sobrepondo-se ao apaziguamento natural instalado e que logo nos fez sair ... ir ... estar ... participar e pensar... e pensar...

... e acreditar novamente na construção do conhecimento, formação e informação.

... e CONTINUAR!

Em forma de agradecimento, lembramos alguns momentos...

Ao orientador da Dissertação Prof. Doutor Sérgio Veludo Coelho pela forma constante, focada e incisiva como conduziu este trabalho que em tudo se diferenciava. A maleabilidade, compreensão e adaptabilidade necessárias nos vários momentos e circunstâncias, muitas vezes não muito óbvios. A confiança, a estima e principalmente o grande orgulho que tenho na sua Amizade.

Ao Sr. Coronel Engenheiro José Paulo Berger... a atenção, o cuidado, a preocupação, os conselhos, discernindo o óbvio e o fundamental. A imediata perceção da pertinência do tema e da interpretação da estrutura do meu trabalho, logo percebi a sua objetividade, rigor e conhecimento. Se eu levava ainda alguma reserva, fez-me acreditar que era esse o caminho a seguir, sem qualquer hesitação. Foi sem dúvida determinante para aceitar a oportunidade única de poder realizar a investigação a partir do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM), em Lisboa. Com a devida ponderação, aceitei o voto de confiança que me era dado. Refletiu-se diretamente na condução da investigação, pondo-me em contacto com os seus colaboradores, dos quais destaco a Antropóloga Carla Silva e o Artista Plástico Silva Rodrigues, aos quais muito agradeço a disponibilidade e o apoio. Sentir crescer a amizade mútua em cada deslocação a Lisboa foi maravilhoso. O Sr. Tenente Coronel de Artilharia Oliveira, o Sargento Chefe Paulo Almeida, o Capitão Engenheiro Paulo Varanda ... a Investigadora Arquitecta Lorena Leite.

Ao Capitão-Tenente Vítor Mendonça, investigador dos quartéis de Lisboa no GEAM junto do Sr. Coronel J. P. Berger. Foi fundamental para a compreensão de toda a estrutura e história militar relacionada com os quartéis do Exército. Entre cafés, almoços... visitas em torno de tudo o que poderia ser de interesse para o nosso trabalho e que à passagem ou no percurso, sempre surgia um desvio para entrar no Panteão Nacional, no Museu Militar de Lisboa, na Casa dos Gessos com a cabeça do cavalo de D. José a tocar a nossa, acompanhando em lançamentos de livros, onde era referida como estando a estudar o Quartel de Santo Ovídio e muitas vezes ouvia à despedida - *Bom trabalho! Espero que consiga...!*

Resultado: uma sincera Amizade sedimentada na partilha, companheirismo, dedicação e cuidados, minimizando o desconforto da distância e construindo a crescente alegria de voltar. *Obrigada Comandante...!*

O vaivém, daqui e d'além de informações e de documentação, e o entendimento dos vários desvios de percurso a que a investigação obrigou, e onde a visão esclarecida do Sr. Coronel J. P. Berger teve relevante importância.

Aos Militares do Quartel de Santo Ovídio... do passado... e do presente.

Aos Senhores Professores do *Mestrado em Património, Artes e Turismo Cultural*, em nome da Professora Fátima Lambert, coordenadora. Simplicidade e proximidade entre uns e *outros*, fomenta o interesse, o entusiasmo e a responsabilização. Sem isso não chegaria aqui.

À Professora Prudência Coimbra, a minha primeira aproximação a estas matérias, Presidente do Conselho Diretivo da Escola Superior de Educação do Politécnico do Porto, que na sua função de docente, muitas vezes me apaziguou a alma.

As grandes cumplicidades com os colegas, os convívios, as conversas, as partilhas, os risos fáceis que desconstruíam as matérias e nos alegravam para a aula seguinte.

Ao Sr. Pinto, sempre conversador e amigo, sempre atento, que nos orientava em questões logísticas e que nos "safava" na falta de alguma coisa.

A Maria Taveira... A Mariana Oliveira! O Paulo Pereira... um agradecimento especial pelo apoio e constante preocupação. Sempre presentes... tenho dificuldades em expressar. Entre outros que, não dizem respeito diretamente à elaboração deste trabalho, constituem a minha almofada de confiança em todos os momentos importantes.

E... o mais difícil... os que me tornam a vida mais simples, mais bonita e me reestruturam dia após dia, incondicionalmente.

Aos meus irmãos e cunhados, de um em todos... juntos... sempre!

Beeelinha... Zéeeeeee... Giiiiiiiiii...

Os meus tios.... Padrinhos... A minha Tia Luísa...

A minha Tia Lisa... sempre comigo no seu pensamento.

Obrigada **Mamã** e **Papá**... que me deram a primazia nas suas prioridades.

Bem-haja!

RESUMO

Esta Dissertação em Património, Artes e Turismo Cultural, visa analisar o Quartel de Santo Ovídio no século XIX, inserido num conjunto de edifícios de defesa militar da cidade do Porto.

Aborda as diferentes dimensões do Tempo, do Espaço e do Uso, relacionando as questões temporais de cronologia, desde as razões para a sua construção em 1790, até à Implantação da República Portuguesa em 1910.

Aporta as questões relacionadas com a conceção do *Espaço*, seu dimensionamento, articulação e ocupação, com as questões de *Uso* e funcionalidade, interior e exterior, relacionando-o com as Unidades Militares aquarteladas e suas movimentações.

Por último, refere-se à Imagem com que o Quartel de Santo Ovídio é visto pela cidade e a Imagem com que a população nele se projeta, numa continuada troca e partilha de Uso no Tempo e no Espaço.

É, por isso, um edifício militar vivo em constante mutação e articulação com a cidade do Porto e a sua população.

Constrói também hoje Memória e Cultura.

Palavras-Chave:

História Militar, Engenharia Militar, Arquitetura, Aquartelamento, Cidade.

ABSTRACT

This Dissertation in Heritage, Arts and Cultural Tourism, analyse's Santo Ovídio Barracks in the 19th century, inserted in a set of military defense buildings in OPorto.

It's important to mention the different dimensions of Time, Space and Usage, relating the temporal issues of chronology, from the reasons for its construction in 1790, to the Implantation of the Portuguese Republic in 1910.

It contributes to the issues related to the design of the Space, presente on dimension articulation and occupation, with the issues of *Use* and functionality, interior and exterior, related to the Military Units and their movements.

Finally, it refers to the Image with which the Santo Ovídio Barracks is seen by the city and the Image which the population has of itself, in a continuous exchange and sharing of Use in Time and Space.

Therefore, a military building in a constant mutation and articulation of OPorto and its population.

It's also builds Memory and Culture today.

Keywords:

Military History, Military Engineering, Architecture, Quarantine, City.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| Agradecimentos | 3 |
| RESUMO | 6 |
| ABSTRACT | 7 |
| Índice | 8 |
| Índice de Figuras | 10 |
| Índice de Tabelas | 15 |
| Introdução | 16 |
| Capítulo 1. Nas dimensões do Tempo | 25 |
| 1.1 Um Tempo presente | 25 |
| Quartel de Santo Ovídio e a sua caracterização arquitetónica atual..... | 25 |
| 1.2 Um Tempo passado | 32 |
| 1.2.1 O Quartel para o 2º Regimento no Planeamento da <i>Cidade Nova</i> | 32 |
| 1.2.2 Razões da Construção | 39 |
| 1.2.3 A atribuição do projeto a Reinaldo Oudinot | 42 |
| 1.2.4 A construção do Quartel de Santo Ovídio..... | 54 |
| 1.2.5 A finalização da obra | 72 |
| 1.2.6 Descrição arquitetónica e artística..... | 72 |
| Capítulo 2. As dimensões do Espaço | 79 |
| 2.1 Na idealização do Quartel | 79 |
| 2.1.1 Questões do projeto arquitetónico..... | 79 |
| 2.2 Distribuição funcional dos espaços | 90 |
| 2.2.1 A funcionalidade e a ocupação espacial..... | 90 |
| 2.2.2 A compartimentação do Quartel construído | 91 |
| 2.2.3 As condições do quartel em 1815 após a Guerra Peninsular..... | 99 |
| 2.2.4 Intervenções na volumetria do edifício..... | 105 |
| Capítulo 3. Nas dimensões do Uso | 119 |
| 3.1 As áreas de Parada Militar dentro e fora do Quartel | 119 |
| 3.1.1 Da instrução para a formatura e exercícios das tropas em parada | 122 |
| 3.2 O Quartel como projeção de forças na defesa da cidade | 125 |
| 3.3 O Aro Defensivo da Cidade do Porto | 127 |
| Capítulo 4. A imagem do Quartel na Cidade | 131 |
| A Imagem do Quartel na Cidade | 131 |

| | |
|---|------------|
| Conclusão..... | 137 |
| Glossário | 142 |
| B i b l i o g r a f i a Específica | 152 |
| Bibliografia Geral..... | 154 |
| Webgrafia Específica..... | 159 |
| Webgrafia Geral | 160 |
| Apêndices | 162 |
| Anexos | 220 |

ÍNDICE DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - A aproximação ao edifício do Quartel de Santo Ovídio – Porto. Registo de Maria Antónia Bacelar. | 25 |
| Figura 2 - Planta de identificação dos arruamentos envolventes e vista aérea da Praça da República e do Quartel de Santo Ovídio e Praça da República. A autoria de Maria Antónia Bacelar. | 26 |
| Figura 3 - Imagens de pormenor do Quartel de Santo Ovídio. | 27 |
| Figura 4 - Jardim Teófilo Braga – Praça da República. Vista da varanda/tribuna do quartel. | 29 |
| Figura 5 - Plantas com delimitação do imóvel e respetiva zona geral de proteção, bem como Extrato da Carta dos Imóveis Classificados e em Vias de Classificação (Ver www.patrimoniocultural.gov.pt/). | 30 |
| Figura 6 - Enfiamento da janela superior com o brasão de armas e coroa real, destacando-se a cornija em granito que remata a cobertura. Registo de Maria Antónia Bacelar. | 31 |
| Figura 7 - Esquema dos novos eixos de expansão da cidade. A autoria de Maria Antónia Bacelar. | 36 |
| Figura 8 - Localização esquemática dos equipamentos construídos à época do Quartel de Santo Ovídio. A autoria de Maria Antónia Bacelar. | 38 |
| Figura 9 - Tela que se encontra numa das paredes do salão nobre do quartel, representando o retrato de D. Maria I segurando o Aviso Régio que determina a construção do Quartel de Santo Ovídio. Registo de Maria Antónia Bacelar. | 40 |
| Figura 10 - Tenente-Coronel, Engenheiro do Reino, Reinaldo Oudinot (1747-1807). (In https://funchalnoticias.net/2016/09/10/planeamento-do-funchal-a-maneira-do-brigadeiro-oudinot-evocado-por-rui-carita-em-lisboa/). | 42 |
| Figura 11 - Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas (1790), Rua Augusto Rosa, Porto, projetado por Reinaldo Oudinot. (In http://portojoefotos.blogspot.com/2010/03/2-edificios-com-hist.html) | 44 |
| Figura 12 - Aqueduto de Coelho, Póvoa de Varzim (In http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5130) | 47 |
| Figura 13 - Edifício da Camara Municipal da Póvoa de Varzim. (In http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5129) | 48 |
| Figura 14 - Planificação e construção da atual Praça do Almada (1793), Póvoa de Varzim. Gravura da Praça do Almada. (In http://anossapovoa.blogspot.com/2010/11/o-edificio-da-camara-municipal-da-povoa.html) | 48 |
| Figura 15 - Projeto do porto de abrigo da Póvoa de Varzim (1791). Gravura - A Ribeira, parte da enseada junto ao Castelo da Póvoa (Forte), onde se desenvolveram as atividades de construção naval e piscatória. (In https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_P%C3%B3voa_de_Varzim) | 48 |
| Figura 16 - Mappa da Fóz do Rio Douro e das obras projectadas para a abertura da Barra e sua defesa por ordem de S. M. F. pelo Tenente Coronel Raynaldo Oudinot. PT-GEAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE). | 51 |
| Figura 17 - Planta da Bateria do Anjo : [Castelo de São João da Foz, Porto]. PT-GEAEM-3678/B-3-35-48 (DIE). | 52 |
| Figura 18 - Castello de S. João da Foz do Douro, com as obras novamente acrescentadas e as projectadas. Assinado – Reinaldo Oudinot, Coronel no Real Corpo dos Engenheiros. PT-GEAEM-3678/A/h-3-35-48 (DIE)..... | 53 |

| | |
|--|----|
| Figura 19 - Planta da nova entrada do Castello de S. João da Foz do Douro e das cazas matas para a defesa da mesma e dos dous lados adjacentes : [Porto]. Reynaldo Oudinot, Coronel do Real Corpo dos Engenheiros. 1798. PT-GEAEM-3678/C-3-35-48 (DIE)..... | 53 |
| Figura 20 - Representação gráfica e esquemática da planimetria e altimetria do projeto de Reinaldo Oudinot. Autoria de Maria Antónia Bacelar. | 56 |
| Figura 21 – Planta do Piso Térreo do Quartel de Santo Ovídio, assinado pelo então Tenente-coronel Reinaldo Oudinot, 1791. | 57 |
| Figura 22 - Planta do Piso Térreo. Planta alta dos quartéis para o alojamento dos officiaes: quartel do 2º Regimt.º do Porto. PT-GEAEM-3733/IV-3-35-48 (DIE). | 57 |
| Figura 23 - Planta Piso superior. Planta alta dos quartéis para o alojamento dos officiaes : quartel do 2º Regimt.º do Porto. PT-GEAEM-3733/VIII-3-35-48 (DIE). | 57 |
| Figura 24 - Alçado sul e Alçado nascente do Quartel de Santo Ovídio, assinados pelo então Tenente-coronel Reinaldo Oudinot, 1791. Elevação da parte da praça de S. Ovidio : [Porto]. PT-GEAEM-3733/IX-3-35-48 (DIE). | 58 |
| Figura 25 - Esquematização sobre documento PT-GEAEM-3733/IX-3-35-48 (DIE). | 58 |
| Figura 26 - Identificação das funcionalidades propostas por Reinaldo Oudinot no seu projeto. Esquematização sobre documento PT-GEAEM-3733/IX-3-35-48 (DIE). | 59 |
| Figura 27 - Esboço da 1ª proposta de Theodoro de Souza Maldonado, s/data. [Projecto de um quartel para o 2º Regimento do Porto]. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE)..... | 61 |
| Figura 28 - Organização da Caserna para Praça sem acomodação de Officiais Inferiores. Esquematização sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE). | 62 |
| Figura 29 - Diferentes posições das tarimbas nas casernas. Esquematização sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE). | 62 |
| Figura 30 - Corpos isolados em forma retangular, sendo uma cozinha e o outro um armazém geral. Esquematização sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE). | 62 |
| Figura 31 - Dupla escadaria de acesso ao 1º piso. Esquematização sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE)..... | 63 |
| Figura 32 - Projeto de um quartel para o 2º Regimento do Porto, s/data. [Projecto de um quartel para o 2º Regimento do Porto]. PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE). | 63 |
| Figura 33 - Pormenor da Planta que representa as companhias responsáveis do prolongamento dos corpos isolados. Esquematização sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE). | 64 |
| Figura 34 - Pormenor da Planta que representa as tarimbas colocadas perpendicularmente à entrada. Esquematização sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE). | 64 |
| Figura 35 - Pormenor da Planta que representa a ampliação substancial dos corpos isolados. Esquematização sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE)..... | 64 |
| Figura 36 - Pormenor da Planta que representa a ampliação substancial dos corpos isolados. Esquematização sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE)..... | 64 |
| Figura 37 - Alçado Proposto por Theodoro de Souza Maldonado para o Quartel de Santo Ovídio da cidade do Porto: fachada e lado para a parte nascente. PT-GEAEM-3696/I-1A-11A-46 (DIE). | 65 |
| Figura 38 - Esquema do desenvolvimento dos pisos do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 67 |
| Figura 39 - Teatro S. Carlos Lisboa (inaugurado em 30 de junho de 1793) – Arquitetura Civil, de uso publico. In https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Teatro_Nacional_de_S%C3%A3o_Carlos_002.jpg | 68 |
| Figura 40 - Casa de Tavearez, Ponte da Barca (sec. XVIII). Arquitetura Civil, de uso privado. Registo de Maria Antónia Bacelar..... | 68 |

| | |
|---|----|
| Figura 41 - Representação das Fachadas do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 69 |
| Figura 42 - Esquema das secções transversais e longitudinais do Desenho das vistas do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar. | 71 |
| Figura 43 - Planta do estaleiro elaborada por Theodoro de Souza Maldonado para o Quartel de Santo Ovídio do 2º Regimento no Porto, no princípio da sua construção. 1793. PT-GEAEM-3733/II-3-35-48 (DIE)..... | 72 |
| Figura 44 - Esquema do alçado sul..... | 73 |
| Figura 45 - Esquema do alçado nascente..... | 73 |
| Figura 46 - Imagens atuais da Parada de Manobras. Registo de Maria Antónia Bacelar. | 75 |
| Figura 47 - Átrio de distribuição e a seu arcaria estrutural, as escadarias. Imagens anteriores a 1958..... | 76 |
| Figura 48 - Registo de vários ângulos e enfiamentos de percursos. Pormenores dos flancos e dos vãos das antigas Latrinas. Registo de Maria Antónia Bacelar. | 78 |
| Figura 49 - Perspetivas axonométricas do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 79 |
| Figura 50 – I. As proporções da figura humana de Leonardo da Vinci; II. Construção geométrica do Retângulo; Construção de sucessivos retângulos segundo as relações de proporcionalidade da regra de ouro. Infografia de Ouro ABCD. | 86 |
| Figura 51 - Estudo analítico da determinar a base geométrica da implantação do Quartel. Esboço de Maria Antónia Bacelar para a determinação gráfica das relações geométricas. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 88 |
| Figura 52 - Esquematização do Pórtico da Igreja de San Lorenzo em Damaso, Roma- Traduzido em oitavas, quintas e terceiras. (Zevi, 1992). | 89 |
| Figura 53 - Esquematização do último piso do Palácio Giraud, Roma – traduzido em 4/4. (Zevi, 1992). | 89 |
| Figura 54 - Esquematização da cornija alta da Farnesina – traduzida em 3/4. (Zevi, 1992). | 90 |
| Figura 55 - Imagem da fachada sul do Quartel de Santo Ovídio – fachada que permite a leitura para uma interpretação musical. [Projecto de um quartel para o 2º Regimento do Porto] PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE). | 90 |
| Figura 56 - Esquema da ocupação funcional do Piso Térreo. | 91 |
| Figura 57 - Esquema da ocupação funcional do 1º Piso. | 91 |
| Figura 58 - Esquema da ocupação funcional do corpo central e das águas-furtadas. | 92 |
| Figura 59 - Esquema da ocupação funcional das águas-furtadas do piso superior do corpo central. | 92 |
| Figura 60 - Estruturação da composição de forças defensivas e suas movimentações e caso de invasão inimiga ao Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar. | 93 |
| Figura 61 - Desenho da fachada sul do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 94 |
| Figura 62 - Desenho da fachada nascente do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 94 |
| Figura 63 - Desenho da Planta do Piso Térreo. Autoria de Maria Antónia Bacelar. | 95 |
| Figura 64 - Desenho da Planta do 1º Piso. | 95 |
| Figura 65 - Desenho da Planta do 2º Piso do corpo central e das águas-furtadas. Autoria de Maria Antónia Bacelar. | 96 |
| Figura 66 - Desenho da Planta das águas-furtadas..... | 96 |
| Figura 67 - Desenho da secção 2..... | 96 |
| Figura 68 - Desenho da secção 3. Autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 96 |

| | |
|--|-----|
| Figura 69 - Desenho da secção 1. A autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 96 |
| Figura 70 - Desenho da secção 4. A autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 97 |
| Figura 71 - Identificação esquemática das áreas espaciais ocupadas pelo regimento RI 18 e RA 4 A autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 100 |
| Figura 72 - Proposta de alteração da volumetria, com a construção de um piso sobre os corpos das casernas. A autoria de Maria Antónia Bacelar. | 101 |
| Figura 73 - Uma Caserna do Quartel de Santo Ovídio em 1900. | 107 |
| Figura 74 - Marcação da porta e janela das casernas..... | 110 |
| Figura 75 - Condições de arejamento e luz natural nem cada caserna. | 110 |
| Figura 76 - Gravura onde se pode observar as monumentais chaminés das cozinhas do Quartel de Santo Ovídio. Cerca de 1850 (não estava construída ainda a 2ª torre da Igreja de N. Sr.ª da Lapa. | 111 |
| Figura 77 - I. Projecto do fogão para Caçadores nº 9 : [Convento de São Bento da Vitória no Porto] J. M. Corrêa da Silva, des. em 1867. PT-GEAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE). II. Antigo fogão do quartel da Torre da Marca no Porto : modificado em Abril de 1867: "Quartel no Porto 15 de Abril de 1867". Francisco Maria Montano T.e C.el do E.M.or d'Eng. PT-GEAEM-3702I-1A-11A-46 (DIE). III. Convento de São Bento da Vitória no Porto] : fig. 1ª, planta do braço horizontal. alçado do guindaste do Quartel de S. Bento da Victoria. 1869 PT-GEAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE).112 | 112 |
| Figura 78 - Croquis d'um fogão para o Hospital Militar de D. Pedro V, no Porto. 1904..... | 113 |
| Figura 79 - Projecto de ampliação da cosinha do rancho geral do quartel de Infanteria 18 : projecto do fogão de cosinha para 600 praças..... | 114 |
| Figura 80 - Parada Militar na Parada de Manobras do Quartel de Santo Ovídio no ano de 1900, Photo Guedes. Arquivo Histórico Militar. | 119 |
| Figura 81 - Parada Militar na Praça de Santo Ovídio. Arquivo Histórico Militar..... | 119 |
| Figura 82 - Marcação da área da Parada de Manobras do Quartel de Santo Ovídio. | 120 |
| Figura 83 - Áreas de Parada Militar dentro e fora do quartel. A autoria de Maria Antónia Bacelar. | 121 |
| Figura 84 - Esquematização dos pontos de observação do Quartel de Santo Ovídio. A autoria de Maria Antónia Bacelar..... | 121 |
| Figura 85 - Antigo postal ilustrando uma formatura na Parada de Manobras do Quartel de Santo Ovídio. | 122 |
| Figura 86 - Esquema interpretativo para o posicionamento individual em formatura e o distanciamento entre cada um - braço + ombro ou - um passo, o que equivale aproximadamente a um metro..... | 123 |
| Figura 87 – Um possível esquema da Organização das Tropas em Formatura Militar nas paradas do Quartel de santo Ovídio. A autoria de Maria Antónia Bacelar. | 124 |
| Figura 88 – Definição do alinhamento retilíneo entre O Quartel de Santo Ovídio e o Forte de S. Francisco Xavier. Perceção do alinhamento entre este e o Forte de S. João da Foz. S 126 | 126 |
| Figura 89 - Quadro dos edifícios que compõem o Aro Defensivo da cidade do Porto..... | 128 |
| Figura 90 - Mapa da distribuição geográfica de todos os edifícios que poderiam estabelecer o <i>Aro Defensivo da cidade do Porto</i> , a partir de um mapa atual. Perfil aproximado, definindo a diferença altimétrica entre o Forte de S. Francisco Xavier e o Quartel de Santo Vídio..... | 129 |
| Figura 91 - Mapa com todos os edifícios de defesa da cidade do Porto, a partir do mapa militar de 1833..... | 129 |
| Figura 92 – Marcação do conjunto dos edifícios do <i>Aro Defensivo da cidade do Porto</i> , sobre a planta esquemática (marcação dos arruamentos) e os eixos que estabelecem entre si, publicada no <i>Masterplan 2005</i> . In http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/enquadramento | 130 |

| | |
|---|-----|
| Figura 93 - Registo rápido da localização esquemática dos edifícios do <i>Aro Defensivo da cidade do Porto</i> | 130 |
| Figura 94 – 1 - Modelos dos uniformes da Infantaria do Porto. 2 - 1º Regimento de Infantaria do Porto: 1764. Este Regimento é o antepassado do Regimento de Infantaria nº 6; ver "Subsídios para a história dos Regimentos", de Martins de Carvalho. PT-GEAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE). 3 - Infografia de autoria de Sérgio Veludo Coelho..... | 133 |
| Figura 95 - Infografias da evolução dos fardamentos de acordo com os Planos de Uniformes entre 1810 e 1892. Infografias. Autoria de Prof. de Sérgio Veludo..... | 136 |
| Figura 96 - Plantas e fachadas das cavallariças projetadas no lado norte do Quartel d. S.to Ovídio: [Porto]. S/escala. J. L. Domingues C.el Grad.º E. M. d'Eng.ª. PT-GEAEM-3696/III-1A-11A-46 (DIE). | 168 |
| Figura 97 - Plantas e fachadas das cavallariças projetadas no lado do Norte do Quartel de S.to Ovídio : [Porto]. S/escala. PT-GEAEM-3696/III-1A-11A-46 (DIE) | 169 |
| Figura 98 - Quartel de S.to Ovídio : planta do primeiro andar do corpo central. Arthur Maria da Silva Ramos, T. d'Eng.ª. [Escala não determinada] "Porto, 6 de Agosto de 1893". PT-GEAEM-3696/III-1A-11A-46 (DIE). | 170 |
| Figura 99 - Fonte e poço de água no interior da Igreja da Lapa. | 173 |
| Figura 100 - Quadro das ações militas onde o RI 18 participou nas Invasões Francesas em Portugal. (Rodrigues, 2000)..... | 184 |
| Figura 101 – Mapa da Formatura Militar de um Regimento de Infantaria de 1792. | 187 |
| Figura 102 - Estudo da nova praça ao cimo da Rua de Santo Ovídio, com o traçado projetado para novas ruas e para uma alameda junto à Capela da Lapa e Estrada de Braga. S/d. Meados do sec. XVIII. | 197 |
| Figura 103 - Planta da Praça de Santo Ovídio realizada por D. Jozé Champalimaud de Nussane em 1788..... | 198 |
| Figura 104 - Alçado de conjunto do lado sul da Praça de Santo Ovídio de Champalimaud de Nussane..... | 198 |
| Figura 105 - Alçado de conjunto do lado sul da Praça de Santo Ovídio de António Pinto de Miranda..... | 199 |
| Figura 106 - Proposta de Alçado de conjunto do lado sul da Praça de Santo Ovídio de Luiz Ignacio de Barros Lima..... | 199 |
| Figura 107 - Novo Alçado de conjunto do lado sul da praça, desenhado por Luiz Ignacio de Barros Lima..... | 200 |
| Figura 108 - Extrato da Planta Redonda de George Balck. | 201 |
| Figura 109 - José Francisco de Paiva, Pormenor do Plano da Cidade do Porto..... | 202 |
| Figura 110 - A Tropa ouvindo a primeira Missa na Praça da Regeneração em 24 d'Agosto de 1820. (Vitorino, 1932). | 202 |
| Figura 111 – <i>Pormenor da Planta de Oporto (Porto), 1833</i> | 203 |
| Figura 112 - Pormenor da Planta topográfica da Cidade do Porto, 1839 de Joaquim da Costa Lima Júnior..... | 203 |
| Figura 113 - O Campo da Regeneração em 1892. Pormenor | 205 |
| Figura 114 - O Campo da Regeneração em 1865. Pormenor da <i>Planta da Cidade do Porto</i> por F. Perry Vida..... | 205 |
| Figura 115 - O Campo da Regeneração. Quadrículas 253 e 254 à escala 1:500 da <i>Carta Topographica da Cidade do Porto</i> , de Augusto Gerardo Telles Ferreira. 1892 | 205 |

ÍNDICE DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| Tabela 1 - Quadro síntese da evolução do Armamento Militar durante o séc.- XIX. | 115 |
|---|-----|

INTRODUÇÃO

As boas obras de Arquitetura representam pois, a mais harmoniosa conjugação dos conhecimentos técnicos com o expoente de Arte atingido em determinado momento.

Mas ainda não é tudo.

Traduzem também os próprios ideais, a cultura e a maneira de viver dos povos.

Por isso, em todos os tempos ficaram como índice atestador do grau de civilização.

Conhecedores desta verdade ou pressentindo-a, chefes a quem foi dada força e poder, procuraram legar à posteridade, construções grandiosas e imponentes, para perpetuarem os seus nomes ligando-os a imagens sólidas e duradouras, tais que pela sua grandiosidade ou importância pudessem construir futuro testemunho dessa força e poder, e do elevado grau a que julgaram ter conduzido a civilização.²

Francisco Keil do Amaral

Na Dissertação de Mestrado que se apresenta, pretende-se abordar o Quartel de Santo Ovídio como estrutura edificada, previamente pensada e planeada ao seu tempo, e que respondeu ao longo de mais de 200 anos de existência às necessidades organizativas e funcionais para que foi projetado.

Inserir-se na temática mais alargada das estruturas não fortificadas inseridas nas tipologias ligadas ao Património Militar Construído. Surge na sequência de uma primeira tomada de consciência da grandeza deste património na cidade do Porto e da procura de respostas ao desconhecimento por parte da sociedade civil do seu real funcionamento atual e passado. Questões de forma, função e usos nos vários períodos de cruzamentos históricos, culturais e artísticos, aguçavam-nos a curiosidade e cada vez mais nos fazendo crer da importância desse património, que ocupava áreas significativas da cidade, tanto na sua escala como na localização urbana.

Este conjunto arquitetónico, substanciado com um património edificado, claramente de função militar desde a sua conceção e que remonta aos finais do século XVIII, estendendo-se até à primeira metade do século XX como unidade operacional de combate e projeção de forças para fora e dentro da cidade. De 1958 em diante assumiu o seu papel como sede do Comando da Região Militar, mais conhecido pelos portugueses como Quartel-General, até hoje, pese o fato de que o edifício alberga atualmente a

² (Amaral F. K., 1940) p. 9.

Direção e Comando do Pessoal do Exército Português. Estas mutações, invisíveis para o exterior, entenda-se população civil, revelaram-se em alguns momentos de movimentação política como o 24 de agosto de 1820, o 31 de janeiro de 1891 ou a inquietação da participação de Portugal na Grande Guerra de 1914-1918, acompanhando o desenvolvimento da cidade do Porto.

Por outro lado, identificando-o como lugar de permanência, procura, vivências e trocas culturais integrantes da história da cidade, relatando acontecimentos cronológicos, definindo e nomeando lugares pela sua identidade, num jogo e dinâmica constante entre o permanente e tangível, e o imensurável e intangível.

Um património público do Estado, de seu uso privado e exclusivo, que se desenvolveu no passado e se quer atualizado, acompanhando o uso e os tempos, as técnicas e as necessidades, encerra em si mesmo muitas histórias da História projetando-se, naturalmente para o exterior.

Esta tipologia de edificações militares assume considerável importância pela sua grande escala, área de implantação e organização espacial de conjunto, o que lhes atribui especial carácter e identidade. Constitui-se dentro do que se designa como *Marcos* ou pontos de referência da cidade, elementos físicos identificadores dos locais ou lugares da cidade (LYNCH³, 2010) e *Marcas* na memória coletiva⁴.

Pretendeu-se tratar nesta dissertação o edifício militar, na relação direta com a cidade e na própria relação interna, “uma *cidade* dentro da Cidade”, seus espaços de vivência, ligação, circulação e manobras, acomodação de homens, armazenamento e manutenção de material de guerra, bem como os seus inerentes espaços de estadia e ócio, meditação ou crença, seus simbolismos e comunicação, tendo nós consciência de que em algumas não foi possível conferir a profundidade desejável devido a lacunas nas fontes tratadas.

³ Kevin Lynch (1918-1984) escritor e Urbanista, explora como a presença do tempo e da história no ambiente urbano, como os ambientes urbanos afetam as crianças ou como aguçar a percepção humana acerca da forma física das cidades e regiões, constituem a base conceptual para um bom desenho urbano.

⁴ Não só pela historicidade local mas também pela formação da própria *Imagem da Cidade* que os foi adicionando e incorporando no tecido urbano, construindo elementos de composição da cidade como *Pontos Nodais - Pontos estratégicos com focos intensivos que determinam e auxiliam na locomoção dos indivíduos, pontos de decisão definidos por junções, cruzamentos, bifurcações e convergências, constituindo momentos de passagem de uma estrutura para outra* (LYNCH, 2010).

Num futuro estudo pós-graduado ou projeto de investigação justificar-se-á alargar a análise desta tipologia de edifícios a um conjunto de quartéis dentro do modelo estudado nesta dissertação - Quartel de Santo Ovídio, Quartel da Torre da Marca, Quartel do Monte Pedral, Quartel de S. Brás, Quartel do Bom Pastor e Quartel do Viso - todos na mesma condição de aquartelamentos projetados de raiz. Balizam-se num período temporal entre 1793 e 1950. Os aquartelamentos contribuíram para novas necessidades de equipamentos, de transportes, de abastecimentos ou de serviços de apoio em toda a estrutura de defesa nacional e dos paradigmas estratégicos. Também hoje, fazem parte integrante de um conjunto de edificações demarcadas na cidade.

Optamos pelo estudo do quartel mais antigo na cidade, construído nestas condições - o Quartel de Santo Ovídio, sito à atual Praça da República.

A sua abordagem passou pela inventariação e estudo detalhado do edifício segundo as diretivas da sua função tipológica – a acomodação de unidades do Exército Português – construindo-se uma análise funcional e formal como parte integrante do Património Arquitetónico e Artístico da cidade, para além da sua natureza intrínseca de Património Militar.

Partimos da identificação do conceito de aquartelamento militar fixo e sua composição funcional e formal para instalar Unidades do Exército, contingentes em instrução/instruídos para combate, com condições de alojamento, alimentação e higiene, bem como estruturas de formação, trabalho e serviços hierarquizados e institucionais.

Construído nos finais do séc. XVIII, o *Quartel de Sto. Ovídio* (1793) apresenta relevante interesse na sua identidade arquitetónica, tipologia e modernidade construtiva. Incorpora elementos estéticos de composição artística, permitindo a leitura e compreensão de um passado com mais de 200 anos de História, na viagem do Tempo e do Uso, refletindo por si só um conjunto de travessias integradas de várias temáticas e abordagens, criando Cultura.

A investigação incidiu na procura dos seus aspetos identitários e diferenciadores, uns por via das condicionantes sociopolíticas e económicas para as construções de defesa da cidade e do país à sua época, e por outra, das necessidades de atualização das

tecnologias e táticas militares, de dimensionamentos e usos ou influenciando estratégias urbanas de planeamento.

Na metodologia adotada articulamos um *modelo de análise arquitetónica* comparativo e crítico, com base na definição prévia de critérios. Critérios esses elencando os diferentes tipos de registos, desde funções e usos, pensamento arquitetónico, intervenção no território, e modelos estruturais como reflexo das políticas implementadas nos diferentes períodos e nas técnicas construtivas, retirados das pesquisas efetuadas e compondo a base de dados desta investigação. Foi elaborada a inventariação do Quartel de Santo Ovídio no contexto urbano, através de uma *Ficha-tipo de Caracterização e Análise*, subdividida por temas de abordagem. Construiu-se deste modo, a análise funcional e formal do Quartel, como parte integrante do Património Arquitetónico e Cultural da cidade.⁵

Contamos numa fase muito inicial com o apoio do Museu Militar do Porto, tendo seguido os trabalhos de investigação no *Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar (GEAEM)* da *Direção de Infraestruturas do Exército (DIE)* em Lisboa, junto do Sr. Coronel José Paulo Berger⁶ e a continuada orientação do Prof. Doutor Sérgio Veludo Coelho.

Da deslocação às instalações do GEAEM com o Prof. Sérgio Veludo Coelho, orientador desta Dissertação, foi-nos disponibilizada toda a informação necessária para o trabalho, bem como um gabinete para a execução e agilidade do mesmo. Constatamos assim, o grande interesse por parte do GEAEM/DIE em trabalhos de investigação científica com base no seu Património.

Para o conhecimento da história da construção, desenvolvimento e estrutura militar aquartelada no edifício em estudo, tomamos como ponto de partida o livro *O Quartel de Santo Ovídio*, editado pelo Exército, o registo de três conferências sobre este edifício realizadas em Maio de 2003 subordinadas ao tema “O Quartel de Santo Ovídio” e proferidas pelo Prof. Hélder Pacheco, pelo Major General Carneiro Teixeira e pelo

⁵ Partindo da identificação do edifício de aquartelamento militar pensado e construído para instalar as Unidades do Exército, contingentes em instrução/instruídos para combate com condições de alojamento, alimentação e higiene, bem como estruturas de formação, trabalho e serviços hierarquizados e institucionais.

⁶ Coronel Engenheiro José Paulo Ribeiro Berger – Chefe do Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar.

Coronel David Martelo, bem como a Dissertação em História de Arte com o título *Edifícios Públicos Portugueses no Desfecho do Século XVIII: O Quartel do 2º Regimento de Infantaria. A Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquecimento das Partidas Avulsas* de Lília Teixeira Ribeiro, defendida em 2004. Deixamo-nos conduzir pela imensa informação aí registada e fomos investigar as interpretações daquele edifício em diferentes dimensões do Tempo, do Espaço e do Uso.

Dirigimos a nossa investigação com base em bibliografia específica, uma de carácter meramente militar, outra de cariz arquitetónico e artístico, suportada por obras gerais da História de Portugal, da História da cidade ou mesmo de componente informativa de assuntos afins, em consulta à Biblioteca do Exército (Lisboa), ao Arquivo Histórico Militar (Lisboa), ao Museu Militar do Porto, bem como de bibliografia cedida pelo orientador desta investigação. Cruzamos a recolha literária com o levantamento de dados do GEAEM. De referir também as informações valiosas que se constituíram em conversas informais sobre o tema, com os militares investigadores no GEAEM, destacando o Sr. Capitão-Tenente Vítor Gregório Mendonça que dedica o seu estudo aos quartéis militares de Lisboa. Em deslocações ao Arquivo Histórico Militar e à Biblioteca Militar deparamo-nos com uma vasta informação, mas muito compartimentada tendo sido nossa preocupação efetuar a sua conexão entre os diferentes assuntos com vista a encontrar um fio condutor de abordagem.

A estrutura do trabalho compõe-se nos 3 momentos de análise tidas como dimensões – do Tempo – do Espaço – do Uso, e por último registar a relação causal entre a estrutura militar e a estrutura urbana. Iniciamos pela dimensão do Tempo, identificando e contextualizando o edifício no presente para o posicionar de seguida, ao tempo da sua construção – a inserção na cidade que se construía - a justificação da edificação - os arquitetos - as intervenções propostas, onde destacamos Reinaldo Oudinot como o autor do projeto de arquitetura - terminando esta dimensão com algumas especificações da construção. A Dimensão do Espaço, com abordagens desde a conceção de projeto na idealização do quartel às distribuições funcionais e de ocupação espacial. A Dimensão do Uso, identificando as Unidades Orgânicas aquarteladas, a forma como o edifício orientou os novos usos da cidade e integrou um sistema defensivo. Por último, a imagem do Quartel na Cidade como elemento de ligação entre Tempo | Espaço | Uso.

O Estado da Arte desenrola-se ao longo do trabalho por força da sua estrutura e necessidades técnicas da investigação.

Indicamos que não foi elaborada a folha de acrónimos, pois o acrónimo surge ao longo do texto entre parêntesis ou em nota de rodapé.

Clarificar o conceito de aquartelamento Militar e perceber o seu desenvolvimento até à tipificação dos quartéis, é para nós fundamental, para iniciarmos as abordagens que propomos.

Assim entendemos o *Aquartelamento Militar*⁷ como o conjunto dos edifícios construídos especificamente para habitação das tropas de guarnição, instaladas em estruturas sólidas, funcionais e robustas. Como todas as edificações de cariz marcial, para além das exigências e requisitos de ordem geral, cumprem também os requisitos e exigências de ordem militar, logísticas e de segurança que permitam a defesa, a rapidez de deslocação, movimentos das forças e o garante da vida das mesmas em boas condições. (Ramos, 1970)

O *Regulamento Geral das Infraestruturas do Exército*⁸ (RGIE), e o *Manual de Fortificações e Arquitetura Militar* (MFAM) definem o aquartelamento como *o conjunto dos edifícios destinados habitualmente a habitação normal das tropas de guarnição*.

A NATO⁹ refere que os aquartelamentos podem ser definidos por todas as instalações e infraestruturas fixas ou permanentes, necessárias para o suporte e controlo das operações militares.

Constituídos por uma ou várias edificações para alojamento e acomodação das tropas, responde às necessidades de vida desde higiene, alimentação, descanso e a própria instrução/preparação para resposta em tempo de guerra.

Hoje, estão preparados para desenvolverem atividades de instrução e treino militar, de preparação física, cerimónias, serviços do foro individual como alimentação, higiene e

⁷ In *Planeamento e Organização Espacial de um Aquartelamento Militar de Campanha* de Nuno André Ventura Alves, Mestre em Eng^a Civil, Instituto Técnico de Lisboa.

⁸ RGIE – Regulamento Geral das Infraestruturas do Exército - define conceitos, áreas de responsabilidade e organização, estabelece procedimentos de forma a garantir a gestão patrimonial e a boa administração das infraestruturas a cargo do exército.

⁹ NATO - Organização do Tratado do Atlântico Norte

limpeza, mas também com espaços de estacionamento, reparação e manutenção do equipamento e das armas.

São organizados em 3 zonas funcionais:

Área de viaturas e material | Área de vivências humanas | Área de instrução técnica e tática.

São por sua vez subdivididas em núcleos funcionais onde se agrupam outras infraestruturas¹⁰. São edificações construídas em tempo de paz, planeadas segundo as necessidades das unidades aquarteladas e de defesa, seguindo processos construtivos, materiais e técnicas que privilegiam o bem-estar dos militares alojados.

Habitualmente são construídos segundo padrões rígidos de ortogonalidade, tendo por base o bom funcionamento e materializando-se no seu conjunto de infraestruturas.

A construção de um aquartelamento tem de responder eficazmente a Proteção contra efeito de armas | Proteção de incêndios | Resposta rápida em situação de emergência | Estratégias de defesa fácil.

A sua organização espacial assenta na lógica de relações interdisciplinares de proximidade e afastamento, pensada em termos de equidistâncias entre funções e posicionamento.

Mas nem sempre a acomodação das tropas portuguesas foi planeada e estruturada de forma a viverem o tempo de paz na preparação para a guerra, restabelecendo-se física e psicologicamente. Desta forma, a necessidade de melhorar a acomodação dos militares que se constituíam em milícias concelhias ou homens de armas dos senhores ou do rei, no período medieval (séc. XVI), eram em pequeno número e viviam acomodados em alcáçovas¹¹ que não tinham o conceito atual de quartel.

Em tempo de guerra, com o aumento do número de homens a combater, recorriam a tendas onde instalavam os peões e cavaleiros. As elites acomodavam-se em mosteiros e casas senhoriais com algum conforto e localizadas nas proximidades dos locais dos conflitos. Sousa Lobo (2009).

¹⁰ Como exemplo – o núcleo de vivências de Praças (inclui soldados, cabos e cabos-adjuntos), integram os edifícios de alojamento e convívio, cujo seu posicionamento segue uma lógica de proximidade e dependência.

¹¹ Pequeno castelo ou forte com terminologia de origem árabe.

As fortalezas construídas para a defesa da costa eram também providas de alguns espaços de acomodação para pequenas guarnições, bem como de estruturas de reclusão e calabouços para sentenciados.

O aumento dos contingentes de defesa, aliado às necessidades constantes de fazer frente aos conflitos cada vez mais violentos e demorados, e as más condições das tropas, definiu um conjunto de fatores que levaram à determinação de melhorias na acomodação dos militares.

Com o desenvolvimento do armamento e a utilização da pólvora, surgem especificações de arte com os arcabuzeiros e os espingardeiros, exigindo treino continuado e especializado. Surgem associados a soluções urbanísticas estratégicas, criteriosamente definidos por conveniência tática e defesa do Reino, como em conventos e mosteiros, convertendo celas em casernas e cozinhas conventuais em regimentais. Os Castelos ou Fortes viram-se transformados em *casamatas*¹² com lareiras para se aquecerem.

Com o aparecimento do sistema abaluartado das fortalezas surgem as primeiras instalações para acomodarem as tropas com um mínimo de condições aceitáveis à época.

O conceito de quartel como aquartelamento fixo de Unidades, aparece no séc. XVIII com a organização do exército português, elaborada pelo Conde de Lippe¹³ ao serviço dos Reis de Portugal, à qual se verificam sucessivas evoluções onde são bem claras na Fita de Tempo da História de Portugal.

Surgem no séc. XVII e XVIII edificações próprias no interior das praças-fortes mais importantes, como Elvas, Estremoz, Almeida, Valença, Cascais ou Chaves.

Na cidade do Porto a tropa ia-se acomodando em abarracamentos ou nos fortes da Foz e Castelo do Queijo, situados sobre o mar. A cidade era então circunscrita e defendia pelas muralhas. O desenvolvimento das condições sociais, o crescimento da população e as implementações de políticas de planeamento levam à estruturação de edifícios especificamente pensados para a instalação de Tropas nos limites da cidade, garantindo à partida, condições de vida salubres e estáveis, como já vinha a acontecer em Lisboa.

¹² Entende-se por *casamata* a instalação fortificada fechada e abobadada, independente ou integrada numa fortificação maior, à prova dos projéteis inimigos.

¹³ Frederico Guilherme Ernesto, Conde soberano de Schaumburg-Lippe, em Portugal conhecido por Conde de Lippe.

Foram construídos no séc. XIX os Quartéis de Santo Ovídio, da Torre da Marca e o Quartel de Monte Pedral e já no séc. XX o Quartel de S. Brás, o Quartel do Bom Pastor e o Quartel do Viso, chegando até hoje, com exclusiva função militar.

CAPÍTULO 1. NAS DIMENSÕES DO TEMPO

*As Artes, por exemplo a pintura, não servem para nada.
Como as poesias de Eugénio de Andrade não servem para nada.
Passamos bem sem elas.
A Arquitetura não...!!!*

Fernando Lanhas¹⁴

1.1 UM TEMPO PRESENTE

Quartel de Santo Ovídio e a sua caracterização arquitetónica atual



Figura 1 - A aproximação ao edifício do Quartel de Santo Ovídio – Porto. Registo de Maria Antónia Bacelar.

O *Quartel de Santo Ovídio*¹⁵, sua primeira designação, faz parte de um conjunto alargado de aquartelamentos militares existentes na cidade do Porto, sendo entre estes o mais antigo. Constitui-se num único edifício de traça Neoclássica, de grande volumetria,

¹⁴ In Documentário de José Campos. *Lanhas, o mais desirmanado*. 2001 <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/lanhas-o-mais-desirmanado/>

¹⁵ Tomou outras designações, tais como *Quartel-General da região Militar Norte*, *Quartel de Infantaria 18*, *Direção de Comando do Pessoal*.

inserido na parte alta da malha urbana da cidade. Ocupa a totalidade de um dos seus quarteirões, contrastando na sua volumetria com as outras construções que se implantam em lotes estreitos, compridos e dispostos em banda contínua, definindo assim o alinhamento do arruamento.

Encontra-se localizado no extremo Norte da Praça da República, no seu tramo mais elevado. Fecha um harmonioso conjunto urbano de traça muito característica e que se movimenta entre o carácter erudito e o gosto popular, o que lhe confere um particular cariz de espírito do lugar¹⁶, sustentado na identificação de um conjunto de características socioculturais, arquitetónicas, de linguagem ou estilos.

Neste contexto urbano sobressai o edifício do Quartel, não só pela sua escala e impacto arquitetónico, mas também pelas suas memórias e heranças militares, memórias de vivências da população da cidade, vertidas em histórias contadas e aprendidas por gerações.

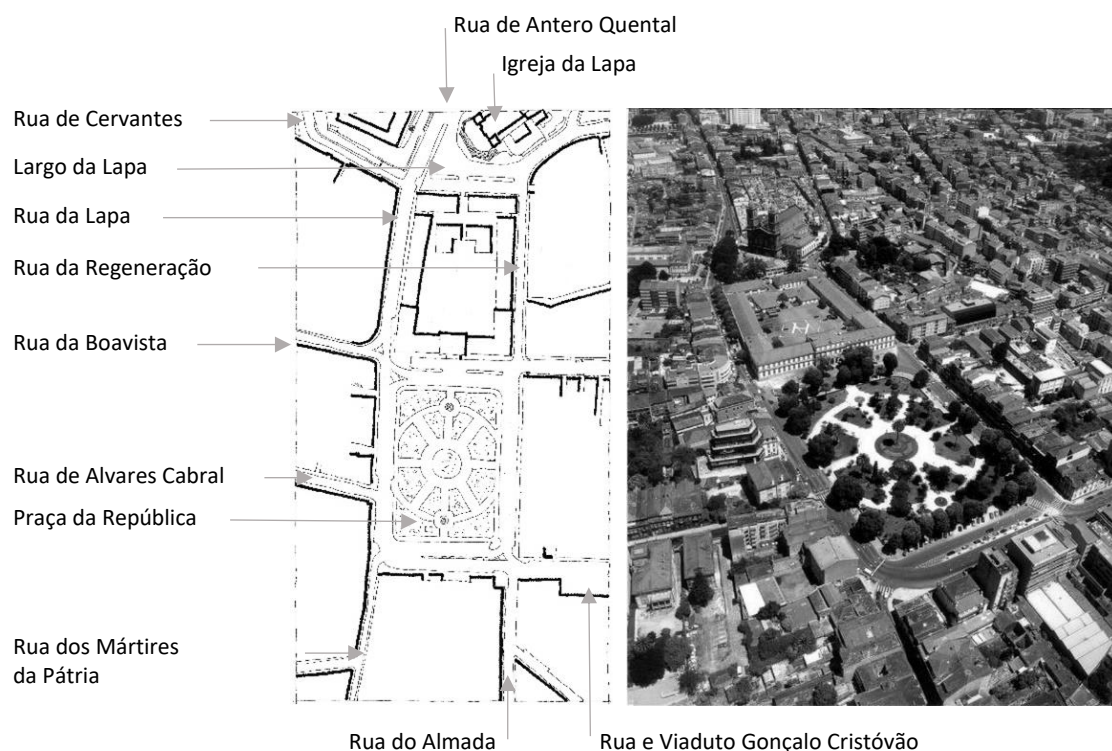


Figura 2 - Planta de identificação dos arruamentos envolventes e vista aérea da Praça da República e do Quartel de Santo Ovídio e Praça da República. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

¹⁶ Questões abordadas por Norberg-Schulz (Norberg-Schulz, 1980) e Aldo Rossi (Rossi, 2001).

Confronta a sul diretamente com a Praça da República, grande espaço urbano ajardinado e arborizado, um dos maiores da cidade. A norte com o Largo da Lapa¹⁷, outro espaço público, de menores dimensões e de forma irregular, arborizado e provido de estacionamento entre o acesso à porta de serviço do Quartel e o acesso à escadaria da Igreja da Irmandade Lapa. A Nascente, confina com a Rua da Regeneração¹⁸, artéria que dá continuidade à Rua do Almada, uma das principais da cidade. A poente, com a Rua da Lapa¹⁹, que estabelece com este quartel uma espécie de paredes meias desde a sua edificação.

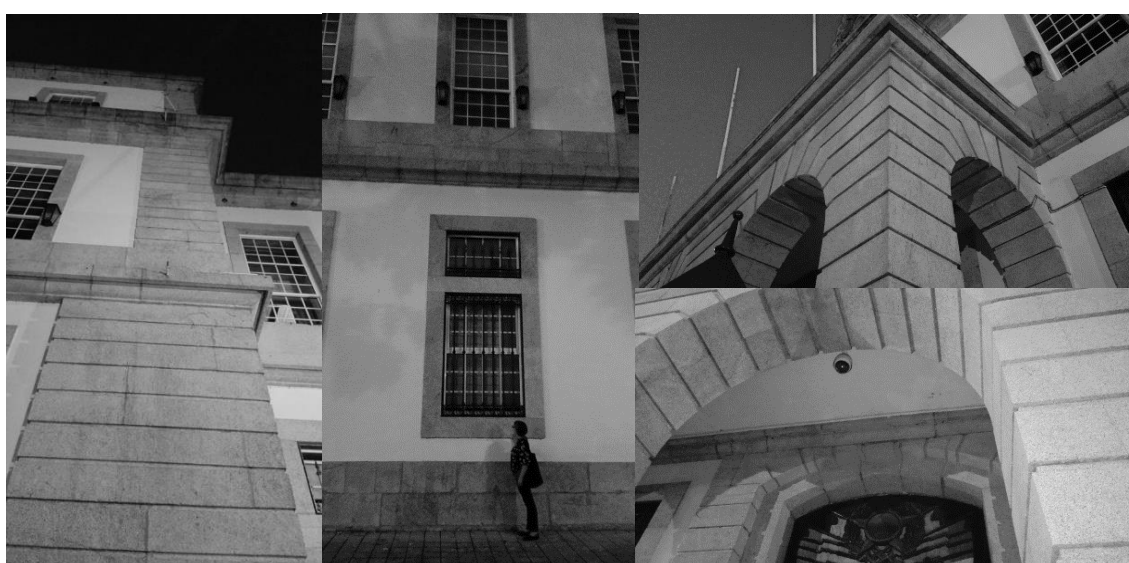


Figura 3 - Imagens de pormenor do Quartel de Santo Ovídio.

¹⁷ No *Largo da Lapa* encontramos o Hospital da Irmandade da Lapa que define o gaveto com a Rua de Cervantes, dando início à ligação com a zona de Águas Férreas, de ligação à Rua de Antero de Quental. Estabelece a articulação entre Arca d'Água e a baixa da cidade.

¹⁸ *Rua da Regeneração*, assim designada em memória da insurreição militar de 1 de maio de 1851 que levou à queda de Costa Cabral e dos governos de inspiração setembrista. Composta por edifícios maioritariamente de habitação coletiva de 3 a 4 pisos e algum comércio de rua nos edifícios mais próximos à Praça, memória arquitetónica dos anos 40/50 séc. XX.

¹⁹ A *Rua da Lapa* é composta por pequenos edifícios de comércio local no piso térreo e habitação (hoje *Hostels* e Alojamento Local) ou pequenas oficinas... desembocando na Rua da Boavista, artéria importante da cidade que põe em comunicação retilínea, esta zona alta e antiga da cidade com as estruturas urbanas mais próximas no tempo, como a Rotunda da Boavista e a Avenida da Boavista constituindo a nova centralidade, definida por núcleos de expansão urbana do Estado Novo e muito intervencionados nas décadas que lhe seguiram.

Outras artérias, de grande importância na cidade, fazem o acesso ao quartel pela Praça da República, conduzindo e escoando o trânsito automóvel e perfazendo as vias de circulação de transportes públicos, incluindo o viaduto subterrâneo do metro²⁰.

É assim lugar de várias confluências, ruas e de gentes, onde se destacam a Rua da Boavista, a Rua Álvares Cabral, a Rua do Almada e a Rua e Viaduto Gonçalo Cristóvão, que posicionam o quartel e lhe dão acesso e visibilidade.

A Praça da República fecha o perímetro em torno do quartel pelo seu lado Sul, hoje denominada de *Jardim de Teófilo Braga*²¹, caracterizado por uma vasta área ajardinada, arborizada e repositório de um conjunto de esculturas, dispostas entre canteiros e bancos de jardim. Destacam-se a escultura *Baco* (1916 - bronze) de António Teixeira Lopes, a escultura *Padre Américo* (1959/61 - bronze) de Henrique Moreira e a escultura *República* (2010) de Bruno Marques.

Esta Praça é ainda hoje um dos pontos centrais da cidade. Testemunha espacialmente a memória histórica e cultural deste lugar. Foi mandada edificar por *João de Almada e Melo*²² (1703-1786) para logradouro público no então chamado Campo de Santo Ovídio. Com a construção do quartel no seu extremo norte, por ordem da Rainha D. Maria I, fez desta área livre, aberta e de grandes dimensões, uma espécie de palco de exercícios militares e de alguns momentos políticos importantes, tais como:

- A concentração das tropas liberais no pronunciamento militar de 24 de agosto de 1820;
- O encontro do Batalhão de Caçadores nº 9 e a Infantaria 10 na Revolta de 31 de janeiro de 1891;
- A sede do posto de comando nortenho na revolução de 25 de abril de 1974.

²⁰ Viaduto ferroviário da Lapa/Trindade, construído nos anos 30 (séc. XX) aquando da ligação à *Linha da Póvoa*, estabelecendo a circulação entre as estações ferroviárias da Avenida de França e a Trindade. Desde 2002 passou a integrar a Linha do Metro do Porto.

²¹ *Jardim Teófilo Braga* em homenagem ao poeta, escritor e professor, pela sua participação na *Revolta de 31 de janeiro de 1891*. Como membro do Partido Republicano Português (PRP), tendo colaborado e subscreto o Manifesto e Programa do PRP. Este manifesto e a sua apresentação pública precederam em três semanas a Revolta de 31 de janeiro de 1891, no Porto, à qual Teófilo Braga se opôs, tal como a maioria dos republicanos lisboetas.

²² Senhor de Souto d' El-Rei, é lhe atribuída a visão estratégica da expansão urbana da cidade, no século XVIII e que veio organizar o seu crescimento. Procedeu à abertura, prolongamento, retificação e grandes melhoramentos de arruamentos e logradouros.

Circundada por um comércio diferenciado de outras áreas da cidade, entre tabernas, casas de chá, *hostels*, comércio de trajas académicos, galerias de arte e gabinetes de arquitetura, procurando hoje o equilíbrio entre o tradicional portuense e o contemporâneo revivalista.



Figura 4 - Jardim Teófilo Braga – Praça da República. Vista da varanda/tribuna do quartel.

Desde 2012 o Quartel de Santo Ovídio possui a classificação patrimonial²³ de *Monumento de Interesse Público*²⁴ (MIP), pela *Portaria n.º 740-FE/2012, DR, 2.ª série, n.º 252, de 31-12-2012*.

Esta atribuição imputa-lhe uma área de proteção urbanística e arquitetónica, a qual determina por legislação própria que:

²³ *Em Portugal, tal como acontece na maioria dos países europeus, as intervenções nos bens culturais protegidos são submetidas a uma autoridade competente, especificamente vocacionada para a gestão do património cultural. No caso dos bens classificados, com os graus de interesse nacional e interesse público e, no caso do património arqueológico, essa autoridade é a Direção Geral do Património Cultural em articulação com as Direções Regionais de Cultura.*

Para mais informações consultar <http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/#sthash.73FcJ6Yk.dpuf>

A *Classificação Patrimonial* é o procedimento administrativo através do qual se determina que um bem possui inestimável valor cultural e fica abrangido pelas formas de proteção e valorização previstas pela lei. Aplica-se a bens móveis e imóveis e está previsto no Título IV da Lei 107/2001 de 8 de setembro. A classificação de bens imóveis está estabelecida pelo Decreto-Lei 309/2009 e a classificação e inventariação de bens móveis está estabelecida pelo Decreto-Lei 148/2015.

Para mais informação consultar <http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/#sthash.UUYwPEkS.dpuf>

²⁴ A lei prevê três graus de classificação: interesse nacional, interesse público e interesse municipal, sendo que a classificação de interesses nacionais e interesses públicos é uma competência do Estado e os procedimentos são conduzidos pela Direção Geral do Património Cultural, em articulação com as Direções Regionais de Cultura.

Não podem ser concedidas pela câmara municipal ou por qualquer outra entidade licenças para as operações urbanísticas, admissão de comunicação prévia ou autorização de utilização previstas no regime jurídico da urbanização e da edificação, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, sem parecer prévio favorável do IGESPAR, I. P²⁵.

No conjunto edificado onde se integra o Quartel de Santo Ovídio, destacam-se outros edifícios e algumas áreas urbanas com *classificação de Imóvel de Interesse Público*, como a *Rua de Álvares Cabral* e a *Igreja e Cemitério da Irmandade da Lapa*.

O somatório destas *Áreas de Proteção do Património Arqueológico e Arquitetónico* compõe uma importante mancha contínua de território, integrada na *Zona Especial de Proteção*²⁶ (ZEP), definindo assim, uma faixa de intervenção urbana e arquitetónica qualificada, onde se destacam os edifícios do *Palácio dos Pestanas*, o da *Ordem dos Advogados*, a *Rua Álvares Cabral* e a *Igreja e Cemitério da Irmandade da Lapa*.



Figura 5 - Plantas com delimitação do imóvel e respetiva zona geral de proteção, bem como Extrato da Carta dos Imóveis Classificados e em Vias de Classificação (Ver www.patrimoniocultural.gov.pt/).

²⁵ Hoje *Direção-Geral do Património Cultural*.

Organismo que tem por missão assegurar a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País, bem como desenvolver e executar a política museológica nacional.

²⁶ A *Zona Especial de Proteção* é determinada por lei, com a extensão adequada à proteção e valorização do bem imóvel, a ser estabelecida em simultâneo com a decisão final do procedimento de classificação ou no prazo de 18 meses a contar da classificação do bem. Têm em vista garantir que as intervenções ou obras que se pretendam realizar na envolvente dos imóveis classificados ou em vias de classificação, não põem em causa o enquadramento paisagístico e os contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com os imóveis uma relação interpretativa e informativa.

Não podem ser concedidas licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, alinhamentos e cêrceas e em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente. As zonas de proteção podem incluir zonas non edificandi, onde é proibido qualquer tipo de construção.

Consultar <http://www.culturante.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/#sthash.UUyWPEkS.dpuf>

Para além da classificação patrimonial que lhe é atribuída pela entidade DGPC | Direção Geral do Património Cultural, o Quartel de Santo Ovídio é património do Exército Português e como tal, estão implícitas áreas de *Servidão Militar*²⁷ nos termos da legislação em vigor²⁸.

Estamos na presença do prédio militar inscrito com o nº PM/14 do tomo da Direção de Infraestruturas do Exército (DIE).

Atualmente é ocupado pelo Comando do Pessoal²⁹, órgão central de administração e direção do Exército Português, tendo como missão garantir o apoio administrativo-logístico e de serviços ao Comando do Pessoal e aos órgãos apoiados. O seu comandante é tradicionalmente designado por Ajudante-General do Exército (AGE).



Figura 6 - Enfiamento da janela superior com o brasão de armas e coroa real, destacando-se a cornija em granito que remata a cobertura. Registo de Maria Antónia Bacelar.

O Quartel de Santo Ovídio, exemplar referenciado como o melhor e mais completo edifício para aquartelamento³⁰ à época, é construído nos finais do séc. XVIII, sob influência do *neoclassicismo* especificamente com gosto *neopalladiano*.

²⁷ Servidão Militar entendida como a área de segurança afeta ao prédio militar. Por norma fica definida uma área de 30 metros em torno o seu perímetro.

²⁸ Decreto 47200, de 15 de setembro de 1966. Ver Apêndice 7

²⁹ Diário da Republica 1ª série, nº 250 de 29 de dezembro de 2014.

³⁰ Ver inspeção de 1815 – Apêndice 3

Apresenta proporções bem marcadas, de linhas simples, assegurando a sobriedade da construção, evidenciando a sua grandeza de Ordem, Simetria e Identidade lógica das suas hierarquias. Composto por um eixo central que o atravessa, colocando em correlação o percurso entre a porta de armas³¹ e o seu espaço exterior interno – a parada de manobras.

Esta centralidade é acentuada pelo pórtico, constituído por um conjunto de arcos deambulatórios encimados por uma varanda ao nível do 1º piso, alinhados verticalmente com o torreão central, formando o elemento primordial do conjunto.

Toda a fachada sul – voltada à Praça da República e que confere a imagem do edifício – adquire um conjunto de fenestrações de peitoril, retangulares, que se alinham verticalmente e se distinguem nas suas dimensões. Tem como elemento separador horizontal, o friso em granito que estabelece e estrutura a separação física bem visível dos dois pisos. A cobertura inclinada, em telha cerâmica, é rematada junto à fachada por cornija em granito. O topo do corpo central é encimado por um Brasão *de Armas* esculpido em granito onde se destaca a coroa real.

1.2 UM TEMPO PASSADO

1.2.1 O Quartel para o 2º Regimento no Planeamento da *Cidade Nova*

As civilizações evoluem e surgem novos problemas, novas concepções de vida, que a Arquitetura tem de traduzir.

Então, os arquitetos procuram tirar partido dessas imposições, por vezes antes mesmo delas estarem completamente definidas, munidos, nesses casos, por uma pré-ciência ou sentido divinatório.

Francisco Keil do Amaral³²

A cidade do Porto foi sofrendo alterações contínuas na sua estrutura urbana, social e cultural, demarcando um tempo e um modo, como registo e memória. Foi cedendo à

³¹ A porta de armas estabelece uma ligação direta entre a praça exterior e a parada interior do quartel.

³² In *Arquitetura e a Vida*, F. Keil do Amaral. Edições Cosmos, Lisboa. 1940.

sua modernização com continuado acompanhamento dos gostos arquitetónicos em diferentes épocas, como reflexo das manifestações de práticas políticas e económicas. Composta entre edifícios de cariz religioso e um número avultado de habitações e comércio, a cidade antiga caracterizava-se por fachadas simples, austeras e de construção rústica. Aglomeravam-se no burgo medieval, cercado por uma muralha que o circunscrevia, criando um limite rígido tanto na forma como no significado.

Numa primeira fase, o seu crescimento assenta em formas com conotado gosto barroco, superado pela estética neoclássica assente na divulgação da tratadística como fonte de conhecimento e de trabalho dos mestres pedreiros, arquitetos e engenheiros militares. Tratados de Construção de Vitruvius³³, Alberti³⁴, Sério³⁵ ou Palladio³⁶, mas também tratados de carácter militar como *O Engenheiro Português* de Manoel de Azevedo Fortes³⁷ (1660 – 1749), são relevantes fontes de conhecimento e saber. São adotados no ensino da *Arte de Construir*, um ensino com significativa carga de Matemática e Geometria, Topografia e Cosmografia, onde o uso da tratadística desempenhava papel de relevo.

O Engenheiro Militar tinha que dominar um leque muito vasto de conhecimentos. Tinha de ser antes de tudo um engenheiro de fogo, um oficial preparado para todas as operações de guerra, um conselheiro dos generais nas ações militares e que também participava no combate. Era-lhe indispensável conhecer a matemática e a geometria, a fortificação, as técnicas de ataque e de defesa das praças, a artilharia, o uso dos engenhos e dos instrumentos topográficos para desenhar plantas militares e topográficas e ainda o uso das armas de guerra. Teria de dominar as regras da construção civil, para construir os quartéis, os hospitais, os armazéns, as cavalariças, os paióis e outros edifícios de utilização militar. Deveria dominar a hidráulica, para saber conduzir as águas ou sangrar fossos e sítios alagadiços, e saber de mecânica e balística.

Coexistiram muitas vezes no mesmo Engenheiro Militar as funções de engenheiro militar, engenheiro civil, arquiteto e construtor. Não surpreende, por

³³ Obra *Regole delli cinque ordini d'architettura* (1562). Giacomo Vignola.

³⁴ Obra de *Da re aedificatoria*. 1452. Leon Battista Alberti.

³⁵ Obra *Tutte l'Opere d'Architettura, et Prospetive*, Livro III e IV (1540-1550). Sebastiano Sério.

³⁶ Obra *I quattro libri dell'architettura*, Venezia. 1570. Andrea Palladio.

³⁷ Tratado de carácter militar “O Engenheiro Português” de Manuel de Azevedo Fortes. 1729.

Obra que *Para ser publicada teve que obter seis licenças, das quais três dos Qualificadores do Santo Ofício, uma do Cosmógrafo-Mor, uma do Matemático de Sua Majestade, o que permite perceber a dificuldade a que estavam votadas as manifestações científicas e do saber no tempo de D. João V.*

Coronel J. P. Berger, in *Os Militares, a Ciência e as Artes*.

isso, que os engenheiros militares tenham estado presentes nos grandes, problemáticos e memoráveis momentos que atingiram a sociedade portuguesa.

(Berger, 2009)

O exercício da arquitetura militar e civil abrangia também questões de avaliação, orçamento, fiscalização, definição de materiais e medições, a par de intervenções de carácter estético e ornamental. Estas funções obrigavam a preocupações económicas de projeto e construção, dando muitas vezes origem a modelos inovadores de traçado e planeamento urbano.

Associando as preocupações de crescimento da cidade³⁸ à necessidade de modernização urbana, estética, organizativa e à falta de regulação do seu crescimento³⁹, segurança e pacificação do descontentamento da sociedade⁴⁰, foi criada em 1763 a *Junta das Obras Públicas* por ordem de D. José I, sendo dirigida por João de Almada e Melo⁴¹ e designado Governador do *Partido Militar do Porto*. A *Junta das Obras Públicas* (1763-1804) como organismo público foi responsável pela coordenação das intervenções da cidade⁴² dessa época. Era financiada através do imposto lançado sobre o vinho, que caía indiretamente sobre a população e os comerciantes, sendo pago pela *Companhia de Agricultura e Vinha do Alto Douro* até 1806. Tinha a incumbência de elaborar planos estratégicos e executar as respetivas obras na cidade de modo a regular e subordinar os interesses individuais ao bem comum⁴³. Neste âmbito é estabelecido o

³⁸ Com uma favorável conjuntura económica ligada à atividade mercantil e ainda a nomeação de João de Almada e Melo como comandante militar.

³⁹ O rápido crescimento da população citadina, a nova e favorável conjuntura económica ligada à atividade mercantil.

⁴⁰ Por vezes em conflito com o poder político, nomeadamente no que se refere ao comércio e à exportação do vinho do porto, como resultado da crescente importância da produção vinícola e da criação da Companhia da Agricultura do Alto Douro.

⁴¹ Nomeado pelo seu primo – Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês do Pombal (1699-1782) - e sucedido pelo seu filho Francisco de Almada e Mendonça (1751-1804).

⁴² Segundo os conceitos urbanísticos racionais iluministas, que tinham como premissa questões centrais de salubridade, de higiene e de saúde pública. *O urbanismo Iluminista preocupou-se principalmente com a racionalidade do traçado urbano, assim como, em melhorar a habitabilidade da cidade medieval e barroca. Introduziu novos elementos em benefício da sociedade, tais como, a abertura de grandes espaços públicos, praças ou grandes avenidas e jardins. Procurou ainda dotar a cidade de infraestruturas, principalmente sanitárias, e melhorar a qualidade das edificações.*

In <http://www.aicei.org/pt/menu/83/artes-arquitectura-e-urbanismo.aspx>

⁴³ Seguindo os novos conceitos urbanísticos, as edificações obedeciam a planos estabelecidos onde era privilegiado o conjunto arquitetónico e não o edifício isolado. O traçado dos arruamentos novos acompanhava o desenho do seu alçado de conjunto para se fazer cumprir.

*Plano de Melhoramentos de 1784*⁴⁴, considerado o primeiro *Plano Geral da Cidade do Porto*.

Assim, a *Cidade Nova*, a cidade da segunda metade do século XVIII, desenvolveu-se sustentada nesta intenção de regularização urbana, com introdução dos programas de planificação, gestão e estruturação assentes nos conceitos iluministas⁴⁵ e procurando responder às necessidades de modernidade urbana.

A Arquitetura Civil toma agora um lugar significativo, com novas correntes estilísticas, sistematizadas por elementos arquitetónicos e estéticos, tendo por base os sistemas construtivos adotados na reconstrução de Lisboa, devastada pelo terramoto de 1755. Novos edifícios de grande escala estruturaram os seus eixos organizativos e definiram a imagem do Porto modernizado e desenvolvido, rompendo os limites físicos medievais. Os planos de granito das muralhas são utilizados para adoçar novas edificações ou são demolidos e reaproveitada a pedra na construção dos novos edifícios.

Abrem-se arruamentos. Reestruturam-se e concebem-se novas praças na malha antiga para canalizar o Rio da Vila e ampliar o sinuoso tecido intramuros, ligando a parte alta da cidade à Ribeira – a Rua de S. João, a Praça da Ribeira e a Praça de S. Roque⁴⁶. Planifica-se a Rua de Santo António⁴⁷ e melhora-se a Rua dos Clérigos⁴⁸, criando o eixo este-oeste no exterior da muralha. Urbanizam-se em malha ortogonal algumas áreas rurais a norte e a poente – nos Laranjais, a poente de Cedofeita. Estabelece-se a ligação da cidade com o exterior, através da abertura e beneficiação da Rua de Cedofeita, do Almada, de Santa Catarina e de Santo Ildefonso. Estabelecem-se miradouros sobre o Rio Douro: a poente nas Virtudes, e a nascente nas Fontainhas.

Assim, os grandes eixos de expansão constroem um traçado regulador que geometrizam as áreas de consolidação da cidade que hoje encontramos:

⁴⁴ João de Almada fez aprovar em 1784 um plano de melhoramentos da cidade que previa uma "vasta empresa de regularização do velho burgo medieval e do seu conveniente engrandecimento (Ó) com grandes demolições que tomaram possíveis traçados desejados já em 1760".

In https://www.rtp.pt/noticias/cultura/renovacao-urbana-do-porto-sofreu-com-afastamento-do-marques_n155276

⁴⁵ *Movimento intelectual do século XVIII caracterizado pela centralidade na ciência e na racionalidade crítica, no questionamento filosófico, o que implica a recusa de todas as formas de dogmatismo, ou de doutrinas políticas e religiosas estabelecidas. Filosofia das luzes, ilustração e esclarecimento.*

In <http://www.aicei.org/pt/>

⁴⁶ Desparecida aquando da construção da Rua Mouzinho da Silveira

⁴⁷ Rua 31 de Janeiro

⁴⁸ Antiga Calçada da Natividade

- Este-oeste: Rua de Santo António e Rua dos Clérigos – ligação para poente paralela ao Rio Douro
- Traçado linear da Rua do Almada – ligação para norte e saída para Braga (2)
- Urbanização das áreas rurais - traçados de base ortogonal
- Beneficiação dos arruamentos de acesso à cidade
 - Rua de Cedofeita - estrada da Póvoa (1)
 - Rua do Almada - estrada de Braga (2)
 - Rua de Santa Catarina - estrada de Penafiel (3)
 - Rua de Santo Ildefonso - estrada de Valongo

Legenda:

- 1 - Rua de Cedofeita - estrada da Póvoa
- 2 - Rua do Almada - estrada de Braga
- 3 - Rua de Santa Catarina - estrada de Penafiel
- 4 - 2ª Muralha
- 5 - 1ª Muralha

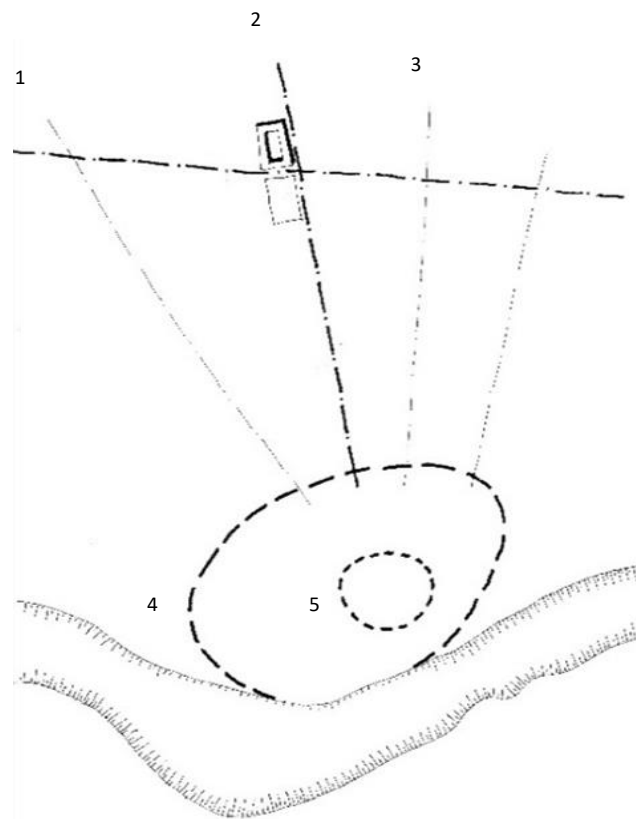


Figura 7 - Esquema dos novos eixos de expansão da cidade.
Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Novos equipamentos são construídos no exterior da cidade intramuros. Edificações que se assumiam como símbolo de uma urbanidade formal, estruturando e referenciando a cidade, e ao mesmo tempo funcional, reforçando a organização social que lhe está adjacente, acompanhando desta forma as tendências das grandes cidades europeias à época.

Surgem os grandes edifícios públicos e religiosos, representativos da arquitetura neoclássica de influência inglesa⁴⁹:

- Edifício da Cadeia e Tribunal da Relação (1765)
- Hospital Real de Santo António (1770)
- Convento de Santo António da Cidade (1783)⁵⁰
- Casa da Feitoria Inglesa (1790)
- Edifício da Real Casa Pia⁵¹ (1792)
- Quartel de Santo Ovídio (1793)
- Teatro S. João (1794)
- Edifício da antiga Real Academia da Marinha e do Comércio⁵² (1803)
- Edifício da Alfândega Nova (1859)
- Igreja dos Terceiros de São Francisco⁵³
- Igreja da Lapa

⁴⁹ O gosto de influência inglesa na cidade do Porto prolonga-se ainda por todo século XIX.

⁵⁰ Hoje edifício da Biblioteca Pública Municipal do Porto.

⁵¹ Mais tarde ocupado pelo Governo Civil

⁵² Hoje Reitoria da Universidade do Porto

⁵³ Paredes meias com a Igreja de São Francisco

- Igreja da Trindade
Igreja de Nossa Senhora da
Vitória

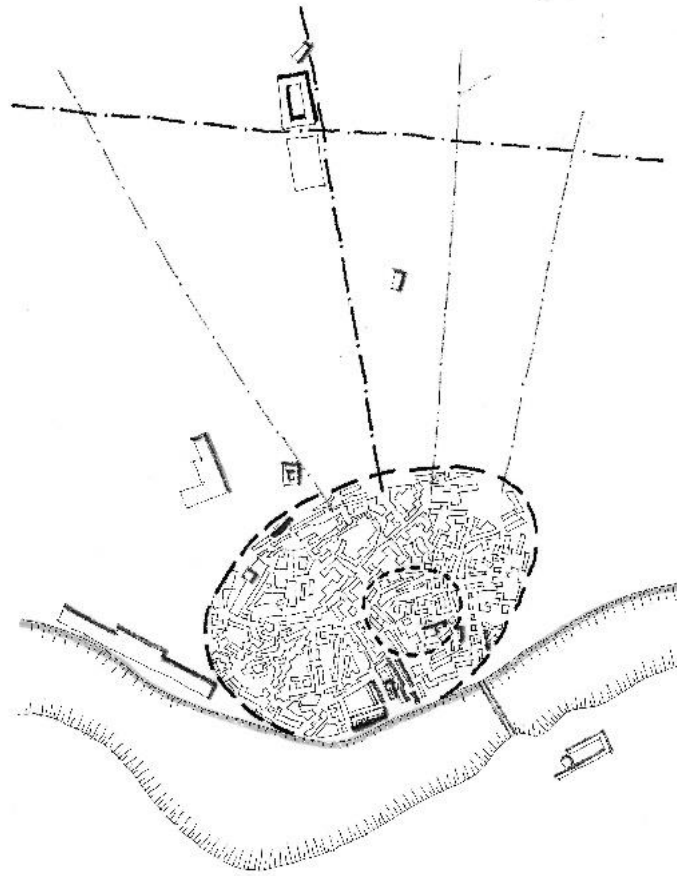


Figura 8 - Localização esquemática dos equipamentos construídos à época do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Estas construções identificam-se pela sua traça comum, de uma arquitetura marcadamente neoclássica, mas também pela utilização do granito⁵⁴ como componente do sistema construtivo empregue, e pela aplicação de elementos estéticos de composição, criando uma imagem uniforme e identitária desse tempo e desse lugar.

À morte de Francisco de Almada e Mendonça em 1804, a Junta das Obras Públicas foi extinta, deixando a cidade do Porto regulada por um traçado radial, centrado na muralha medieval existente, mas lançada ao desenvolvimento territorial.

A edificação do Quartel de Santo Ovídio, para a específica função de aquartelamento do 2º Regimento de Infantaria do Porto, é prevista nesta grande planificação estrutural da cidade. É implantado numa área distante da urbe antiga, no seu eixo norte/sul definido

⁵⁴ Pedra abundante na região.

pela Rua do Almada e ligando o centro da cidade à estrada de Braga⁵⁵. À época constituía o remate físico do desenvolvimento urbano, formando o novo ponto de entrada, o nó de ligação ou mudança de direção.

1.2.2 Razões da Construção

O anseio de imortalidade dos homens e o seu orgulho buscaram na portentosa e duradoira radiação da Arquitetura um meio de sobreviver.

Dessas obras só resistiram ao tempo e permaneceram vivas na admiração dos homens, as que foram criadas com raízes profundas em realidades materiais e nos sentimentos e necessidades das gentes; que foram fruto de forças reais e efetivas, e nunca as nascidas do simples capricho de um ou de alguns indivíduos.

Francisco Keil do Amaral⁵⁶

O Reino de Portugal tinha em mãos uma necessidade premente de proceder a uma reorganização militar profunda, fruto dos diversos conflitos militares do final do séc. XVIII e como tal a necessidade imperiosa de reforçar, estruturar e organizar um exército forte, disciplinado e eficiente, capaz de combater, resistir e vencer o inimigo.

Neste contexto surge o 2º Regimento de Infantaria do Porto, originário da divisão do anterior Regimento de Infantaria do Porto⁵⁷ em 1762.

É instalado nos Celeiros da Cordoaria⁵⁸ em muito más condições, ocupando um espaço exíguo, insalubre e desconfortável, como testemunha um aviso de 1790:

O quartel em que se acha o 2º regimento da guarnição da cidade do porto, não se lhe falta de comodidades para a boa economia da tropa, mas ainda prejudicial a

⁵⁵ O plano urbanístico de João de Almada para a cidade do Porto, um dos primeiros planos de conjunto a aparecer na Europa, estabeleceu o eixo de ligação para norte, que partia da Praça da Ribeira, seguia pela Rua de São João, Largo de São Domingos, Rua das Flores, Rua Nova das Hortas (início da rua do Almada) e Rua do Almada e terminando no Campo de Santo Ovídio (atualmente Praça da República).

⁵⁶ In *Arquitetura e a Vida*, F. Keil do Amaral. Edições Cosmos, Lisboa. 1940. Pg.

⁵⁷ O terço de Infantaria instituído por D. Pedro II em 1669, passa a designar-se Regimento de Infantaria pelas *Novas Ordenanças* de 1707. Este Regimento foi dividido pelo Decreto de 20 de abril de 1762, ficando a existir o 1º Regimento de Infantaria do Porto e o 2º Regimento de Infantaria do Porto.

⁵⁸ Edificados em 1700 pelo mestre pedreiro João da Maia e funcionavam como ponto de recolha de cereais, assegurando o abastecimento alimentar da cidade. Teve diversas utilizações como teatro, quartel, hospital militar, depósito de géneros da Real Fazenda administrado pela Junta do arsenal Militar. Foi alugado a particulares ingleses.

saúde dos seus indivíduos pelo aperto em que vivem, e que pouco ar que recebe o mesmo edifício.⁵⁹



Figura 9 - Tela que se encontra numa das paredes do salão nobre do quartel, representando o retrato de D. Maria I segurando o Aviso Régio que determina a construção do Quartel de Santo Ovídio. Registo de Maria Antónia Bacelar.

D. Maria I, Rainha de Portugal, ao tomar conhecimento das condições de acomodação desta tropa, bem como da conjuntura das necessidades militares e do descontentamento da população, faz saber por Aviso (Real Ordem) de 20 de fevereiro de 1790 da sua decisão em determinar a construção *dos quartéis do Porto*.

O ofício intitulado Aviso (Real Ordem)⁶⁰, apresentado a D. Maria I, vem despoletar a decisão para criar condições dignas de aquartelamento para a guarnição de Infantaria da cidade do Porto⁶¹, esta que sempre esteve alojada em muito más condições e a custas da população, por via dos aboletamentos, ou seja, alojados em casas particulares dos

⁵⁹ Anexo 1

⁶⁰ Ver anexo 1

⁶¹ Depois de apresentadas à Rainha, D. Maria I, as más condições de instalação dos militares na cidade do Porto é através do Aviso (Real Ordem) de 20 de Fevereiro, de 1790, assinado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, Luís Pinto de Sousa e dirigido a Francisco de Almada e Mendonça, que é determina a construção de dois quartéis na cidade, sendo um para o 2.º Regimento de Infantaria e outro, com a competente cavaliça, para os militares das Partidas e Destacamentos de Cavalaria e Infantaria (de acordo com a investigação do Capitão-Tenente Vítor Mendonça no GEAEM).

moradores da cidade, muitas vezes para profundo desagrado dos mesmo, dado ser uma imposição do Estado.

Esta situação trazia uma serie de inconvenientes, não só para a própria guarnição como para a população - perda de disciplina e o seu respetivo enquadramento na estrutura militar, assim como o exercício de prepotência e opressão para com os habitantes da cidade.

A Câmara do Porto constrói um edifício no largo do Corpo da Guarda (1697-1710) e o aquartelamento da Torre da Marca, lá instalando o Regimento de Infantaria da Cidade, e posteriormente 1º Regimento de Infantaria do Porto (futuramente Infantaria 6).

Com a criação do 2º Regimento de Infantaria do Porto (em 1806 passando a Infantaria 18) em 1762 pelo Decreto de 20 de abril, este seria instalado em muito más condições nos referidos Celeiros da Cordoaria, o que nada abonaria para a capacidade operacional das unidades em questão. Situação que justifica a apresentação à Rainha D. Maria I relatórios onde se dá conta das más condições em que se encontravam instalados os militares na Cidade do Porto.

Em resposta dessa exposição, o já referido Aviso (Real Ordem) de 20 de fevereiro de 1790, assinado por Luís Pinto de Sousa, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e dirigido a Francisco de Almada e Mendonça, determinava a construção de dois quartéis na cidade:

- Um para o 2º Regimento de Infantaria do Porto – Quartel de Santo Ovídio na Praça de Santo Ovídio, conforme Plano já aprovado pela Rainha;
- Em um outro quartel, com a competente cavalaria, para os militares das Partidas e Destacamentos de Cavalaria e Infantaria – no lugar que se julgasse mais apropriado.

Reiteramos que esta decisão surge fundamentada no necessário e urgente garante de alojamento condigno para o 2º Regimento de Infantaria do Porto, eco das precárias condições do edifício onde se encontrava aquartelado e na necessidade de terminar com os aboletamentos dos militares das Partidas e Destacamentos de Cavalaria e Infantaria.

Para o efeito foi nomeado o Desembargador e Corregedor da Comarca da Cidade do Porto, Francisco de Almada e Mendonça, como Inspetor das obras a efetuar segundo

instruções que recebera de Sua Majestade. Determinava-se que os Projetos e os Planos dos quartéis seriam efetuados pelo Engenheiro do Reino, Tenente-coronel Reinaldo Oudinot, que se encontrava já na cidade do Porto. Para seguir a execução das mesmas foi nomeado o Arquiteto da Junta das Obras Públicas, Theodoro de Sousa Maldonado. Ficou esclarecido ainda, que ambos os quartéis seriam construídos com recurso às verbas do “Subsídio Militar”.

1.2.3 A atribuição do projeto a Reinaldo Oudinot

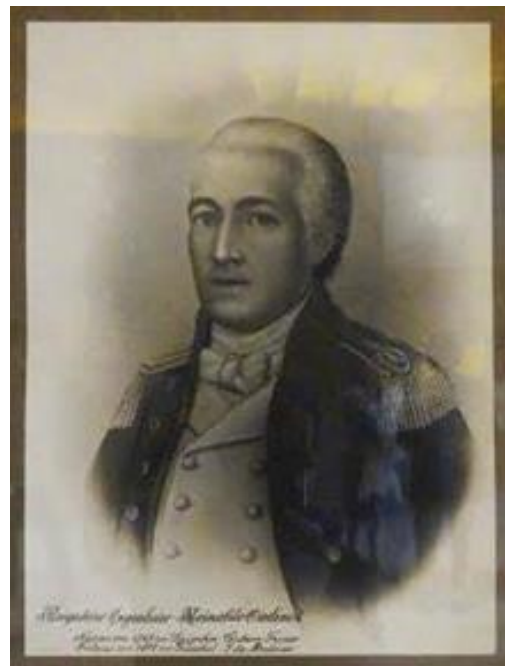


Figura 10 - Tenente-Coronel, Engenheiro do Reino, Reinaldo Oudinot (1747-1807). (In <https://funchalnoticias.net/2016/09/10/planeamento-do-funchal-a-maneira-do-brigadeiro-oudinot-evocado-por-rui-carita-em-lisboa/>).

O projeto de arquitetura do Quartel de Santo Ovídio é elaborado por Reinaldo Oudinot em 1790, por determinação de Almada e Mendonça, em nome da Rainha.

Engenheiro militar ao serviço do governo de Portugal, foi uma figura incontornável do conhecimento da topografia e orografia da cidade do Porto, da organização militar e suas necessidades, das orientações iluministas da construção da cidade nova e de gosto *neoclássico* de influência *palladiana* como vinha já a ser aplicado nas edificações públicas do Porto.

Reinaldo Oudinot, Engenheiro Militar

A importância deste Engenheiro Militar, leva-nos a que uma breve evocação se justifique estar presente no *corpus científico* do trabalho.

Reinaldo Oudinot, que chegou a Brigadeiro de Engenharia ao serviço do Exército Português, nasce em 1747, no lugar de S. Pignei (Sepignes), bispado de Verdun, em França.

Chegado a Portugal em 1766, ingressa no quadro do Exército com apenas 19 anos, iniciando a sua carreira militar como Ajudante de Infantaria, com exercício de Engenheiro. Inicia a sua atividade na Província da Estremadura e integra-se, em 1768, na equipa de Guilherme Elsdén, já como Capitão, e colabora nos levantamentos e projetos hidráulicos da bacia hidrográfica do rio Tejo. Em 1773 assume a direção dos trabalhos hidráulicos do Rio Liz, em Leiria, ação de que se ocupará durante quinze anos. Desenvolve simultaneamente vários estudos agrícolas, relacionados com o Pinhal de Leiria. Cessou estas funções aquando da sucessão na Casa do Infantado após a morte de D. Pedro III, em 1786.

Reinaldo Oudinot tornara-se, nessa época, no engenheiro com melhor conhecimento do regime dos rios e da costa portuguesa. Nesse quadro, construiu um pensamento próprio sobre as causas do assoreamento dos portos da fachada atlântica, sendo chamado para as mais difíceis comissões hidráulicas.

O seu trabalho era metódico e rigoroso, em particular na utilização do desenho como instrumento de trabalho, dominando ainda diversas áreas dentro da arquitetura e da engenharia militares.

Rui Carita⁶²

Em abril de 1780 é promovido a Sargento-mor (equivalente ao atual posto de Major) e em dezembro de 1784 passa a Tenente-coronel, quando ainda se encontrava a trabalhar na área de Leiria, obras essas que se prolongariam até 1789.

Em setembro de 1789, a *Junta das Obras Públicas* encarrega-o de examinar a barra do Douro e propor um vasto programa envolvendo a *Companhia do Alto Douro* e o governo

⁶² In “O projeto do brigadeiro Reinaldo Oudinot para as ribeiras do Funchal, de 14 de abril de 1804. A atualidade de uma proposta 200 anos depois.” www.academia.edu/

da cidade do Porto. Um mês depois da sua chegada ao Porto, em outubro de 1789, envia um relatório com as medidas a adotar, sendo aprovado pela Rainha D. Maria I, logo no mês de fevereiro de 1790.

É solicitado a elaborar os projetos do Quartel de Santo Ovídio e da Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas, dos Paços do Concelho da Póvoa de Varzim na década de 1790, assim como variados planos e obras de cariz hidráulico para o Porto, Póvoa, Leiria, Aveiro e por último na ilha da Madeira.

Dadas provas da sua notável atividade, conhecimento e pelo rigor de representação gráfica, é também chamado para intervenções de arquitetura e traçado urbanístico.

A Rainha, por Aviso Régio (1790), atribui-lhe o projeto de dois quartéis militares para as tropas do Porto – o *Quartel de Santo Ovídio* e a *Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas*.



Figura 11 - Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas (1790), Rua Augusto Rosa, Porto, projetado por Reinaldo Oudinot. (In <http://portoiofotos.blogspot.com/2010/03/2-edificios-com-hist.html>)

Propõe o alinhamento da zona marginal do Douro, assente no desenvolvimento de cinco praças: São João da Foz, Massarelos, Ribeira do Porto, Guindais e Freixo, que se ligariam por uma estrada marginal. Projeto que denota influência da reconstrução de Lisboa, aquando do terramoto de 1755.

Envia, em 1791, a José de Seabra da Silva um projeto urbano de desenvolvimento para a Póvoa de Varzim, baseado em três intervenções: um novo aqueduto, condutor da água para o centro da povoação; o traçado da Praça Central (hoje a Praça do Almada), como centro político, económico e social; a construção do edifício dos Paços do Concelho e a construção de um abrigo para segurança das embarcações de pesca.

A partir de 1798, pertence à recém-criada *Sociedade Real Marítima, Militar e Geográfica para o Desenho, Gravura e Impressão das Cartas Hidrográficas, Geográficas e Militares*. Acumula desde 1801 as funções de *Governador das Armas da Cidade do Porto e seu Partido*, durante a Campanha da Guerra das Laranjas, onde se mobilizou contra os exércitos espanhóis invasores, estes atacando pelo teatro de operações da Galiza.

Em 1802 vai intervir, num trabalho conjunto com o seu assistente e genro Luís Gomes de Carvalho, na penosa situação em que se encontrava a região do rio Vouga junto a Aveiro, fruto dos constantes alagamentos da ria e das zonas circundantes até à conhecida Costa Nova, respondendo às necessidades de escoamento e drenagem das águas para o mar, ainda hoje incompleta.

Atendendo ao seu conhecimento e engenho nesta área, o Governo do Reino convoca-o para solucionar de emergência as inundações da aluvião no Funchal, em 1803, e noutros locais da Ilha da Madeira. Inicia os seus trabalhos pela organização de um estaleiro de obras na baixa do Funchal como método preparatório das intervenções de encanamento das ribeiras; elabora instruções para as intervenções, manifestando assim a sua capacidade de direção e organização. O seu plano alarga-se ao traçado urbano, propondo a “Nova Cidade a Construir” definida pela expansão urbana a ocidente.

O seu trabalho geral de topografia, de construção e obras públicas, tanto civis como militares, foi continuado pelos seus ajudantes, copiado e ampliado pelos engenheiros militares seguintes, tornando-se uma obra de referência.

O Brigadeiro Reinaldo Oudinot vem a falecer no Funchal, a 11 de fevereiro de 1807, não chegando a assistir à invasão franco-espanhola de Portugal nem à partida da Família Real para o Brasil. Meio ano antes, em 14 de julho de 1807, faz um aditamento ao seu testamento, onde se pode ler:

Sua Majestade a Rainha Nossa Senhora e S.A.R o Príncipe Regente Nosso Senhor me prometeram assinaladas recompensas pelos Serviços que fiz e faço em utilidade das Barra do Porto, e de Aveiro, na Restauração da Ilha da Madeira, e pelos outros muitos, que fiz tanto na Paz como na Guerra desde o ano de 1766, sem intercessão alguma e sempre com aprovação e louvores de nossos Augustos Soberanos, como é muito notório, e consta também de muita correspondência com os Ex.mos Srs. Ministros e Secretários de Estado, Generaes, etc.⁶³

⁶³ In www.socgeografialisboa.pt/wp/wp.../07/LOUDINOT-SÍNTESE-PROGRAMA-1.pdf

O seu nome faz parte da historiografia e toponímia das cidades portuguesas onde criou as novas condições para as populações locais, bem como de ordenamento do território e de proteção costeira. Nome de referência da engenharia e arquitetura militar, na aprendizagem desse saber, na representação cartográfica e nas questões hidrográficas e ambientais que ainda hoje são prementes.

Principais intervenções de Reinaldo Oudinot em Portugal

Forças materiais e espirituais comuns a certas épocas, regiões ou povos, geram processos comuns de dar solução arquitetónica aos diferentes problemas; e as características idênticas e generalizadas das obras assim nascidas constituem propriamente o estilo.

In Arquitetura e a Vida de Keil do Amaral

Como vimos, Reinaldo Oudinot vem para Portugal com a incumbência de integrar a equipa de Guilherme Elsdén e colaborar nos levantamentos e projetos hidráulicos da bacia hidrográfica do rio Tejo que estavam em curso.

Tem como seu colaborador o engenheiro Faustino Salustiano da Costa e Sá (1750-1820), possuidor também de uma larga experiência no campo do desenho cartográfico⁶⁴ e que cuja função era a realização dos trabalhos topográficos, em particular a atualização e ampliação do levantamento da cidade do Porto e seus contornos, trabalho que acaba por não se realizar como deveria pelos avultados custos.

Esta ação de Oudinot influencia profundamente as obras públicas do norte do país.

⁶⁴ Faustino Salustiano da Costa e Sá (1750-1820), e formado na Aula Militar da Corte, engenheiro militar desde 1768. Inicia-se como ajudante de infantaria, sob o comando do engenheiro francês Francisco de Alincourt (c. 1733-1816) e que se encontrava na execução das obras do porto do Funchal, Madeira, e na montagem da Escola de Geometria e Trigonometria, fundada pelo governador João António de Sá Pereira (1719-1804). Francisco de Alincourt é afastado das suas funções e é substituído por Salustiano da Costa. Veio a traduzir, em 1774, *Pratique de la géométrie sur le papier et sur le terrains*, de Sebastien Leclerc (1637-1714), que fez acompanhar de desenhos seus para as aulas em causa.

A atividade profissional de Reinaldo Oudinot expande-se também para a Póvoa de Varzim. Envia, em 1791, a José de Seabra da Silva um projeto urbano de desenvolvimento para a Póvoa de Varzim, baseado em três intervenções:

- um novo aqueduto, para condução da água à cidade e a regularização dos caudais de águas de aluvião e encanamento – o Aqueduto de Coelho, um canal artificial construído para conduzir as águas entre o lugar de Coelho e o tanque da Praça Nova (Campo da Calçada, hoje designada Praça do Almada). Trata-se de uma construção em granito, de altura moderada, acompanhando os desníveis do terreno. É formada por arcos de volta perfeita e arcos quebrados, com o intradorso de aduelas regulares, assentes em pilares prismáticos;



Figura 12 - Aqueduto de Coelho, Póvoa de Varzim (In http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5130)

- o traçado duma Praça Central (hoje a Praça do Almada), como centro político, económico e social, devidamente urbanizada e com “casas alpendreadas”, que inclui o projeto da construção do edifício dos Paços do Concelho (1791-1807). A arcada da frontaria deste edifício dos Paços do Concelho, desenhada entre 1790-1791, tem notória influência da Feitoria Inglesa do Porto e que o autor conhecia soberbamente;

Figura 13 - Edifício da Camara Municipal da Póvoa de Varzim. (In http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5129)



Figura 14 - Planificação e construção da atual Praça do Almada (1793), Póvoa de Varzim. Gravura da Praça do Almada. (In <http://anossapovoa.blogspot.com/2010/11/o-edificio-da-camara-municipal-da-povoa.html>)



- a elaboração do plano de uma caldeira (porto de abrigo) para permitir o fundeamento em segurança das embarcações de pesca;

Figura 15 - Projeto do porto de abrigo da Póvoa de Varzim (1791). Gravura - A Ribeira, parte da enseada junto ao Castelo da Póvoa (Forte), onde se desenvolveram as atividades de construção naval e piscatória. (In https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_P%C3%B3voa_de_Varzim)



É fundamentalmente, na área da Engenharia Hidráulica que Reinaldo Oudinot mais se notabiliza:

- Trabalhos de construção da Barra do Douro;
- Melhoramentos no porto de abrigo da Póvoa de Varzim;
- Melhoramentos no rio Vouga associados à abertura da barra de Aveiro;
- Regularização hídrica na cidade do Funchal, aquando da aluvião de 1803.

Para fazer frente aos rebentamentos dos paredões provocados pela força das águas da terrífica aluvião de 9 de outubro de 1803 no Funchal e que colocou a cidade em estado de calamidade pública tornou-se urgente o envio de um engenheiro especializado em hidráulica. É imperativa a reabilitação e reordenação dos caudais, de modo a repor a ordem, o equilíbrio das águas e a estabilidade dos taludes e encostas garantindo da vida quotidiana das populações.

Foi então definida a partida de Reinaldo Oudinot para a ilha da Madeira, em virtude de Salustiano da Costa⁶⁵ ter recusado esta tarefa. Chamado a Lisboa, Oudinot colocou como exigência a sua promoção a brigadeiro⁶⁶ e a sua continuidade na direção das obras das barras de Aveiro e do Douro⁶⁷.

Foi nomeado a prestar comissão de serviço em 30 de novembro de 1803, tendo embarcado em fevereiro de 1804 para o Funchal.

Desenvolve um importantíssimo trabalho hidráulico no Funchal e noutras regiões da ilha, nomeadamente:

- Levantamento da planta do Funchal, com os estragos efetuados pela aluvião - a melhor planta executada até então na Madeira, enviada a 9 de outubro de 1804;
- Elaboração da carta do Funchal de setembro de 1805, com o projeto de encanamento das ribeiras e com as obras já efetuadas;
- Organiza o estaleiro de obras na baixa do Funchal para os trabalhos de encanamento das ribeiras.

Um ano depois, produz a súmula dos seus trabalhos, de caráter teórico sobre a ilha através dos inúmeros ofícios que enviava para a corte, descrevendo detalhadamente o

⁶⁵ Faustino Salustiano da Costa e Sá (1750-1820), formado na Aula Militar da Corte, engenheiro militar desde 1768. Inicia-se como ajudante de infantaria, sob o comando do engenheiro francês Francisco de Alincourt (c. 1733-1816) e que tinha trabalhado nas obras do porto do Funchal e na montagem da Escola de Geometria e Trigonometria, fundada pelo governador João António de Sá Pereira (1719-1804). Francisco de Alincourt é afastado das suas funções e é substituído por Salustiano da Costa. Traduz em 1774, *Pratique de la géométrie sur le papier et sur le terrains*, de Sebastien Leclerc (1637-1714), ilustrado com desenhos seus que utilizava nas aulas em causa.

⁶⁶ Em 1801, são criadas três brigadas de engenheiros, cada uma chefiada por um brigadeiro do Real Corpo de Engenheiros. Estas brigadas dispunham de um efetivo reduzido, sendo compostas apenas por oficiais. Estavam sediadas em Évora, Santarém e Guimarães, competindo-lhes a direção dos trabalhos de engenharia militar, respetivamente, nas províncias do Sul, do Centro e do Norte do país.

⁶⁷ Função que deveria retomar logo que os oficiais colaboradores que levava para a Madeira estivessem instruídos para darem continuidade ao trabalho.

seu trabalho. As suas concepções ampliaram-se à zona ribeirinha da cidade, com as novas estruturas de defesa da ilha.

À sua morte, o seu trabalho foi continuado pelo seu colaborador Paulo Dias de Almeida (c. 1778-1832), restabelecendo o curso e equilíbrio das águas na ilha da Madeira.

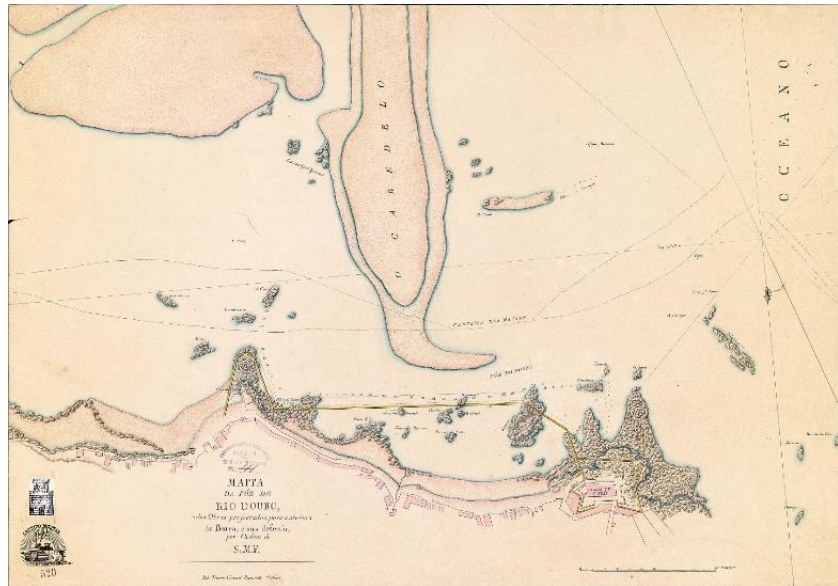
Outros projetos na Cidade do Porto

É fundamentalmente, na área da Engenharia Hidráulica que Reinaldo Oudinot mais se notabiliza.

Trabalhos de abertura da Barra do Douro:

- 1788, Reinaldo Oudinot elabora os trabalhos de abertura da Barra do Douro.
Traça o Mapa da Foz do rio Douro e das obras projetadas para a abertura e para a defeza da barra por ordem de Sua Majestade. Este mapa é o 1º levantamento da Barra do Douro realizado por Reinaldo Oudinot;
- Propõe executar um paredão desde o Farol da Cantareira até ao Molhe das Felgueiras e reformular a Fortaleza de S. João da Foz, ampliando-a para Oeste e para Sul através da construção de um baluarte e mais um meio-baluarte e cortina reta, para sul – proposta que não foi concretizada;

Figura 16 - Mappa da Fóz do Rio Douro e das obras projectadas para a abertura da Barra e sua defesa por ordem de S. M. F. pelo Tenente Coronel Raynaldo Oudinot. PT-GEAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE).



- Em 1792, novo projeto merece aprovação régia.

Trabalhos de fortificação para a defesa da Barra do Douro:

- Em 1793, idealiza a construção de uma nova e grandiosa fortaleza assente em terreno conquistado ao rio e ao mar, bem como de baterias de defesa, de molhes e de um farolim;

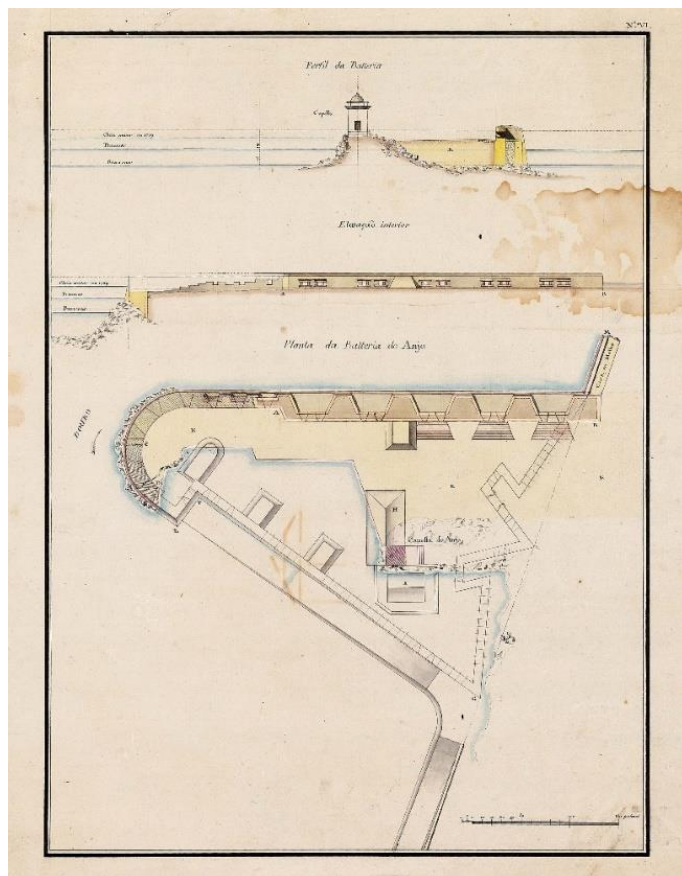


Figura 17 - Planta da Bateria do Anjo : [Castelo de São João da Foz, Porto]. PT-GEAEM-3678/B-3-35-48 (DIE).

- Data de 1794 a “*Planta no novo Castello de S. João da Foz do Douro, projetado pelo Coronel no real Corpo dos Engenheiros, Reinaldo Oudinot*”, apresentando duas novidades: a demolição do velho castelo e definição de quarteirões de traçado regular e ortogonal na Foz, que não seriam realizados. Um relatório de 1795 testemunha que a proposta da nova fortaleza foi abandonada por a sua construção ser muito dispendiosa, sendo substituída pela reforma dos sistemas defensivos existentes época.

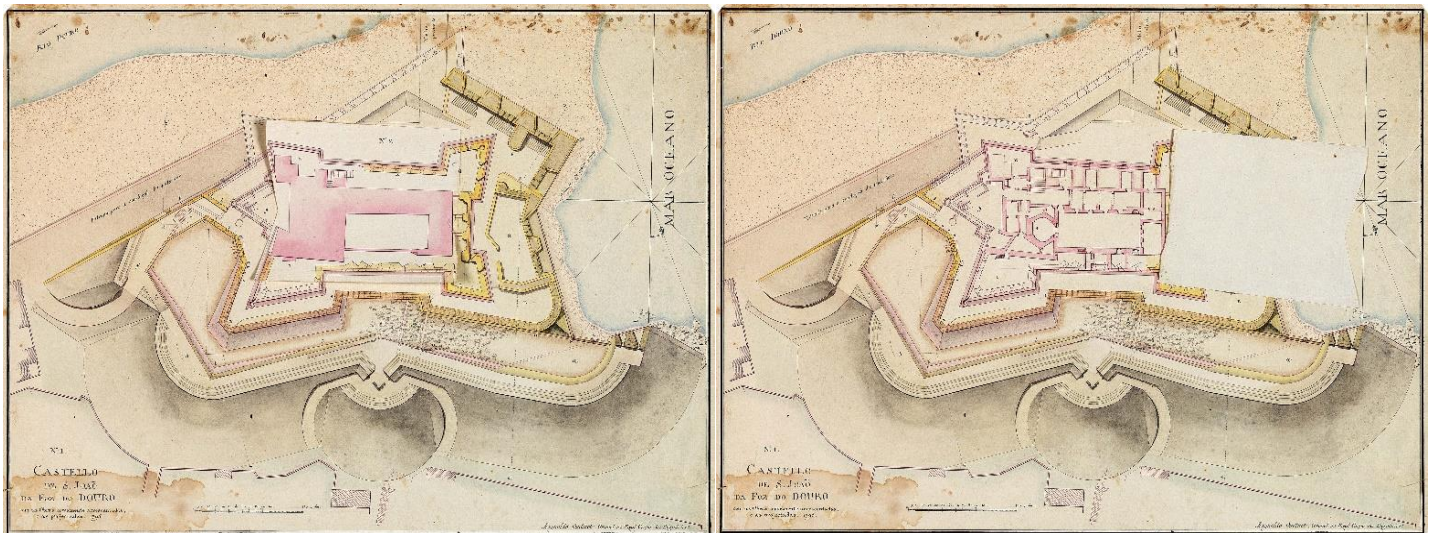


Figura 18 - Castello de S. João da Foz do Douro, com as obras novamente acrescentadas e as projectadas. Assinado – Reinaldo Oudinot, Coronel no Real Corpo dos Engenheiros. PT-GAEM-3678/A/h-3-35-48 (DIE).

Remodelou com notoriedade a falsa-braga e o sistema de entrada na fortaleza, adquirindo o aspeto que detém hoje⁶⁸.

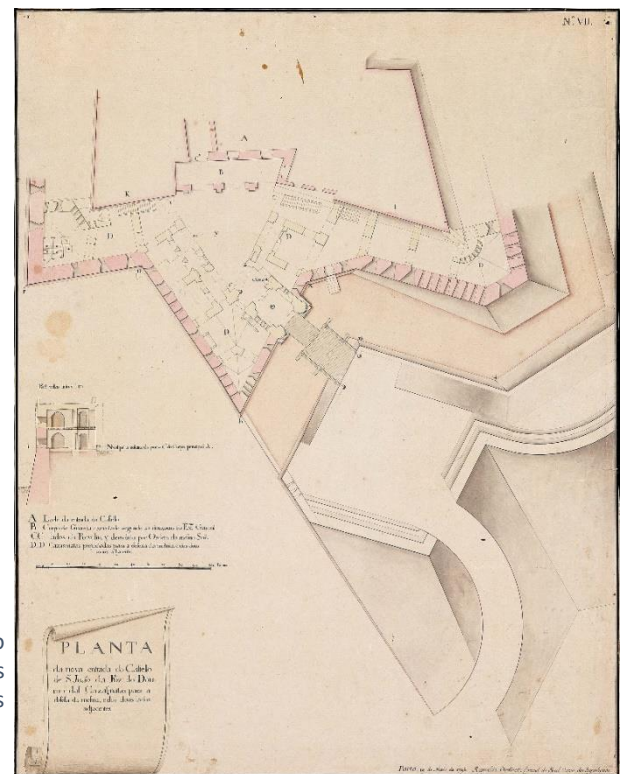


Figura 19 - Planta da nova entrada do Castello de S. João da Foz do Douro e das cazas matas para a defesa da mesma e dos dous lados adjacentes : [Porto]. Reinaldo Oudinot, Coronel do Real Corpo dos Engenheiros. 1798. PT-GAEM-3678/C-3-35-48 (DIE).

Em 1800 continua a trabalhar na cidade do Porto.

⁶⁸ Consultar anexo.

1.2.4 A construção do Quartel de Santo Ovídio

*O estilo, ou espírito, de uma época é qualquer coisa de maior.
É a maneira pela qual toda uma civilização reage sobre os seus artistas ao
ponto de deixar a sua marca sobre as suas composições, mesmo as mais
modestas...*

*Initiation à l'Architecture de Georges Gromot
In Arquitetura e a Vida de Keil do Amaral*

*A Arquitetura está sujeita a exigências várias, de ordem material,
económica, social e psicológica; e esses fatores impõem aos arquitetos
determinados rumos condicionadores dos rumos do génio individual.*

Francisco Keil do Amaral⁶⁹
In *Arquitetura e a Vida* de Keil do Amaral

A construção do Quartel de Santo Ovídio segue maioritariamente o projeto e programa delineados pelo então Tenente-coronel Engenheiro Reinaldo Oudinot [1744-1807] que foram posteriormente ajustados por Theodoro de Souza Maldonado [1759-1799]. Este arquiteto das Obras Públicas é, até à sua morte, quem segue a construção. José Francisco de Paiva [1744-1824], após o falecimento de Theodoro Maldonado, é nomeado *Architecto do Real Quartel de Santo Ovídio* e acompanha a construção do quartel até à sua conclusão, entre 1805 ou 1806.

Os Intervenientes na Construção

O Quartel de Santo Ovídio principia a sua edificação a partir do ano de 1793, com a marcação da sua implantação e os primeiros trabalhos da construção dos muros de alicerce. Na sequência de sérias questões económicas que se prendiam com o custo deste empreendimento militar e a atribuição das necessárias verbas municipais ou

⁶⁹ In *Arquitetura e a Vida*, F. Keil do Amaral. Edições Cosmos, Lisboa, 1940.

públicas, bem como o custo e a demora das expropriações obrigaram a sucessivas paragens e atrasos na finalização dos trabalhos.

Neste contexto, vão surgindo outros contratemplos. Reinaldo Oudinot, autor deste projeto, tem em mãos o extenso plano da barra do Douro.

Despontam-se conflitos militares sérios, como a Campanha do Rossilhão⁷⁰ (1793 – 1795), onde as tropas portuguesas reforçam as espanholas, integrando a primeira aliança liderada pela Inglaterra contra a França revolucionária.

A Guerra das Laranjas⁷¹ (1801), onde a partir da ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder (1799), Espanha e França se aliam para, por meio da invasão e da divisão de Portugal entre estas duas potências, poderem atingir indiretamente os interesses comerciais do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda e de Portugal no Sul do Brasil. No decurso destes conflitos, Portugal verifica a extrema necessidade de criar um exército forte e coeso, de modo a fazer frente a futuros conflitos de guerra. Prepara uma grande reestruturação e reorganização do exército que só vem a ser posta em prática em 1806, embora viesse a ser já considerada como muito necessária entre as estruturas militares.

Forçosamente terá que ser reformulado o programa do projeto dos quartéis para responderem eficazmente às novas exigências militares de acordo com a acomodação do correspondente número de efetivos então estabelecido.

O projeto do Quartel de Santo Ovídio foi sendo ajustado às novas realidades com bastante antecedência.

⁷⁰ Campanha do Rossilhão, também denominada Guerra dos Pirenéus ou Guerra da Convenção, foi uma campanha militar em que Portugal participou ao lado da Espanha e do Reino Unido contra a França revolucionária que, na altura, atravessava a fase da Convenção. O Príncipe Regente D. João de Portugal enviou uma divisão reforçada, denominada Exército Auxiliar à Coroa de Espanha, composta por 5 400 homens sob o comando do tenente-general britânico John Forbes.

In https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_do_Rossilh%C3%A3o

⁷¹ A Guerra das Laranjas é o nome atribuído ao conflito que opôs Portugal à Espanha e à França em 1801. Este conflito insere-se na guerra entre a França e a Inglaterra que, nesta época, se materializou na chamada Guerra da Segunda Coligação. Portugal foi invadido por forças espanholas a 20 de maio de 1801. Foi uma guerra de curta duração. Terminou a 6 de junho desse ano com perda de Olivença por parte de Portugal. A paz foi estabelecida nos termos do Tratado de Badajoz, assinado entre Portugal e a Espanha, e do Tratado de Madrid, assinado entre Portugal e a França.

In https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_das_Laranjas#As_for%C3%A7as_portuguesas

Ajusta todas as questões de economia de projeto, desde os problemas de implantação, as expropriações, a simplificação da construção e adaptação à realidade militar que se esperava.

Pela morte de Theodoro Maldonado, José Francisco de Paiva⁷² é nomeado *Architecto do Real Quartel de Santo Ovídio* em 1797. Fica responsável pela construção do edifício do quartel até à sua conclusão em 1805/1806, seguindo a estrutura inicial de Reinaldo Oudinot e conjugada com as alterações apontadas pelo seu antecessor.

O projeto de Reinaldo Oudinot [1744-1807]

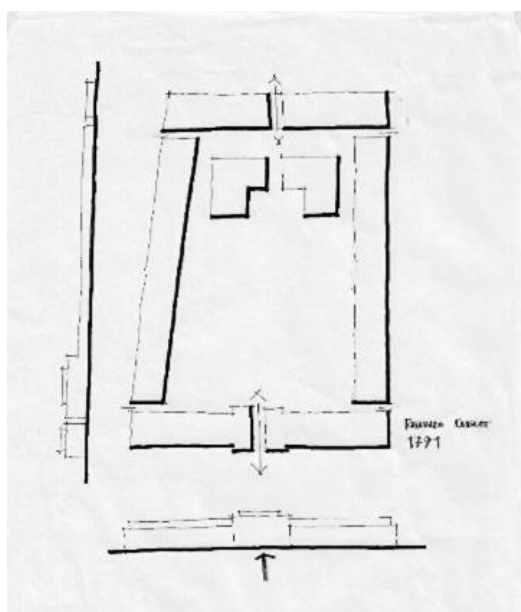


Figura 20 - Representação gráfica e esquemática da planimetria e altimetria do projeto de Reinaldo Oudinot. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

O projeto de Reinaldo Oudinot tinha como objetivo corresponder às necessidades de alojamento e instrução das tropas do 2º Regimento de Infantaria da cidade do Porto. Propunha um conjunto de corpos que se ligam e se sobrepõem, diferenciados e hierarquizados pela sua composição arquitetónica.

Propõe uma clara afirmação da Arquitetura Neoclássica, de gosto palladiano demarcado na composição das suas fachadas, volumetrias e elementos estruturais visíveis, bem como nas suas proporções e relações de grandeza.

⁷² Adrien Balbi apelidou-o de *José Francisco dos Quartéis*, por ter feito o belo edifício no Campo de Santo Ovídio no Porto. BALBI, Adrien – *Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe*. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires, 1822. Vol. 2.

Legenda:

Planta do Projeto de Quartéis para o 2º Regimento da Cidade do Porto

- | | |
|-------------------------------|------------------------------|
| A – Casernas da 1ª Companhia | a – Armazém da 1ª Companhia |
| B – Casernas da 2ª Companhia | b – Armazém da 2ª Companhia |
| C – Casernas da 3ª Companhia | c – Armazém da 3ª Companhia |
| D – Casernas da 4ª Companhia | d – Armazém da 4ª Companhia |
| E – Casernas da 5ª Companhia | e – Armazém da 5ª Companhia |
| F – Casernas da 6ª Companhia | f – Armazém da 6ª Companhia |
| G – Casernas da 7ª Companhia | g – Armazém da 7ª Companhia |
| H – Casernas da 8ª Companhia | h – Armazém da 8ª Companhia |
| I – Casernas da 9ª Companhia | i – Armazém da 9ª Companhia |
| L – Casernas da 10ª Companhia | l – Armazém da 10ª Companhia |
| Cirurgiões | m – Oficiais Inferiores |
| Enfermeiro | Armazém Geral |
| Enfermaria | Pátio |
| Pátio para Lenha | Dispensa |
| Cozinha | Cozinha |
| Corpo da Guarda | Prisão |
| Quartel do Oficial | Calabouço |

O Tenente Coronel Reynaldo Oudinot, 1791

Figura 22 - Planta do Piso Térreo. Planta alta dos quartéis para o alojamento dos oficiais: quartel do 2º Regimt.º do Porto. PT-GEAEM-3733/IV-3-35-48 (DIE).

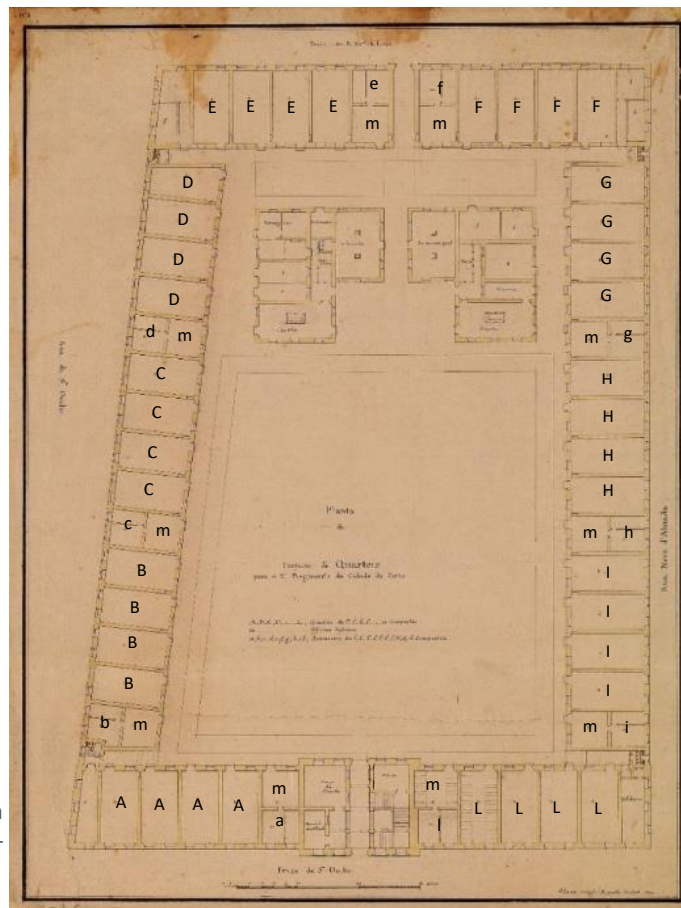


Figura 23 - Planta Piso superior. Planta alta dos quartéis para o alojamento dos oficiais : quartel do 2º Regimt.º do Porto. PT-GEAEM-3733/VIII-3-35-48 (DIE).

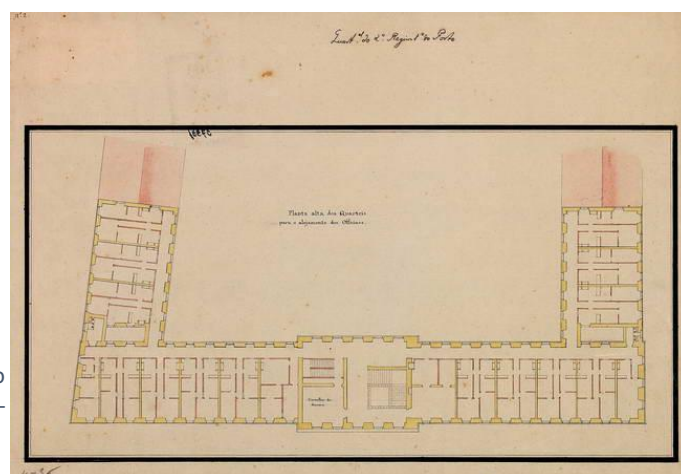
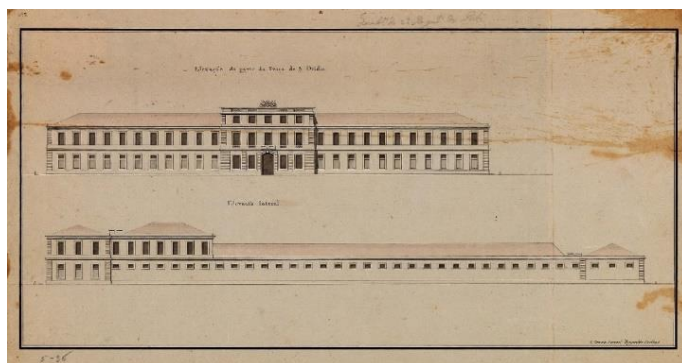


Figura 24 - Alçado sul e Alçado nascente do Quartel de Santo Ovídio, assinados pelo então Tenente-coronel Reinaldo Oudinot, 1791. Elevação da parte da praça de S. Ovídio : [Porto]. PT-GEAEM-3733/IX-3-35-48 (DIE).



Denota o gosto neopalladiano de Reinaldo Oudinot, mas também a conformidade com a traça em que a expansão da cidade nova se foi construindo, bem à imagem das arquiteturas francesa e italiana que chegavam por via dos engenheiros/arquitetos estrangeiros, contratados para o serviço do Reino. Estes aspetos são analisados e descritos noutros capítulos.

Assim, destaca-se o corpo principal em U, bastante aberto para norte, com a sua fachada nobre voltada a sul. Composta por dois pisos, tendo um terceiro apenas no elemento central⁷³, constituindo toda a extensão da então Praça de Santo Ovídio. A fenestração do 2º piso do corpo central era encimada por uma cornija alta, cuja face superior ficava um pouco mais elevada que a linha de cumeeira de todo o edifício.

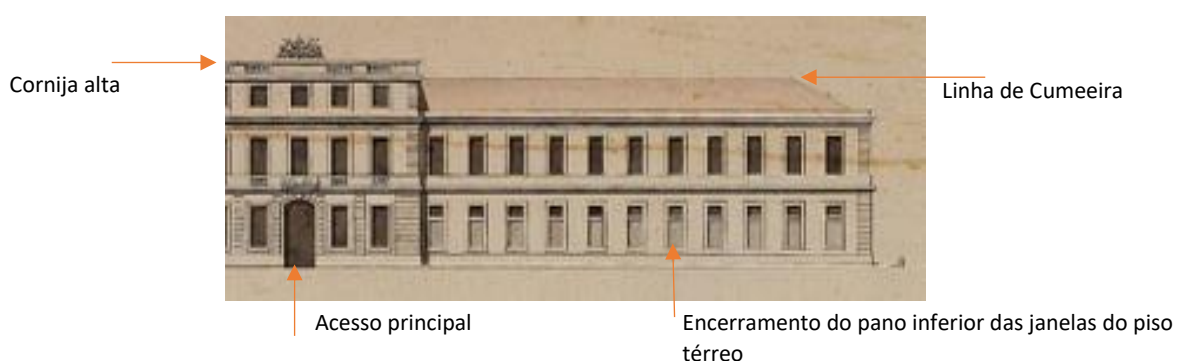


Figura 25 - Esquematisação sobre documento PT-GEAEM-3733/IX-3-35-48 (DIE).

⁷³ No elemento central constituído por uma espécie de águas furtadas.

Por aqui seria feito o acesso ao interior e a distribuição das circulações aos vários espaços funcionais do edifício. O conjunto, que ocupa todo um quarteirão, é fechado através de corpos de um só piso, ligados por flancos onde se instalavam as latrinas. A distribuição funcional e hierarquizada dos seus espaços era feita por estratificação (piso a piso). No piso térreo, para além do corpo da guarda e do quartel dos oficiais inferiores (classe de sargentos), uma única escadaria em U faria a circulação vertical.



Figura 26 - Identificação das funcionalidades propostas por Reinaldo Oudinot no seu projeto. Esquemática sobre documento PT-GEAEM-3733/IX-3-35-48 (DIE).

As instalações dos Praças circundam todo o piso térreo. São distribuídas por Companhia acomodadas em casernas compostas de quatro compartimentos, que com os alojamentos dos oficiais inferiores constituem um módulo que se repete dez vezes, tendo como referência o eixo longitudinal do quartel.

Nos pisos superiores do corpo principal, também em U, mas não tão prolongado previam-se as instalações para os Oficiais Superiores do Regimento e do Comandante.

Dois volumes em L invertido, de um só piso, colocados em simetria também em relação ao eixo longitudinal, estruturam a parada de manobras na sua forma e proporção.

Preparam a saída de serviço do recinto do quartel. Uma cozinha em cada um dos corpos com respetivo pátio de lenha e despensa, ficando assim o quartel provido de duas áreas de confeção de refeições. Esta situação confere as novas preocupações de projeto como resposta à eficiente acomodação da comunidade militar aqui aquartelada. Um dos módulos alberga instalações para cirurgiões, enfermeiro e uma área de enfermaria. No outro módulo o armazém geral, a dispensa, bem como os armazéns das companhias.

Apesar da demora da construção do quartel e das alterações que o projeto sofre entre 1791 e 1806, data da sua ocupação, a estrutura arquitetónica é praticamente fiel ao projeto definido por Reinaldo Oudinot. Por necessidade económica são feitos alguns ajustes de ocupação e retirada de elementos de embelezamento, contudo a componente estética e de composição arquitetónica não sofreu grandes alterações.

As ações de Theodoro de Souza Maldonado [1759-1799]

Theodoro de Souza Maldonado nasce na cidade do Porto em 1759. É bacharel em Ciências Matemáticas pela Universidade de Coimbra.

Colaborou com a Junta de Obras Públicas desde 24 de abril de 1789. São identificados um conjunto significativo de intervenções arquitetónicas da sua autoria. Em 1792 elabora um pedido de recompensa pelos inúmeros trabalhos efetuados entre 1789 e 1792, fazendo acompanhar por uma lista onde elenca essas intervenções:

- Plantas da Fonte do poço das Patas;
- Reformulação do arco para o aqueduto das Beneditinas na Rua Nova de Santo António;
- Paredão das Virtudes;
- Aqueduto de Salgueiros;
- Escadas do cabeçal;
- Calçada dos Clérigos;
- Mapas das ruas calcetadas e que fez assistência técnica.

(...)

Projeta também, entre outras, as fachadas para a rua dos Clérigo e para a rua de Santo António (atual 31 de janeiro), constituindo um largo conjunto de edificações em banda, numa composição de plano uniforme de conjunto. Trabalhava sob a direção de José Champalimaud de Nussane assumindo irrepreensivelmente na sua ausência a direção das Obras Públicas. Foi o primeiro Arquiteto da cidade, lugar criado em 1792 para fortalecer o corpo técnico do Estado e responder às necessidades de intervenção urbanística. Cumpre a sua função até ao ano da sua precoce morte – outubro de 1799, com 40 anos de idade.

Nesta conjuntura inicia a obra do Quartel de Santo Ovídio, assumindo a sua direção.

São identificados estudos seus de alterações e outras propostas para a sua construção:

1º Estudo:

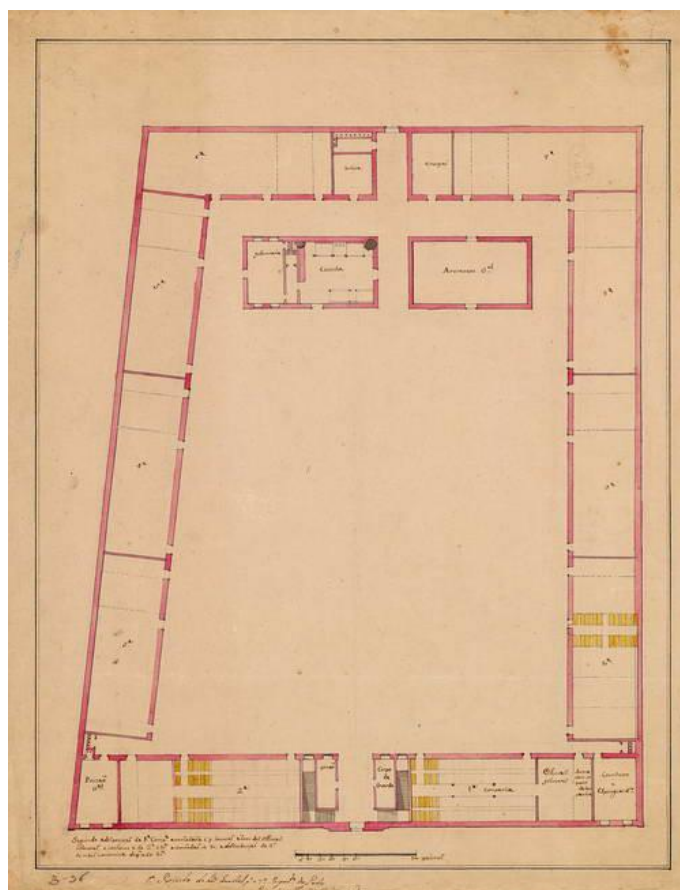
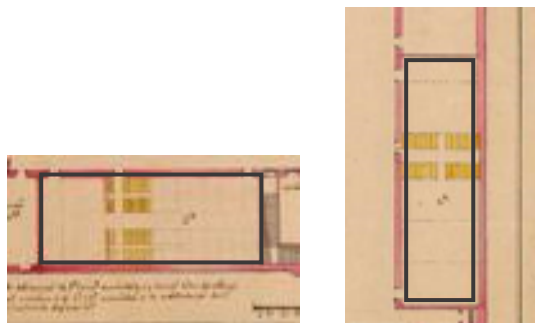


Figura 27 - Esboço da 1ª proposta de Theodoro de Souza Maldonado, s/data. [Projecto de um quartel para o 2º Regimento do Porto]. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE).

- 10 Companhias (com composição de módulo diferente). Cada companhia tem uma só caserna – ampla, aberta, com duas entradas e uma área independente destinada a oficiais inferiores, mantendo 2 Companhias na ala sul, 3 na ala nascente, 3 na ala poente e duas na ala norte;

Figura 28 - Organização da Caserna para Praça sem acomodação de Oficiais Inferiores. Esquemática sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE).



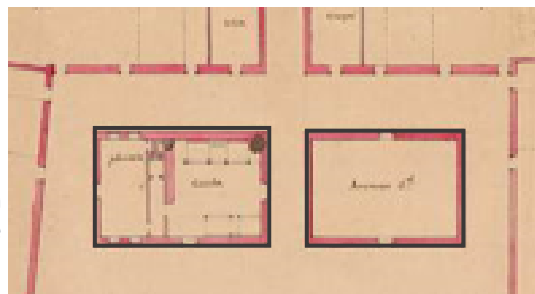
- Tarimbas colocadas perpendicularmente a uma coxia central e longitudinal de cada caserna de Praças, apresentando dois tipos de disposição:
 - Tarimbas encostadas duas a duas no sentido longitudinal, possibilitando a acomodação de 80 praças por caserna;
 - Tarimbas isoladas só permitindo 64 praças por caserna.

Figura 29 - Diferentes posições das tarimbas nas casernas. Esquemática sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE).



- Mantendo dois corpos isolados, mais pequenos, albergando uma só cozinha para todo o Regimento e um armazém geral;

Figura 30 - Corpos isolados em forma retangular, sendo uma cozinha e o outro um armazém geral. Esquemática sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE).



- Dupla escadaria à esquerda e à direita para acesso ao 1º piso onde se localizariam as acomodações dos Oficiais.



Figura 31 - Dupla escadaria de acesso ao 1º piso. Esquematização sobre o doc. PT-GEAEM-3733/XI-3-35-48 (DIE).

2º Estudo:

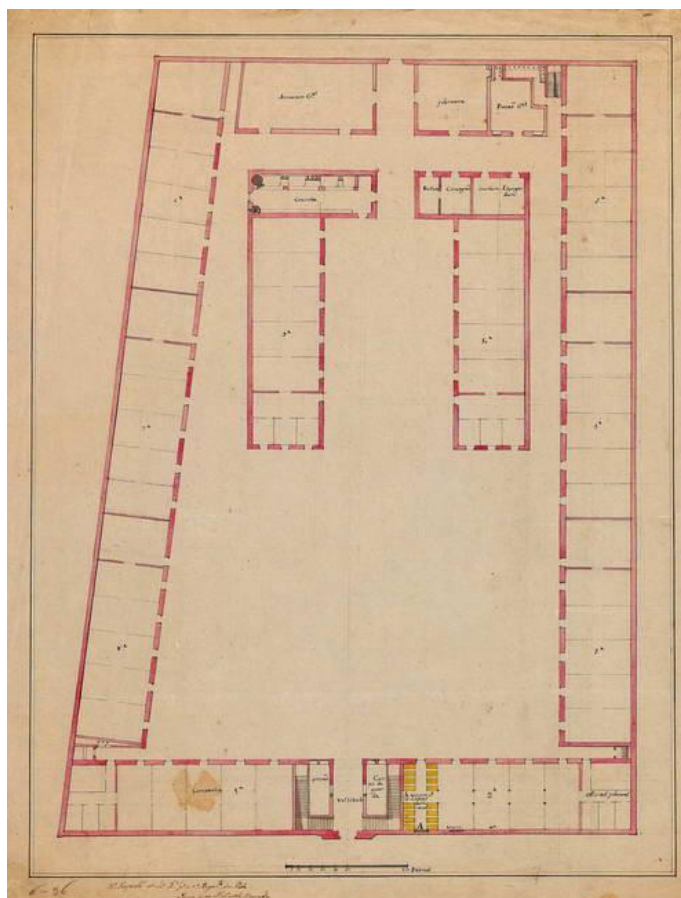
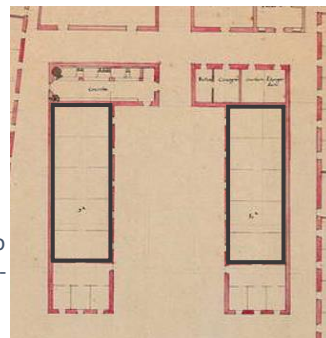


Figura 32 - Projeto de um quartel para o 2º Regimento do Porto, s/data. [Projecto de um quartel para o 2º Regimento do Porto]. PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE).

- 10 Companhias. Cada companhia tem, igualmente, uma só caserna – ampla, de coxia central ou não, e com entradas em todos os vãos;
- 2 Companhias na Ala Sul, 3 na Ala Nascente, 3 na Ala Poente;
- 2 Companhias no prolongamento de cada um dos dois corpos isolados – no seguimento da cozinha e do armazém geral;

Figura 33 - Pormenor da Planta que representa as companhias responsáveis do prolongamento dos corpos isolados. Esquemáticação sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE).



- Tarimbas isoladas, dispostas perpendicularmente à entrada de cada vão, em posição paralela à coxia central, possibilitando a acomodação de 80 a 90 praças;



Figura 34 - Pormenor da Planta que representa as tarimbas colocadas perpendicularmente à entrada. Esquemáticação sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE).

- Aumento da área dos corpos isolados;

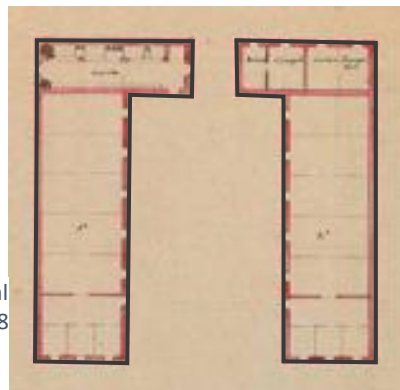


Figura 35 - Pormenor da Planta que representa a ampliação substancial dos corpos isolados. Esquemáticação sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE).

- Ala norte prescinde das casernas contemplando unicamente um armazém, a enfermaria e a prisão.



Figura 36 - Pormenor da Planta que representa a ampliação substancial dos corpos isolados. Esquemáticação sobre PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE).

Como destacamos, estes dois estudos diferem do projeto de Reinaldo Oudinot no que respeita à variação da área coberta correspondente ao piso térreo, mas principalmente no que concerne às duas escadarias principais propostas, independentes e localizadas no átrio da entrada, o que vem fazer toda a diferença. Estas duas escadarias, à esquerda e à direita do átrio de aceso, pressupõem já uma intensão em aquartelar mais de um regimento no mesmo edifício, ao que as duplas cozinhas do projeto de Reinaldo Oudinot já indiciavam.

Estava a ser programada a que viria a ser conhecida por *Organização Militar de 1806*, vindo a estabelecer as três grandes divisões militares, cada uma constituída por quatro brigadas de infantaria e oito brigadas de milícias, com dois regimentos por brigada e ainda um regimento de artilharia por cada divisão militar. Isto viria a aumentar o número de efetivos por Regimento, alterando a composição das Companhias e a composição do seu Estado-maior.

Para esta forma era necessário prever o aumento de acomodações dos militares em Santo Ovídio. Um edifício a ser construído de raiz teria já de responder a essas exigências para que não ficasse logo à partida obsoleto⁷⁴.

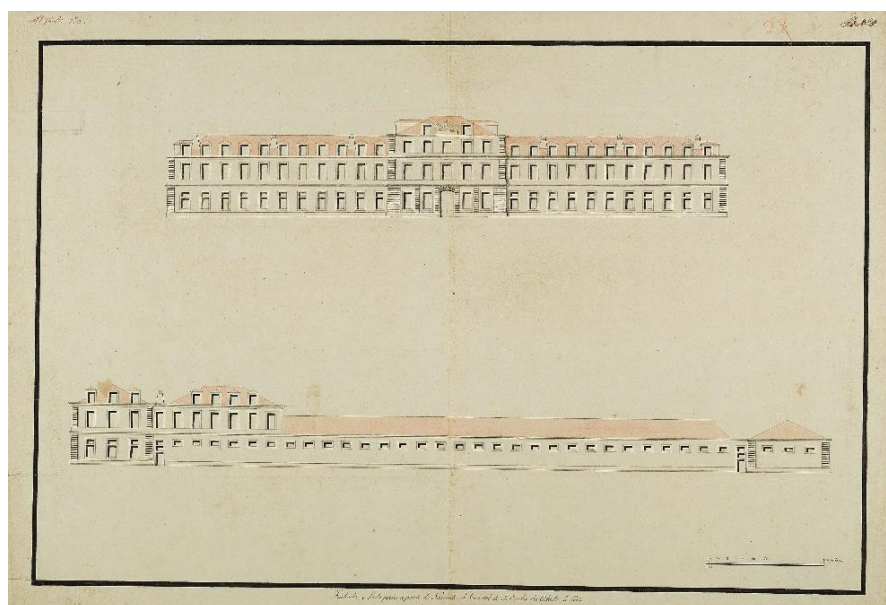


Figura 37 - Alçado Proposto por Theodoro de Souza Maldonado para o Quartel de Santo Ovídio da cidade do Porto: fachada e lado para a parte nascente. PT-GAEM-3696/I-1A-11A-46 (DIE).

⁷⁴ O que não acontece aquando da sua ocupação, 1806, pois surgem uma série de conflitos militares que o tornam sobrelotado.

Theodoro de Souza Maldonado propõe assim a devida proporcionalidade ocupacional e os indispensáveis acertos de volumetria, prevendo o aproveitamento da cobertura para alojamento de oficiais e criando um conjunto de lanternins salientes nas águas-furtadas, muito à moda na época, para compensação do pé-direito, arejamento e iluminação natural. Seguiam o alinhamento vertical da fenestração já estabelecida, tanto ao longo de todo o 2º piso como no 3º piso do corpo central.

Ponto de situação:

Mediante a análise das diversas representações planimétricas que estiveram por base desta construção, entendemos que Reinaldo Oudinot é quem elabora o projeto do Quartel de Santo Ovídio, logo após a sua determinação e adjudicação. Tendo-se já iniciado as fundações da obra em 1793, supervisionada por Theodoro de Souza Maldonado, conforme estabelecido. Foi sofrendo sucessivos atrasos por razões importantes de ordem económica e política, com graves conflitos militares, obrigando a ajustes de distribuição e organização do novo quartel desenhados e propostos por Maldonado. À morte de Theodoro Maldonado em 1799, sucede-lhe José Francisco de Paiva. É nomeado *Architecto do Real Quartel de Santo Ovídio*, assumindo a direção dos trabalhos e substituindo-o como arquiteto responsável. Uma solução consensual tratada com Reinaldo Oudinot surge como resposta às novas necessidades de acomodação, como solução às atribuladas e pertinentes exigências militares. Cinco anos decorridos da morte de Maldonado, Reinaldo Oudinot, para auxiliar na catástrofe das aluviões⁷⁵, em 1804⁷⁶ é enviado para a Ilha da Madeira. Francisco de Paiva, fica sozinho com a direção da obra, levando-a a cabo até à sua finalização.

⁷⁵ Especificamente a aluvião ocorrida a 9 de outubro de 1803

⁷⁶ Oudinot desembarcou no Funchal a 19 de fevereiro de 1804, acompanhado pelo capitão Feliciano António de Matos e Carvalho, seu ajudante. Para efeitos de pagamento foi colocado no posto de 1º tenente na 2ª Companhia do Corpo de Artilharia da Ilha da Madeira. *Construiu um pensamento próprio sobre as causas do assoreamento dos portos da fachada atlântica, sendo chamado para as mais difíceis comissões hidráulicas.* In <http://aprenderamadeira.net/oudinot-reinaldo/>

A conclusão da obra do Quartel de Santo Ovídio

Como vimos, durante a construção o projeto de Reinaldo Oudinot foi realmente alterado, tanto na compartimentação como na ornamentação da fachada.

Assim:

- No corpo central:

As compartimentações do Piso Térreo e do 1º piso sofreram ajustes;

Duplicação da escadaria para acesso ao 1º piso.

- No edifício principal em U:

A altura da cornija que encimava o corpo central foi reduzida;

Reformulada a cobertura – consequência da construção de um 2º piso em águas-furtadas e lanternins em toda a cobertura e no corpo central.

A grande alteração no aspeto do edifício prende-se com a eliminação da alta cornija, inicialmente projetada, pela preocupação de não elevar muito mais alta a cércea, devido à construção de mais um piso nas águas-furtadas do corpo principal do edifício voltado à Praça da República.

A fiada de lanternins correspondentes ao novo 2º piso imprimiu à fachada uma forte imagem marcante à sua proximidade visual com a aparência oponente de um corpo vertical ladeado por dois corpos horizontais com alguma semelhança com o teatro de S. Carlos, em Lisboa, ou ainda com a Casa de Tavarez, no Minho.

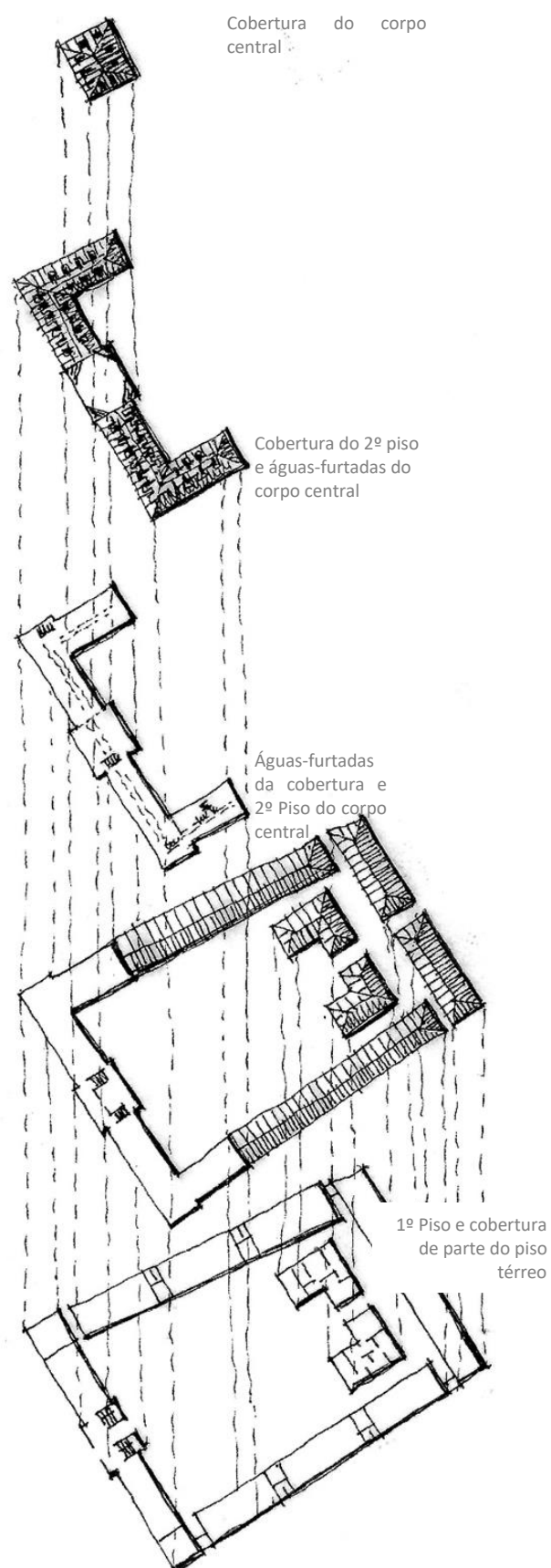


Figura 38 - Esquema do desenvolvimento dos pisos do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.



Figura 39 - Teatro S. Carlos Lisboa (inaugurado em 30 de junho de 1793) – Arquitetura Civil, de uso publico. In https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Teatro_Nacional_de_S%C3%A3o_Carlos_002.jpg



Figura 40 - Casa de Tavarez, Ponte da Barca (sec. XVIII). Arquitetura Civil, de uso privado.
Registo de Maria Antónia Bacelar.

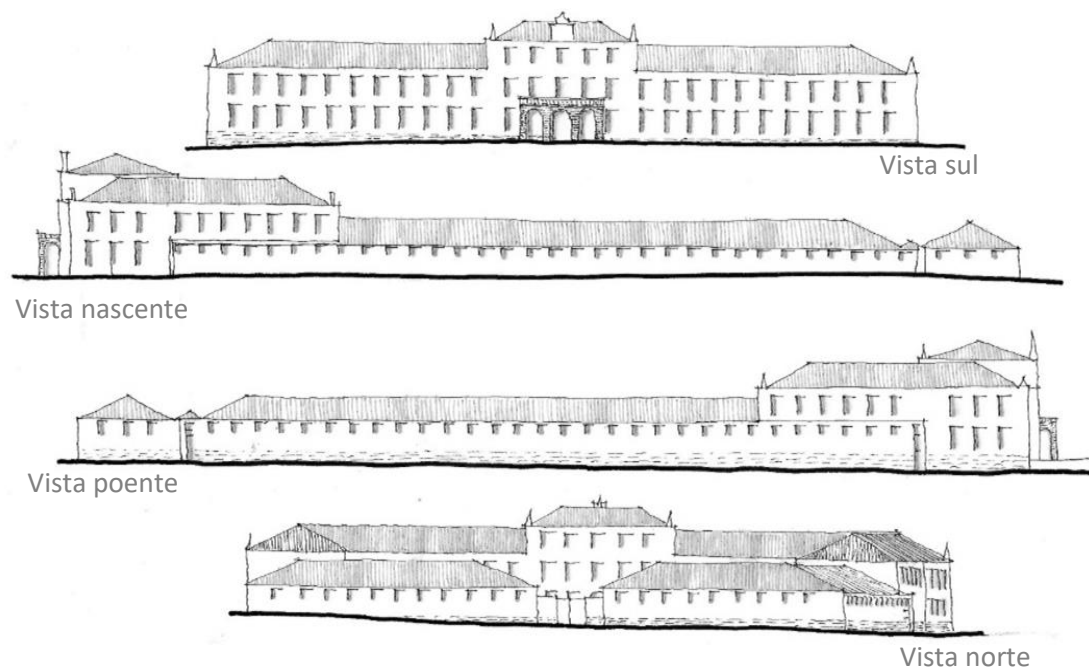


Figura 41 - Representação das Fachadas do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Estes lanternins vieram depois a ser retirados nas obras de reconstrução da cobertura realizadas em 1950.

Tendo sido já abordada a sua caracterização arquitetónica em capítulo anterior, escusamo-nos de o voltar a fazer, concentrando-nos sim na descrição funcional representada nos documentos da *Inspeção às instalações do Quartel de Santo Ovídio*⁷⁷, realizada pelo Oficial Inspetor e Assistente do General QMG, Major Filipe Neri Vital Gorjão, em 30 de Junho de 1815. (Anexo 3).

Da análise das plantas deste relatório e na descrição da situação do Quartel pode-se depreender a sua constituição funcional no momento da sua conclusão em 1805/06, conforme nos descreve, em 2003, o Major-General Eduardo Augusto Carneiro Teixeira em *O Quartel de Santo Ovídio*:

No seu todo, o Quartel é constituído por quatro Alas delimitando um espaço interior fechado, a parada interior, Alas estas implantadas numa forma quase retangular, mas, na realidade, trapezoidal, dado que a Ala Poente se insere numa posição ligeiramente oblíqua em relação às outras três;

⁷⁷ *Inspeção às instalações do quartel de Santo Ovídio de 1815* (realizada pelo Engenheiro Militar Filipe Neri Vital Gorjão) – PT-AHM-3ª Divisão, 20ª Secção, nº 28, Cx. 6.

As quatro Alas, os lados deste trapézio, são edifícios, cuja traça é de uma grande simplicidade, mesmo o que constitui, por assim dizer, a fachada principal do Quartel, que se desenvolve em U bastante aberto, virada a Sul e para a Praça de Santo Ovídio;

A Ala Sul, fachada principal, divide-se verticalmente em três corpos, sendo o corpo central, que ostenta o escudo real sobre a cornija, ligeiramente avançado em relação aos seus dois corpos laterais, em ambos os sentidos, isto é, quer sobre a parada interior, quer sobre a referida Praça;

Para além destes avanços, este corpo central da Ala Sul, é perfeitamente delimitado, em ambas as fachadas, por duas pilastras ou contrafortes em cantaria lavrada de granito, de secção variável e diminuindo em altura e tem 4 pisos - rés-do-chão, 1º e 2º andar e um piso nas águas-furtadas;

O alçado, virado a Sul, do rés-do-chão deste corpo central é dividido, por 4 pilastras exteriores, em cinco vãos, dos quais o do meio, atravessando toda a largura do corpo, é o Portão Principal ou Porta de Armas e os quatro laterais são preenchidos, cada um, com uma rasgada janela de peitoril;

O 1º e 2º andar deste corpo central têm, cada um, cinco janelas de peitoril, correspondentes aos vãos já definidos no rés-do-chão, sendo as do primeiro andar mais rasgadas em altura que as do segundo. Estes dois andares são separados, entre si, por uma cornija, saliente e marcante, que se prolonga para os dois corpos laterais, encimando estes últimos;

O piso construído nas águas furtadas deste corpo central, apresenta duas janelas, voltadas para a Praça e ladeando o escudo real;

Os dois corpos laterais desta Ala Sul, a Nascente e a Poente, têm três pisos, rés-do-chão, 1º andar e 2º andar aproveitando as águas-furtadas da cobertura, que dobram esquinas e se prolongam ligeiramente para Norte, constituindo os braços do U. Em ambos os corpos laterais se mantém o mesmo ritmo de aberturas de vãos do corpo central, sendo estes preenchidos com janelas, semelhantes às do 1º e 2º andar do corpo central. No entanto, as janelas do rés do-chão destes dois corpos laterais, são subdivididas, superiormente, por um lintel de cantaria, ficando, assim, encimadas por uma espécie de “bandeira”. Este artifício, permitiu ao projectista harmonizar a fachada principal do Quartel no seu todo, dignificando-a e, mantendo apenas a referida “bandeira” envidraçada, possibilitou o preenchimento, com pedra, desta parte inferior de cada janela. Este preenchimento da parte inferior terá sido planeado, talvez, por razões essencialmente militares, quer de segurança e defesa, quer de privacidade, já que o rés-do-chão destes dois corpos laterais desta Ala Sul, se destinavam a Casa da Guarda, Prisões e Casernas de praças;

As outras três alas, nascente, norte e Poente, apenas com o rés-do-chão, dado que se destinavam também a Casernas de praças, respeitaram a traça definida no rés-do-chão dos corpos laterais da Ala Sul, tendo os seus vãos sido preenchidos apenas com janelas reduzidas e em situação elevada, de tamanho correspondente às “bandeiras” das janelas do rés-do-chão dos corpos laterais da Ala Sul, atrás referidas;

A Ala Norte, voltada para o Largo da Lapa, foi guarnecida, na sua parte central por uma porta de serviço. No seguimento desta porta de serviço e junto a esta Ala Norte, foram construídos dois edifícios, que também englobavam as cozinhas, ambos em forma de L e desligados dos restantes edifícios do Quartel, por razões de segurança contra

incêndios e como convinha face ao uso intensivo de lenha na confeção do “rancho” das praças.

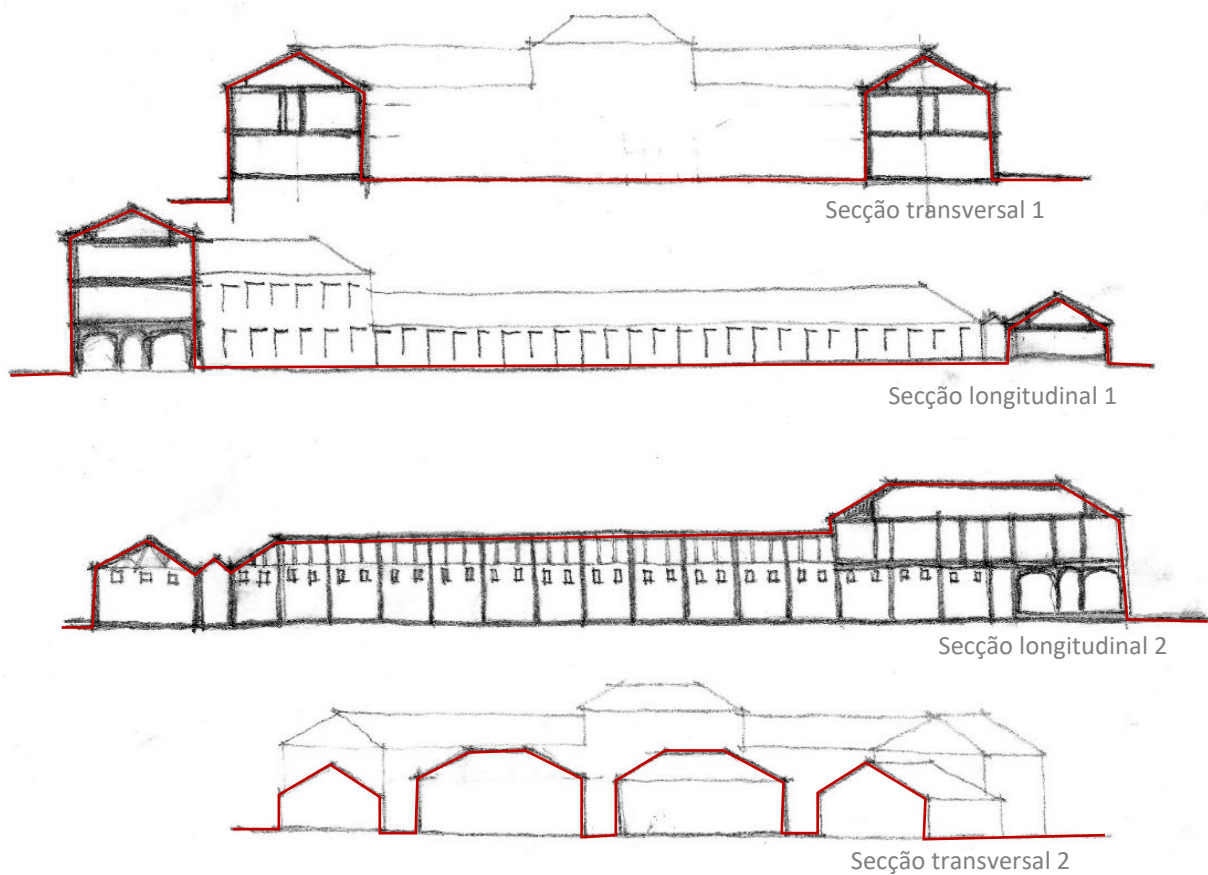


Figura 42 - Esquema das secções transversais e longitudinais do Desenho das vistas do Quarteirão de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

1.2.5 A finalização da obra

As Fases da Construção



Figura 43 - Planta do estaleiro elaborada por Theodoro de Souza Maldonado para o Quartel de Santo Ovídio do 2º Regimento no Porto, no princípio da sua construção. 1793. PT-GEAEM-3733/II-3-35-48 (DIE).

Problemas económicos da obra

Devido à sua dimensão durante a construção do quartel as questões de economia de construção são bem patentes, apresentando por isso poucos elementos decorativos.

No exterior, a cornija alta trabalhada em cantaria que rematava a cobertura, e lhe dava outra projeção vertical e nobreza, não chegou a ser construído por falta de recursos. O seu desenho meticulosamente executado por Reinaldo Oudinot encontra-se nos arquivos do Museu de Arte Antiga em Lisboa, de Lília Teixeira na sua dissertação.

1.2.6 Descrição arquitetónica e artística

Os primeiros desenhos que conhecemos, datados de 1793, manifestam uma configuração de base trapezoidal, quase retangular, por ligeiro estreitamento da

fachada poente para norte, sendo uma área bem delineada que constitui todo um quarteirão.

A fachada sul, de grandes dimensões, que dá a imponente e monumental imagem ao Quartel de Santo Ovídio voltado para a cidade que cresceu na sua direção, é composta por dois corpos horizontais com uma organização geral em dois níveis, que ladeiam um corpo central vertical mais elevado com uma parte saliente em relação ao plano total da fachada. Assume um desenho simétrico a partir do eixo definido pela Porta de Armas. No corpo central, os dois janelões de cada lado são replicados nos três níveis deste corpo central, sendo o terceiro de pé-direito menor, e decorado pela pedra de armas com brasão e coroa real.

A parte do edifício, voltada à Praça de Santo Ovídio, assume uma dimensão arquitetónica e estética tal que, à primeira vista, parece mascarar a sua função marcial de aquartelamento militar, preocupação que é comum nos vários projetos que se conhecem de Oudinot.

O edifício, revestido com cobertura de duas águas em telha cerâmica e de beiral, lê-se como um volume em dois níveis. Prolonga-se de igual modo para os dois gavetos do quarteirão assentando na volumetria dos corpos nascente e poente que têm um só nível, parecendo partir-se em dois volumes. Estas diferenças altimétricas criam um jogo de ilusão de uma certa desfaçatez na leitura de conjunto, dando a sensação de edifícios independentes na sua forma, uso e construção.

Figura 44 - Esquema do alçado sul.



Figura 45 - Esquema do alçado nascente.



Detalhando um pouco mais:

O plano principal – fachada sul – voltado à Praça da República apresenta dois registos sobrepostos e um 3º no corpo central.

Estão separados por um entablamento saliente, sendo o do corpo central de maior altura. É perceptível a composição estrutural pelo recuo dos cunhais dos pisos superiores que permite a leitura da diminuição de espessura dos seus muros exteriores.

Todo este plano de fachada de grande amplitude apresenta um conjunto de 11 janelas para cada lado do corpo central, janelas essas retangulares, de verga reta. Tinham a particularidade de serem janelas aparentes, para proteção e privacidade do quartel, possuindo uma abertura superior em vidro e gradeamento em cada uma⁷⁸.

De notar que todos os vãos se encontram alinhados nos seus diferentes registos, constituindo uma subtileza visual que parece diminuir a massa construída. A forma encontrada foi estabelecida para conferir o equilíbrio visual e a leitura de conjunto no espaço urbano da Praça. Entendemos que este conjunto de fenestração vertical, simétrica e ritmada, tem o propósito de contrariar a grande dimensão horizontal do edifício, imprimindo-lhe um jogo visual de equilíbrio aparente.

Continuando a nossa leitura, este primeiro volume é rasgado por um pórtico central em arco abatido faceado, implantado à cota da Praça e encerrado por um portão de ferro com bandeira envidraçada. É delimitado como vimos lateralmente por pilastras em cantaria serrada e ladeada por duas janelas de peitoril de verga reta, retangulares e esguias, colocadas de um e de outro lado.

Subindo de piso regista-se a substituição do portão de acesso por uma janela em tudo igual às demais.

Apenas no corpo central, de pé-direito com menor altura, segue-se igualmente o mesmo ritmo de fenestração, embora com janelas nitidamente diminuídas na sua verticalidade. Os tramos que ladeiam este corpo principal do quartel e que definem a ligação dos dois corpos do U e que compõem os gavetos, são em tudo semelhantes ao descrito relativamente à fachada descrita.

⁷⁸ Situação que se manteve até ao início do século XXI.

Todas as janelas de peitoril estão inscritas em emolduramentos lisos de granito, em tramo reto sem qualquer ornamento. Todos os vãos de janela têm caixilharia em madeira e com abertura tipo guilhotina.

A continuidade lateral do edifício é também dada pela presença do entablamento de igual composição.

Nas fachadas laterais (nascente e poente), no interior dos paramentos das janelas são visíveis assentos em granito à esquerda e à direita dos vãos. Os corpos que fazem a ligação posterior, de um só piso, compõem e encerram o trapézio de implantação do quartel. Apresentam uma construção singela, também de cobertura de duas águas em telha cerâmica e de beiral.

Possuem um conjunto de janelas superiores, mais pequenas, em chanfre interior, retangulares alongadas e providas de gradeamento em ferro com malha quadrangular de nó, cuja função é mais para permitir uma ventilação transversal do que a própria iluminação.

De igual modo seguem os dois corpos de fecho do conjunto com a mesma definição dos anteriores.

O portão de serviço, metálico, de construção mais recente apresenta proporção específica adaptada para o acesso de viaturas militares. Ponteia o plano de fecho construído em alvenaria de granito, entre os dois corpos posteriores. Os corpos interiores em \perp invertido, onde primeiramente foram instaladas as cozinhas regimentais, seguem igual composição arquitetónica, onde as janelas voltam a ser altas, de peitoril e verga reta e caixilharia reticulada. As portas também de verga reta, com soleira de granito, imprimem um certo aspeto rústico marcial e harmonioso ao espaço. Destacavam-se duas chaminés de proporção monumental, entretanto demolidas.



Figura 46 - Imagens atuais da Parada de Manobras. Registo de Maria Antónia Bacelar.

A Parada de Manobras é balizada, a norte, por estas duas construções, conferindo-lhe o seu remate e fazendo a ligação visual com os corpos laterais, descontinuando simultaneamente a sua horizontalidade através da percepção destes volumes compartimentados. Criam-se três circulações longitudinais distintas de acesso às diferentes dependências, abrindo novamente num outro espaço exterior que prepara a saída posterior do quartel.

Descrição dos diferentes corpos:

A *Porta de Armas* abre-se para o átrio de receção e distribuição, fazendo ligação direta com o exterior (*Parada de Manobras*). Liga os edifícios envolventes (*Casernas*) que lhe dão forma. Ligam também os 2 corpos individuais referenciados acima, onde funcionavam as Cozinhas Regimentais com as monumentais Chaminés.

Neste Átrio de Receção é feita a distribuição e circulações longitudinais e transversais entre os vários compartimentos à esquerda e à direita. É estruturado por arcos abatidos de imposta saliente e cruzados, com tetos em abóbada de nervura, definindo uma austera espacialidade interior.

Duas grandiosas escadarias construídas em granito, paralelas, dispostas de um e outro lado do eixo de acesso à Parada de Manobras, fazem a ligação à distribuição do nível superior, efetuada através de um corredor central e ocupado pelas instalações do corpo de Oficiais da Unidade. Possuem degraus com remate (vulgarmente designado por focinho do degrau) é em aresta⁷⁹.



Figura 47 - Átrio de distribuição e a sua arcada estrutural, as escadarias. Imagens anteriores a 1958.

⁷⁹ Nas alterações de 1950, aquando das obras para a instalação do Quartel-general, os degraus foram alterados, sendo substituído o remate com alheta em meio círculo.

Os corpos laterais e posteriores são de um só nível apresentando um conjunto de compartimentações geométricas, modulares, destinadas às *Casernas* para Praças e alternadas pelas acomodações dos sargentos e espaços para secretariado. Todos estes cómodos, de grandes dimensões, eram servidos de iluminação e ventilação natural condignas, com janelas altas para o exterior do edifício (gradeadas) e com porta de acesso e janela de peitoril diretas para a parada do quartel. Estes corpos eram separados, interrompidos volumetricamente entre si, nos seus ângulos de ligação e entre estes e o corpo principal.

Aqui estavam instaladas as *Latrinas*. Feita uma análise detalhada sobre a forma como eram tratados os dejetos destas, pressupõe-se a existência de portas do tanque de acumulação da latrina para o exterior que facilitassem a limpeza das fossas, situação que estranhamente não aparece prevista no projeto inicial do quartel, mas que é registada em desenhos de datas posteriores. Na atual configuração do edifício encontramos uma moldura de janela⁸⁰ que sempre existiu como tal, também uma porta do acesso ao Posto de Transformação que aparentam esse imaginário. Pressupõe-se que o quartel era desprovido de fossa séptica enterrada como era uso à época ou mesmo posteriormente, provocando mau estar para a comunidade militar, mas também aos transeuntes das ruas laterais para as quais davam as aberturas de respiro existentes.⁸¹ A distribuição dos espaços interiores dos vários edifícios segue a mesma métrica do desenho de coberturas correspondentes.

O conjunto edificado que hoje observamos identifica-se com os desenhos iniciais de Reinaldo Oudinot bem como de outras obras por ele projetadas, como a Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, mas também com outras obras de Theodoro Maldonado, como por exemplo na frente de rio em Vila Real de Santo António e mesmo de elementos representativos da arquitetura pombalina em Lisboa.

⁸⁰ Sob esta janela localizada na fachada nascente encontra-se uma caixa de saneamento que faz a ligação à rede pública.

⁸¹ Conforme relatos registados na Inspeção ao Quartel de 1815.



Figura 48 - Registo de vários ângulos e enfiamentos de percursos. Pormenores dos flancos e dos vãos das antigas Latrinas. Registo de Maria Antónia Bacelar.

CAPÍTULO 2. AS DIMENSÕES DO ESPAÇO

2.1 NA IDEALIZAÇÃO DO QUARTEL

2.1.1 Questões do projeto arquitetónico

*O Homem caminha e age no interior de todas as coisas;
Está sempre de fora e, para passar para além das superfícies, é necessário que
as rompa.*

*O único privilégio da arquitetura, entre todas as artes – quer crie habitações,
igrejas ou interiores, não é resguardar uma cavidade cómoda e rodeá-la de
defesas, mas construir um mundo interior que mede o espaço e a luz, segundo
as leis de uma geometria, de uma mecânica e de uma optica que estão
necessariamente implícitas na ordem natural, mas que a natureza, por si só, não
se serve.*

Henri Focillon

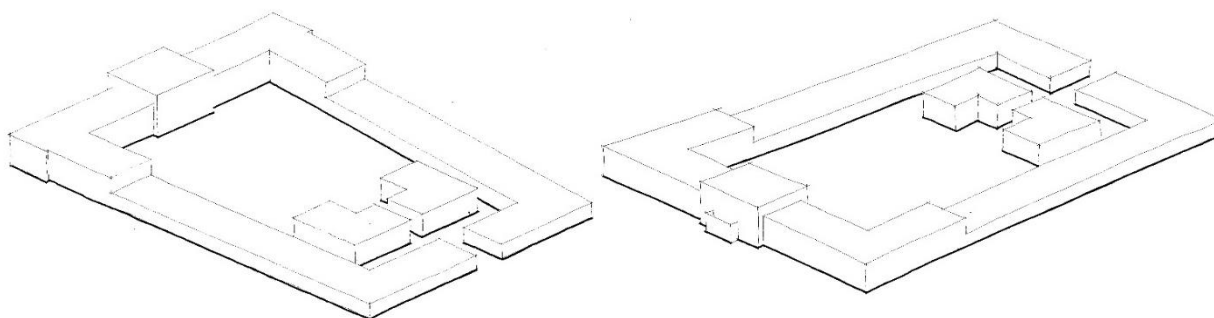


Figura 49 - Perspetivas axonométricas do Quartel de Santo Ovídio.
A autoria de Maria Antónia Bacelar.

*... O construtor não encerra um vazio, mas uma determinada morada de formas
e, trabalhando sobre o espaço, modela-o do exterior e do interior, como um escultor.*

Henri Focillon

Da observação e análise do edifício do Quartel de Santo Ovídio em estudo, identificamos alguns procedimentos orientadores do processo de composição arquitetónica que

denotam as preocupações iniciais de projeto como metodologia técnica e criativa, perceptíveis nas diferentes interpretações arquitetónicas e de perceção visual, tais como:

- A Geometrização | A Simetria | A Proporção
- O Sistema Modular | A Regra
- A Composição por adição e subtração | O Ritmo
- A Perceção visual baseada nas características óticas da visão humana

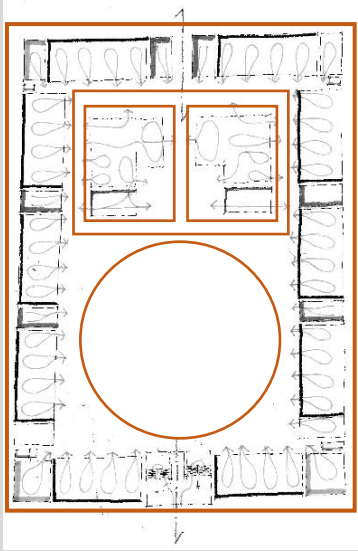
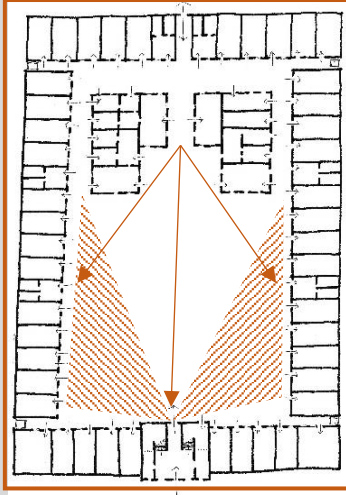
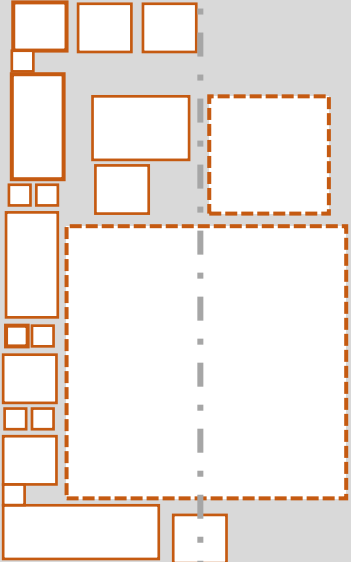
Um conjunto de preocupações patentes no desenho de composição arquitetónica é ainda evidenciado por se articularem outros elementos diferenciadores como Estrutura | Função | Perceção. Elementos estes conjugados e trabalhados de forma a estruturarem os espaços, os volumes, as estéticas e o ritmo estabelecendo um sistema de relações dinâmicas entre o edifício aparentemente estático e o movimento perceptível do observador. Esta dualidade atesta a intemporalidade desta estrutura, criada num tempo para um uso particular e específico, atravessando dois séculos mantendo a mesma finalidade e enfrentando as necessidades da modernidade, o que demonstra a visão esclarecida de Oudinot e do seu projeto.

Destacamos então alguns dos elementos de composição que fomos determinando ao longo das análises que estabelecemos:

Elementos de composição arquitetónica

Simetria, Módulo, Equilíbrio, Cheios e Vazios, Ritmos

Os princípios de composição que abaixo identificamos no Quartel de Santo Ovídio regem as suas qualidades formais compositivas, definindo-o como uma estrutura clássica e racional, organizado de forma cartesiana, cuja aparência se configura com a missão.

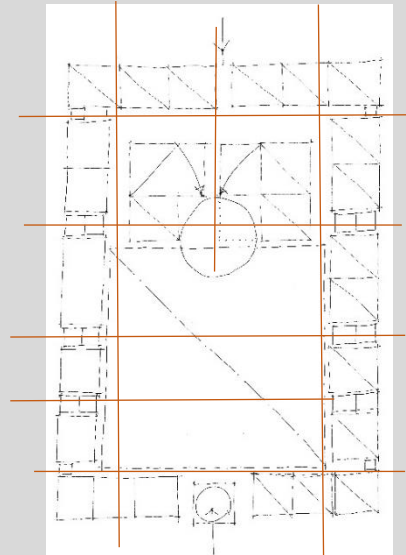
| Unidade | Módulo | |
|--|--|--|
| Carácter de ligação entre os diferentes componentes | Entendida como unidade geométrica | |
| Tem adjacente uma intenção inicial uniformizando todos os elementos em articulação | Ordenada segundo uma determinada regra | |
|  |  |  |
| Áreas de maior circulação | Eixos aparentes de circulação | <ul style="list-style-type: none"> ▪ por Repetição ▪ por Divisão ▪ por decomposição |

Traçado Regulador Ortogonal

Traçado de base geométrica segundo uma regra determinada, ordenando os elementos parciais.

Malha

Grade dimensional que organiza e apoia os elementos geométricos estruturantes.

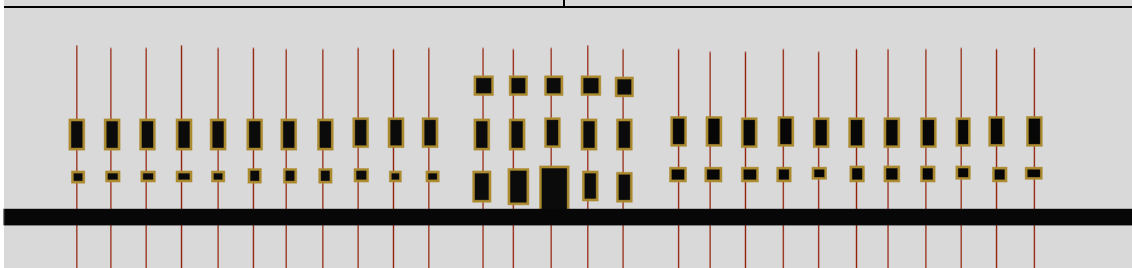


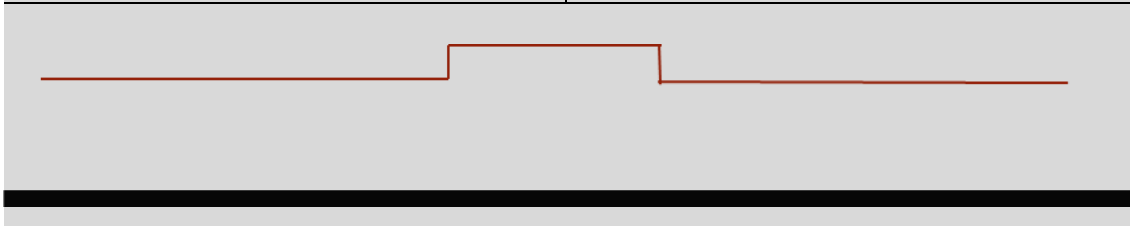
Ritmo

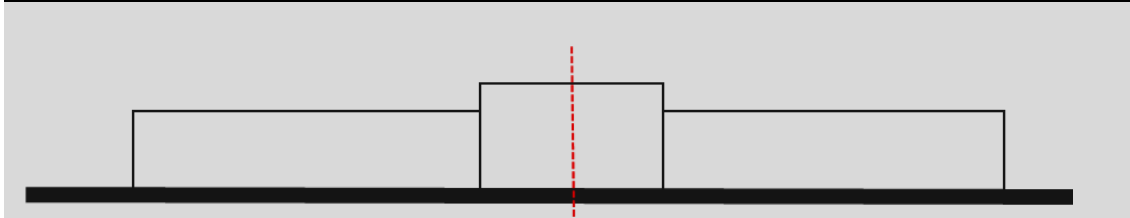
Repetição de dois ou mais elementos criando uma métrica constante, com intervalos regulares e uniformes. Criam uma cadência de elementos simples ou compostos.

Harmonia

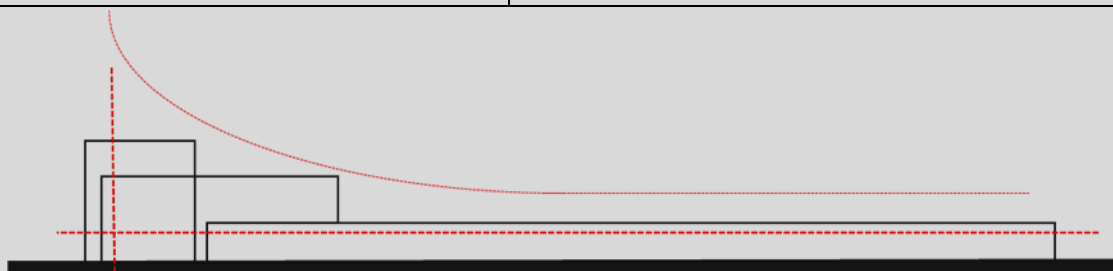
Elementos da composição ordenados de forma a definirem a leitura do todo, onde todos os constituintes são necessários, sem tirar nem pôr.



| Sky Line (linha de horizonte) | Contraste |
|---|--|
| Linha continua que define o contorno aparente e delimita superiormente a forma perceptível. | Individualização entre as diferentes frações da composição sem que haja quebra de unidade. |
|  | |

| Simetria Bilateral | Equilíbrio |
|--|--|
| Distribuição e disposição equilibradas de formas e espaços equivalentes em lados opostos de uma linha ou plano divisores, ou em relação a um centro ou eixo. | Distribuição equitativa do conjunto de forças, entre formas, pesos e massas. |
|  | |

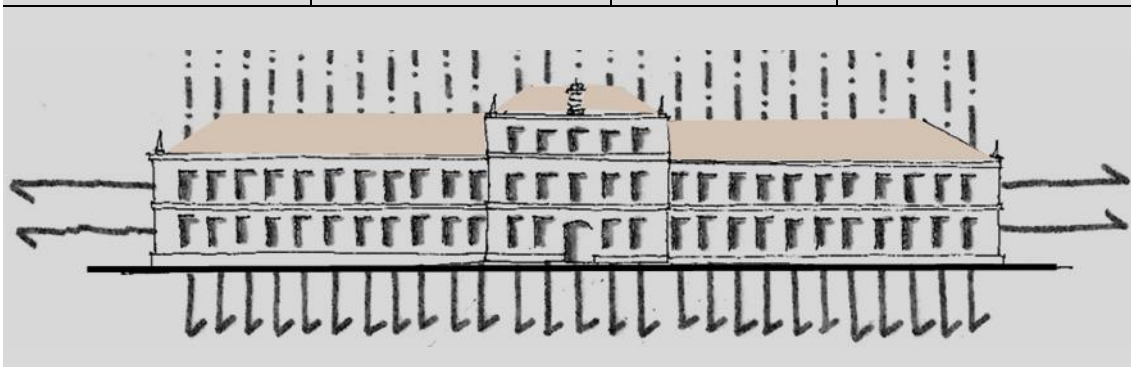
| Acentuação Enfase | Hierarquia |
|--|--|
| <p>Elemento destacado exercendo a função de foco visual – Destaque para a volumetria em <u>U</u>, a sul e o seu respetivo corpo central.</p> | <p>Gradação dos elementos compositivos segundo uma escala equilibrada refletida na forma, tamanho e disposição.</p> <p>É demarcada através da importância ou significado de uma forma ou espaço através da variação da cor ou textura, tamanho, formato ou localização, sempre em relação a outras formas e espaços da composição.</p> |



Perceção ótica

Relação entre a Altimetria e a Planimetria

| Linha Horizontal | Linha Vertical | Linha Reta | Quadrado |
|--|--|--------------------------------------|----------------------------------|
| <p>Sentido racional verdadeira grandeza limitada</p> | <p>Noção de Infinito Emoção Amplitude Símbolo do Sublime</p> | <p>Decisão Rigidez Força</p> | <p>Integridade Segurança</p> |



As interpretações dos elementos representativos das formas geométricas é o símbolo de Dinamismo e Movimento. Neste sentido entende-se a sobreposição da verticalidade sobre a horizontalidade, ajustando visualmente a força estática e o alongamento da horizontal, diminuído tanto pela vertical impressa no corpo como no alinhamento da fenestração pelo seu ritmo constante e rápido.

Relações entre as partes

O edifício em estudo, apesar da sua grandiosidade, rigidez de forma e contexto urbano que o enquadra em relação à Praça de Santo Ovídio (hoje Praça da República) denota uma composição arquitetónica que tem por base a geometrização, conferindo-lhe relações de proporcionalidade espacial entre as áreas construídas internas e as suas áreas abertas externas (espaço urbano não edificado).

Desde a procura do dimensionamento da implantação, balizada entre o terreno disponível e o dimensionamento necessário para o programa funcional do quartel, a criação e a definição da área de Paradas internas, a implementação dos corpos internos em \perp invertido que as limitam, conferem àquele grande espaço a sensação de equilíbrio, harmonia e escala, só conseguidos através da relação de proporcionalidade que se sente no lugar. Um espaço coletivo, de forte representatividade espacial e simbólica, que constituindo um vazio interno, num grande pátio, se torna por efeitos da atividade militar diária numa praça de convergências que estabelece a aproximação ao indivíduo e integra o coletivo.

Analisando as premissas geométricas que Reinaldo Oudinot teria utilizado no seu projeto de arquitetura, construímos a hipótese da utilização do Retângulo de Ouro para estabelecer a proporcionalidade e fixar geometricamente a implantação do conjunto edificado. Procuramos entender conceitos e construções geométricas que as sustentam, que sucintamente abordamos:

Proporcionalidade e Geometrização

A justa relação das partes entre si e de cada parte com o todo.

A proporcionalidade, relação entre duas partes iguais, consiste essencialmente no equilíbrio entre cada parte dum mesmo conjunto e o seu todo. Em arquitetura é estabelecida quando cada fragmento está de acordo com a funcionalidade, a escala, a orientação e a estrutura que estão na base do projeto.

Assume-se nas Artes como o fator estético essencial, fundamental como fator estruturante na disposição das partes no todo da obra.

Na antiguidade é definida como *a justa relação das partes entre si e de cada parte com o todo*. No Renascimento vemos o fascínio pela matemática; o Neoclássico, baseado nos cânones da antiguidade, na racionalidade e no equilíbrio, refletindo em cada época a forma de pensamento e o modo da abordagem às questões de metodologia projetuais. A adaptabilidade ao terreno, a leitura dos elementos funcionais e a percepção do edifício na integração do espaço que cresce à sua volta e o vai acolher, são premissas que se sentem numa observação mais atenta deste edifício de grandes dimensões. A relação existente entre os vários elementos de composição estabelecidos no projeto, como a simetria, o cheio e o vazio, o equilíbrio, o ritmo (...), influenciaram o pensamento, que teve por base o traçado geométrico do axioma da Proporção Áurea.

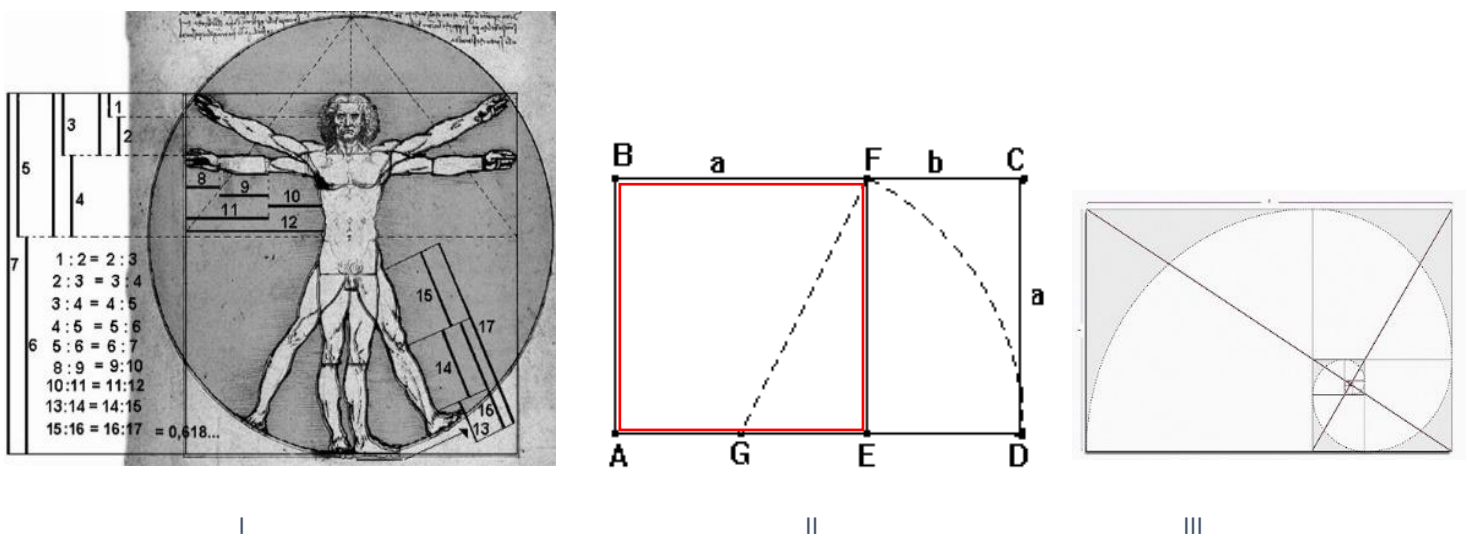


Figura 50 – I. As proporções da figura humana de Leonardo da Vinci; II. Construção geométrica do Retângulo; Construção de sucessivos retângulos segundo as relações de proporcionalidade da regra de ouro. Infografia de Ouro ABCD.

O traçado do Retângulo de Ouro, de todos os retângulos o mais agradável à vista, parte de um quadrado ABFE, correspondendo à unidade a , é designado por *Gnômon*. □

Rebatendo a diagonal GF, tirada da mediana da base desse quadrado GF sobre a base do quadrado inicial obtém-se o ponto G que posiciona os lados a construir ABCD. Estamos perante a relação de proporção 1:1,618

Nos mesmos moldes a subdivisão do Retângulo de Ouro gera outros retângulos com a mesma proporcionalidade e assim sucessivamente. A interseção das diagonais dos retângulos demonstra o Traçado Regulador segundo o conceito de Le Corbusier.

A Elipse Áurea é construída usando o comprimento dos lados de cada quadrado como raios dos arcos concorrentes. As noções geométricas são indispensáveis à formação dos profissionais da área da Arquitetura, da Engenharia, do Design ou das Artes em geral. Permitem desenvolver um raciocínio lógico e a visão espacial necessários a esses campos de ação.

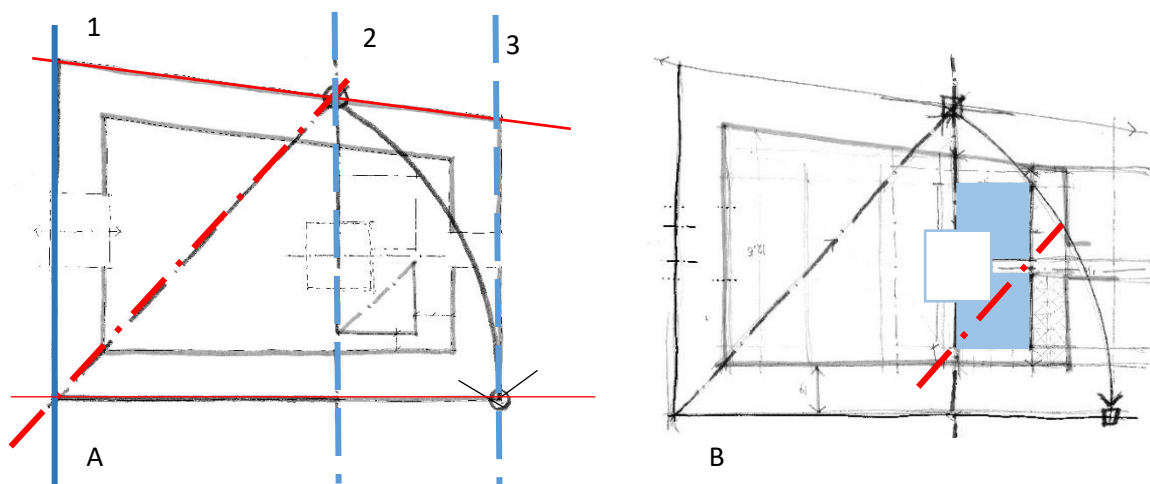


Figura 51 - Estudo analítico da determinar a base geométrica da implantação do Quartel. Esboço de Maria Antónia Bacelar para a determinação gráfica das relações geométricas. A autoria de Maria Antónia Bacelar.

Relacionando todos os dados que estiveram na base da construção deste quartel, principalmente nas questões relacionadas com a implantação do edifício, pensamos ser capazes de interpretar um possível esquema da geometrização base do seu projeto.

Considerando a direção do arruamento existente (Rua da Lapa) bem como o prolongamento da Rua do Almada, estaria naturalmente estabelecido o dimensionamento da frente do quartel, voltado à praça. Construindo um quadrado a partir daí, a sua diagonal seria interseçada pela oblíqua da Rua da Lapa, criando assim o raio que rebateria sobre o eixo horizontal. Desta outra interseção nasceria o limite da edificação. Estaria então definido o trapézio determinado geometricamente com base na Secção Áurea, que como vimos corresponde à proporção harmoniosa.

Os outros pequenos edifícios também seguem uma estrutura racional de implantação, através da determinação do módulo, por subdivisão e por adição/subtração de massa, estruturado sob uma malha definida através das *linhas notáveis* da forma primeira (o quadrado – bissetrizes e mediatrizes), alinhados ou espaçados em função das necessidades de percursos e circulações, bem como os condicionalismos dos espaços interiores condignos – iluminação e arejamento natural, que motivaram o tipo de fenestração escolhido para um dos corpos e situações.

Uma imagem *imaginada*

No decurso desta investigação fomos nos deparando com elementos desenhados constituintes dos projetos arquitetónicos do Quartel que nos trouxeram ao imaginário um conjunto de relações com áreas distintas da arquitetura. Fomos encontrando ligações e conexões justificadas, muitas vezes em outras procuras.

A 1ª composição para o plano principal do Quartel de Santo Ovídio criada por Reinaldo Oudinot compreendia uma estrutura gradeada como remate da cornija alta do corpo central. Rapidamente nos surgiu a imagem mental de uma pauta musical, conjugando os elementos horizontais e seus espaçamentos, lendo-os como uma música ritmada onde os registos equivalentes às notas musicais seriam os vãos do edifício. Estaríamos perante uma notação musical simbólica, tida como uma configuração de um conjunto de sinais gráficos representativos de uma ordenação de sons, escritos numa partitura. Como se fosse possível ouvir a sua interpretação executada por uma orquestra em palco – o edifício – perante uma plateia – a praça urbana. Encontramos na interpretação musical da arquitetura de Claude Bragdon⁸² elementos representativos e de aproximação teórica justificativa que poderão iniciar esta abordagem em futuros estudos e que só apontamos aqui:

- Um pórtico traduzido em oitavas, quintas e terceiras;

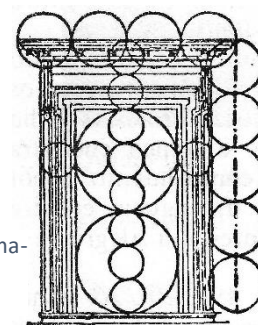


Figura 52 - Esquemática do Pórtico da Igreja de San Lorenzo em Damasco, Roma - Traduzido em oitavas, quintas e terceiras. (Zevi, 1992).

- Uma fachada ou parte dela, traduzida em 4/4;

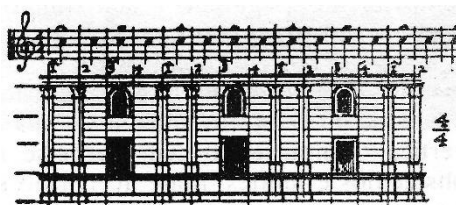
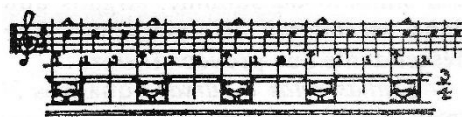


Figura 53 - Esquemática do último piso do Palácio Giraud, Roma - traduzido em 4/4. (Zevi, 1992).

⁸² Claude Bragdon (1866-1946) de nacionalidade americana, foi um arquiteto modernista da primeira geração, notabilizou-se também como ilustrador, crítico, teórico e designer de teatro.

- Uma Cornija alta traduzida em $\frac{3}{4}$.

Figura 54 - Esquemática da cornija alta da Farnesina – traduzida em $\frac{3}{4}$. (Zevi, 1992).



A fachada sul do Quartel de Santo Ovídio, quanto a nós, clarifica esta abordagem, à semelhança da interpretação musical da arquitetura de Claude Bradgon.

Em estudo posterior, poder-se-á propor a interpretação esquemática de uma partitura musical parcial desta fachada.



Figura 55 - Imagem da fachada sul do Quartel de Santo Ovídio – fachada que permite a leitura para uma interpretação musical. [Projecto de um quartel para o 2º Regimento do Porto] PT-GEAEM-3733/X-3-35-48 (DIE).

Deste modo encontramos semelhanças e analogias de possíveis leituras e imagens *imaginadas*, quando observamos o Quartel de Santo Ovídio munidos de ferramentas que nos capacitam para interpretações miméticas e semióticas da e na arquitetura.

2.2 DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DOS ESPAÇOS

2.2.1 A funcionalidade e a ocupação espacial

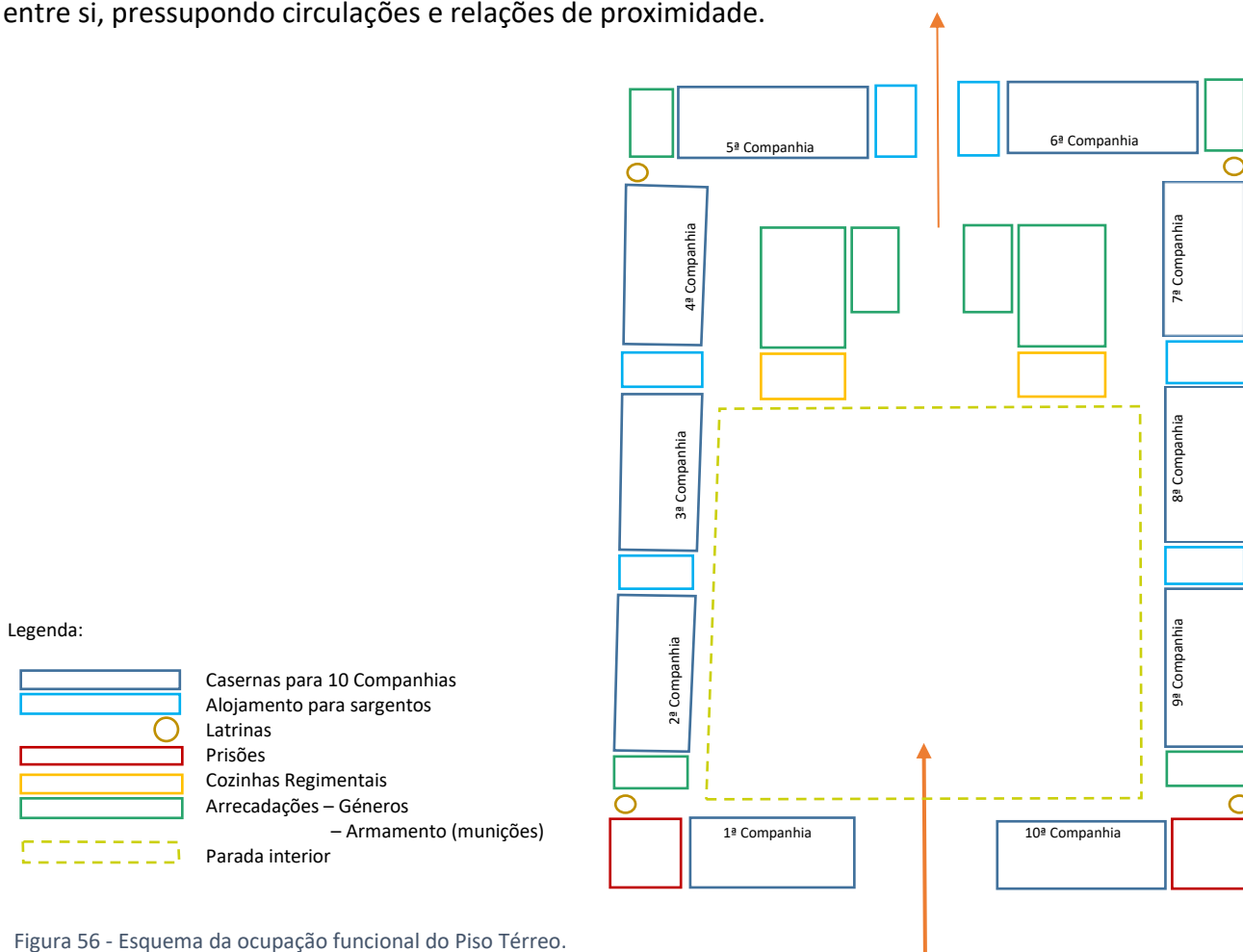
Segundo nos testemunha Pinho Leal referente ao Quartel de Santo Ovídio:

É um vasto edifício, com capacidade para aquartelar 2500 homens, quando as camas eram uma estreita enxerga, sobre tarimbas geraes. Hoje (1875), porém, que cada soldado tem uma cama de ferro, desviada um metro da imediata, apenas pode dar quartel a 1300 ou 1400 praças.







2.2.2 A compartimentação do Quartel construído

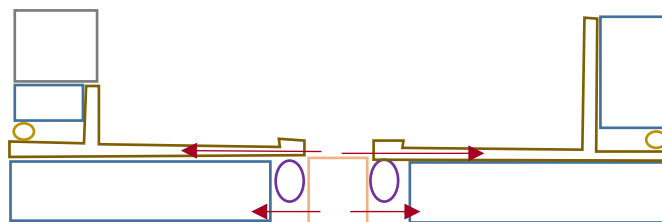
Possível interpretação esquemática da distribuição funcional para o 2º Regimento do Porto:

Quando analisamos uma planta desenhada, salta-nos de imediato a leitura da ocupação do espaço e da distribuição e organização funcional. Pressupõe a imagem mental de um organograma funcional, que previamente implicou um programa preliminar ajustado às premissas das necessidades e hierarquicamente ordenado e planeado. Os esquemas abaixo têm como objetivo identificar os espaços por zonas afins ou distintas, as relações entre si, pressupondo circulações e relações de proximidade.



Legenda:

-  Alojamento para Oficiais
-  Salas do Comando
-  Latrinas
-  Salas de aula
-  Circulação horizontal
-  Circulação vertical



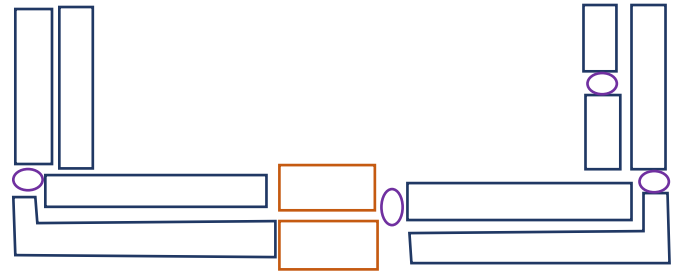
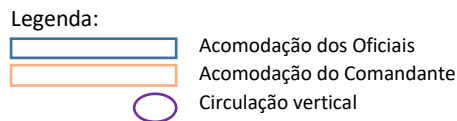


Figura 58 - Esquema da ocupação funcional do corpo central e das águas-furtadas.

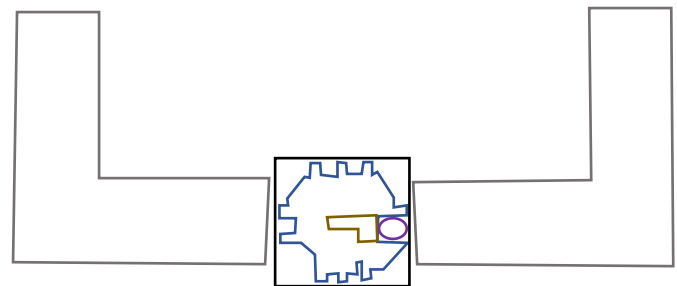
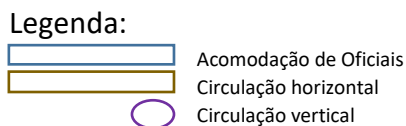


Figura 59 - Esquema da ocupação funcional das águas-furtadas do piso superior do corpo central.

Na data do projeto, o 2º Regimento de Infantaria seria composto por 2 batalhões, com 5 companhias cada, 10 companhias no total.

Foi ocupado a partir de 1806, após conclusão da obra, um ano antes:

- Das Invasões Francesas – 1807
- Da Partida da Família Real para o Brasil – 1807

mantendo a sua ocupação durante a Guerra Peninsular por tropas de várias nacionalidades dos Exércitos em confronto.

Tal como a leitura da ocupação do espaço e da distribuição e organização funcional, como acabamos de ver para os espaços internos do quartel, surgem-nos interpretações de cenários possíveis, preliminarmente pensados e devidamente estruturados para que o edifício respondesse taticamente em caso de ataque ou invasão. Sugere-nos que a sua conceção seria um puco à imagem de um forte, constituindo-se também como uma unidade de defesa e não somente como unidade de projeção de forças.

Assim construímos um esquema reflexivo, esboçando as movimentações e circuitos hipotéticos, com base na análise da constituição de uma fortaleza e das necessidades das estruturas militares em caso defensivo:

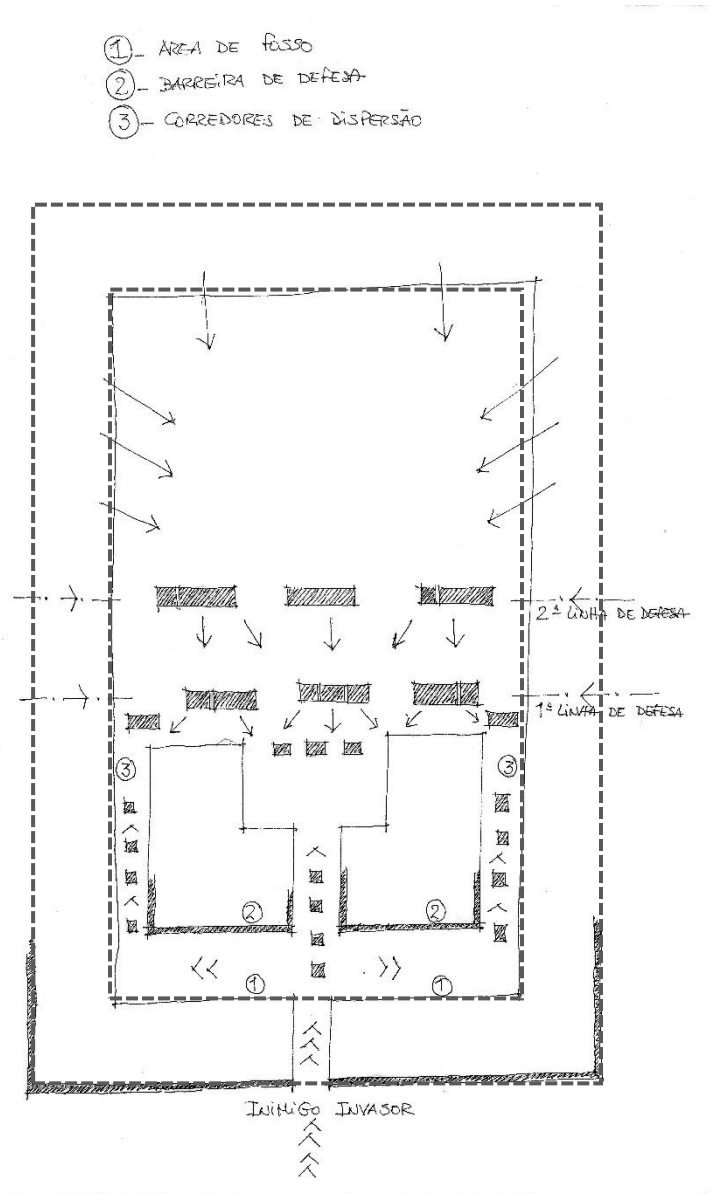


Figura 60 - Estruturação da composição de forças defensivas e suas movimentações e caso de invasão inimiga ao Quartel de santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Devido à ausência de uma descrição ou de elementos desenhados e outros registos referentes à ocupação funcional do Quartel de Santo Ovídio aquando da sua ocupação ou à finalização da obra, vamos aqui considerar as plantas que acompanharam a *Inspeção Militar ao quartel de 1815, como o base para a compartimentação inicial das vivências deste edifício.*

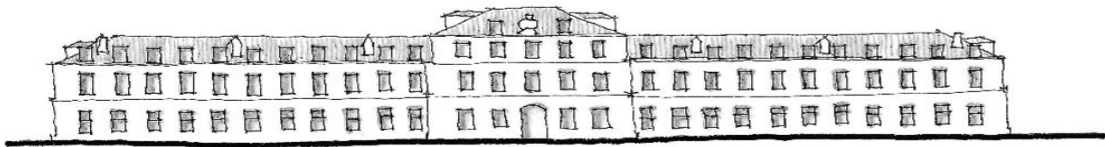


Figura 61 - Desenho da fachada sul do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.



Figura 62 - Desenho da fachada nascente do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

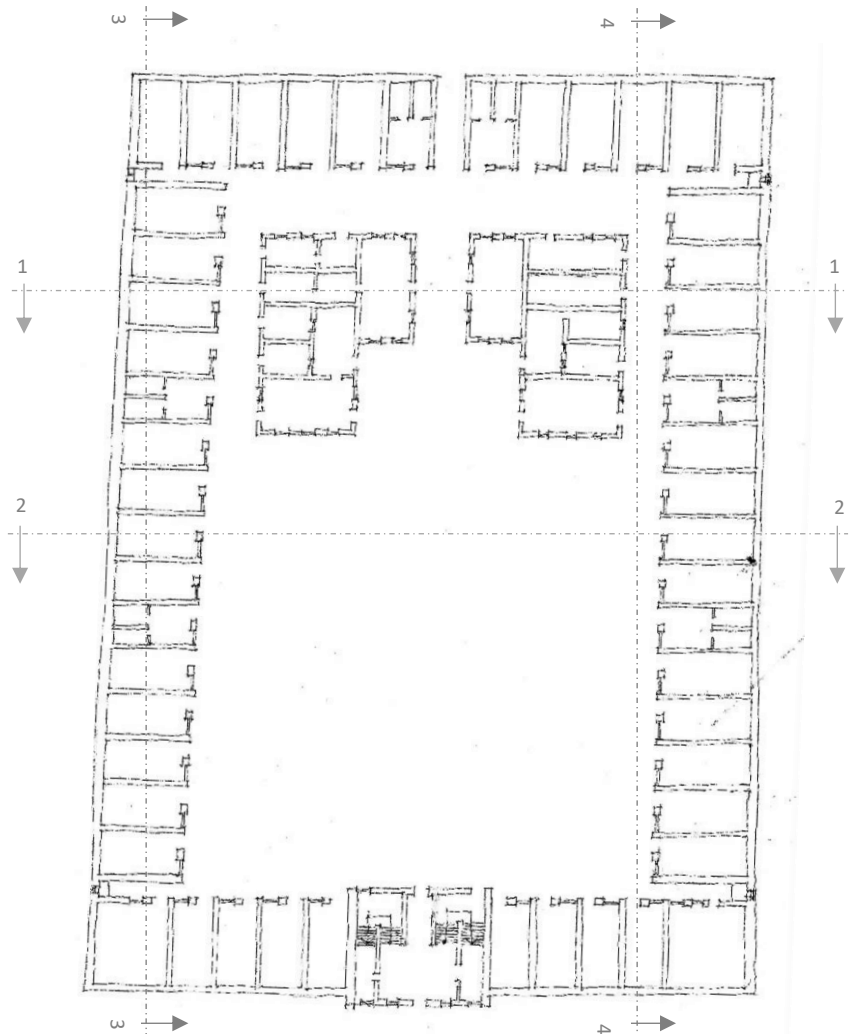


Figura 63 - Desenho da Planta do Piso Térreo.
 Autoria de Maria Antónia Bacelar.

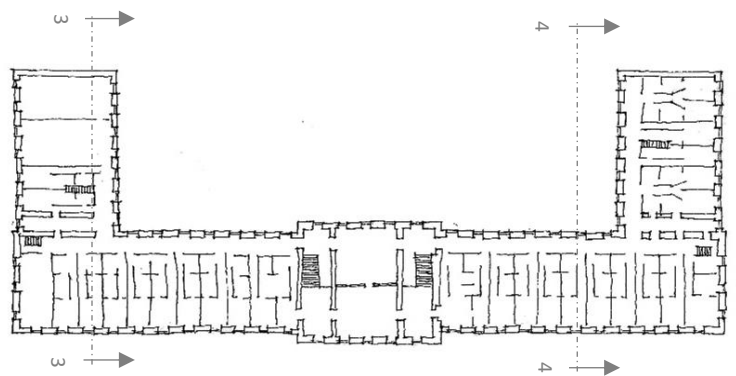


Figura 64 - Desenho da Planta do 1º Piso.

Figura 65 - Desenho da Planta do 2º Piso do corpo central e das águas-furtadas. A autoria de Maria Antónia Bacelar.

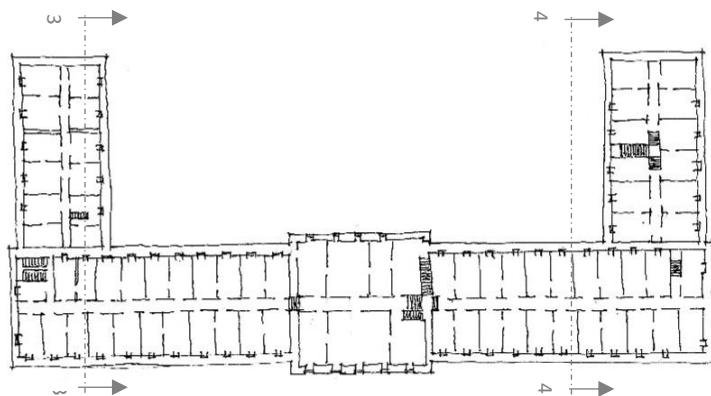


Figura 66 - Desenho da Planta das águas-furtadas do corpo central. A autoria de Maria Antónia Bacelar.

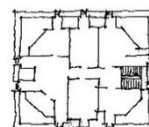


Figura 67 - Desenho da secção 2. A autoria de Maria Antónia Bacelar.

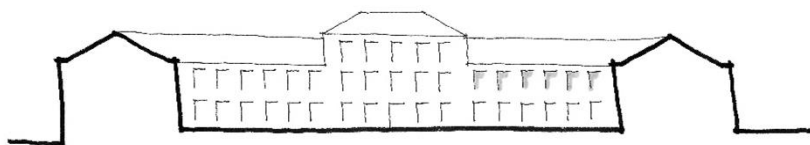


Figura 68 - Desenho da secção 3. A autoria de Maria Antónia Bacelar.

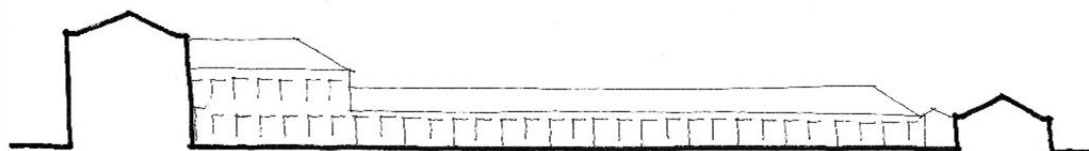
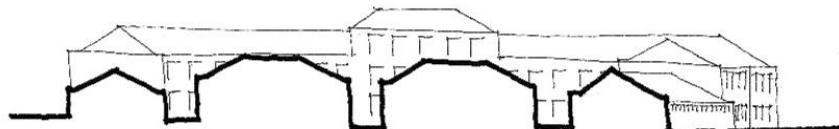


Figura 69 - Desenho da secção 1. A autoria de Maria Antónia Bacelar.



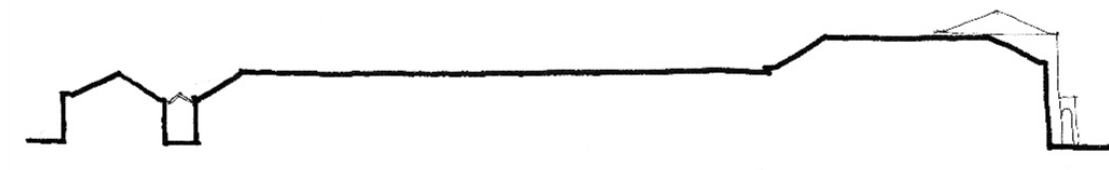


Figura 70 - Desenho da secção 4.
Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Assim, passamos a elencar:

- Piso térreo:
 - Casernas – para 46 praças e 6 oficiais inferiores, em dois espaços separados, destinadas a 10 Companhias
 - Cada caserna tinha aproximadamente uma área de 13,20 X 6,60 m² (60 palmos de profundidade por 30 palmos de largura)
 - 25 ou 26 tarimbas, dispostas em duas filas longitudinais e separadas por uma coxia central
 - O lugar ocupado por cada soldado com dimensões de cerca de 0,99m (4,5 palmos).
- No projeto final de Reinaldo Oudinot, cada caserna apenas se destinava a 17 Praças, estando as tarimbas isoladas umas das outras. Constatando-se que a tarimba contínua aumentou a capacidade em 8 a 9 Praças em cada caserna.
- 2 Prisões
 - 4 Latrinas
 - Localizadas no rés-do-chão estavam implantadas nos espaços de ligação das quatro alas que constituem o quartel, seguindo as indicações do projeto de arquitetura de Reinaldo Oudinot;
 - Eram limpas regularmente por um civil⁸³, unicamente através da remoção dos detritos⁸⁴ sem entrar no quartel. Esse serviço era executado através do gradeamento existente, aberto para o exterior

⁸³ O cidadão civil tinha um contrato de trabalho estabelecido com o quartel e a troco de estadia.

⁸⁴ Pois não passava nenhuma linha de água nas imediações do quartel e a água dos barris era preciosa para na vida do quartel.

para o devido efeito, dado que não existia acesso direto através de qualquer vão;

- Como este serviço não era tão frequente como devia ser, causava grande incómodo na unidade aquartelada causando mau cheiro e prejudicando a saúde dos soldados que viviam nas casernas contíguas, bem como aos transeuntes que passavam nas ruas.
- Algumas das casernas foram transformadas em cavalariaçãs
- 2 Edifícios isolados
 - 2 Cozinhas

Estão situados quase defronte do centro de um dos lados do Quartel.

Espacialmente bem constituídas e arejadas, bem equipadas com fogão de grande capacidade, bem organizadas. Cada uma apresentava boa capacidade para executar o rancho⁸⁵ de cada Regimento aí instalado;
 - Arrecadações várias.
- 1ª Piso
 - 2 Salas sobre o átrio da entrada principal;
 - 27 Quartos de oficiais;
 - 1 Secretaria;
 - 2 Salas de aula;
 - 2 Latrinas.
- Águas-furtadas ou 2º Piso:
 - Acomodações para Oficiais subalternos:
 - Alcova;
 - Cozinha;
 - Dispensa.Correspondentes aos quartos do andar inferior.
 - No Corpo central:
 - Residência do Comandante - 7 quartos

⁸⁵ A Inspeção ao quartel refere: *que área do Porto havia abundância de água, lenha e vegetais para a confeção dos ranchos*, mas que, no entanto, a lenha e os vegetais eram mais dispendiosos que na restante região Norte.

- Águas-furtadas da cobertura do Corpo Central:
 - 6 Quartos;
 - Escada direta para as acomodações do Comandante no piso inferior.

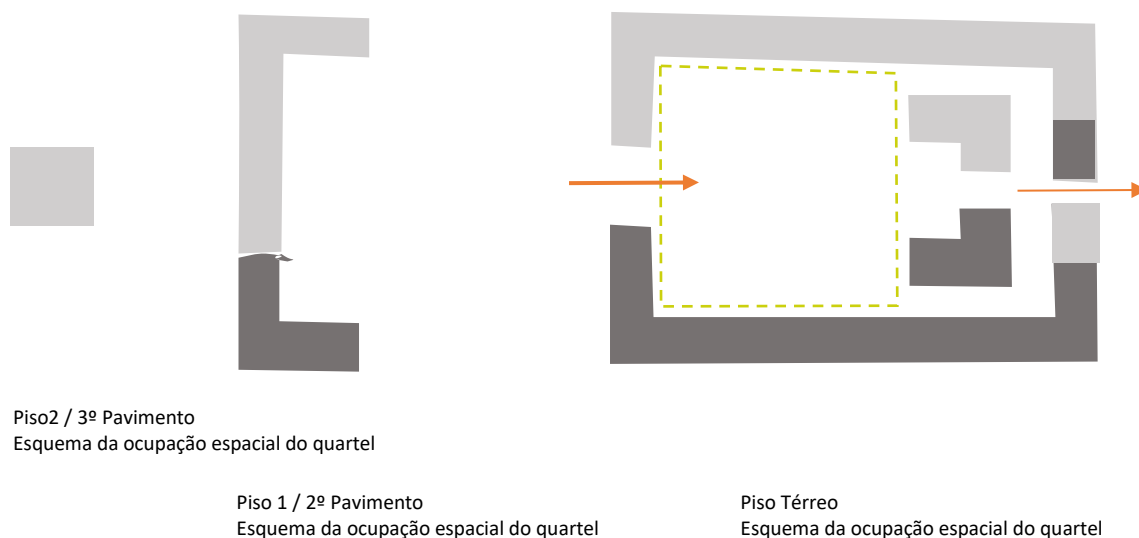
2.2.3 As condições do quartel em 1815 após a Guerra Peninsular

A Inspeção Militar ao Quartel de Santo Ovídio

A partir de meados do séc. XVIII e com uma certa periodicidade, o Exército Português procedia a inspeções aos edifícios militares, vistoriando-os para avaliar as suas condições físicas de funcionamento, procedendo a informações orientadoras e definindo ações necessárias para adoção das medidas de melhoria e minimizando as adversidades encontradas. Do registo do relatório, que supomos ser a primeira inspeção ao Quartel de Santo Ovídio, transparece um conjunto de informações com particular relevância quanto à organização, à distribuição espacial e às condições dos seus usuários devidamente hierarquizados por cargos, funções e espaços. Este documento permite atestar as vivências e os condicionamentos deste quartel, num tempo subsequente à sua ocupação (1806) e ao termo da sua edificação, às Invasões Francesas e às respetivas reestruturações do Exército como consequência do tempo de guerra. Assim, a *Inspeção passada ao Aqueilamento de Santo Ovídeo na cidade do Porto*⁸⁶, em junho de 1815, acontece já num período de acalmia e alguma estabilidade militar. Constatamos que, à data, o quartel não só era ocupado pelo Regimento de Infantaria 18 (RI 18) para o qual foi construído, mas servia também de aqueilamento aos militares do Regimento de Artilharia 4 (RI 4), regimento vindo de Viana do Minho. Estes dois regimentos, RI 18 e RA 4, capacitaram excessivamente o quartel, obrigando à redistribuição dos espaços de acomodação e serviços, verificando-se que na prática não era equitativa nem justa, na opinião do inspetor militar.

⁸⁶ Consultar Anexo 3.

O relatório principia por contabilizar e enumerar os quantitativos de cada Regimento acomodados dentro e fora do deste edifício, entre Comandantes, Oficiais Superiores, Oficiais Inferiores e Praças, seguindo com as descrições de distribuição dos diferentes corpos e espaços do quartel, bem como as áreas de cedência entre os dois Regimentos. Dessa análise constata-se que o Quartel se encontrava dividido em duas partes iguais pelo seu eixo norte/sul, sendo ocupado a nascente pelo Regimento de Infantaria 18 e a poente pelo Regimento de Artilharia 4.



Legenda:

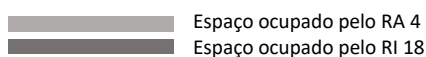


Figura 71 - Identificação esquemática das áreas espaciais ocupadas pelo regimento RI 18 e RA 4 Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Como vimos, o quartel não comporta espacialmente o número de Oficiais e Praças dos dois Regimentos, corroborando na seguinte repartição concertada de concessão de espaços⁸⁷ entre ambos:

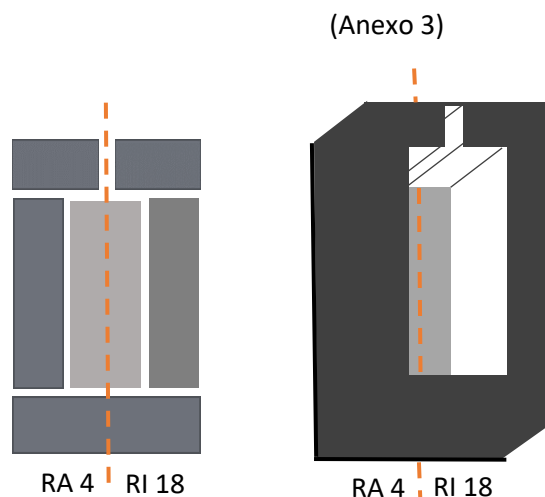
- O Comandante do RA 4 ocupa a residência do Comandante da Unidade, localizada no corpo principal da ala sul
- O comandante do RI 18 vive fora do quartel

⁸⁷ Apesar do RA 4 estar em número reduzido pelo facto de ter companhias destacadas em Lisboa, em Almeida, em Valença e um Destacamento de 40 Homens em Viana – cedendo 2 camas ao RI 18.

- Uma parte dos Oficiais do RI 18 é alojada ou aboletado em casas alugadas por si na cidade

Sofrendo nisto grande incómodo, porque o aluguer das casas no Porto é muito caro.

Figura 72 - Proposta de alteração da volumetria, com a construção de um piso sobre os corpos das casernas. Autoria de Maria Antónia Bacelar.



O referido inspetor Major Vital Gorjão, adianta a impossibilidade de ampliação do quartel por cima das casernas dos Praças e continuando as instalações para Oficiais, alegando que, mesmo assim, a área não seria suficiente para o alojamento dos dois regimentos.

Considerou que não havia nos arredores *sítio que seja mais ilegítimo* para aquartelar os dois regimentos, apesar de não estarem comodamente instalados no Quartel de Santo Ovídio. Não obstante a possibilidade de desalojar os frades de alguns conventos, nomeadamente o Convento de S. Francisco por ser muito espaçoso, podendo aí as tropas ocuparem dois terços da sua área, ou mesmo ocupar a totalidade do Convento de Santo António da Cidade⁸⁸, em S. Lázaro, instalando-se aí o Regimento de Artilharia com os seus Oficiais. Deixa em modo de conclusão uma nota final, referindo que: *estas medidas seriam sempre tomadas pelos frades como violentas.* (Anexo 3).

Desta sobrelotação do edifício, coloca à consideração algumas soluções possíveis, não só em termos de ampliação do edifício, mas também enquanto adaptação das estruturas existentes e as suas claras consequências:

⁸⁸ Hoje edifício da Biblioteca Municipal do Porto.

Projeto de Quartel para Oficiais:

O meio, pois, de fazer que todos os Oficiais de ambos os Corpos tivessem alojamento no Quartel de Santo Ovídeo, seria de fazer continuar sobre as Casernas a galeria dos Quartos dos mesmos Oficiais sobre o comprimento de todos os quatro (4) lados que tem o edifício, de que somente o da frente, e os topos dos lados contíguos tem Quartos para Oficiais, por ter sido este Quartel edificado somente para um Regimento, e em tempo que não tinha mais que oito (8) companhias.

No caso de se fazer a proposta ampliação dos Quarteis dos Oficiais, devo advertir que as paredes são bastante resistentes, e as madeiras e telhado se acham bem conservados, para ainda poderem servir, mas acomodar os Soldados dos dois (2) regimentos sempre vem a faltar Quartel por faltar espaço.

Arranjo dos Quarteis dos dois Coronéis:

Querendo-se acomodar os dois Coronéis na atual divisão dos Quarteis dos Corpos, leva preciso dividir pelo meio o Quartel atual do Comandante de Artilharia e abrir uma escada de comunicação para a escada principal do quartel, e outra para as Aguas furtadas, que igualmente devem ser respetivamente separadas; e dividir no 2º Andar uma grande sala em duas para o Comandante que ocupar as imediatas: devo declarar por esta ocasião que os Oficiais que não têm Quartel com os Corpos em Santo Ovídeo, estão fora à sua custa na Cidade mas sofrem nisto grande incómodo porque o aluguer das Casas no Porto é muito caro.

Falta de melhor Quartel:

Não obstante os regimentos juntos no Quartel de Santo Ovídeo não estarem comodamente ambos, não há nas vizinhanças sitio que seja mais elegível para algum destes Corpos só por si, a não desalojar para isso os Frades de algum Convento, como seja o de S. Francisco que é muito espaçoso, e tomar duas terças (2/3) partes dele, como se for no tempo da Guerra: ou tomar todo o de Sº António da Cidade a S. Lázaro, que acomodava bem o Regimento de Artilharia com seus Oficiais, mas estas medidas seriam sempre tomadas pelos Frades como violentas.

Bondade do Quartel para um só Regimento:

Finalmente no Quartel de Santo Ovídeo julgo que somente se poderá aquartelar um Regimento de Infantaria e um Destacamento de duas Companhias de Artilharia sendo preciso.

(Anexo 3)

O estado de saúde dos soldados é também alvo de análise e preocupação do inspetor, considerando-a satisfatória neste relatório:

A Saúde dos habitantes em geral não é má no Porto, não obstante que a atmosfera quase sempre esteja muito carregada com vapores do Douro. (Anexo 3)

O quartel era carenciado de espaços destinados a apoios à saúde, diferenciando-se das instalações previstas por Reinaldo Oudinot, ao que o dito inspetor assim justificava:

Os Corpos alojados no Quartel de Santo Ovídeo não têm Hospital Regimental, nem precisam dele, porque há o Hospital Geral Militar⁸⁹ na mesma Cidade, onde os doentes são bem tratados e assistidos de remédios por aquele estabelecimento.

(Anexo 3)

Obviamente o excesso de lotação trazia problemas de acomodação, higiene, alimentação, circulação, bem como em relação ao comando militar do próprio quartel. Fruto da circunstância de o alojamento dos Oficiais ser externo ao quartel, em casas entre a população, não tomando a sua direção diária e continuada. No entanto, o aquartelamento foi considerado nesta inspeção como *um dos melhores do Reino*, caso fosse ocupado unicamente pela unidade militar para a qual foi concebido (RI 18), por um só Regimento de Infantaria. O Major Vital Gorjão, o Oficial Inspetor, sugere no seu relatório:

Seria aceitável, quando muito, um Regimento de Infantaria e um Destacamento de Artilharia, este a duas Companhias. (Anexo 3)

Conclui a inspeção, reforçando a ideia:

Tendo dado a minha conta a respeito deste Quartel e julgo ser um dos melhores do Reino para um Regimento só de Infantaria⁹⁰

Outras alterações no Tempo e no Uso

Apesar de ter sido construído de raiz como quartel para um regimento de infantaria, foi ocupado ao longo dos anos para outro tipo de tropas. Assim coexistiram, em diferentes épocas, conjuntos diversos de tropas de infantaria com artilharia, cavalaria e engenharia, ou inclusive milícias (durante o cerco do Porto – Batalhão de Milícias de Santo Ovídeo)⁹¹.

⁸⁹ À data o Hospital Militar estava instalado nos Celeiros da Cordoaria.

⁹⁰ In AHM, 3ª Divisão, 20ª Secção, nº 20, Cx. 6. 1815 – Transcrito no Anexo 3.

⁹¹ Publicado no site do Exercito - <https://assets.exercito.pt/SiteAssets/CmdPess/Quartel%20Sto%20Ovideo.pdf>

Ao longo de todo o século XIX o Quartel de Santo Ovídio foi sofrendo pequenas remodelações, adaptações, arranjos e ajustes, fazendo-se acomodar e acomodando-se, tornando os seus espaços funcionalmente adaptáveis. Com isso não quer dizer que respondesse eficazmente a todos os usos nas diferentes épocas. Também nem sempre foram atendidos os pedidos de melhoramentos e capacitados os seus espaços convenientemente.

Motivos que se prendiam, com certeza, por questões económicas do próprio Exército, da origem das verbas para isso, por questões de entendimento superior, de conflitos internos, mas também por dependerem de autorização Real à época.

Da recolha de informação que efetuamos no Arquivo Histórico Militar, na Direção de Infraestruturas do Exército e no Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militares, destacam-se um conjunto de pedidos de benfeitorias e adaptações executadas ou não e que passamos a elencar que se poderão verificar nos Apêndices.

As várias obras de conservação/adaptação foram sendo efetuadas por força das condições de higiene e salubridade do edifício definidas por indicação de Inspeções de Saúde periódicas e Inspeções do Exército aos Quartéis para acomodação do Armamento e Segurança, entre outros.

Uma das importantes intervenções de requalificação e reabilitação ao Quartel efetuaram-se pela necessidade de criar instalações de acomodação apropriadas para o Rei D. Carlos, aquando da sua visita ao Porto em 1 Para isso foi adaptado o torreão central a *Residência Real*. Nos finais do século XIX, por volta de 1894⁹² foi acrescentado um pórtico em colunata simples, a pontear a Porta de Armas. Sobre este pórtico foi construído uma varanda com balaustres, permitindo ampla visão sobre a praça e sobre os eventos militares e civis que ali se realizavam.

Em muito pouco tempo, as colunas do pórtico são substituídas por arcos de volta perfeita, construídos em granito de aparelho serrado.

Fica assim marcado e dignificado o seu acesso principal pela Praça da República.

⁹² Aquando das Comemorações Henriquinas no Porto, em 1894.

2.2.4 Intervenções na volumetria do edifício

Cerca de 1850 – Gravura da época



1894 – Visita de D. Carlos nas Comemorações
Henriquinas



1908 – Visita de D. Manuel II ao
Porto



Ao longo do tempo, este quartel considerado *como robusto e de vasta dimensão*, não só se foi ajustando às suas necessidades funcionais, como também se adequou a questões de comodidade, dotando os seus espaços de conforto mínimo aceitável à época. Esta situação foi possível concretizar pela reorganização das tropas e sua distribuição pelos novos quartéis na cidade, como pela ocupação dos Mosteiros e Conventos⁹³ que foram entretanto extintos⁹⁴.

Assim e mesmo com grandes oscilações do número de efetivos aquartelados, foi considerado o quartel com maior contingente militar do país, como nos relatam os seguintes excertos:

Quarteis militares.

No campo da Regeneração existe o quartel militar com sua frente, ao poente: é pertencente ao histórico regimento n.º18; a sua grandeza e boa construção são muito para notar: accommodava cêrca de 3.000 homens, quando aos soldados as tarimbas lhes serviam de camas; mas hoje, que estas são de ferro e com distancias d'um metro d'umas às outras, só pode conter 1:500 praças⁹⁵.

Quartel de Santo Ovídio – Este edifício de vastas dimensões e bem ordenada estrutura, é d'aquelles com que o Porto se engrandece, e que falla do célebre corregedor Almada, de quem é obra. Este magnifico quartel capaz de alojar 2.000 homens, tem as cosinhas isoladas do corpo principal do edifício, obstando assim, em caso de incêndio, a que o fogo se communique ao resto. Está situado no espaçoso campo da Regeneração, que ladeado de árvores e frades de pedra, se espraia diante da sua porta principal. Ali se formam as paradas e exercícios militares. Está actualmente ocupado pelo regimento de infantaria n.º18⁹⁶.

Quartel de Santo Ouvidio, no campo do mesmo nome (hoje campo da Regeneração.) — Foi sempre o quartel do 2.º regimento do Porto (n.º18) que ainda alli se conserva. É um vasto edifício, com capacidade para aquartelar 2:500 homens, quando as camas eram apenas uma estreita enxerga, sobre tarimbas geraes. Hoje, porém, que cada soldado tem uma cama de ferro, desviada um metro da immediata, apenas pode dar quartel a 1:300 ou 1:400 praças⁹⁷.

⁹³ Sendo o caso do Convento da Vitória e o Mosteiro da Serra do Pilar

⁹⁴ A extinção das Ordens Religiosas surge no contexto que se seguiu à assinatura da Convenção de Évora Monte, o Decreto de extinção das Ordens Religiosas, assinado por Pedro IV de Portugal, foi publicado em 30 de maio de 1834. Foram declarados extintos todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer outras casas das ordens religiosas regulares. Esta lei valeu a António de Aguiar a alcunha de "Mata Frades".

⁹⁵ Francisco Ferreira escreve em 1864 no *Elucidário*

⁹⁶ Francisco Gomes da Fonseca publica também em 1864 no *Guia Histórico do Viajante no Porto*.

⁹⁷ Documentado por Pinto Leal

Condições de habitabilidade para o Soldado

A aglomeração de homens nos quartéis, vivendo numa atmosfera viciada com privação da ventilação necessária não podem deixar de contribuir para o excessivo número de doentes no nosso exército tratados nos hospitais militares em cada ano superior a 16000 quando o nosso exército não passa de 18000 homens!

Cirilo Machado, Oficial do Exército e Deputado
Diário da Camara dos Deputados. 1864. Sessão de 18 de Maio.

Casernas



Figura 73 - Uma Caserna do Quartel de Santo Ovídio em 1900.

As casernas eram sinónimo do alojamento dos Soldados ou Praças e constituíam uma grande área de um quartel, assegurando as condições de vida – dormir | comer | descansar – dos militares aquartelados. Eram organizados por mobiliário simples, primeiramente, constituído por leitos e tarimbas corridas⁹⁸ (plataformas em madeiras sobrelevadas em relação ao pavimento) e colchão de palha. Da orientação dos leitos dependia a sua rentabilização da ocupação do espaço disponível, comportando mais ou menos Soldados⁹⁹. Mais tarde as camas individuais substituem as tarimbas e depois por beliches, refletindo a aproximação da noção de conforto para a qual a sociedade caminhava. O vão sob a tarimba permitia a arrumação de uma caixa ou mala onde o

⁹⁸ Tarimba é uma cama rude, dura e desconfortável, constituída por uma plataforma em madeira sobrelevada em relação ao pavimento.

⁹⁹ Ordenados em fila com coxia centra, paralelamente ou perpendicularmente em relação à porta de entrada.

Soldado guardava os seus utensílios e peças do fardamento. Junto a cada lugar individual na tarimba, a existência de um cabide ou mais para pendurar o uniforme e a arma.

A roupa de cama, composta por dois lençóis, dois cobertores e 1 travesseiros, faziam parte dos pertences individuais do Soldado, bem como duas camisolas e duas ceroulas.

As condições de habitabilidade das tropas aquarteladas estavam associadas às condições de higiene pessoal dos militares, as quais eram extremamente deficitárias e pouco dignas, locais propícios para a difusão de focos infecciosos e doenças que circulavam dentro e fora do quartel, num sistema de contaminação continuado.

Estas instalações não dispunham de lavatórios próprios ou pias, assim como pontos de água corrente, como garante de limpeza tanto individualmente como dos espaços de caserna e outros. Era comum existir uma bacia de alumínio para lavagens das marmitas dos Soldados. Esta situação refletia também os maus hábitos de higiene da própria população, implementados até meados do séc. XIX

A caserna era também um espaço de convívio e lazer, visto que nestes aquartelamentos não existiam espaços de convívio em compartimentos específicos. As relações interpessoais desenvolviam-se entre as áreas de parada¹⁰⁰ e as áreas da Casernas.

Este espaço propiciava assim a troca de opinião e desenvolvia naturalmente um sentido crítico e juízo de valor em relação a situações pouco dignificantes a que o soldado estava sujeito. Constituía uma fonte informativa da realidade da caserna, refletida na opinião dos oficiais que na messe ou na parada as partilhavam, expondo “o que ia mal” nas casernas de sargentos e praças e transmitiam o seu pensamento crítico e adicionavam resoluções possíveis. (Coelho, 1998)

Mesmo que o soldado não pudesse ou não quisesse queixar-se dos diversos desconfortos, entre as condições físicas dos espaços de habitação, de higiene ou de alimentação, e o próprio desconforto dos seus fardamentos rígidos, de mau corte e má qualidade ou feitio, era visível no seu desempenho e postura, de tal forma que um oficial consciente rapidamente avaliaria o que estava errado.

Há que ter em conta que o suprimento de praças para o exército era feito por voluntários e sobretudo pelos cidadãos que por pobreza e condição social não haviam podido escapar às sortes nem reunir o seu recrutamento. Se já era uma infelicidade assentar praça e sujeitarem-se a recrutamentos draconianos, viverem em quartéis mal

¹⁰⁰ No interior ou exterior do quartel, conforme a exigência da instrução em patrulhas e sentinelas no quartel ou fora dele.

arejados, onde a higiene estrutural e pessoal era quase inexistente, era o cúmulo serem dotados de fardamentos incómodos, tanto pelo simples uso, como no exercício do ofício militar, provocando autênticos suplícios de calor ou frio com as previsíveis consequências na saúde. A própria economia individual, como já foi amplamente referido neste trabalho, se via afetada pelas constantes reposições de peças de fardamento, que pela má qualidade dos tecidos, da confecção e do próprio feitiço, que propiciavam desgastes prematuros.¹⁰¹

Longos períodos distanciaram realidades ainda menos favoráveis ao Soldado, considerada natural e aceitável no período das Guerras Peninsulares (1807 – 1814), refletindo uma sociedade pouco evoluída quanto à necessidade de conforto e bem-estar no quotidiano do soldado, preocupando-se unicamente com o seu desempenho.

Na cadeia que une todos os elementos da estrutura militar, a disciplina, atavio e apresentação correcta do aparato material saídos dos arsenais e das fábricas, permite transmitir o sentido de brio e de propriedade, aplacar os arremedos de contestação e moldar os hábitos pessoais do soldado. Isto levava a algumas tarefas educadoras do militar: polir botões, couros, chapas de cinturão ou de barretina, limpar o mosquete, a baioneta ou o sabre, lavar as suas roupas e o seu corpo. Esta cadeia de gestos, quando imposta, podia transformar o soldado em objecto de exposição ou de parada, mas nos séculos XVIII e XIX, o aparato ainda permitia ter influência táctica no campo de batalha, pelo impacto moral. O exército era também o único local colectivo em que desempenhos de carácter feminino se entrecruzavam com as tarefas eminentemente masculinas, ou seja, num exército em campanha, o soldado cozinhava, lavava a sua roupa interior, cosia e remendava o seu fardamento.¹⁰²

Sérgio Veludo Coelho na sua dissertação de mestrado intitulada *Os Uniformes Portugueses na Regeneração* descreve assim as condições precárias do Soldado nos aquartelamentos:

Oficiais, afastados dos ministérios e de estados maiores de salão, contactavam com a realidade próxima das casernas e condições de vida dos soldados, constatando a inadequação, o desconforto ou a má qualidade de muitos dos fardamentos fornecidos. Alguns chegariam a denunciar situações em que as praças, para poupar os seus uniformes (grande e pequeno) andavam pelas casernas em “camisa e ceroulas”, sendo de calcular a vulnerabilidade destes homens às doenças, à falta de salubridade, para além dos seus muito reduzidos hábitos de higiene pessoal. Malote ou caixa – onde era depositado material do foro pessoal do Soldado, bem como pequenas peças do uniforme como gravata, calçado, divisas das praças graduadas (sargentos e cabos), capote, artigos de fardamento e pequeno equipamento da dotação individual Casernas separadas por corredor central.

¹⁰¹ (Coelho, 1998)

¹⁰² (Coelho, 1998)

As Casernas do Quartel de Santo Ovídio seguiam a construção de todo o edifício: paredes exteriores e interiores de grande espessura e de cobertura em asnas de madeira, mais tarde com forro do mesmo material. Pavimentos em pedra e em soalho. Eram espaços de grande amplitude espacial, com um único acesso direto para a Parada de Manobras, embora sem platibanda ou pala de proteção às chuvas. Para além da porta referida, a luz natural e arejamento eram garantidos por uma janela de peitoril no pano de fachada para o interior da parada e duas aberturas alta e em chanfre nos panos dos arruamentos exteriores, garantido a circulação do ar longitudinalmente em toada a cubicagem do compartimento.

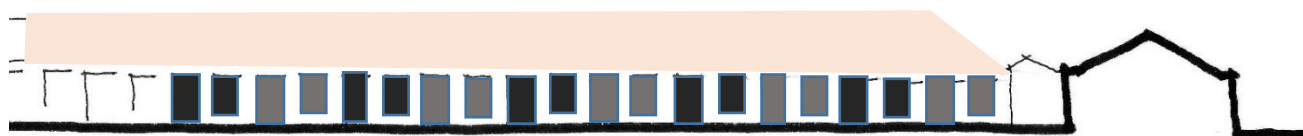


Figura 74 - Marcação da porta e janela das casernas.
Autoria de Maria Antónia Bacelar.



Circulação de ar e iluminação natural

Figura 75 - Condições de arejamento e luz natural nem cada caserna.
Autoria de Maria Antónia Bacelar.

A higiene individual do Soldado era também feita no interior da caserna. Uma pequena pia que servia de lavatório, onde poderiam e deveriam efetuar as ações de limpeza corporal e asseio, cujas normas militares foram apertando o crivo, com vista a alterar a imagem de um Soldado pouco limpo e asseado perante a população.

Possuíam um lavatório ou pia de alumínio, uma dorna de água limpa, uma ou mais cubas de água suja e um caneco de polícia (para urinar), objetos estes que asseguravam os poucos hábitos

de higiene dos Soldados. Uma tina de zinco servia a função de lavagem da caserna, tendo em vista a sua desinfecção e limpeza, melhorando as condições de saúde no quartel. O quartel não possuía espaços específico de refeição para o Soldado, na tentativa de diminuir o número de enfermos que convalesciam nesses espaços

No Quartel de Santo Ovídio só mais tarde são implementadas casas de lavagem e pias para limpeza das botas junto das cavalariças. Na hora do rancho, o soldado juntava à marmitta o seu copo e a sua colher que guardava na caserna, na sua mala sob a tarimba. Depois de servido, deslocava-se ao único sítio que possuía para se sentar, a Caserna, para aí tomar a sua refeição.

A caserna, espaço normalmente sobrelotado em tempo de paz, era então um espaço multifuncional, cumprindo funções diferenciados e colmatando a falta de acomodação especializada para as outras funções que não a de dormir.

Cozinha Regimental

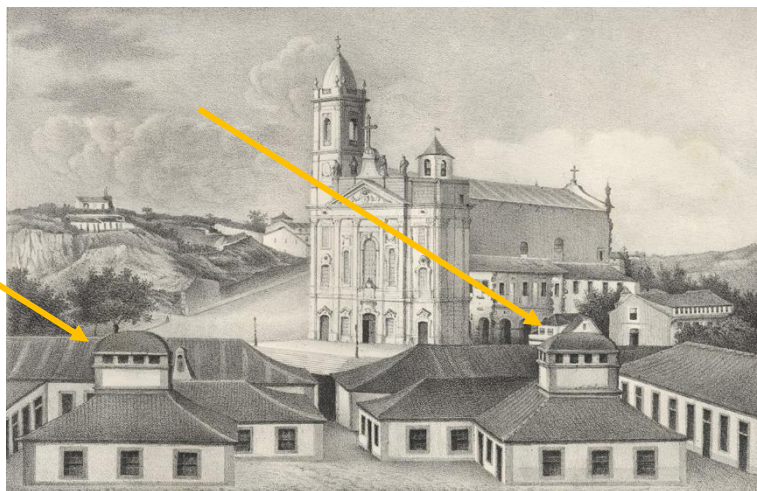


Figura 76 - Gravura onde se pode observar as monumentais chaminés das cozinhas do Quartel de Santo Ovídio. Cerca de 1850 (não estava construída ainda a 2ª torre da Igreja de N. Sr.ª da Lapa).

A confeção e partilha da alimentação dos Soldados, Praças e Oficiais inferiores era executada no interior dos quartéis desta tipologia, em cozinhas, denominadas de regimentais, pois serviam a população do Regimento aí aquartelado, à exceção dos Oficiais Superiores que dispunham de cozinhas próprias nos seus aposentos, referida na Inspeção de 1815:

No 3º plano e 2º andar estão sete (7) quartos grandes da Residência do Oficial mais graduado no Quartel; e as Cozinhas correspondentes aos quartos dos oficiais com

sua alcova ou dispensa contigua; mas as comunicações com os quartos dos mesmos Officiais são por corredores que tem escadas somente nos flancos e que as separava muito e somente duas (2) dos três (3) quartos se comunicam diretamente com as Cozinhas respectivas.

A cozinha regimental era, necessariamente um espaço de dimensão generosa, provida de equipamentos apropriados e adequados à escala do extenso número de refeições a servir.

Estas necessidades refletiam-se na especificação da sua construção, com grandes áreas de fogo para cozedura dos alimentos e conseqüentemente grandes elementos de canalização e extração de fumos e vapores para o exterior.

Com o crescente número de militares aquartelados resultante da obrigatoriedade do cumprimento de serviço militar por vários anos provocando muitas vezes a aglomeração de contingentes, acrescentava dificuldades no manuseamento dos utensílios que atingiam proporções e pesos enormes, impossibilitando o manuseamento e dificultando o controle dos tempos de cozedura, o serviço e a própria lavagem. A necessidade faz desenvolver a tecnologia. Surgem em alguns quartéis estruturas mecânicas para içar a panela da sopa e permitir a distribuição individualmente, como no Quartel de S. Bento da Vitória no Porto, cujo desenho entendemos ser de interesse registar aqui, não pelo engenho mecânico e design industrial, mas também como peça desenhada testemunho do sistema de informação gráfica, representação técnica e expressividade por coloração.

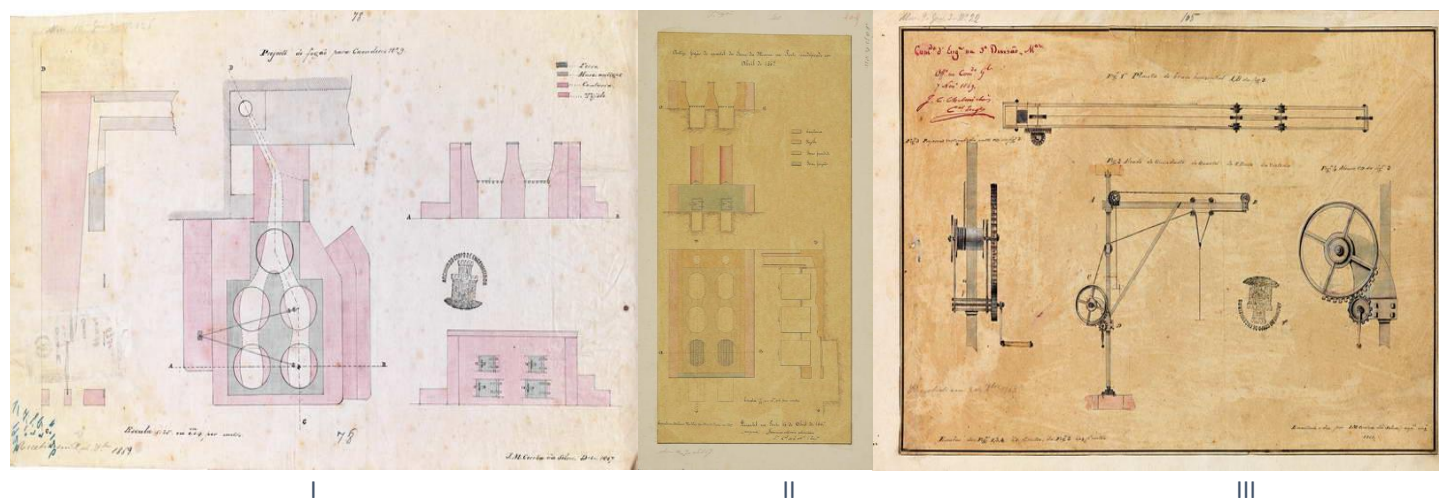


Figura 77 - I. Projecto do fogão para Caçadores nº 9 : [Convento de São Bento da Vitória no Porto] J. M. Corrêa da Silva, des. em 1867. PT-GAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE). II. Antigo fogão do quartel da Torre da Marca no Porto : modificado em Abril de 1867: "Quartel no Porto 15 de Abril de 1867". Francisco Maria Montano T.e C.el do E.M.or d'Eng. PT-GAEM-3702I-1A-11A-46 (DIE). III. Convento de São Bento da Vitória no Porto] : fig. 1ª, planta do braço horizontal. alçado do guindaste do Quartel de S. Bento da Victoria. 1869 PT-GAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE).

A evolução tecnologia da cozinha demarca também uma nova temporalidade, dotando as estruturas de aquartelamento de condições adequadas em cada tempo, resolvendo em primeira instancia questões de ordem prática, mas acompanhando também as novas condições de vida da população, como espelho de uma instituição modernizada e atenta, ciosa da sua imagem exterior como propaganda de recrutamento.

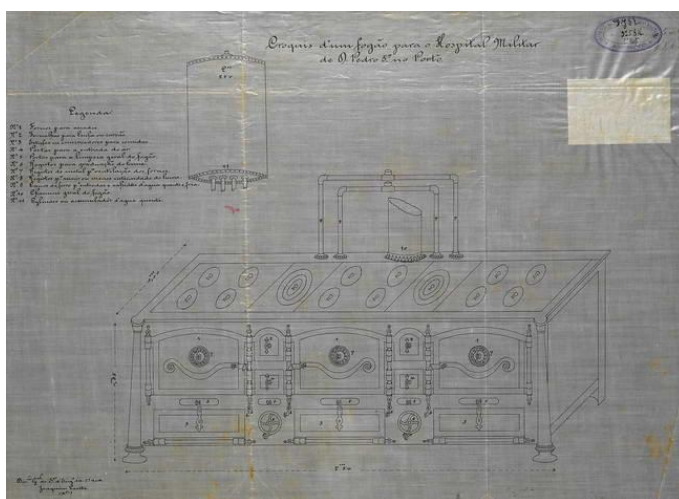


Figura 78 - Croquis d'un fogão para o Hospital Militar de D. Pedro V, no Porto. 1904. PT-GEAEM-3691/III-1A-11A-46 (DIE).

O Quartel de Santo Ovídio foi desde logo planeado para um contingente de militares quando completo, pensado e estruturado para cumprir com as funcionalidades inerentes á acomodação dos seus homens, mas também como estrutura avançada na sua organização funcional e hierárquica, considerada com boas condições de funcionamento no relatório da Inspeção ao Quartel de 1815:

As Cozinhas estão situados quase defronte do centro de um dos lados do Quartel, tem boas fornalhas, e capacidade para fazer-se o Rancho de ambos os dois Corpos separadamente.

Independentemente da data exata da construção do espaço de confeção do *rancho geral* do Soldado, salienta-se a sua estruturação em dois espaços diferenciados, situados no interior do recinto do aquartelamento, em edifícios isolados e independentes, precavendo desde logo o risco de propagação de incêndios às restantes áreas.

Numa viagem imaginária, visto não termos encontrado ainda registos do seu interior, presumimos que seriam em tudo semelhantes às de outros quartéis, à exceção de três condições que destacamos:

- O facto de serem duas cozinhas e que pela análise de todo o processo de ocupação dos seus espaços, deveriam à partida servir dois regimentos em simultâneo, o que aconteceu na maior parte do seu tempo de vida militar;
- O destaque das suas monumentais chaminés, vítimas da degradação a que o quartel esteve sujeito e desaparecidas no decurso de obras de reabilitação;
- A forma e volumetria das chaminés, assumindo-se como o elemento arquitetónico de destaque.

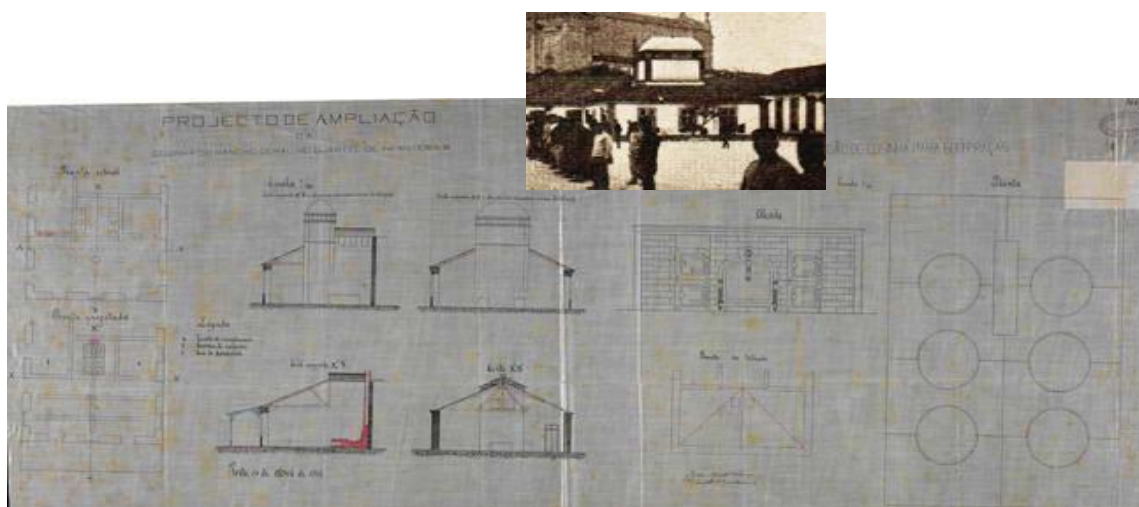


Figura 79 - Projecto de ampliação da cosinha do rancho geral do quartel de Infantaria 18 : projecto do fogão de cosinha para 600 praças.
PT-GEAEM-7916-5-72-78 (DIE)

A duas chaminés, a da direita e a da esquerda, para além do cumprimento da sua funcionalidade mecânica de extração natural de fumos, serve de elemento orientador, de identificação e de separação dos Regimentos dos regimentos do quartel.

Arrecadações de armas e munições

| Evolução tecnológica do Armamento Ligeiro de Infantaria no séc. XIX | | | | | |
|---|--|--|---|--|--|
| Período temporal | Tipo de Armamento | Característica | | Nome da Arma | |
| 1º Período 1793 ¹⁰³ a 1850 | Armas ligeiras | Alma Lisa | Ante-carga, (carregar pela boca) | Espingarda de Pedreineira Fuzil/Brown Bess Usada por Infantaria | |
| | | | | Baioneta Usada por Infantaria | |
| | | | | Carabina/Baker Usada por Caçadores | |
| | | | | Clavina/Paget Usada por Cavalaria | |
| | | | | Pistola/Light e Heavy Dragoon Usada pela Cavalaria | |
| | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Aparecimento da Espingarda de Pedreineira e da Baioneta – armas com potência de fogo superior. Permitem ações destrutivas a maior distância e com cadência de tiro mais elevada ▪ As formações de combate passam a ser lineares ganhando em extensão de frente, embora perdendo em profundidade ▪ Formam 3 linhas de tiro – passando a 2 linhas no final do séc. XVIII | | | | |
| 2º Período 1850 a 1870 | Armas Ligeiras Transição | Sub- Períodos | | | |
| | | 1ª Fase | Espingarda de Percussão Alma Lisa 1850 a 1860 | Mosquetes/Espingardas Arsenal Real do Exército transformadas do antigo modelo de pederneira Brown Bess | |
| | | Reorganizações Militares de 1806 1810 1816 | | | |
| | | 2ª Fase | Estriada 1859 a 1870 | Enfield P53/M1859 Westley Richards M/1866 | |
| 3ª Período 1870 a 1910 | Armas Ligeiras Retrocarga e Repetição | 1ª Fase 1870 a 1886 | Mono-tiro | Snider M/1874 | |
| | | ROg. Militar de 1868 | | | |
| | | 2ª Fase 1886 a 1904 | Repetição Tubular | Steyr-Kropatschek M/1886 | |
| | | ROg. Militar de 1885 | | | |
| | | 3ª Fase 1904 a 1910 | Repetição Clip | Mauser-Vergueiro M71904 | |
| ROg. Militar de 1901 e 1904 | | | | | |

Tabela 1 - Quadro síntese da evolução do Armamento Militar durante o séc.- XIX.

¹⁰³ Data atribuída à colocação da 1ª pedra do Quartel de Santo Ovídio.

Os sistemas de armamento condicionam também a distribuição e organização dos aquartelamentos, onde as armas e munições de utilização mais imediata teriam de ser devidamente acondicionadas (quando possível) requerendo estruturas móveis adequadas como os armeiros (...) quando a arma repousava de pé ou em prateleira quando repousava na horizontal. Esta alteração da posição em repouso do armamento ligeiro, estabelece uma relação direta com as alterações tecnológicas mais avançadas em cada época, mantendo as tropas munidas de sistemas bélicos atualizados.

A importância da localização dos pontos de armamento e munições reflete-se nos percursos internos de vai e vem dos Soldados e de outros espaços onde eram realizados serviços de limpeza e manutenção das armas.

No 1º Período assinalado na tabela anterior, era necessário a utilização de pólvora para carregamento das armas, obrigando à construção de uma estrutura de armazenamento específica para tal, designada por Paiol de pólvora, podendo existir mais que uma estrutura destas, conforme a quantidade e a capacidade dos mesmos. Nas invasões Francesas os paióis estavam localizados fora dos quartéis, evitando danos maiores em caso de incêndio ou rebentamentos. Muitas vezes eram eliminados pelas tropas invasoras, com o intuito de fragilizar e diminuir a capacidade de defesa daquelas unidades em causa.

Com a evolução tecnológica do armamento, estes paióis foram substituídos e deixaram de existir, pois a necessidade dessa matéria de produção de fogo deixou de ser utilizada. Passou-se à utilização de cartuxos e balas, armazenados num compartimento de característica específica, sendo devidamente acondicionados em caixas. A importância da catalogação e exatidão da sua referenciação passou a ser cuidadoso e específico.

No Quartel de Santo Ovídio ainda não foram por nós identificados os locais exatos de armazenamento, ao que obrigaria a uma investigação mais específica, cuja escassez de tempo não permitiu.

Latrinas

As Latrinas dos quartéis à época, eram uma espécie de sanita, instaladas em bancada de pedra ou madeira, um pouco ainda à imagem de uma latrina romana. Possuíam uma fossa (séptica) inferior ou lateral, de forma à eliminação dos detritos.

No quartel em estudo, existiam quatro latrinas, uma em cada flanco e com acesso pela Parada de manobras. Uma delas servia exclusivamente os presos da cadeia, mas onde estes tinham de sair do edifício para aí acederem. Mais tarde, com a alteração da localização do espaço destinado a cadeia, foi-lhe atribuído uma outra latrina sendo efetuado o acesso pelo interior da cadeia. A limpeza das latrinas não estava assegurada pela falta de existência de uma linha água que fizesse essa função. Era então efetuada por um homem contratado. Uma história contada neste trabalho.

Abastecimento de água ao Quartel¹⁰⁴

O quartel de Santo Ovídio não possuía abastecimento de água própria e direta que conheçamos. A água utilizada para a sua limpeza, higiene e alimentação deveria ser recolhida através de barris, devidamente determinados e contabilizados nos Mapas das Forças (onde contabilizavam as quantidades e material utilizados) e conforme determinavam as Ordens do Exército. É referido em vários artigos a existência de fontes perto do local, nomeadamente a Fonte da Lapa, a Fonte da Rua de Santo Ovídio¹⁰⁵ e um poço¹⁰⁶ existente na Praça do mesmo nome, em frente ao quartel, a sul.

A Fonte da Lapa, localizava-se na parte posterior do quartel, sendo desmantelada e construída novamente na Rua de Cervantes, paredes meias com o Hospital da Ordem da Lapa.

¹⁰⁴ Existência de um poço no Campo de Santo Ovídio. Existência de várias fontes junto à igreja da Lapa que forneciam água à população. In <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/06/continuacao-21.html>

¹⁰⁵ Demolida em 1804

¹⁰⁶ Conta-se numa história curiosa que a manutenção do poço, principalmente trabalhos de limpeza, eram efetuados por um funcionário da Câmara Municipal e ao ver que esta não lhe pagava por vários meses, requereu o seu vencimento, alegando o seu direito por ter continuado a zelar pela limpeza e bom funcionamento do poço. A Câmara aproveitou a questão posta pelo seu funcionário, pagou os meses em falta e dizendo-lhe que seria o último pagamento, pois iria proceder ao encerramento do dito poço. Pelo que o trabalhador recebeu sim o que lhe era devido, no entanto ficando sem o seu posto de trabalho. In <http://portodeantanho.blogspot.com/2017/06/continuacao-21.html>

Sobre o armazenamento de água no quartel não encontramos nas fontes consultadas e no tempo que dispomos para a conclusão desta dissertação, descrições ou elementos que nos permitissem discorrer sobre o assunto. No entanto relacionamos com o aqueduto do manancial de Arca d'Água que passa nas proximidades e alimenta uma fonte existente ainda hoje. Esta é uma questão importantíssima para entendermos o seu funcionamento e qualidade de vida da comunidade militar alojada, uma preocupação dos finais do séc. XVIII.

Deixamos em aberto a sua investigação para ser efetuada futuramente.

CAPÍTULO 3. NAS DIMENSÕES DO USO

3.1 AS ÁREAS DE PARADA MILITAR DENTRO E FORA DO QUARTEL

Áreas de Parada Militar¹⁰⁷ dentro e fora do Quartel:
Espaços de utilização coletiva

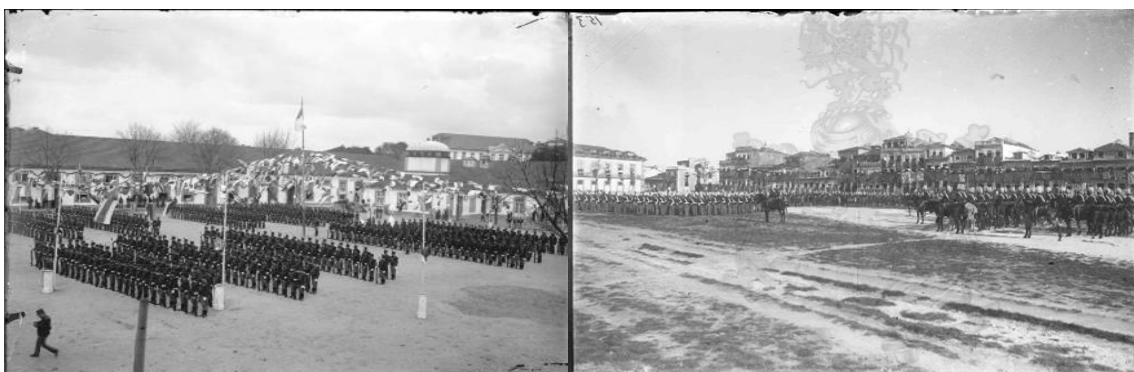


Figura 80 - Parada Militar na Parada de Manobras do Quartel de Santo Ovídio no ano de 1900, Photo Guedes. Arquivo Histórico Militar.

Figura 81 - Parada Militar na Praça de Santo Ovídio. Arquivo Histórico Militar.

A Praça de Santo Ovídio, mesmo antes da construção deste quartel, servia já de base para as manobras militares e treinos das tropas da cidade que, não tendo nos lugares onde estavam aquartelados espaços aberto, amplos e livres, se socorriam das praças da cidade para esse fim.

Com a construção deste quartel, o espaço urbano exterior que lhe era contíguo - a Praça de Santo Ovídio – passou a servir-lhe de parada de manobras exterior. Os Regimentos de Infantaria e Cavalaria aí aquartelados expunham-se nas suas formaturas perante a cidade, em momentos de invocação ou de celebração com desfiles e marchas militares¹⁰⁸, mas também quando executavam treino de manuseamento das armas e ou

¹⁰⁷ Também chamada de Praça de Manobras.

¹⁰⁸ Modo organizado, uniforme, constante e ritmado de andar das tropas. A marcha faz parte integrante do treinamento básico da instrução militar. Utiliza um sistema de ordem unida, obedecendo a uma voz de comando. Constitui uma forma de ensino da disciplina aos soldados. Normalmente compõem desfiles militares e são acompanhadas pelas músicas de marcha que dão o ritmo e a cadência.

em manobras conjuntas. Ou somente como forma de inspeção às tropas e exercício de disciplina militar, ou de propaganda e demonstração da presença militar à população. Ficou também conhecida entre a população como *Campo da Parada* pelas frequentes exibições destas atividades, ao que a população associava também como espaço de poder político e governativo, espaço de memória de conflitos civis e militares.

Pinho Leal relata-nos por volta de 1867:

Em frente do quartel (ao Sul) é o vasto Campo de Santo Ovídio, onde os corpos da guarnição fazem as suas paradas... e as suas revoltas.

A composição volumétrica do quartel construiu um vazio no seu interior, um terreiro aberto, plano e pavimentado, constituindo a Parada de Manobras do Quartel.

Um espaço amplo, interno e privado, utilizado exclusivamente para uso militar, balizado pelo corpo principal voltado à Praça, os corpos laterais e os dois edifícios isolados, criando um espaço limitado, contido e geométrico.

De forma quadrangular, cria uma estrutura de equidistância entre as partes do edifício, estando em articulação direta com todos os aposentos que se organizam em pátio.

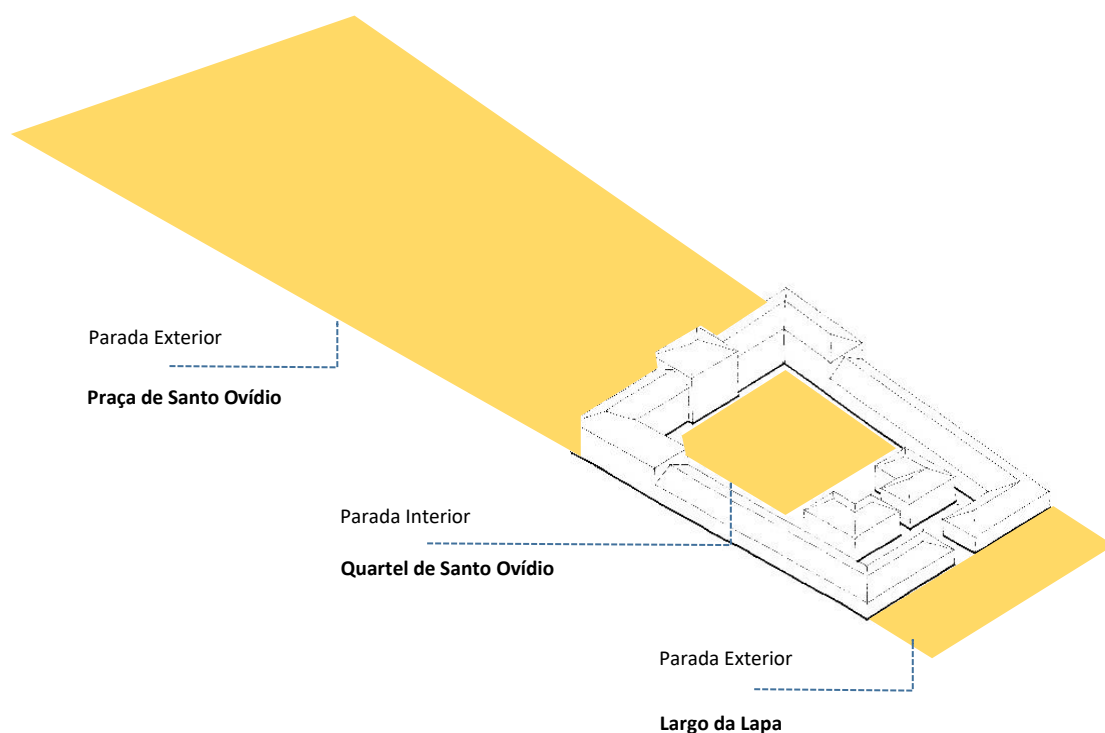


Figura 82 - Marcação da área da Parada de Manobras do Quartel de Santo Ovídio.
Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Uma outra Parada de Manobras, situada no Largo da Lapa, de menor área, mas igualmente importante para esta estrutura, tanto para treino e disciplina militar, mas também como estratégia ou tática de defesa para norte da cidade.

Localiza-se na área posterior do edifício, entre este e a Igreja de N. Sr.^a da Lapa.

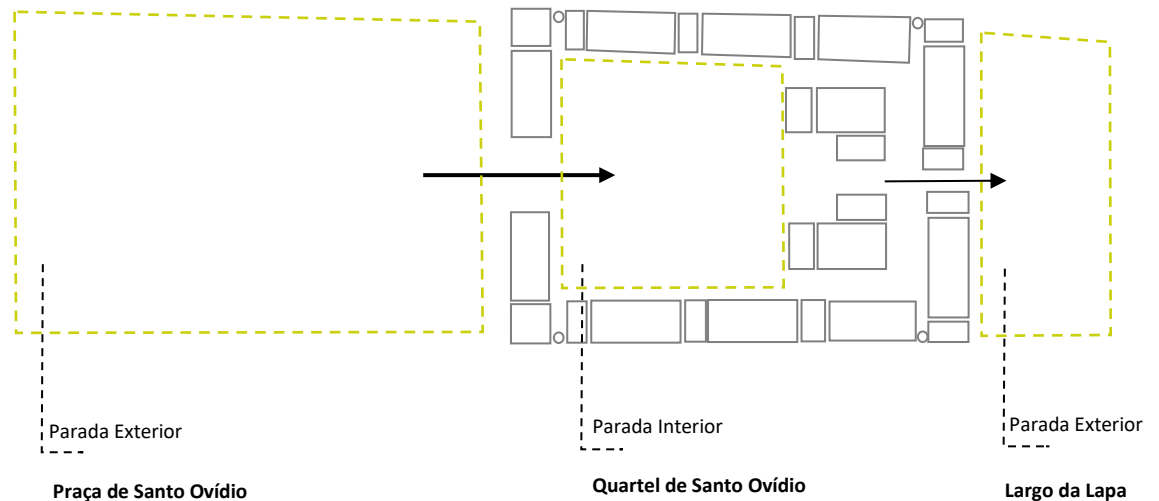


Figura 83 - Áreas de Parada Militar dentro e fora do quartel. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Lembramos que a Igreja da Lapa exerce uma posição sobrelevada, quase de soberania, sobre o Quartel de Santo Ovídio, exercendo a sua ação de contemplação e vigilância simultaneamente. Uma das torres sineiras da Igreja prescindiu do costumado sino para constituir a Torre de Vigia do Quartel, criando uma relação de prolongamento e continuidade.

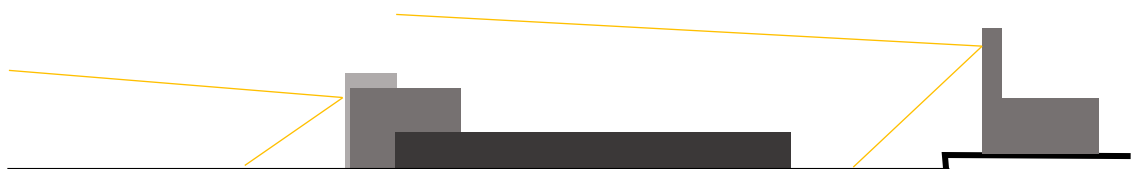


Figura 84 - Esquematização dos pontos de observação do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

3.1.1 Da instrução para a formatura e exercícios das tropas em parada



Figura 85 - Antigo postal ilustrando uma formatura na Parada de Manobras do Quartel de Santo Ovídio.

A formatura das tropas em parada¹⁰⁹ respeita uma ordenação exata e precisa, previamente transmitida aos militares, que se obrigam a respeitar e cumprir.

Essas regras são estabelecidas por regulamento, definindo as hierarquias, os posicionamentos, os quantitativos, os movimentos, os distanciamentos e espaçamentos entre indivíduos, a métrica e o ritmo ou cadência de execução das ordens de comando.

Compõe um conjunto de regras que obedece a uma geometria exata quando posta em prática no terreno, que terá de ter dimensão e forma adequadas a estes exercícios.

Caso não se validem condições ideais para o cumprimento dessas regras, a disposição das tropas terá de se ajustar, sem nunca desvirtuar o regulamento e o objetivo primeiro.

A estrutura organizativa do exército e a sua composição formal foi sendo estabelecida desde o séc. XVIII, com importantes ajustes e reorganizações diversas do exército ao longo do séc. XIX definindo tanto a constituição como a formatura dos seus corpos.

O corpo de Infantaria está na génese do Quartel de Santo Ovídio com o 2º Regimento de Infantaria, pelo que nos dedicaremos essencialmente à definição do corpo de Infantaria.

¹⁰⁹ *Regulamento para a Instrução de Formatura e Movimento da Cavalaria*. Lisboa. Imprensa nacional.

Organização e posicionamento em formatura

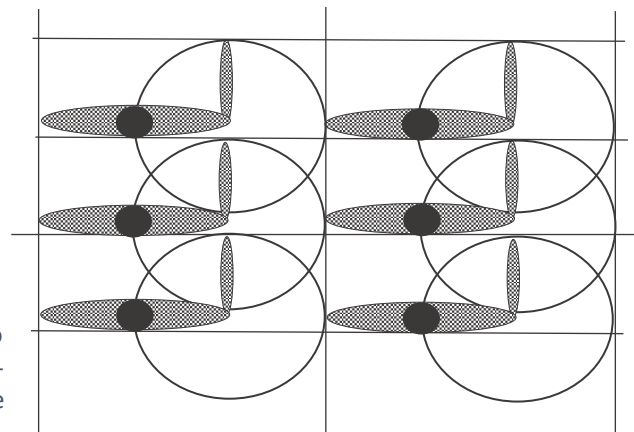


Figura 86 - Esquema interpretativo para o posicionamento individual em formatura e o distanciamento entre cada um - braço + ombro ou - um passo, o que equivale aproximadamente a um metro.

Autoria de Maria Antónia Bacelar.

- Todas as companhias se formarão em três fileiras por alturas da direita para a esquerda:
 - a 1.^a composta dos mais altos;
 - a 3.^a a dos imediatos a estes em altura;
 - a 2.^a dos mais baixos.
 - Serão divididos, em oito Esquadras da direita para a esquerda,
 - duas Esquadras formar o meio Pelotão;
 - dois meios Pelotões o Pelotão;
 - dois Pelotões a Companhia.
- A ordem habitual da Companhia será de dois Pelotões.

A organização da formatura não dependia unicamente dos regulamentos militares. Eram muito condicionadas pela dimensão do espaço utilizado, o que obrigava a acertos da disposição das tropas, assim como da composição geométrica adaptada à situação em causa.

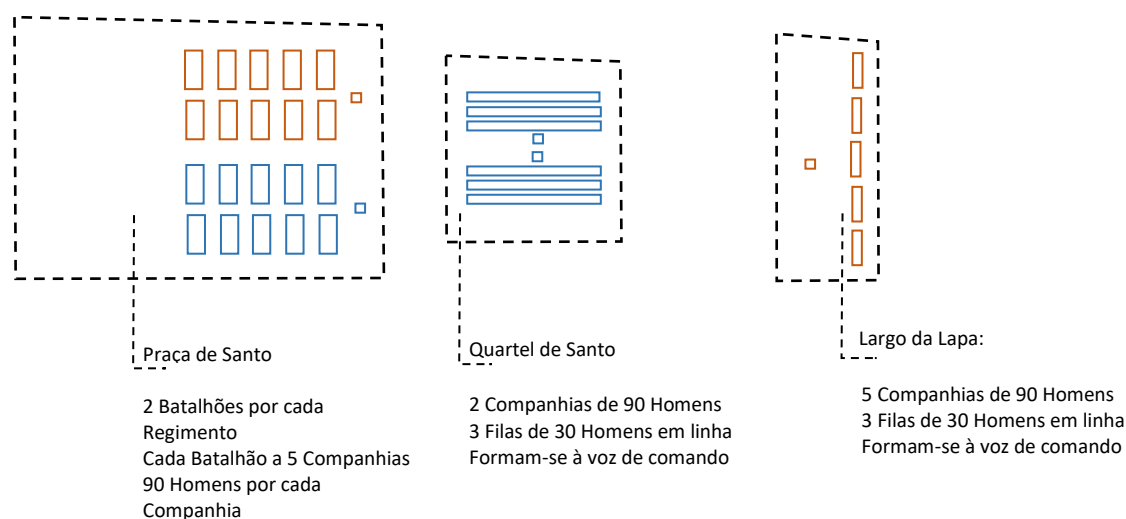


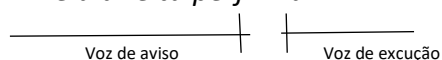
Figura 87 – Um possível esquema da Organização das Tropas em Formatura Militar nas paradas do Quartel de Santo Ovídio. Autoria de Maria Antónia Bacelar.

Estabilizado o dispositivo e devidamente ordenado e disposto metricamente¹¹⁰ responderão à *Voz de Alerta* do Coronel Comandante do Regimento¹¹¹.

A *voz de Alerta*, vigorosa e projetada, será sempre em dois tempos, dando a cadência e o *timing* da ação: um 1º tempo corresponde ao aviso e um 2º tempo corresponde à exceção.

1. *Companhia*

2. *Pela direita perfí....lar*



3. *Pela frente perfí....lar*

¹¹⁰ Entre cada Pelotão haverá um passo de intervalo e entre cada meio Batalhão quatro passos para o alferes da esquerda do meio batalhão da direita, para o Porta-bandeira e para o Capitão da direita do meio batalhão da esquerda. (Amaral M. d., 2011)

¹¹¹ Estará colocado no centro e voltado de frente para o Regimento

3.2 O QUARTEL COMO PROJEÇÃO DE FORÇAS NA DEFESA DA CIDADE

Não criando propriamente uma barreira física à saída/entrada na cidade, fecha ou remata o eixo onde se insere. Estabelece assim, à época, uma marca visual indicando os limites espaciais desse crescimento urbano, definido pela sua imponência, grandiosidade e pela sua própria funcionalidade. Cria territorialmente o campo de ação de defesa militar, anteriormente definido pelas antigas muralhas que deixaram de operar como tal.

Esta localização testemunha os novos conceitos de estratégia militar, criando pontos de defesa descentralizados das zonas de costa. Uma necessidade também criada pela expansão da cidade nova e que carecia de supervisão.

Congregam-se várias necessidades colmatadas numa só estrutura:

- A marcação do limite da cidade;
- A presença da estrutura militar;
- A defesa para norte da cidade;
- O melhoramento das condições da tropa.

Sustenta assim a edificação de quartéis, especificamente pensados e projetados para aquartelamento de *tropa de projeção de forças*, redistribuindo a ocupação dos militares entre as fortalezas e os abarracamentos nas suas imediações e noutros espaços mais amplos da cidade, sem capacidade nem condições condignas para alojamento, segurança e acondicionamento das armas.

A implantação do *Quartel de Santo Ovídio* na já existente Praça ou Campo do mesmo nome, lança também as linhas orientadoras da estrutura da nova centralidade da cidade, através da já existente Rua da Boavista.

Este arruamento perfaz o eixo longitudinal que segue em traçado retilíneo contínuo.

Liga-se ao mar através do 1º troço da Av. da Boavista, interrompido pela Rotunda do mesmo nome¹¹² e continuado pela Avenida da Boavista. Finaliza-se no antigo Forte de

¹¹² De forma circular, foi construída em 1903. É a antiga "Praça de Boavista", cujo nome oficial é uma homenagem a Joaquim Augusto Mouzinho de Albuquerque, brilhante figura militar português do final do

S. Francisco Xavier¹¹³, em que constitui o ponto de confluência com a marginal vinda da Foz do Douro. O alinhamento defensivo do seu Forte¹¹⁴ por um lado, e por outro estabelece a ligação à Estrada da Circunvalação¹¹⁵ e Matosinhos, num percurso paralelo ao mar. Ficando assim composto o limite da cidade a poente.

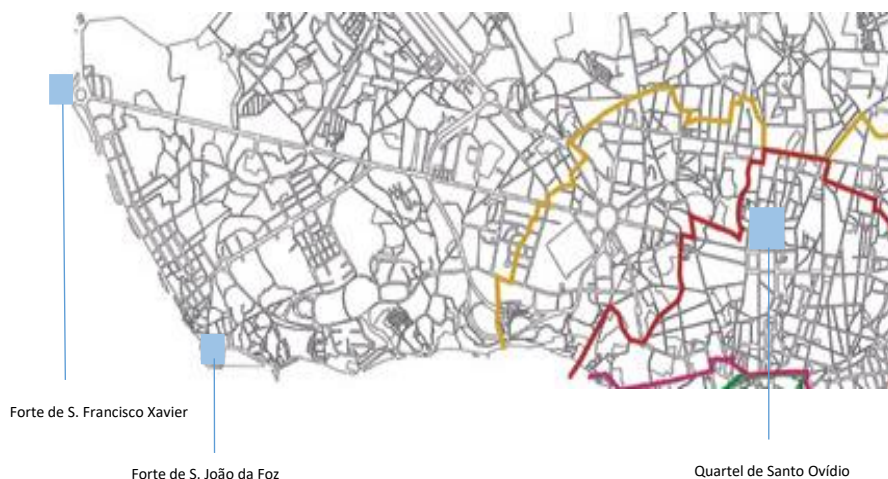


Figura 88 – Definição do alinhamento retilíneo entre O Quartel de Santo Ovídio e o Forte de S. Francisco Xavier. Perceção do alinhamento entre este e o Forte de S. João da Foz. Sobre a planta esquemática (marcação dos arruamentos), publicada no Masterplan 2005. In <http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/enquadramento>

A evolução da Arquitetura encontra-se tão intimamente ligada à evolução da Humanidade, que ela constitui o seu perfeito reflexo. Acompanha-a tão fielmente, traduz-lhe de tal modo as grandezas e misérias, que bem se pode considerar o conjunto dos edifícios construídos através dos tempos como a representação plástica da própria História Universal.

Francisco de Keil do Amaral¹¹⁶

século XIX. Aí se faziam desde 1876 a feira de São Miguel transferida da Cordoaria. Com o ajardinamento da praça ergueu-se no seu centro um obelisco comemorativo da Guerra Peninsular (1903). O Monumento aos Heróis da Guerra Peninsular é projeto do escultor Alves de Sousa e do arquiteto Marques da Silva, tornando-se no elemento identificador e estrutural desta praça.

¹¹³ Também conhecido por Forte do Castelo do Queijo

¹¹⁴ Forte S. João da Foz

¹¹⁵ Estrada da Circunvalação ou EN 12. E circunscreve a cidade por terra, servindo de fronteira terrestre entre o Porto e os concelhos de Matosinhos, Maia e Gondomar. Construída entre 1889 e 1896, servia como barreira alfandegária dos bens de consumo que entravam no Porto. Existiam 13 edifícios nas estradas de acesso à cidade onde eram cobrados os respetivos impostos - "Real de Água" - imposto real destinado a financiar as obras de abastecimento de água às cidades, extinção, em 1922. Subsistem ainda hoje 7 casas de portagem.

¹¹⁶ In *Arquitetura e a Vida*, F. Keil do Amaral. Edições Cosmos, Lisboa, 1940.

3.3 O ARO DEFENSIVO DA CIDADE DO PORTO

As estruturas de defesa da cidade do Porto – no tempo e no espaço.

A nova defesa da cidade do Porto e a sua influência no território.

Os conceitos de defesa assentam em vetores fundamentais para a proteção, que se vão renovando com o tempo, espelhando a evolução e o progresso das ciências e doutrinas militares. (Berger, 2009)

No seu desenvolvimento e evolução podemos considerar associados os seguintes grandes vetores:

- *O Homem que desde as épocas mais remotas sentiu necessidade em defender-se;*
- *Usou sempre o terreno em seu favor tendo construído fortificações em pontos estratégicos;*
- *Com a artilharia, o combate e a organização em profundidade desenvolveram-se;*

...

(Berger, 2009)

Nesta lógica atrevemo-nos a identificar as edificações que acreditamos definir a *linha de defesa da cidade do Porto* e que nos chega até hoje, embora com alguns edifícios hoje desativados.

O Quartel de Santo Ovídio integra esse grupo alargado de edifícios que adquiriram ao logo do tempo a função de proteção da cidade e da sua população.

O Forte de S. João Batista da Foz (séc. XVI) e o Forte de S. Francisco Xavier (séc. XVII) ou popularmente conhecido por Castelo do Queijo, mais pequeno que o primeiro, são as primeiras estruturas construídas para esse fim específico.

Constituíam a Defesa de Costa, criando um plano de salvaguarda que impedia o desembarque inimigo e a conseqüente invasão do território.

Estabeleceram os pontos de vigia da travessia atlântica até finais do século XVIII, exercendo importantíssimo desempenho durante os conflitos militares externos e internos durante até ao final do século XIX. Com o crescente desenvolvimento urbano, a par das sucessivas invasões francesas, os conflitos internos da guerra dos dois irmãos, a seqüente guerra civil, e conseqüente a reestruturação do exército e o aumento de efetivos, surgem múltiplas edificações de aquartelamento de tropas para unidades de

diferentes armas. Encontravam-se estrategicamente localizados ao longo dos principais eixos de expansão da cidade, conjugando-se com outras edificações implantadas de um e de outro lado das margens junto. Denotam preocupações constantes de defesa do território que se prolongou no tempo, compondo uma planificação assinalada no território e apoiada num corpo militar coeso e especializado para o cumprimento da sua missão.

Nos mapas abaixo esquematizamos as suas localizações, realçando o contraste temporal com as fases de crescimento da ocupação da cidade.

Referenciamos dez edifícios que consideramos constituírem o aro defensivo e tático da cidade do Porto:

| Aro Defensivo da cidade do Porto | |
|----------------------------------|--------------|
| Forte de S. João da Foz | Século XVI |
| Forte de S. Francisco Xavier | Século XVII |
| Quartel de Santo Ovídio | Século XVIII |
| Quartel da Torre da Marca | Século XIX |
| Quartel de Monte Pedral | Século XIX |
| Nova Alfandega do Porto | Século XIX |
| Quartel da Serra do Pilar | Século XIX |
| Quartel de S. Brás | Século XX |
| Quartel do Bom Pastor | Século XX |
| Quartel do Viso | Século XX |

Figura 89 - Quadro dos edifícios que compõem o Aro Defensivo da cidade do Porto.

Os mapas abaixo localizam os edifícios e estabelecem a sua relação com a densidade de ocupação da cidade:

1. Um mapa atual, onde se verifica que estes edifícios foram sendo encorpados na malha urbana;
2. Um mapa militar de 1833, onde estão localizados os mesmos edifícios e onde a estrutura urbana ocupa ainda uma área reduzida, estando como sabemos, em fase de desenvolvimento;
3. Um terceiro mapa das vias da cidade definindo a malha urbana atual, estabelecendo uma relação axial que apoia e suporta estes edifícios para a defesa.

Por último, um registo rápido da localização esquemática deste conjunto, só com a posição relativa entre eles. Sem escala e sem base cartográfica, resultado das preciosas *achegas* que o Sr. Coronel José Paulo Berger gentilmente nos dava.

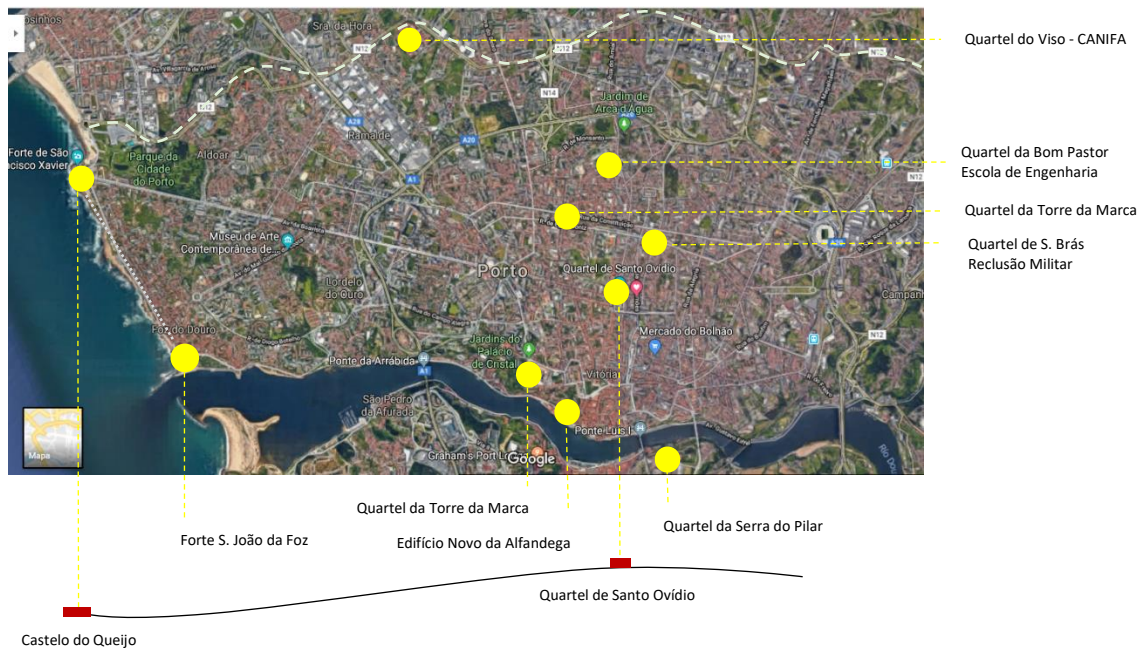


Figura 90 - Mapa da distribuição geográfica de todos os edifícios que poderiam estabelecer o *Aro Defensivo da cidade do Porto*, a partir de um mapa atual. Perfil aproximado, definindo a diferença altimétrica entre o Forte de S. Francisco Xavier e o Quartel de Santo Vídio.

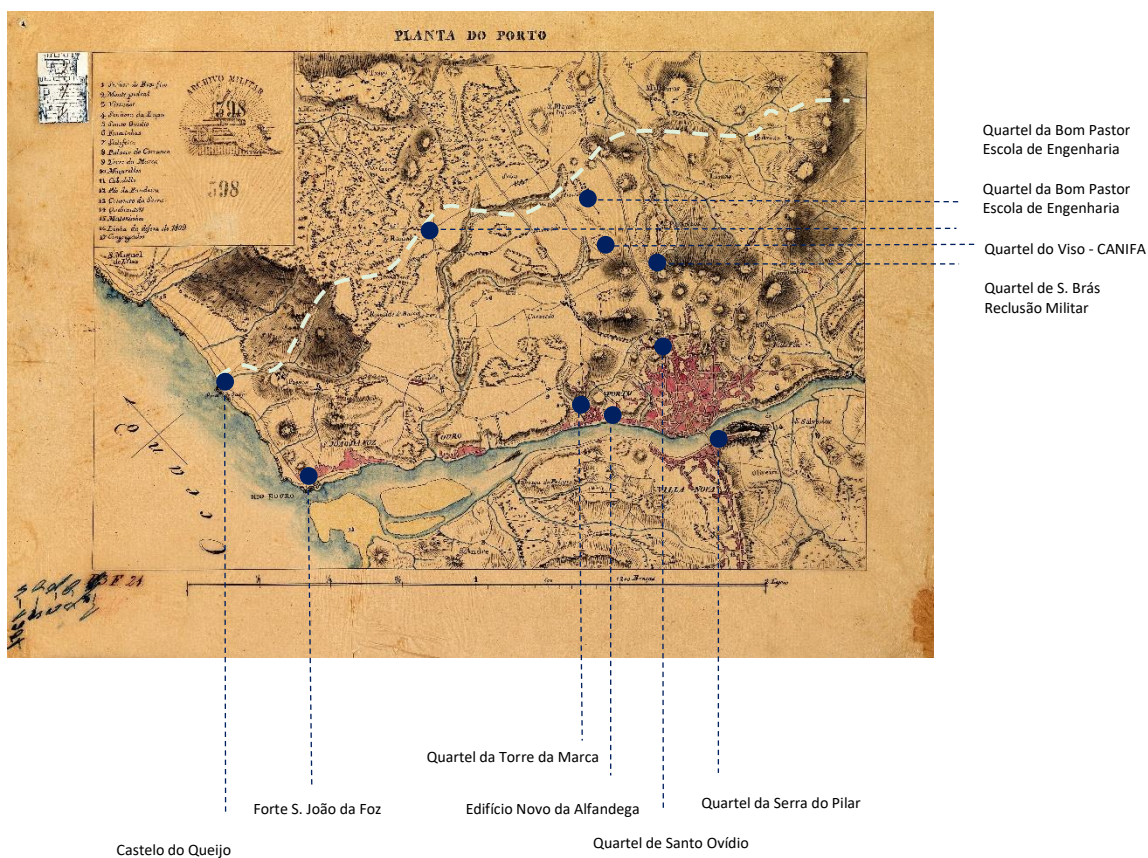


Figura 91 - Mapa com todos os edifícios de defesa da cidade do Porto, a partir do mapa militar de 1833.

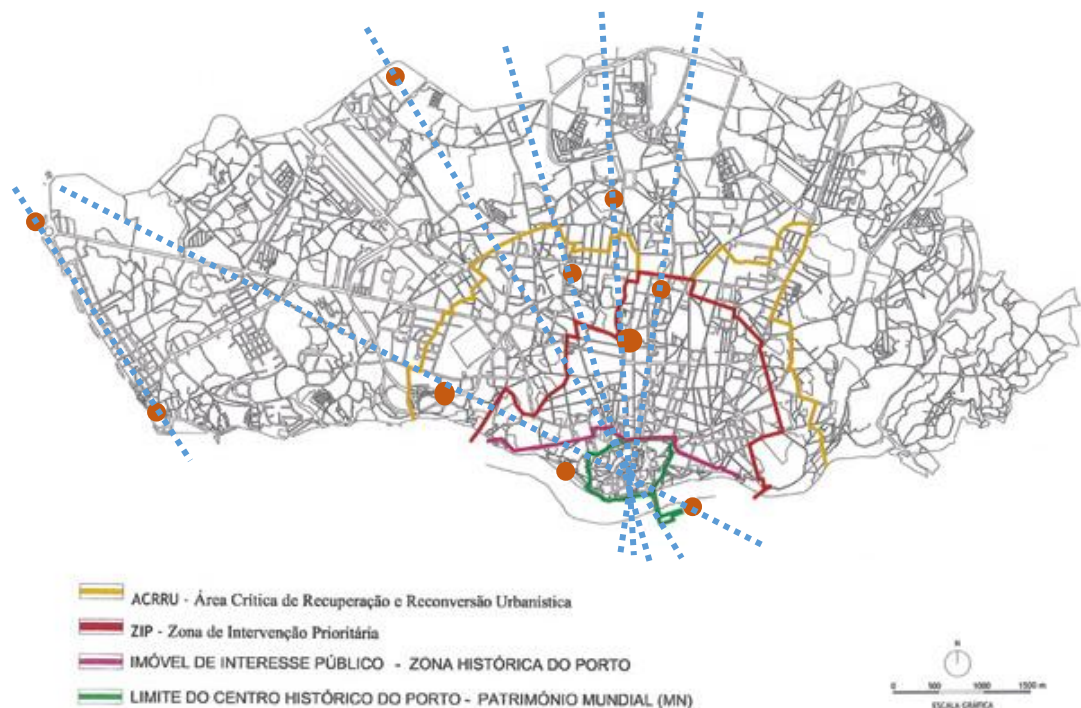


Figura 92 – Marcação do conjunto dos edifícios do *Aro Defensivo da cidade do Porto*, sobre a planta esquemática (marcação dos arruamentos) e os eixos que estabelecem entre si, publicada no *Masterplan 2005*. In <http://www.portovivosru.pt/pt/area-de-atuacao/enquadramento>

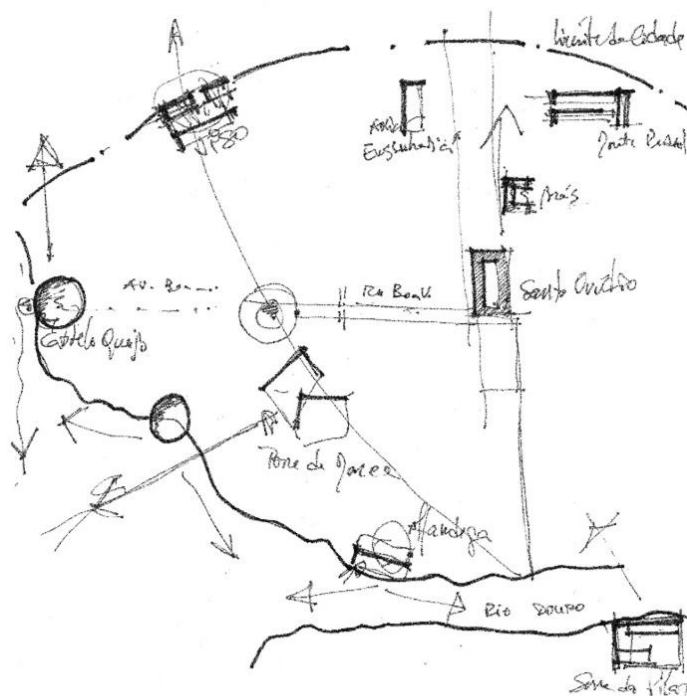


Figura 93 - Registo rápido da localização esquemática dos edifícios do *Aro Defensivo da cidade do Porto*.
 Autoria de Maria Antónia Bacelar.

CAPÍTULO 4. A IMAGEM DO QUARTEL NA CIDADE

como elemento de ligação entre Tempo | Espaço | Uso

A IMAGEM DO QUARTEL NA CIDADE

O Quartel de Santo Ovídio, sendo uma construção de grande escala, com um imponente impacto visual e de ocupação espacial, apresenta-se perante a cidade como uma estrutura de múltiplas facetas, permitindo diversas conexões e analogias:

1. Enquanto **ESTRUTURA**:

▪ Como **Estrutura Militar**:

- na sua tipologia em conformidade com outros edifícios tipo
- na sua utilização pelo exército português
- na evolução da sua missão de ordem e defesa

Como **Estrutura de Poder**:

- na representação governativa
- na afirmação do sistema político

Como **Estrutura Urbana**:

- Símbolo organizativo e orientador
- Elemento regulador da malha
- Marca do lugar e definidor de espaço
- Referenciação geográfica
- Ponto nodal de articulação com outras direções

Como **Estrutura organizativa da cidade**:

- No planeamento do território
- Nas estratégias de desenvolvimento
- Na hierarquização sociológica

Como **Estrutura de defesa**:

- No estabelecimento da ordem interna da cidade
- Na proteção perante ameaças externas
- Na articulação de missões conjuntas

Como **Estrutura Construída:**

- Nos sistemas e técnicas construtivos
- Nos materiais empregues
- Nas volumetrias resultantes
- Nas condições de habitabilidade

Como **Estrutura arquitetónica:**

- Nos elementos de composição
- Na qualidade dos espaços
- Nos elementos estéticos
- Na hierarquização dos espaços
- Ausência de construção – os vazios
- Relações de vizinhança
- Nas dissonâncias do conjunto

Como **Estrutura Cultura:**

- Na leitura no tempo
- Na referência cultural
- Na estruturação da memória individual
- Na criação da Memória Coletiva.

2. Enquanto **UNIFORMOLOGIA**

A imagem com que a presença militar se apresenta à cidade, em que o Quartel de Santo Ovídio provoca simultaneamente uniformização e rutura.

- Unifica-se através da integração e partilha de atividades militares, fazendo participar a população e integrando-se no quotidiano da cidade.
- Separa-se pela diferenciação da sua estrutura física e organizativa, estabelecendo as suas competências próprias e únicas.

Assim integra a rede mais vasta de efeitos sobre o soldado, o seu quotidiano e a guerra, tal como as estruturas habitacionais o fazem sobre o homem e a sociedade. (Veludo Coelho, 2003)

A população apreciava as tropas em formatura nas Paradas da Praça de Santo Ovídio. Constituíam um momento diferenciado no quotidiano da cidade, abrilhantado

não só pela dimensão e concentração de militares, mas também pela imagem pictórica dada pelos uniformes e pelas armas.

Constitui também uma das memórias visuais do Porto, aquando dos desfiles militares de evocação ou comemoração, realizados na Praça de Santo Ovídio.

O edifício de grande envergadura e aspeto austero e hierarquizado, conjuntamente com a elegância, corte e cor dos uniformes militares que os Soldados e Oficiais vestiam nas suas atividades quotidianas ou em atos oficiais e representativos, constituíam uma marca distinta com que o Exército se apresentava à cidade.

As simbologias das hierarquias militares exerciam um importante contributo para a disciplina no interior da estrutura militar, mas também perante a própria população. Funcionava como elemento diferenciador e de respeitabilidade, mas também de responsabilização na defesa do território e dos residentes.

No uniforme:

Da armadura¹¹⁷ usada na Idade Média à utilização do uniforme militar¹¹⁸ no séc. XVII, verificam-se importantes vantagens, passando a ser o fator que decide a sorte dos exércitos em combate.



Figura 94 – 1 - Modelos dos uniformes da Infantaria do Porto.¹¹⁹ 2 - 1º Regimento de Infantaria do Porto: 1764. Este Regimento é o antepassado do Regimento de Infantaria nº 6; ver "Subsídios para a história dos

¹¹⁷ Couraças e vestuários reforçados que foram caindo em desuso até ao fim do séc. XVII.

¹¹⁸ Vestimenta padronizada e regulamentada utilizada pelos corpos do exército. O uniforme é um dos principais símbolos de representação do militar. Reflete o valor e a tradição, contribuindo para a elevação da autoestima, solidificando a hierarquia e a disciplina, potencializando a manifestação de força, e transmitindo o ideal de igualdade, onde todos são nivelados, independentemente de origem ou condição. É regulamentado por legislação específica.

¹¹⁹ In *Divisas de los Regimientos de Infantería y Caballería del Reyno de Portugal* Manuscrit, Biblioteca Digital Hispânica.

Os Quarteis militares do final do séc. XVIII, edifícios de aquartelamento de forças respondiam também a outros objetivos fora do seu âmbito, unicamente funcional:

- Construção de pontos fulcrais para a defesa do território
- Distribuição rápida de tropa nas várias missões de possível ataque ao inimigo
- Distinguir a arquitetura militar da arquitetura civil, identificando dois mundos distintos que por sua vez se influenciam mutuamente
- Identificar os edifícios de aquartelamentos pela identificação das suas unidades, identidade dada pelo uso dos uniformes dos regimentos e outras unidades aí aquartelados
- A importância da aparência do Soldado, destacando-se de outras unidades como as milícias ou os voluntários, através de uma imagem coletiva, digna e distinta.
- Criação de uma imagem de propaganda da estrutura militar que queria exibir a oferta de melhores condições de vida, de instrução e progressão, bem como o crescimento individual dentro da própria instituição com o alcance de objetivos conquistados.

A este conjunto de objetivos se aliam-se:

- A importância do magistral edifício do Quartel de Santo Ovídio ocupando toda a largura da praça urbana, por si só extensa
- As cores e brilhos dos uniformes, a exuberância do uso das barretinas e/ou os volumes dos gorros, à imagem do exército britânico ou russo (por influência da guerra da Prússia), o uso de largas ombreiras e polainas a meia coxa
- A aparência do Soldado e a dos Oficiais bem mais exuberante
- A imagem de conjunto, exaltado pela composição das colunas compactas da Tropa de Infantaria e Cavalaria, com os respetivos corpos de Granadeiros em formatura, em exercício ou em movimento.

Conferiam um impressionante impacto visual, chamando a atenção e curiosidade da população provocando nesta um sentimento de admiração e deslumbre.

Ao mesmo tempo elevando o sentido de responsabilidade pela presença militar, simbolismo e apreço.

O vestuário do soldado, em todos os graus hierárquicos, vai tornar-se num símbolo de classe, socialmente tendente a sobrepor-se à sociedade civil, por vezes de modo discriminatório. O uniforme torna-se num sinal de reconhecimento para aqueles que o envergam e para os que estão de fora, o que contribui para, a partir do século XVIII, solidificar o espírito de corpo, os exércitos nacionais, o mundo militar, mesmo quando este se tornar num facto de revolução.

O uniforme fixa a hierarquia, a partir dos seus paramentos, dentro das próprias variações impostas pelos planos de uniformes e mudanças regulamentares, “il soumet les esprits à l’habit et non à l’homme”.²² O fardamento identifica o portador com o personagem social que o uniforme, num sentido abrangente, estabelece.

Do quartel para a parada e desta para o campo de batalha, o uniforme vai adquirindo o seu prestígio, e segundo Daniel Roche, irá atingir a maturidade na sociedade igualitária (liberal) do século XIX.²³

Esta definição implica várias realidades que, somadas, constituem a essência do soldado. O imperativo disciplinar impõe uma moldagem do corpo e do espírito, contextos nos quais o uniforme, a arma e o equipamento desempenham um papel essencial, em termos da educação e controle da força individual do soldado.

O objetivo fulcral da uniformização deixa de ser unicamente o reconhecimento das tropas no terreno e passa a ter um papel formativo no desempenho e na combatividade das unidades militares.

O uniforme está no cerne da lógica da estrutura militar, a partir de uma época em que a guerra se torna o essencial da continuação de uma política estratégica. Assim, cada vez mais o uniforme veste o soldado para confrontos crescentemente letais; ao longo dos tempos o fardamento vai ter que se adaptar às transformações tecnológicas que sucessivamente aparecem no campo de batalha: a espingarda de pederneira, a de percussão, o fuzil de agulha, as armas de repetição e recarga, a metralhadora, a artilharia de fogo rápido.

Sérgio Veludo Coelho in Dissertação de Mestrado

Como **elemento diferenciador** entre a sociedade civil e a instituição militar:

- Como resposta à exigência social de distinguir os membros do seu coletivo
- Pela necessidade de reconhecer, dentro da área urbana, a zona de jurisdição militar de defesa do território
- Como consequência direta da ordem, disciplina e hierarquia, próprias da atividade militar
- Como símbolo organizacional da sua estrutura e comunidade.



Figura 95 - Infografias da evolução dos fardamentos de acordo com os Planos de Uniformes entre 1810 e 1892. Infografias. Autoria de Prof. de Sérgio Veludo.

No quotidiano, podem-se aplicar dois princípios fundamentais, que condicionam o uso do uniforme:

- *Separar, para impor a ética militar e o senso de hierarquia.*
- *Unir, para tornar visível um senso de pertença comum, o espírito de corpo.*

Assim, o uniforme é paradoxal, porque gera níveis de distinção, da sociedade civil, entre as próprias Armas de um exército e entre a elite e as tropas comuns, e porque também faz surgir um senso de conformidade, através das hierarquias, do espírito de corpo e da noção de coletividade.

A hierarquia exige a aplicação de regras estritas no domínio do vestuário militar, ou seja, os uniformes básicos dos oficiais, sargentos e soldados tenderam a ser similares, mas os paramentos, os acessórios e os distintivos marcariam a diferença.

A unicidade, a uniformização torna-se num espelho de obediência e eficácia.

Quando a estrutura de topo, ou seja, o aparelho de Estado e as cadeias de comando, falha, o conceito acima referido torna-se de difícil aplicação e o desleixo surge.

De acordo com a função e com o uso, os uniformes dividem-se em vários recortes e denominações, evoluindo consoante as épocas e os conceitos de utilidade. Tal pode dar origem a dois grupos globais de função:

Uniformes de representação e de estatuto, cujo uso se vincula aos actos de gala, de sociedade ou ao serviço nas altas instâncias das forças armadas. Este tipo de uniforme, de características quase exclusivas, destinava-se ao uso pelas pessoas reais ou altos dignitários de poder.

(Coelho, 1998)

CONCLUSÃO

- *Perdi o meu tempo, perdi o meu tempo, clamava. É fantástico, simplesmente fantástico! – repentinamente mudou de tom e perguntou-me:*
- *? Foi essa a conclusão que tirou do conjunto das minhas descrições?*
- *Exatamente – respondi com vivacidade só para o espicaçar. De resto, é essa a grande lição do passado, segundo dizem...*
- *A grande lição de quê ??*
Como pode o senhor ver preto onde estava branco? Lição do passado?
? Não vê que é uma lição de confiança e exaltação do presente eternamente renovado; de adaptação constante às necessidades de cada época; de inovação permanente e indispensável?
Eu, que aí vivi intensamente, posso garantir-lhe: Não há nada como o conhecimento do passado para nos fazer ganhar confiança no futuro.

Francisco Keil do Amaral¹²⁰

Em modo de conclusão:

Dada a complexidade e abrangência deste tema, salientamos desde já, apresentamos aqui algumas *notas conclusivas*, não considerando que seja possível definir uma conclusão estanque e definitiva.

A solidez da construção do quartel de Santo Ovídio, corporizando com imponente e soberba figura arquitetónica da engenharia militar, permitiu que passados dois séculos fosse possível receber novas e notáveis metamorfoses, com melhoramentos adequados às novas funções, que veio a receber no século XX.

Foi tão eficazmente pensado que 200 anos depois foi aproveitado para a nova função, suportando melhoramentos inevitáveis para tal.

Bem construído | Bem organizado | Bem pensado

Reinaldo Oudinot, o arquiteto do Quartel de Santo Ovídio, tinha uma conceção visionária, vendo para além do seu tempo. Concretizou através do seu projeto a *dimensão utópica de uma estrutura militar integrada na sociedade civil*, para além do seu Tempo e do seu Uso.

¹²⁰ In *Arquitetura e a Vida*, F. Keil do Amaral. Edições Cosmos, Lisboa, 1940.

Identificaram-se Valores significantes que se compõem num conjunto de atributos urbanísticos de grande importância:

- Valor arquitetónico
- Valor simbólico do conjunto edificado
- Identidade do Lugar
- Relevante legado histórico
- Elemento modelador do espaço urbano
- Importância patrimonial
- Importância urbanística no contexto da cidade
- Posicionamento defensivo e tático.

Contribui para leitura do quarteirão como Unidade urbanística, definindo um fragmento específico e único da cidade.

De facto, o Quartel de Santo Ovídio tem uma extrema importância no contexto da cidade, não só como memória militar passada, mas também como testemunho das vivências sociais da cidade ainda hoje.

O estudo e a análise que levamos a cabo com crescente empenho e entusiasmo, foi sendo sustentado pelas constantes descobertas e confirmações da importância desta edificação.

Não só pela sua estrutura física da sua grande escala e imponente presença no local, mas sobretudo pela determinação que foi exercendo no desenvolvimento da cidade, na construção da identidade do lugar como fruto da sua função militar, das relações constantes e sistemáticas com a população, fazendo-se sentir e participar.

A transversalidade da sua estrutura arquitetónica é salientada pelas notáveis semelhanças com diversas edificações do séc. XVIII de norte a sul do país – dos Arcos de Valdevez no Minho a Lisboa, a Tavira no Algarve – refletindo-se como um modelo replicado, intencionalmente utilizado como forma de estratificação social e fomentar o seu gosto e estética.

A necessidade de construir uma edificação militar à imagem de uma arquitetura civil representativa da aristocracia que se evidenciava e se destacava na sociedade portuense e portuguesa. A necessidade de diferenciar, aproximar e estruturar ao mesmo tempo a comunidade militar e a sociedade civil.

A alteração ao projeto de Oudinot é essencialmente fruto das grandes mudanças e alterações na estrutura militar. Os sucessivos conflitos militares obrigaram a grandes reestruturações do Exército português, ampliando os contingentes de efetivos para combater e fortalecer as estruturas militares. O que se veio a verificar aquando da ocupação do Quartel entre 1805/1806, onde o edifício projetado para uma determinada realidade respondia então a outros condicionalismos, resultantes de um país em conflitos político-militares, sociais e económicos que se prolongaram por todo o século XIX.

Aquando da investigação e recolha de dados que efetuamos, deparamo-nos com um conjunto de registos da vida quotidiana militar dos regimentos, assentos de todas as movimentações militares nos Mapas de Forças/Mapas de Quantidades, como também a definição de regras específicas e detalhadas em Ordens do Dia e Ordens do Exército, regulando todas as atividades de um militar. Tudo está previamente definido e regulamentado.

As vivências quotidianas de ocupação definem a funcionalidade do quartel, muitas vezes sobrelotado, onde as condições de habitabilidade foram indesejáveis e maléficas para o cumprimento das suas missões.

Por outro lado, a bravura e determinação intrínseca e praticada desta comunidade militar aqui aquartelada, o seu sentido de unidade de uns para com os outros e para com a cidade e o país, refletia-se na sua participação nos conflitos políticos, muitas vezes, despoletando rebeliões ora reprimidas por violentos castigos, ora conseguindo passar os seus ímpetos e ideais na procura de melhores condições e as da própria sociedade...

Das dimensões do *Tempo*:

- Na construção: Questões económicas | Conflitos militares | Reestruturação do Exército
- Do projeto à obra: O Arquiteto | o projeto | a obra construída | a ocupação
As alterações ao projeto de Oudinot

Da dimensão do *Espaço*:

- O conhecimento alargado das questões de proporcionalidade e modelação, de ritmo de organização espacial e estrutura funcional no projeto de arquitetura de Oudinot;
- A imagem do edifício na procura de desconstruir a sua identificação com uma estrutura fortificada, mas que continuava a sê-lo;
- A preocupação de garantir espaços funcionais salubres, de boa qualidade em termos de iluminação e arejamento naturais;
- A relação de hierarquias de espaço arquitetónico – público / semipúblico / privado;
- O edifício como um invólucro – como pele.

Da dimensão do *Uso*:

- Como espelho de uma instituição hierarquizada e independente;
- Pela sua estrutura construída, foi desde o início pensado para aquartelar mais do que um Regimento, que se veio a verificar – daí muitas vezes referido hoje como “os Quartéis de Santo Ovídio”;
- O Quartel foi projetado para uma determinada realidade. Quando foi ocupado pelo Exército, os condicionalismos militares eram outros, determinando a sua adaptação funcional. Verificou-se não haver grandes alterações na estrutura construída;
- Das Unidades militares aquarteladas, foi o Regimento de Infantaria 18 (RI 18) que mais tempo o utilizou. O RI 18 que se deslocava constantemente em missões, mas que tinha o Quartel de Santo Ovídio como quartel fixo. A tropa ao serviço de D. Pedro IV na Guerra dos dois Irmãos, continuando no Espaço – a cidade do Porto, e no Tempo – até ao final da Monarquia, como identidade deste quartel;
- As duas escadarias no corpo central do edifício principal e as duas cozinhas nos corpos isolados da parada, foram incorporadas no projeto para que o edifício tivesse condições aceitáveis para aquartelar dois regimentos em simultâneo;

- As questões de uso implicam questões de circulação e de áreas de maior ou menor ocupação, pensadas e definidas previamente estruturando espaços de manobra, de estadia e de ligação, ou simples acesso entre funções diferenciadas.

Como procuramos evidenciar ao longo do corpo do texto, esta edificação vai muito para além de uma estrutura meramente física, rigidamente pensada e estruturada em termos de função militar. Tem uma enorme relevância na vida da cidade, nas vivências militares e nos conflitos que protagonizou, nas relações com a própria população incorporando-a como espectadora e participante nos momentos cruciais.

Feitos históricos contam-se nos registos da História do Porto e na História de Portugal, perdurando nas memórias dos portuenses e construindo a cultura da cidade. Continua ligado a outras estruturas que se foram conectando e conferindo identidade àquele lugar.

Um jogo de memórias articuladas nas diferentes gerações, como um passar de testemunho para hoje, permitindo a leitura do espaço físico atual sustentado na interpretação do Tempo, do Uso e do Espaço.

As complexidades das questões abordadas requerem uma investigação mais profunda, que pretendemos desenvolver atempadamente, em futuros estudos graduados.

Todos lemos agora o Quartel de Santo Ovídio como um *Maior Documento Vivo* da História de Portugal – que nos orgulhamos.

GLOSSÁRIO

A

Artilharia - armas das forças armadas, sendo aquela que produz fogos potentes e profundos. A artilharia é, por excelência, o instrumento de força que origina efeitos morais e materiais que vão da neutralização à destruição. Para isso, emprega armamento pesado capaz de disparar projéteis de grande poder destrutivo. Como arma organizada de um exército, a artilharia agrupa o seu armamento pesado, constitui um quadro de pessoal especializado na operação daquele armamento, congrega as unidades militares organizadas para o combate com armamento pesado e assegura a logística de todos estes elementos.

Alma - vazio interior cilíndrico, liso ou raiado das armas de fogo, destinado a receber a carga, resistir aos gases produzidos pela combustão da pólvora e dirigir o projétil.

Alheta - correia de fixar a barretina ao queixo, constituída por escamas metálicas interligadas entre si.

Anspeçada - antigo posto intermédio entre o cabo e o soldado; atualmente corresponde ao soldado arvorado.

Arma branca - termo genérico que indica as armas feitas de metal e que causam danos pela ação de um gume ou ponta, sendo que a força motriz é somente humana. Contrapõe-se a arma de fogo, que arremessa o projétil impelindo-o por meios artificiais, usualmente químicos.

Arma de fogo portátil - arma de fogo que pode ser transportada, manejada e operada por uma só pessoa.

B

Batalhão - unidade militar constituída por duas ou mais companhias, sendo comandada por um coronel, tenente-coronel ou um major. Tem um efetivo médio entre 500 a 800 militares. Dois ou mais batalhões podem constituir um regimento ou uma brigada.

Bateria ou bateria - agrupamento de bocas-de-fogo ou de outros sistemas de armas de artilharia, colocados sob o mesmo comando e ocupando posições de tiro próximas. Hoje em dia, o termo "bateria" é aplicado normalmente a cada uma das unidades militares da artilharia terrestre, equivalentes a uma companhia, tipicamente comandada por um capitão e dispendo de quatro, seis ou oito armas do mesmo tipo.

Brigada - unidade militar existente nas forças armadas. Corresponde à grande unidade de menor escalão de cada exército, sendo comandadas pelos seus oficiais gerais de menor patente. Cada brigada é composta por vários regimentos ou batalhões. Várias brigadas podem formar uma divisão.

Baeta (ou baetilha) - tela de lã frouxa e de malha larga.

Baioneta - lâmina de estoque que se fixa ao cano de uma arma ligeira.

Bala - projétil esférico, alongado ou ogival com que se carregam as armas de fogo.

Bala rasa - projétil de ferro sólido, esférico, disparada de canhões lisos. Durante algum tempo também se conheceram alguns projéteis sólidos de artilharia raiada como balas rasas.

Boca - abertura por onde a bala entra e sai, na artilharia, no canhão e também no fuzil antigo.

Boca-de-fogo – referência genérica ao armamento de grosso calibre, quer dizer, canhões, obuses, morteiros, pedreiros, etc.

Bomba - esfera de ferro fundido, oca, contendo pólvora. Lançada por um morteiro de alma lisa, arrebenta quando a espoleta de tempo comunica fogo à carga. Diferencia-se da granada de artilharia lisa por seu calibre maior e por ter duas alças ao lado do ouvido, por onde a bomba é suspensa, para o carregamento no morteiro.

C

Cadência de Tiro ou Velocidade de Tiro - velocidade com que uma determinada arma de fogo pode disparar os seus projéteis. Normalmente é medida em tiros por minuto (tpm) ou tiros por segundo (tps) para armas especiais com alta Cadência de Tiro.

Cavalaria - arma das forças terrestres que, antigamente se destinava ao combate a cavalo, em ações de choque ou de reconhecimento. Historicamente, a cavalaria é a arma mais móvel dos exércitos e a segunda mais antiga - a seguir à infantaria.

Comando - É constituído pelo (s) gabinete (s) do(s) comandante(s) da(s) força(s) destaca(s), pela sala de reunião e zona de comunicações, nos quais estão presentes os militares responsáveis pelo desenrolar da missão militar. Tem como função o planeamento, a execução, controlo da missão, das atividades, dos efetivos e dos equipamentos. O comando funciona como o coração e o cérebro de uma força aquartelada.

Companhia - tipo de unidade militar, composta por entre 60 e 250 militares e tradicionalmente comandada por um capitão.

Corpo de exército - grande unidade militar, tradicionalmente composta por duas ou mais divisões, além de tropas de corpo, totalizando um efetivo médio de 20 000 a 80 000 militares. Dois ou mais corpos de exército poderão formar um exército.

Caçador - tipo de infantaria ligeira que atuava independente da infantaria de linha.

Calibre – diâmetro de uma arma de fogo ou o tamanho de sua boca. Na artilharia pode ser também o peso do projétil em libras ou outras unidades de peso. No caso de peças raiadas o calibre é medido pelo diâmetro do círculo inscrito, ou seja, a menor medida do interior do cano.

Calote - parte superior das coberturas da cabeça.

Canhão (de manga) - parte inferior da manga ou punho.

Canhão - arma de fogo usada pela artilharia e destinada a lançar diversos projecteis por meio de compostos explosivos ou pirobalísticos, exigindo para serviço o emprego de aparelhos, homens e animais.

Canhão de praça - peça mais pesada que o normal, normalmente em reparos fixos ou pouco móveis, usada em fortificações.

Canhão de sítio - peça de grosso calibre usada para atacar fortificações.

Canotão - mais grosso que o canutilho.

Canutilho - fio de ouro, prata ou outros materiais, fino e enrolado em espiral. Usado nas charlateiras, dragonas ou para guarnecer peças de vestuário.

Carabina - arma curta para uso da cavalaria, artilharia e caçadores.

Cartucheira - banda ou estojo, de couro ou tecido, onde se colocam os cartuchos.

Cartucho - carga para uma arma de fogo, envolta em papel, cartão, pano ou folha metálica.

Cavilha de vareta - acessório de armaria, peça metálica usada perpendicularmente nas extremidades de varetas de armas de antecarga, para auxiliar na remoção de balas encravadas ou outras obstruções no cano da arma.

Clavina - arma de fogo longa, com comprimento próximo ou inferior a um metro, normalmente tendo um gancho ou argola no lado esquerdo, para prendê-la na sela do cavaleiro. Usada pela Cavalaria, normalmente não tem baioneta.

D

Divisa - distintivos em vários materiais que indicam os postos hierárquicos nas classes de sargentos e praças.

Divisão - grande unidade militar, compreendendo um efetivo entre 9 000 e 20 000 homens. A divisão é composta por vários regimentos ou brigadas, dependendo do tipo de organização de cada exército. O agrupamento de várias divisões geralmente forma um corpo de exército. O comando de cada divisão é exercido por um oficial general que pode ter a patente de general de divisão, tenente-general ou major-general.

E

Escova de limpeza (arma) - escova, normalmente com uma rosca em uma das extremidades para prender na vareta ou no cordel de limpeza, ou ainda, provida de uma haste, para limpeza do interior dos canos das armas.

Escovilhão - escova de cerdas grossas, presas a uma haste longa, usada para limpar a alma das bocas-de-fogo.

Escovinha - pequeno pincel, usado junto da agulheta, para limpar o ouvido das armas de pederneira.

Espada - arma de choque, formada por uma lâmina comprida, normalmente reta e pontiaguda, de ferro ou de aço, com gume em ambos os bordos.

Espada baioneta - baioneta com lâmina cortante, de dois gumes.

Espingarda - arma de fogo, de cano comprido, portátil, tendo mais de 1,2 metros de comprimento.

Espingardão - antiga peça de artilharia. Espingarda pesada, usada com forquilha em trincheiras ou amuradas de navios. Também chamada de esmerilhão.

Espoleta - artifício pirotécnico por meio do qual se opera a explosão da carga dos canhões e projéteis ocos.

Estojo de limpeza - caixa, de formato especial, contendo peças de limpeza de armamento.

Entrada/Saída - São as zonas do aquartelamento mais expostas ao exterior e são caracterizadas pelos obstáculos à entrada do mesmo. A principal função é manter a segurança, o rigoroso controlo das entradas e saídas e a vigilância do ambiente exterior.

Esquadrão - tipo de pequena unidade militar. É aplicada às subunidades de cavalaria de escalão, equivalente ao da companhia de infantaria, sob o comando de um capitão e divididas em pelotões.

Estruturas de Proteção - São todas as obras, infraestruturas e equipamentos que se destinam à proteção e segurança de um aquartelamento militar e podem ser temporárias ou definitivas, ativas ou passivas. Manutenção da segurança e proteção dos militares, serviços, viaturas, armamento que se encontram no aquartelamento.

Exército - grande unidade militar das forças terrestres. Designa a totalidade das forças terrestres de um país.

F

Farda - designa também de casaca de abas. Peça de vestuário masculino com abas, que variando de tamanho, não chegam à frente.

Fortaleza - praça fortificada ou um conjunto de fortificações permanentes, tendo em regra, uma considerável extensão.

Forte - obra fechada de fortificação permanente ou semipermanente, de forma poligonal, maior que o reduto.

Fortificação - ramo da arte da guerra que tem por fim organizar militarmente uma posição de modo tal que as tropas que a ocupam possam aí resistir. Termo genérico para todos os tipos de obras fortificadas.

Fortim - forte de construção provisória, pequeno, servindo para defender uma posição estratégica, podendo ser ponto de apoio de tropas, tanto para avançar como para se pôr em retirada.

Fuzil - peça metálica dos fechos de pederneira, que, ao ser percutida pelo cão com o sílex, produz faíscas que detonam a escorva.

G

General - designação geral de um oficial do círculo dos Oficiais Gerais nas forças armadas da maioria dos países.

Granadeiro - soldado especializado no lançamento de granadas. A especialidade de granadeiro foi estabelecida em meados do século XVII, tendo como funções específicas o lançamento de granadas de mão e, ocasionalmente, as operações de assalto, mas foram evoluindo com o passar do tempo. Os granadeiros eram escolhidos de entre os soldados mais altos e mais fortes. No início do século XVIII, o lançamento de granadas de mão já não era relevante, mas continuavam a existir granadeiros, como soldados de assalto de elite. Lideravam o assalto da infantaria durante as batalhas campais. Nas operações de sítio, também era frequente serem os granadeiros a liderar o assalto às brechas feitas nas muralhas, juntamente com os sapadores.

Guerra da Crimeia - conflito que se estendeu de 1853 a 1856, na península da Crimeia, no sul da Rússia e nos Balcãs. Envolveu, de um lado o Império Russo e, de outro, uma coligação integrada pelo Reino Unido, a França, o Reino da Sardenha - formando a Aliança Anglo-Franco-Sarda - e o Império Otomano. Esta coligação, que contou ainda com o apoio do Império Austríaco, foi formada como reação às pretensões expansionistas da Rússia.

Guerra dos Sete Anos - série de conflitos internacionais que ocorreram entre 1756 e 1763, durante o reinado de Luís XV, entre a França, a Monarquia de Habsburgo e seus aliados, de um lado, e a Inglaterra, Portugal, o Reino da Prússia e Reino de Hanôver, de

outro. Vários fatores desencadearam a guerra: a preocupação das potências europeias com o crescente prestígio e poderio de Frederico II, o Grande, Rei da Prússia; as disputas entre a Monarquia de Habsburgo e o Reino da Prússia pela posse da Silésia, província oriental alemã, que passara ao domínio prussiano em 1742 durante a Guerra de Sucessão Austríaca; e a disputa entre a Grã-Bretanha e a França pelo controle comercial e marítimo das colônias das Índias e da América do Norte. Também foi motivada pela disputa por territórios situados na África, Ásia e América do Norte.

I

Infantaria - é uma Arma do Exército constituindo uma força militar preparada para atuar em todas as situações, paz, crise ou conflito, em todos os tipos de terreno e sob quaisquer condições meteorológicas. Desloca-se a pé ou em viaturas de rodas ou de lagartas, podendo ser transportada ou lançada por meio aéreo. Inclui militares das Forças Especiais (Comandos, Operações Especiais e Paraquedistas).

J

Jaqueta - casaco de homem que só chega à cintura; jaleco.

Jaquetão - jaqueta larga que chega até abaixo da cintura; jaqueta-dólmán.

L

Lança - arma de haste ou arremesso composta de uma haste de madeira ou metal, terminada em ponta perfurante de madeira, osso, pedra ou metal.

Lanterneta - projétil de artilharia consistindo, num invólucro de zinco carregado de metralha.

Lisa - peça de artilharia sem raiamento do cano.

M

Mina - engenho de guerra empregado em terra e no mar, consistindo de uma carga explosiva dissimulada, enterrada, pendurada, flutuante ou submarina - esta última ancorada ou livre, que detona por ação mecânica, de tempo, magnética, por percussão ou por comando elétrico. Até o século XIX, o termo designava escavações cheias de explosivos, feitas por atacantes por debaixo das muralhas de fortificações, para abatê-las.

Morteiro - boca-de-fogo curta e de grosso calibre, que atira por elevação bombas e granadas.

Mosquete - arma de fogo, portátil, de ignição por pederneira (séc. XVIII) e posteriormente por percussão (a partir de 1830).

Munições - provisões de tudo que é necessário a um exército ou praça de guerra, como víveres, projéteis, armas portáteis, pólvora, cartuchos, ferramentas diversas, etc.

Muralha - muro de praças fortificadas e recintos de fortalezas.

P

Paiol (material de guerra) - É constituído por depósitos de armamento ligeiro e pesado, equipamento de combate e proteção individual e outros. Local fundamental num aquartelamento cujo objetivo é guardar e manter em segurança os recursos materiais de combate para uso em missão.

Parada - Área destinada às formaturas e cerimoniais militares. É uma zona de concentração da força que contém um simbolismo histórico, sendo o local destinado à proclamação de ordens, alocações, hastear e arrear a bandeira nacional e entoação do hino nacional.

Pelotão - tipo de unidade militar, composta por entre 20 e 50 soldados. Por norma é a menor unidade militar sob o comando de um oficial Tenente. O comandante de pelotão é frequentemente coadjuvado por um sargento de pelotão. Nas tropas blindadas, o pelotão é composto por quatro carros de combate, divididos em duas seções, com 2 blindados cada. Normalmente, os pelotões formam companhias.

Peça - nome genérico de todas as boca-de-fogos, também designando o conjunto da Boca-de-fogo e do reparo.

Peça de artilharia - o mesmo que peça.

Peça de montanha - tipo de boca-de-fogo, mais leve que a peça de campanha e na qual o reparo (e às vezes o próprio tubo) pode ser dividido em peças menores para o transporte no dorso de animais.

Pistola - arma de fogo portátil, de cano curto, usada com uma só mão, podendo ser de tiro simples, de repetição, semiautomática ou automática. Neste contexto, as pistolas eram usadas pela cavalaria e funcionavam com fecharias de pederneira.

Polaina - peça de vestuário que resguarda a perna e a parte superior do calçado.

Pólvora negra - tipo de pólvora formado pela mistura de salitre, enxofre e carvão de madeira em proporções variáveis. Existiam, basicamente, dois tipos, a pólvora fina e a pólvora granulada, formada pelos grãos mais grossos da mistura.

Pólvora fina - pólvora negra em pó, sem a formação de grãos, sendo muito fina e mais fraca do que a pólvora granulada.

Praça - espaço, área, fortaleza, lugar fortificado com muro ou praça de guerra: cidade, vila ou povoado cingido por obstáculos naturais ou artificiais dispostos e combinados de modo a defenderem reciprocamente suas guarnições respectivas, por tempo maior ou menor, do ataque de forças superiores que procurem tomá-la e ocupar o terreno que cobrem.

Projétil - do Latim pro, para a frente, e jectus, lançado; todo o corpo arremessado no espaço por forte ímpeto; corpo lançado no ar com velocidades e direções tais que possam atingir a grandes distâncias seres vivos ou obstáculos materiais, inutilizando-os.

R

Regimento - unidade militar tradicionalmente comandada por um coronel e composta por um número variável de batalhões ou subunidades equivalentes da mesma arma.

Reduto - polígono regular com funções defensivas e salientes na posição que ocupa. Serve de apoio aos flancos de uma posição fortificada. Esta obra defensiva só defende um flanco.

Recuo - espaço que o canhão retrocede ao disparar, sendo o movimento de toda a arma de fogo em sentido contrário ao do tiro.

Reparo - suporte de uma arma de fogo, normalmente com dispositivos que permitem dar-lhe os movimentos necessários à execução da pontaria e, em certos casos, limitar-lhes o recuo e facilitar-lhes o transporte.

T

Transmissões ou comunicações militares - constituem as tropas especializadas na montagem, exploração e manutenção dos sistemas de informação e de telecomunicações militares. A arma de transmissões ou de comunicações costuma ser definida como "a arma que une as armas".

U

Unidade militar, unidade orgânica ou corpo militar - organização militar que integra a estrutura operacional ou administrativa de umas forças armadas.

Uniformes Militares – Vestuário próprio e específico, que por via de legislação, concessão, habito ou moda, foi usado por diferentes exércitos. (Coelho, 2003).

V

Viaturas e equipamentos militares - São todas as áreas de estacionamento, manutenção e reparação de viaturas e equipamentos militares. O objetivo destes locais é manter operacionais e em segurança as viaturas e equipamentos utilizados na missão e nos trabalhos necessários.

BIBLIOGRAFIA ESPECÍFICA

Alves, N. A. V. (2015). Planeamento e Organização Espacial de um Aquartelamento Militar de Campanha Face à Ameaça Terrorista: Contributos Metodológicos. (Tese de Mestrado). Instituto Superior Técnico de Lisboa. Lisboa: Portugal.

Amaral, F. K. (1940). A Arquitectura e a Vida. Lisboa, Portugal: Edições Cosmos.

Amaral, M. (2011). A Luta Política em Portugal nos finais do Antigo Regime, III: A Aplicação da Reforma do Exército de 1803 (1805 - 1825). Lisboa, Portugal: Tribuna da História - Edição de Livros e Revistas Unipessoal, Lda.

Balbi, A. (1822). Essai statistique sur le royaume de Portugal et d'Algarve, comparé aux autres états de l'Europe. Paris, France: Chez Rey et Gravier, Libraires.

Berger, J. P. (2008). Engenheiros Militares da Toponímia de Lisboa e na Fortificação do seu Porto. In Comissão Portuguesa de História Militar (Org.), I Jornadas de Memória Militar: Os Militares, a Ciência, e as Artes. Amadora, Portugal. Comissão Portuguesa de História Militar: pp. 332.

Berger, J. P. (2015). A Batalha de Montes Claros: Perspectiva de um Engenheiro Militar. Lisboa, Portugal: Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar.

Borges, J. V. (s.d.). A Artilharia na Guerra peninsular. Lisboa, Portugal: Tribuna da História.

Coelho, S. V. (1998). Figurinos Militares da Regeneração, Aparência e Realidade 1848-1892 (Tese de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Portugal.

Coelho, S. V. (2010). O Arsenal Real do Exército do Porto 1802-1812. Porto, Portugal: Edição do Exército Português.

Coelho, S. V. (2004). O Exército Português na Regeneração. In J. Serrão & A. H. de Oliveira Marques, Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Coelho, S. V., & Soares, A. R. (2003). Evolução dos Uniformes dos Generais do Exército. In A. R. Soares, Os Generais do Exército Português IV Volume I Tomo. Lisboa, Portugal. Biblioteca do Exército.

Coelho, S. V. (1999). Uniformologia - O jogo da aparência e da realidade. População e Sociedade, (4), pp. 229-250.

Coelho, S. V. (2000). Uniformologia Militar Portuguesa 1806-1892: O jogo das Regras e das Exceções. Revista Museu, (9), pp. 121-171.

Coelho, S. V. (2009). Os Arsenais Reais de Lisboa e Porto: 1800-1814. (Tese de Doutoramento). Universidade Portucalense Infante D. Henrique. Porto: Portugal.

Coelho, S. V. (2009). O Exército Português e o apoio Britânico na Guerra Peninsular. Revista Militar, 2491/2192 Agosto/Sembro.

Coelho, S. V. (2011). Espingardas e Espingardeiros Alemães nos Arsenais Reais Nacionais - 1806/1814. Revista Militar, 2508 Janeiro.

Comissão Portuguesa de História Militar. (2008). I Jornadas de Memória Militar: Os Militares, a Ciência, e as Artes: Medicina, Matemática, Engenharia, Arquitectura, Artes. Lisboa, Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar.

Fortes, M. de A. (1993). O Engenheiro Portuguez: dividido em dous tratados: Tomo I. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Fortes, M. de A. (1993). O Engenheiro Portuguez: dividido em dous tratados: Tomo II. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Gil, F. (1912). A Infantaria Portuguêsa na Guerra da Península: Primeira Parte: A Luta com a Espanha e a Invasão Franco-Espanhóla. Lisboa, Portugal: Tipografia da Cooperativa Militar.

Imprensa Nacional (s.d.). Regulamento para a Instrução, Formatura e Movimentos da Cavalaria.

Linhares, J., Rodrigues, M. A., & Santos, C. A. (2000). Guerra Peninsular: 1806-1815: Infantaria/1. Lisboa, Portugal: Edições Destarte.

Lynch, K. (1988). A Imagem da Cidade. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Mendonça, R. (1997). A Engenharia Militar e a Construção: 350 anos (1647-1997). Lisboa, Portugal: Regimento de Engenharia Nº 1.

Norberg-Schulz, C. (1980). Genius Loci, Towards a Phenomenology of Architecture. New York, NY: Rizzoli.

BIBLIOGRAFIA GERAL

Alves, C. (2003). O Quartel de Santo Ovídio. Porto, Portugal: Edição do Estado-Maior do Exército.

Belém, A. M. da C. de (1889). Questões Médico-Militares: Estudo Sobre os Quartéis de Guarnição de Lisboa. Lisboa, Portugal: Biblioteca do Exército.

Benevolo, L. (1984). A Cidade e o Arquitecto. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Borges, A. M. (2008). Miguel Luis Jacob - Um Engenheiro Militar na Praça de Almeida (1759-1771). In Comissão Portuguesa de História Militar (Org.), *I Jornadas de Memória Militar: Os Militares, a Ciência, e as Artes*. Amadora, Portugal. Comissão Portuguesa de História Militar: pp. 332.

Capela, J. V., Matos, H. & Borralheiro, R. (2009). Sempre fiel e leal: O Porto na Restauração Nortenha e Defesa da Independência Nacional (1808-1809). Porto, Portugal: Área Metropolitana do Porto.

Carvalho, J. M. dos S. D. de (1993). Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993: Caderno de História Militar nº 14. Lisboa, Portugal: Direção de Documentação e História Militar.

Castro, J. B. de (1792). Mappa de Portugal: Antigo e Moderno. Lisboa, Portugal: Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.

Ching, F. D. (2005). Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Comissão Portuguesa de História Militar. (2008). *I Jornadas de Memória Militar: Os Militares, a Ciência, e as Artes: Medicina, Matemática, Engenharia, Arquitectura, Artes*. Lisboa, Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar.

Costa, A. J. P. da (2005). Os Generais do Exército Português I Tomo, II Tomo e III Tomo. Lisboa, Portugal: Biblioteca do Exército.

Costa, A. J. P. da (2011). O Palacete do Camarista-Real. Queluz, Portugal: Edição do Estado-Maior do Exército.

Cullen, G. (1990). Paisagem Urbana. Lisboa, Portugal: Edições 70.

Eco, U. (1998). Como se Faz uma Tese em Ciências Humanas. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Estado Maior do Exército. (1991). Genealogia dos Corpos do Exército: Armas e Serviços. *Cadernos de História Militar nº 13*. Lisboa, Portugal: Direção do Serviço Histórico-Militar.

Ferreira, A. D. de M. (1995). Aspectos da Organização do Espaço Português. Porto, Portugal: FAUP Publicações.

Fontes, L. (2005). São Martinho de Tibães: Um sítio onde se fez um mosteiro: Ensaio em Arqueologia da Paisagem e da Arquitectura. Porto, Portugal: Instituto Português do Património Arquitectónico.

Gaspar, D. (2005). Arquitectura do Palácio de Belém. Lisboa, Portugal: Museu da Presidência da República.

Lacerda, M. & Ramalho, M. M. (2006). Património Arquitectónico: Registo, Interpretação e Critérios de Intervenção. *Património Estudos*, (9), pp. 5-8.

Lobo, F. J. G. de S. (2009). Memórias Militares da Arquitectura de Lisboa. In Comissão Portuguesa de História Militar (Org.), *I Jornadas de Memória Militar: Os Militares, a Ciência, e as Artes*. Amadora, Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar: pp. 332.

Lousada, A. P. (2007). O Exército e a Ruptura da Ordem Política em Portugal 1820 - 1970. Lisboa, Portugal: Prefácio.

Marques, F. P. (1981). O Exército e Sociedade em Portugal: no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo. Lisboa, Portugal: Regra do Jogo.

Martelo, D. M. de M. (1980). História do regimento de Infantaria do Porto. Porto, Portugal: Regimento de Infantaria do Porto.

Martelo, D. M. de M. (s.d). Unidades e Órgãos Aquartelados em Santo Ovídio 1806-2003. Porto, Portugal.

Martins, G. d'O. (2018). Ao Encontro da História: O Culto do Património Cultural. Lisboa, Portugal: Gradiva.

Nogueira, L. F. (1994). Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular 1640-1994. *Caderno de História Militar*, (24).

Pacheco, H. I. M. (s.d). O Quartel de Santo Ovídio e a Cidade. Porto, Portugal.

Pereira, V. P. A. (1859) Collecção Systematica das Ordens do Exercito desde 1809 até 1858 [Vol. I]. Lisboa, Portugal: Biblioteca Regimental da Infantaria 18.

Pina, M. E. (2009). I Jornadas de Memória Militar: Os militares, a ciência e as artes. Lisboa, Portugal: Comissão Portuguesa de História Militar.

Pires, N. A. L. (1991). Dicionário Temático de Arquitectura Militar e Arte de Fortificar. Lisboa, Portugal: Direção do Serviço Histórico Militar.

Portugal e as Campanhas da Europa - Campanha de 1762. Guerra Fantástica (1762-1762).

Ramirez, J. A. (1999). Cómo Escribir sobre Arte y Arquitectura [2ª ed.]. Barcelona, Espanha: Ediciones del Serbal.

Ramos, J. A. G. (1970a). Fortificação e Arquitetura Militar: Noções Gerais dos Aquartelamentos e seus Edifícios [2.º Vol.]. Lisboa, Portugal: Serviços Gráficos da Academia Militar.

Ramos, J. A. G. (1970b). Fortificação e Arquitetura Militar [3.º Vol.]. Lisboa, Portugal: Serviços Gráficos da Academia Militar, Lisboa.

Read, H. (1946). *A Arte e a Sociedade*. Lisboa, Portugal: Biblioteca Cosmos.

Ribeiro, L. T. (2004). *Edifícios Públicos Portugueses no Desfecho do Século XVIII: O Quartel do 2º Regimento de Infantaria: A Real Casa Pia de Correção e Educação e Aquartelamento das Partidas Avulsas*. (Tese de Mestrado). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Portugal.

Rodrigues, J. M. (2013). *O Mundo Ordenado e Acessível das Formas da Arquitectura: Tradição Clássica e Movimento Moderno na Arquitectura Portuguesa*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

Rossi, A. (2001). *A Arquitectura da Cidade*. São Paulo, Brasil: Martins Fontes.

Selvagem, C. (2006). *Portugal Militar: Compêndio de História Militar e Naval de Portugal desde as Origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

Soriano, S. J. da L. (1866) *Historia Da Guerra Civil E Do Estabelecimento Do Governo Parlamentar Em Portugal*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional.

Távora, F. (1996). *Da Organização do Espaço*. Porto, Portugal: FAUP Publicações.

Teixeira, E. A. C. (s.d). *Construção do Quartel de Santo Ovídio: Apontamentos para um estudo posterior*. Porto, Portugal.

Unwin, S. (2003). *Análisis de la Arquitectura*. Barcelona, Espanha: Editorial Gustavo Gili.

Vitorino, P. (1932). *Iconografia Histórica Portuense*. Porto, Portugal: Edições Maranus.

Wilkinson, P. (2011). *50 Ideias - Arquitectura: Que Precisa Mesmo de Saber*. Lisboa, Portugal: Publicações D. Quixote.

Zevi, B. (1992). Saber Ver a Arquitetura. Lisboa, Portugal: Dinalivro.

WEBGRAFIA ESPECÍFICA

<https://arquivos.rtp.pt/conteudos/o-porto-na-historia/>

<http://portojoefotos.blogspot.com>

<http://portojoefotos.blogspot.com/2010/03/2-edificios-com-hist.html>

<http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/intervencoes-e-obras-no-patrimonio/#sthash.73FcJ6Yk.dpuf>

<http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/#sthash.UUYwPEkS.dpuf>

<http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/#sthash.UUYwPEkS.dpuf>

www.patrimoniocultural.gov.pt/

<http://www.aicei.org/pt/menu/83/artes-arquitectura-e-urbanismo.aspx>

https://www.rtp.pt/noticias/cultura/renovacao-urbana-do-porto-sofreu-com-afastamento-do-marques_n155276

<https://funchalnoticias.net/2016/09/10/planeamento-do-funchal-a-maneira-do-brigadeiro-oudinot-evocado-por-rui-carita-em-lisboa/>

www.academia.edu/

www.socgeografialisboa.pt/wp/wp.../07/OU DINOT-SÍNTESE-PROGRAMA-1.pdf

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5130

http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=5129

<http://anossapovoa.blogspot.com/2010/11/o-edificio-da-camara-municipal-da-povoa.html>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_da_P%C3%B3voa_de_Varzim

https://pt.wikipedia.org/wiki/Campanha_do_Rossilh%C3%A3o

https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_das_Laranjas#As_for%C3%A7as_portuguesas

<http://aprenderamadeira.net/oudinot-reinaldo/>

https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/5/52/Teatro_Nacional_de_S%C3%A3o_Carlos_002.jpg

<http://portodeantanho.blogspot.com/2017/06/continuacao-21.html>

<https://assets.exercito.pt/SiteAssets/CmdPess/Quartel%20Sto%20Ovideo.pdf>

WEBGRAFIA GERAL

www.arqnet.pt

<http://www.acad-ciencias.pt/>

<https://arqhist.exercito.pt/>

<http://aprenderamadeira.net>

<http://bdh.bne.es/bnearch/detalle/bdh0000060236>

<https://www.exercito.pt>

<http://gisaweb.cm-porto.pt>

<https://comum.rcaap.pt/>

<https://www.revistamilitar.pt>

<https://www.rit.edu>

<http://www.seminario2016.docomomo.org.br>

<https://cadernosdalibania.blogspot.com>

<http://www.aicei.org/pt/>

Fontes consultadas

AHM – **Arquivo Histórico Militar**, Lisboa

SIDCART – **Gabinete de Estudos Arqueológicos da Engenharia Militar**, Lisboa

BHM – **Biblioteca de História Militar**, Lisboa

MMP – **Museu Militar do Porto**

APÊNDICES

Listade Apêndices:

Apêndice 1

Ficha-Tipo de Caracterização do Edificado

Apêndice 2

Outras alterações no Tempo e no Uso

Apêndice 3

Abastecimento de água

Apêndice 4

As tropas aquarteladas no Quartel

O 18 no Quartel e não só

Apêndice 5

Para a instrução e formatura das tropas em parada

Apêndice 6

Adaptação a Quartel-general

Apêndice 3

Síntese Cronológica entre a História Militar e a História do Quartel

Apêndice 7

A Praça de Santo Ovídio

Apêndice 8

O Lugar escolhido – A Praça de Santo Ovídio

Apêndice 9

Dimensões / Questões de trabalho / O Quartel veste o Regimento

Apêndice 10

O Lugar escolhido – A Praça de Santo Ovídio

Apêndice 11

Dimensões / Questões de trabalho / O Quartel veste o Regimento

Apêndice 12

Feitos militares com repercussões sociais

Apêndice 13

Diferentes perspectivas e análises em Rabiscos e Esquiços meus

Apêndice 1

Ficha-Tipo de Caracterização do Edificado

Ficha de Caracterização do Edificado

Identificação do Imóvel

| | |
|-------------------------------------|---|
| Nº de Ficha 01.018 | Designação do edifício Localização – Morada Freguesia Planta com zonamento |
| Implantação | Planta com marcação da mancha de ocupação |
| Enquadramento urbano | |
| Aspeto atual | Imagens Interior Exterior Envolvente |
| Classificação | Valor histórico Valor Arquitetónico Atribuição |
| Estado de conservação | Exterior Interior |
| Resenha histórica | Cronologias |

Dados Arquitetónicos

| | |
|-------------------------------------|--------------------------------|
| Autoria (s) do Projeto | |
| Tipologia | |
| Função | Função inicial Função atual |
| Caracterização arquitetónica | Nº de pisos Volumetrias |

| | |
|--|---|
| | Cobertura Vãos: Portas Janelas Outros Saliências Alpendres |
| Composição de conjunto | |
| Elementos arquitetônicos dominantes | |
| Composição e métricas | Elementos de composição Métrica usada à época |
| Elementos dissonantes | |
| Outros | |

Dados da Construção

| | |
|---|--|
| Ano de Construção | |
| Área de Implantação | |
| Área de Construção | |
| Ocupação do solo com muro perimetral | |
| Outros | |

Alterações, Remodelação e Reabilitações

Intervenções e alterações

| | |
|----------------------------|---|
| Data da intervenção | Tipo de Intervenção |
| Motivo | Imposição tecnologia do armamento Adaptação a regulamentação |

| | |
|-----------------------|--|
| | Salubridade Reorganização Manutenção |
| Área abrangida | |
| Descrição | |

Elementos artísticos

Caso existam

| | |
|-----------------------|----------------------------|
| Imagem | Fotografias por cronologia |
| Autoria | Nome Pequena biografia |
| Data | Tipologia |
| Caracterização | Descrição e caracterização |
| Curiosidades | |
| Outros | |

Apêndice 2

Outras alterações no Tempo e no Uso

| |
|--|
| 1822 |
| Ofício de 5 de fevereiro Pedindo ao Brigadeiro Inspetor-geral dos Quartéis, Duarte José Faria, o fornecimento de alguns artigos para uso do Batalhão. |
| Ofício de 19 de maio Elaborado orçamento pelo pagador das Obras Militares, António Duarte Júnior, para reparações nos quartéis do 2º Batalhão de Infantaria do RI 3: <ul style="list-style-type: none">▪ Portas e janelas novas e concertos de outras▪ Soalhos Tarimbas Telhados▪ Arranjos no armazém regimental▪ P á s para lixo e baldes para urinar Obra orçamentada em 690\$970 réis, sendo autorizada em 11 de junho de 1822. |
| 1823 |
| Consta que vinte anos antes, se construiu no Largo da Lapa, uma parede de alvenaria a certa distância e paralela ao muro exterior norte, que delimitava uns barracões para serviço do mesmo quartel. |
| 1827, 25 de maio |
| O comandante do RI 18, Coronel Henrique da Silva Fonseca, solicita: <ul style="list-style-type: none">▪ Chapas e varões de ferro para melhoramentos da cozinha do seu regimento Garante que a mão-de-obra de pedreiro seria efetuada pelos operários militares do seu regimento. |

1843

8 de fevereiro

Requisição urgente solicitando o conserto das portas das prisões do quartel – salvo risco de fuga.

25 de maio

Reforço do pedido de obras de reparação indispensáveis tanto na parte ocupada pelo RA 3 como RI 2, correndo o risco de inabitabilidade do quartel, devido aos efeitos do rigoroso inverno.

Em 2 de novembro é concedida a autorização para as obras com as condições dos trabalhos serem executados por operários militares:

4 Pedreiros | 4 Carpinteiros | 4 Serventes militares, com direito a gratificação por dia de trabalho.

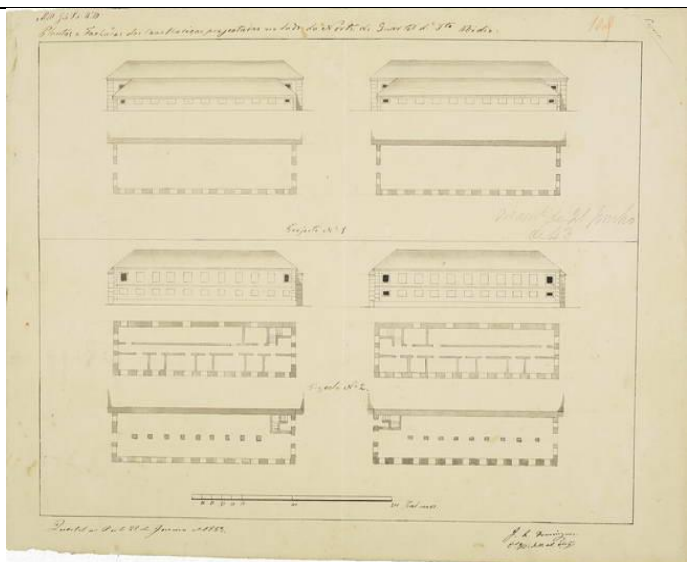
1853

28 de janeiro

Elaborado 1º projeto para a construção de dois edifícios para cavaliariças, de um e de outro lado do portão norte e no terreno da Lapa, junto ao muro norte.

A obra não foi executada.

Figura 96 - Plantas e fachadas das cavaliariças projetadas no lado norte do Quartel d. S.to Ovídio: [Porto]. S/escala. J. L. Domingues C.el Grad.º E. M. d'Engº. PT-GEAEM-3696/III-1A-11A-46 (DIE).



1866

23 de abril

Proposta à Câmara do Porto obras de beneficiação da Praça de Santo Ovídio do Comando da 3ª Divisão Militar, disponibilizando “operários militares” e “um oficial de

Engenharia” para dirigir as obras, “face ao mau estado do seu piso”. A Câmara concorda com a proposta impondo que “as obras se façam sob a orientação do Engenheiro Civil” da Câmara. Face às dúvidas de quem devia dirigir as obras, estas não se devem ter realizado, pois por Ofício do QG da 3ª Divisão, de 14 de julho, de 1866, fica-se a saber que, à data, ainda decorriam negociações com o Engenheiro da Câmara, Gustavo Adolfo Gonçalves de Sousa.

1871

8 de janeiro

Elaborado 2º projeto (não executado) para a construção de dois edifícios para cavalariças, de um e de outro lado do portão norte a implantar no terreno junto ao muro norte

A obra também não foi executada.

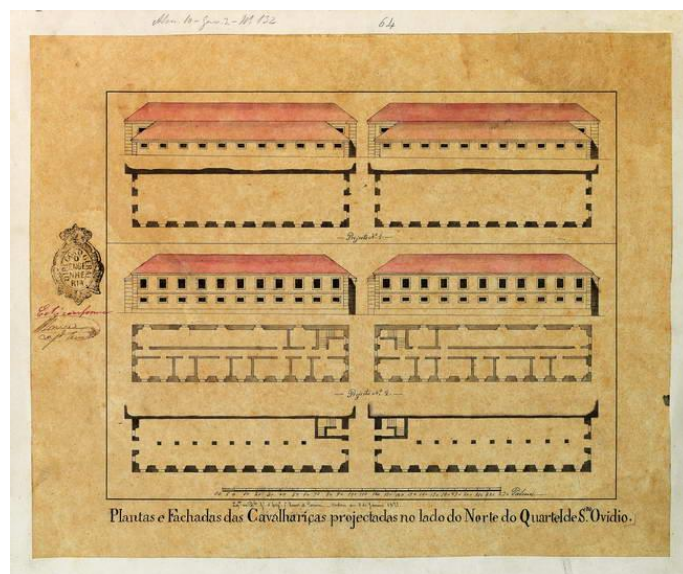


Figura 97 - Plantas e fachadas das cavalariças projetadas no lado do Norte do Quartel de S.to Ovídio : [Porto]. S/escala. PT-GEAEM-3696/III-1A-11A-46 (DIE)

1891

Questões de posse de terrenos

Elaborado projeto para o ajardinamento da praça pela Câmara, levanta-se novamente o problema do direito de pertença. O Ministro da Guerra interveio e através do Comando do RI 18, fez valer os direitos resultantes da sua permanente utilização pelos

militares – usucapião¹²¹ - alegando que a praça era propriedade do quartel, não permitindo o seu ajardinamento.

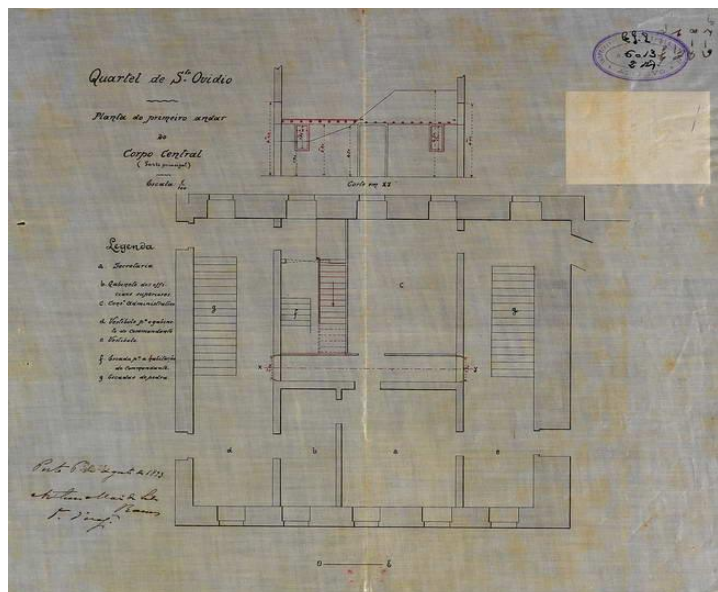
Bocas de Incêndio

Em 1891, a Câmara Municipal do Porto decidiu colocar bancos de pedra em volta do Campo da Regeneração, ficando “dois deles mesmo em frente do portão principal do quartel”. Por Ofício de 31 de março desse ano, o Comandante do RI 1 8, Coronel João Sotomaior Lencastre Meneses, solicitava ao General Comandante da 3ª Divisão Militar, que intercedesse junto do Presidente da Câmara, para que aqueles dois bancos fossem dali retirados, porque “tal colocação no lado paralelo e contíguo à fachada principal do quartel será nociva a boa ordem e polícia do regimento”.

1893

Elaboração de estudo para a criação do acesso vertical entre os aposentos do Comandante do Regimento.

Figura 98 - Quartel de S.to Ovidio : planta do primeiro andar do corpo central. Arthur Maria da Silva Ramos, T. d'Eng.ª. [Escala não determinada] "Porto, 6 de Agosto de 1893". PT-GAEM-3696/III-1A-11A-46 (DIE).



¹²¹ Usucapião - deriva do latim (usucapio) e significa “adquirir pelo uso”. Está prevista na lei e consiste no direito de posse sobre um bem móvel ou imóvel em função da utilização desse bem durante um dado tempo, como se ele fosse propriedade do utilizador.

Apêndice 3

Abastecimento de água

A cidade do Porto deparava-se com sérios problemas de abastecimentos de água durante toda a Idade Moderna devido à sua escassez, má qualidade e pouca fluidez, mas também pelos custos que importava à cidade. Já no séc. XVII são criados impostos¹²² para suprimir as dificuldades económicas para a captação e canalização das obras de encanamento de Paranhos, o mais importante manancial da cidade. É construído no tempo dos Filipes (1580 – 1640), com a intenção de garantir o abastecimento de água abundante. O aumento da população, a fraca qualidade e escassez de água como já vimos, aliada à falta de higiene da população, impediu que esse objetivo se cumprisse. Foi a partir do período dos Almadás (1757 – 1804) que se iniciaram trabalhos neste sentido, através de novas e várias técnicas, garantindo um complexo e moderno sistema. A cidade era então dotada de múltiplos fontanários e chafarizes abastecidos por nascentes de onde a água era encaminhada por aquedutos e dirigida para os locais onde já se encontravam as fontes, ou construindo fontes nas próprias nascentes¹²³.

Uma nota para o seu entendimento:

As fontes eram alimentadas pelo manancial de Paranhos ou de Arca d'Água que fornecia água a várias fontes e chafarizes públicos e privados.

O encanamento deste manancial foi construído em 1603¹²⁴ sendo pago através do Imposto do Vinho e do Sal, e do excedente do crescimento das sisas e 1000 cruzados doadas pelo povo.

Constitui-se no mais importante manancial da cidade devido à quantidade e qualidade da água que dispunha. A sua nascente localizava-se sob o Jardim de Arca d'Água – atual Praça 9 de Abril. A água era conduzida por um aqueduto de pedra em galeria, alimentando várias fontes ao longo do seu percurso, com cerca de 3 Km de extensão e 25 metros de profundidade nalguns pontos, desde Arca d'Água, atravessando a Estrada de Braga.

¹²² Como o Real da Água - que consistia no pagamento de 1 real por cada rasa de Sal que entrasse na cidade.

¹²³ Fontes de Chafurdo – tanques ou cisternas de recolha de água, onde os cântaros eram mergulhados e transportados. As suas vertentes seguiam para os campos vizinhos ou abasteciam outros lavadouros.

¹²⁴ 1603 – Data da colocação da 1ª pedra da construção do manancial de Paranhos ou de Arca d'Água

O complexo sistema de abastecimento de água à cidade do Porto constitui uma gigantesca obra de subterrâneos já efetuados no séc. XIX.

Chafariz da Rua de Santo Ovídio

Em 1758, regista-se a presença de um chafariz na rua de Santo Ovídio, o qual já era tido em conta em 1597, aquando o pedreiro Brás Martins Parda, arrematou a 2 de Janeiro, os consertos deste chafariz e o da Vila e na segunda remodelações, metade do século XVIII, foi alvo de algumas mas não chegou aos nossos dias.

No entanto, Horácio Marçal revela que havia uma fonte da Lapa, que se encontrava num sítio fundeiro, junto ao portão do antigo quartel militar, e que se tinha acesso por uma rampa.

Esta fonte terá sido demolida em 14 de Abril de quando foram iniciadas as obras de um jardim, tendo sido substituída por outra fonte na rua de Salgueiros, sendo as águas da fonte da Lapa desviadas para esta.

Esta Fonte era collocada no Jardim que houve no Quartel de s. Ovidio aonde existia um subterrâneo bastante íngreme, e pouco decente. Em consequência disto ordenou a Junta das Obras Publicas a sua mudança para o lado do Poente do largo da Senhora da Lapa, junto da alameda da mesma: determinação essa que teve lugar em 14 de Abril de 1818 e que surtiu o seu devido effeito pela obra se achar concluída.¹²⁵

A.H.M.P. – A-PUB/06314, fls. 110 -110v.

Almadás

O Manancial da agoa que descende para esta Fonte da mesma rua, tem onze veas que nascem 85 palmos distante da Propriedade de D. Anna Umbelina Pereira de Souza, e Joaquim José Irm. da S^a no Campo de S. Ovidio, fornecendo alem della toda a que se encontra nos Poços das Propriedades da rua do lado do Poente. Em 1813 tentou aquella D. Anna abrir uma nova Mina na sua Propriedade, avançando o seu abrimento a 85 palmos pelo centro da Praça, tendo obtido para isso previa licença.¹²⁶

FONTE: A.H.M.P./A-PUB/06314, fls. 108-114.

DATA: 1835.

Fonte da Lapa

Esta Fonte era collocada no Jardim que houve no Quartel de s. Ovidio aonde existia um subterraneo bastante íngreme, e pouco decente.

Em consequência disto ordenou a Junta das Obras Publicas a sua mudança para o lado do Poente do largo da Senhora da Lapa, junto da alameda da mesma: determinação essa que teve lugar em 14 de Abril de 1818 e que surtiu o seu devido effeito pela obra se achar concluída.¹²⁷

¹²⁵ In Mappa das Fontes publicas não fornecidas pelo Aqueduto de Paranhos e do Campo grande, com algumas observações Históricas.

¹²⁶ Idem

¹²⁷ Idem

Figura 99 - Fonte e poço de água no interior da Igreja da Lapa.



Apêndice 4

As tropas aquarteladas no Quartel¹²⁸

O 18 no Quartel e não só

Estima-se que o Quartel de Santo Ovídio foi ocupado pelos militares entre 1805 e 1806, mesmo antes das suas obras de construção terem terminado e tendo sido ocupado logo que obteve condições mínimas para aquartelar 2.º Regimento de Infantaria do Porto, conforto foi o seu desígnio primeiro.

Um ofício de 24 de Janeiro, de 1807, do Coronel Luís de Andrade, Governador Interino das Armas, revela-nos que, nesta data, o Quartel dos Celeiros da Cordoaria já se encontrava desocupado pelo 2.º Regimento de Infantaria.

Cf. Teixeira, Idem p. 35

Sabe-se também, pelo estudo genealógico dos regimentos, que o Quartel de Santo Ovídio foi sendo ocupado por outro tipo de forças militares, tendo coexistido em diferentes épocas diversas tropas de Infantaria com Artilharia, com Cavalaria e com Engenharia, entre as quais milícias liberais durante o Cerco da cidade do Porto¹²⁹.

Por motivos de conflitos de guerra e as conseqüentes necessidades da constituição de um Exército mais forte e mais preparado, a estrutura militar portuguesa vai sofrer grandes modificações e acertos na sua organização.

As sucessivas reorganizações têm enormes repercussões diretas não só nas unidades militares, mas também nas edificações que lhes servem de abrigo e constituindo um espólio imenso de memórias coletivas muito particulares que chegam até hoje.

Também o Quartel de Santo Ovídio é guardião de toda essa conjuntura militar, apoiada sempre pelos homens que, hierarquicamente organizados, constituindo os seus diferentes Corpos Militares.

A partir do final de 1807, mesmo antes da presença das tropas de Junot em Portugal e da retirada da Família Real portuguesa para o Brasil, a situação da(s) Unidade(s) instaladas em Santo Ovídio vai alterar-se profundamente.

¹²⁸ Na construção deste texto, agradecemos toda a informação cedida pelo Capitão-Tenente Vítor Mendonça, Investigador no GEAEM.

¹²⁹ Teixeira, Eduardo Augusto *“Construção do Quartel de Santo Ovídio - Apontamentos para um estudo posterior”*, in *“O Quartel de Santo Ovídio”* Alves, Cipriano (Dir.) EME, 2003

Assim:

O RI 18 é enviado para Tomar.

No dia 13 de dezembro, a cidade do Porto é tomada pelas tropas do Tenente-General Taranco. E no dia 13 do mesmo mês o RI 18 é licenciado, sendo parte do seu efetivo integrado na Legião Portuguesa ao serviço do exército Napoleão.

As Instalações do Quartel ficaram então nas mãos do comando espanhol de ocupação. Em abril de 1808, as forças francesas marcavam presença na cidade, lideradas pelo General Quesnel.

A 14 de Maio de 1808, o Regimento de Artilharia n.º 4, comandado pelo Capitão João Mariz Sarmiento com quartel em Viana do Minho, entrou na cidade do Porto e aquartelou-se em Santo Ovídio com um efetivo de duzentos artilheiros, apoiando as tropas portuguesas.

Nessa altura encontravam-se no quartel, militares de diversos elementos de milícias (ainda muito pouco organizados), subordinados ao *Governos Militar* da cidade e militares da Cavalaria desertores da Legião Portuguesa.

Contabilizam-se assim, diferentes forças militares ocupantes do quartel nesta primeira fase das Invasões Francesas ocupantes:

- Regimento de Artilharia n.º 4
- Corpos de Milícias do Porto
- Desertores de Cavalaria da Legião Portuguesa.

A 6 de Junho, por rompimento da aliança entre Espanha e França, tudo se altera neste cenário de guerra.

Com a prisão do General Quesnel e dos trinta dragões franceses, no dia 6 de junho e a saída das tropas espanholas da cidade a 7 de junho, os militares do RA 4, vitoriosos, destaparam as Armas Reais do “frontão” do Quartel e aclamaram o Príncipe Regente D. João VI.

(1808) O RI 18, por determinação da Junta Provisional do Supremo Governo do Porto, foi mandado reunir no Quartel.

Apesar disso, em 1809, ainda que durante um período curto, o Quartel serviu de instalação e prisão das tropas do General Soult, durante a *2.ª Invasão Francesa*.

Como atestam o pedido de 29 de Março de 1809¹³⁰, elaborado pelo General das Armas do *Partido do Porto* à Vereação, reclamando o fornecimento de painéis e outros utensílios, para a instalação dos militares franceses no Quartel de Santo Ovídio.

O General francês impunha a sua autoridade na cidade, com grande parte dos seus efetivos colocados no Quartel.

Em 1815, após a *Guerra Peninsular*, o Regimentos de Infantaria n.º 18 e o Regimento de Artilharia n.º 4 ocupam o Quartel, em simultâneo, referidos e exploradas a condições de partilha das acomodações do quartel na Inspeção ao Quartel de Santo Ovídio¹³¹ já analisada.

Nos relatos dos acontecimentos do 24 de agosto de 1820 verifica-se que se estariam aquarteladas também diversas unidades militares, pressupondo-se ser o caso do RI 18, RA 4, a Guarda Real da Polícia e os regimentos de Milícias do Porto e da Maia.

Em 1840, o Batalhão de Infantaria n.º 18, entretanto aquartelado em Aveiro, é novamente enviado para Santo Ovídio e com nova denominação de Regimento de Infantaria n.º 2, continua no seu Quartel em 1842.

Sabe-se que se encontra ali instalado o RA 3 em 1843.

Em 1844, ocupam-no o RI 2 (o próprio RI 18 com nova denominação) e o 3º RA.

Retomando a antiga denominação de RI 18 em 1855, o Regimento continua aquartelado em Santo Ovídio.

Entre 1860 a 1862, o RI 18 encontra-se fora, em missão nos Açores, mantendo o Quartel de Santo Ovídio como seu quartel permanente.

Entre os anos de 1874 e 1880, está também, ali aquartelado um Destacamento do Batalhão de Engenharia.

Embora estando instaladas outras Unidades militares no Quartel de Santo Ovídio e o seu Regimento em missões fora da cidade do Porto, o RI 18 manteve o quartel como sua instalação permanente desde 1860 até à instauração da República em 1910.

Sem dúvida que é o Regimento de Infantaria n.º 18 que ocupa este quartel durante o maior período, utilizando e usufruindo das suas instalações, muitas vezes degradadas e em más condições, assim como dos seus espaços exteriores e dentro e fora do edifício.

¹³⁰ Após a capitulação da cidade do Porto.

¹³¹ Ver Anexo 3

Também o RA4 lhe fez parceria por longos períodos, coabitando paredes meias, criando boas relações de vizinhança ou por vezes aguçadas rivalidades e competições entre os dois regimentos, constituindo mais uma vez memórias de vida e de vivências individuais e coletivas

Embora destacando-se o Corpo de Infantaria, sentimos pertinente a definição da orgânica das duas unidades que mais deram uso às instalações deste quartel, podendo-se estabelecer algumas comparações de afinidade e diferenciação.

Da Infantaria de Linha

Organização da Infantaria de Linha de 1796:

O Decreto de 1 de agosto de 1796 organizou as Unidades de Infantaria, sendo que o Decreto de 10 de outubro elevou o número dos efetivos dos Regimentos de Infantaria, fixando-os em 1600 homens. Contudo, este objetivo não foi alcançado pela dificuldade na aplicação das regras de Recrutamento.

Mais tarde, o Exército é reorganizado pelo Decreto de 19 de maio de 1806 e reajustado em 13 de julho de 1808, face às exigências que a *Campanha da Guerra Peninsular* obrigava.

É com esta organização do Exército que o Quartel de Santo Ovídio é ocupado em 1806.

Da composição de um Regimento de Infantaria de Linha de 1796, a um Batalhão:

- Estado-Maior:
 - 1 Coronel; 1 Tenente-Coronel; 1 Sargento-Mor (Major); 2 Ajudantes; 1 Quartel Mestre; 1 Secretário; 1 Capelão; 1 Cirurgião-Mor; 5 Ajudantes de Cirurgião; 1 Coronheiro; 1 Espingardeiro; 1 Tambor-Mor e 1 Preboste. Total de 18 homens.
- 1.ª Companhia, de Fuzileiros (homens armados de fuzil):
 - 1 Capitão; 1 Tenente; 1 Alferes; 2 Sargentos; 1 Furriel; 1 Porta-Bandeira; 5 Cabos; 2 Tambores; 2 Pífanos; 78 Anspeçadas e Soldados. Total de 94 homens.
- 2.ª Companhia:
 - Total de 92 homens, por não terem Pífanos.
- 3.ª Companhia:
 - Total de 91 homens, por não terem Pífanos nem Porta-Bandeira.
- 4.ª, 5.ª, 6.ª, 7.ª e 8.ª Companhias:

Total de 455 homens, por terem a composição igual à da 3.^a Companhia.

- Companhia de Granadeiros:
- Total de 97 homens, com composição igual à 3.^a Companhia, tendo mais seis Porta-Machados.
- Companhia de Caçadores:

Total de 91 homens, por terem a mesma composição da 3.^a Companhia.

A força de cada Regimento de Infantaria, em estado completo dos seus efetivos, totalizava 938 homens, de acordo com o decreto de 1 de agosto de 1796.

Da Organização da Infantaria de Linha pelo Decreto de 14 de outubro 1808:

A partir de 1808, um Regimento de Infantaria de Linha era composto por um Estado-Maior e dois Batalhões, cada um com quatro Companhias de Fuzileiros e uma de Granadeiros:

- Estado-Maior:

1 Coronel; 1 Tenente-Coronel; 2 Majores; 2 Ajudantes; 1 Quartel Mestre; 2 Porta-Bandeiras; 1 Capelão; 1 Cirurgião-Mor; 4 Ajudantes de Cirurgião; 1 Coronheiro; 1 Espingardeiro; 1 Mestre de Música; 8 Músicos; 1 Tambor-Mor; 1 Cavo de Tambores e 2 Pífanos.

Total de 30 homens.

- Companhia de Granadeiros ou Fuzileiros:

1 Capitão; 1 Tenente; 2 Alferes; 1 Primeiro-Sargento; 2 Segundos-Sargentos; 1 Furriel; 8 Cabos; 8 Anspeçadas; 2 Tambores e 126 Soldados. Total de 152 homens por companhia.

Resumindo:

- Estado-Maior – 30 homens;
- Primeiro Batalhão – 760 homens;
- Segundo Batalhão – 760 homens.

Num total de efetivos: 1550 homens.

Do Regimento de Artilharia n.º 4 - algumas considerações

...uma breve Cronologia (Borges)

Este Regimento de Artilharia 4 teve a sua origem no Regimento de Artilharia do Porto, criado pelo Decreto de 12 de setembro de 1763, sendo instalado em Valença.

Os Decretos de 16 de Janeiro e depois de 1 de Agosto de 1765, transferem formalmente o Regimento para Valença¹³², onde se manteve por 30 anos.

Em 1795 é enviado para Viana do Castelo, passando para o Porto nos anos de 1800 e 1801.

Em 1806 torna-se no Regimento de Artilharia n.º 4¹³³, pertencendo à Divisão do Norte.

Em 1809 deixa de ter quartel no Porto¹³⁴ e passa a ter sede em Lisboa, no quartel da Cruz dos Quatro Caminhos.

Só voltaria à cidade do Porto e ao Quartel de Santo Ovídio em 1814, no final das *Campanhas da Guerra Peninsular*.

Viria a ser extinto, em 1829, pelo decreto de 9 de julho do mesmo ano, Decreto que extinguiu os regimentos e os transformava em Brigadas.

Da sua organização, destaca-se o aumento exponencial do número de efetivos no decurso da Invasões Francesas, sendo o recrutamento maioritariamente efetuado na cidade de Braga, em vários Couros das Comarcas de Braga e de Guimarães, assim como nos concelhos de Bem Viver e Penaguião¹³⁵:

1 de janeiro de 1806 - 785 homens

Fevereiro de 1814 - 1121 homens.

¹³² Já lá se encontrava desde a sua criação.

¹³³ Decreto de 19 de Maio de 1806.

¹³⁴ Onde se encontrava desde 10 de Setembro de 1808.

¹³⁵ In *A Artilharia na Guerra Peninsular*, de João Vieira Borges, Tribuna da História.

Apêndice 5

Regimento de Infantaria nº 18 - Mapeamento de ações e lugares ¹³⁶

Travessia Espaço -Temporal do Regimento de Infantaria nº 18

(no período abordado nesta dissertação)

O fundamento da decisão da Rainha D. Maria I em construir o Quartel de Santo Ovídio para o 2.º Regimento de Infantaria do Porto foi conseguido. No entanto, sobre a sua ocupação ao longo tempo, esse propósito nem sempre se cumpriu, pois, a sua participação nos vários conflitos militares levou a grandes longos períodos de ausência do seu quartel.

Mesmo assim, foi o Segundo Regimento de Infantaria do Porto e denominado de Regimento Infantaria n.º 18 em 1806 que durante mais anos ocupou o Quartel de Santo Ovídio.

E foi com esta nova numeração identitária, que este regimento continuou a deixar nobres memórias na Cidade do Porto.

Registamos o percurso de cerca de 150 anos, realizado pelo regimento que ainda hoje perdura na memória dos portuenses e pelo qual ainda identificam o edifício.

Uma cronologia histórico-militar:

A 20 Abril 1762, é constituído, pela primeira vez, o 2.º Regimento de Infantaria do Porto¹³⁷, pela divisão do *Regimento de Infantaria da Cidade do Porto*, único corpo de Infantaria na cidade. Este desdobramento surge com a necessidade de incorporar a *Campanha da Guerra do Pacto de Família* ou *Guerra Fantástica*¹³⁸ (1762-1763) no contexto da *Guerra dos Sete Anos* (1756-1763), quando Espanha invade Portugal pela

¹³⁶ Na construção deste texto, agradecemos toda a informação cedida pelo Capitão-Tenente Vítor Mendonça, Investigador no GEAEM.

¹³⁷ No reinado de D. José I, o Regimento de Infantaria da Cidade do Porto é desdobrado em duas Unidades distintas: o 1.º Batalhão dá origem ao Primeiro Regimento de Infantaria do Porto, e 2.º Batalhão transforma-se no Segundo Regimento de Infantaria do Porto. Cf. *Decreto* de 20 de abril de 1762.

¹³⁸ Na sequência da *Guerra dos Sete Anos* que assolou a Europa devido ao conflito que opôs a Inglaterra à França, a Espanha assinou com a França o *Pacto de Família*. De forma a privar a Inglaterra de bases navais no Atlântico, a Espanha decidiu invadir Portugal, pelo que no início de maio de 1762, as tropas espanholas entraram em Trás-os-Montes, ocupando Miranda, Bragança, Chaves e Torre de Moncorvo. A *Guerra Fantástica* iniciou-se em 18 de maio quando Portugal declarou guerra à Espanha e à França devido à violação de fronteiras. Entretanto, em França foi assinada a Paz de Fontainebleau que suspendeu as operações entre Portugal e Espanha. Pelo tratado de 1763, as praças de Almeida e Chaves foram restituídas a Portugal, bem como a colónia de Sacramento ao sul do Brasil. PT/AHM/DIV/1/07 Portugal e as Campanhas da Europa - Campanha de 1762. Guerra Fantástica (1762-1762).

fronteira de Trás-os-Montes. Em resposta à invasão Espanhola é formado um exército anglo-português, com cerca de 40.000 homens, sob o comando do *Conde de Lippe*¹³⁹, onde os regimentos de infantaria para a cidade do Porto, recém-formados, foram intervenientes neste *Exército combinado*¹⁴⁰.

Terminada a Campanha e assinada a paz, em 10 de fevereiro de 1763, a maioria dos regimentos foram reagrupados.

Na cidade do Porto, por decreto de 10 de maio de 1763 houve a intensão de transformar o 2.º regimento de Infantaria em Regimento de Artilharia, mal tal não viria a acontecer. Em 12 de setembro desse ano aquele decreto foi anulado, criando-se definitivamente os dois Regimentos de Infantaria do Porto.

No mesmo dia e a partir dessa data - 12 de setembro de 1763 - o 2.º Regimento de Infantaria da cidade do Porto é instalado nos Celeiros da Cordoaria.

Pela reorganização militar de 1763, após a *Campanha da Guerra Fantástica*, no respeitante ao corpo de Infantaria, cada regimento seria organizado por 7 companhias com 101 homens cada uma, totalizando 862 homens.

Em 1776, foram acrescentadas 3 companhias a cada regimento, sendo com esta a organização que o 2.º Regimento de Infantaria viria a particular, poucos anos depois na Campanha do Rossilhão e Catalunha. (Martelo, 1980)¹⁴¹.

É ainda nesse mesmo ano enviado de guarnição para os Açores, e mais tarde para o Brasil, regressando em 1778¹⁴².

Entre 1793-1795, os dois Regimentos de Infantaria do Porto fazem parte da *Divisão Auxiliar Portuguesa*¹⁴³ enviada para apoiar o Exército espanhol na *Campanha do Rossilhão*, onde o segundo regimento de Infantaria do Porto dispunha de 690 homens

¹³⁹ *Conde Lippe*

¹⁴⁰ O 1.º Regimento de Infantaria do Porto, comandado pelo coronel D. António de Lencastre, estava empregue no Corpo na Província de Trás-os-Montes. O 2.º Regimento de infantaria do Porto, comandado pelo coronel Jorge Francisco Machado de Mendonça, pertencia ao Corpo na Província da Beira. Estes dois Corpos foram comandados, respetivamente pelo Tenente-General Cary e pelo Tenente-General Towshend.

¹⁴¹ Martelo, David Manuel de Matos. *História do Regimento de Infantaria do Porto*. Ed. RIP. Porto 1980. p. 14

¹⁴² *Idem*, p. 15

¹⁴³ A Divisão Auxiliar era composta por cerca de 5400 homens, sob o comando do Tenente-general britânico Jonh Forbes de Skellater.

comandados pelo Marechal de Campo D. João Correia de Sá¹⁴⁴, auxiliado pelo Tenente-coronel José Narciso Magalhães¹⁴⁵ e pelo Major Florentino José Correia de Mello¹⁴⁶.

Nesta altura, cada regimento estava dividido em dois batalhões tendo cada um deles, 4 companhias de fuzileiros e uma de granadeiros¹⁴⁷. O regimento tinha participado na *Campanha do Rossilhão* ainda com a organização em dez companhias, resultante do regulamento de Infantaria de 1763¹⁴⁸, mas os seus efetivos não atingiam os mil homens e parte destes não estavam fisicamente capazes para uma missão tão espinhosa.

Entre 16 a 19 setembro 1793, em Lisboa, a Divisão Auxiliar portuguesa embarca para a Catalunha, onde se incluíam os regimentos do Porto (1.º e 2.º).

O Exército Auxiliar à Corte Espanhola chega a Lisboa em 10 dezembro de 1795. Os dois regimentos do Porto regressam à sua cidade poucos dias depois.

Após o regresso a Portugal da *Divisão Auxiliar*, todos os seus regimentos foram distinguidos pelo Príncipe Regente D. João. Decretou¹⁴⁹ que nas (...) *nas Bandeiras dos regimentos se descreva para o futuro a letra seguinte: (...) Ao Valor do II. Regimento do Porto: (...)*".

Em 1801, na curta campanha da *Guerra das Laranjas* esteve em ação na zona das Beiras. Entre (1806-1807), ainda com as obras a terminarem, é alojado no Quartel de Santo Ovídio.

A 19 maio 1806, por decreto, passou a designar-se **Regimento de Infantaria n.º 18**. Por força deste Decreto, todos os regimentos deixaram de se denominar pelos nomes das terras onde tinham quartéis permanentes, ou pelos nomes dos seus comandantes, como era norma até essa data, passando a ser numerados. O RI 18 fica popularmente conhecido pelo *18 do Porto*.

Por volta de 1806-1807, ainda antes das tropas de Junot passarem a fronteira portuguesa, já o RI 18 tinha recebido ordens para aguardar instruções em Tomar para

¹⁴⁴ General com 50 anos de idade e trinta e nove de serviço. Assentou a primeira praça em 1 de março de 1754; foi promovido a Capitão em 7 de janeiro de 1761, a Tenente-coronel a 14 de março de 1762, a Coronel a 26 de junho de 1778, e finalmente graduado em Marechal de Campo por decreto de 29 de abril de 1793.

¹⁴⁵ Oficial de 49 anos de idade e trinta e um de serviço. Promovido a Coronel por decreto de 1 de setembro de 1793.

¹⁴⁶ Oficial de trinta e oito anos de idade e 18 de serviço.

¹⁴⁷ Cf. Soriano

¹⁴⁸ Revisto depois em 1776,

¹⁴⁹ Cf. Decreto de 17 de Dezembro de 1795.

combaterem tropas invasoras das unidades militares francesas e espanholas à chegada a Portugal.

A 31 dezembro de 1807, o regimento foi licenciado por ordem do General Taranco, e uma pequena parte dos seus efetivos (os mais capazes pela idade e pela capacidade física) foram integrados no 2.º Regimento de Infantaria da futura *Legião Portuguesa*, ao serviço de Napoleão e comandada pelo Coronel D. Tomás Xavier de Lima, marquês de Ponte de Lima.

Em 20 junho 1808, por Edital, o Regimento é reorganizado. Foi mandado reunir no Porto por ordem da Junta Provisional do Supremo Governo do Reino do Porto, e em 14 de Setembro de 1808 encontrava-se formalmente estabelecido¹⁵⁰ (Amaral M. , s.d.).

Entre 1808 e 1814, o Infantaria n.º 18 participa na *Guerra Peninsular* e após a última batalha travada em Toulouse no dia 10 de abril de 1814, regressa à cidade do Porto. As tropas foram recebidas com enorme júbilo por toda a população¹⁵¹. (Martelo, 1980).

¹⁵⁰ Amaral, Manuel. www.arqnet.pt

¹⁵¹ “ A Camara Municipal do Porto, associando-se com o maior entusiasmo à alegria popular, resolveu facultar a cada soldado, para melhorar a alimentação desse dia, a quantia de 800 réis; a cada cabo de esquadra, 960 réis; e a cada furriel ou sargento, 1200 réis. Aos oficiais foi oferecido um almoço de honra”. Cf. Martelo, David Manuel de Matos. “História do Regimento de Infantaria do Porto”.

INTERVENÇÕES DO REGIMENTO DE INFANTARIA N.º 18 NA GUERRA PENINSULAR¹⁵²
DURANTE OS ANOS DE 1808 ATÉ 1814 A INFANTARIA PORTUGUESA PARTICIPOU EM 164 AÇÕES DE GUERRA,
EM PORTUGAL INDO ATÉ AO SUL DA FRANÇA (PIRENÉUS)

| AÇÃO | Local | Ano | Data |
|----------|--------------------|------|----------------------------|
| BLOQUEIO | Almeida | 1808 | 16 de Julho a 1 de Outubro |
| DEFESA | Porto | | 26 a 29 Março |
| DEFESA | Ponte de Amarante | 1809 | 18 Abril a 2 Maio |
| COMBATE | Ponte de alcântara | | 10 de Junho |
| BATALHA | Buçaco | 1810 | 27 de Setembro |
| COMBATE | Redinha | | 12 de Março |
| BATALHA | Fuentes de Oñoro | 1811 | 5 de Maio |
| COMBATE | Arroyo Mollinos | | 28 de Outubro |
| DEFESA | Passagem do Tormes | 1812 | 8 a 14 de Novembro |
| BATALHA | Vitória | | 21 de Junho |
| BATALHA | Perineus | 1813 | 28 a 30 de Julho |
| BATALHA | Nivelle | | 10 de Novembro |
| BATALHA | Nive | | 9 de Dezembro |
| BATALHA | Orthez | | 27 de Fevereiro |
| BATALHA | Toulouse | 1814 | 10 de Abril |

Figura 100 - Quadro das ações militas onde o RI 18 participou nas Invasões Francesas em Portugal. (Rodrigues, 2000)

A 24 agosto 1820, sob o comando do Coronel Bernardo Sepúlveda, o RI 18, (aquartelado em Santo Ovídio), participa ativamente no *Pronunciamento Liberal do Porto*, que se conta em breves palavras:

Na manhã de 24 de agosto, as unidades de linha da guarnição da cidade - *Infantaria 18* | *Caçadores 6* | *Artilharia 4* - e *Milícias do Porto e da Maia*, formaram em parada no Campo de Santo Ovídio. Perante a tropa, o Coronel Sepúlveda e o Coronel Cabreira leram o “*Manifesto aos Portugueses*”¹⁵³ (Lousada, 2007)

Daí resultam fortes e exemplares punições para os militares, retraindo os ímpetos de revolucionários.

Entre os dias 16 e 17 maio 1828, surge nova revolta militar liberal no Porto. Na sequência dos acontecimentos para a guarnição do Porto, o RI 18 foge para a Galiza e daí segue

¹⁵² Rodrigues, Manuel A. Ribeiro, *Guerra Peninsular 1806-1815 – Infantaria*, Edições Destarte, 2000, pp.62-63

¹⁵³ O *Manifesto* continha os objetivos do ato: “*salvar a Pátria (...); manter a ordem e impedir os tumultos e a anarquia: criar um Governo Provisório e de confiança que deverá convocar as Cortes para que estas façam uma Constituição (...); conservar o rei e guardar a «Santa Religião»*” Lousada, Abílio Pires. “*O Exército e a Rotura da Ordem Política em Portugal*”, Prefácio. 2007

depois para os Açores, juntando-se às forças militares liberais de D. Pedro que já lá estavam.

Como consequência, D. Miguel Príncipe Regente, extingue o RI 18 por Decreto Real de 9 julho 1829.

A 20 Setembro 1831, o RI 18 é reorganizado em Angra do Heroísmo nos Açores¹⁵⁴, no seio do Exército Liberal ao Serviço de D. Pedro.

Em junho de 1832 dá-se o desembarque das forças militares Liberais no Mindelo, seguindo-se o período do *Cerco do Porto* até agosto de 1833 (sobejamente investigado e referenciado).

Com a *Convenção de Évora Monte* de 26 de Maio 1834, diploma assinado entre liberais e miguelistas na vila alentejana de Évora Monte (atual concelho de Estremoz), termina a *Guerra Civil Portuguesa (1828-1834)*, na qual o Regimento de Infantaria 18 também combateu ao serviço de D. Pedro.

A 18 julho 1834 muda de nome e passa a denominar-se Regimento de Infantaria n.º 11, voltando a retomar a designação de Regimento de Infantaria n.º 18 em 13 março 1835.

É transformado em Batalhão de Infantaria n.º 18 a 4 janeiro 1837, sendo-lhe atribuído o quartel permanente em Aveiro.

Ainda como Batalhão é transferido para o Porto em 26 outubro 1840, ficando aquartelado, mais uma vez, no Quartel de Santo Ovídio.

Recebe uma nova numeração a 28 novembro 1842. passando a denominar-se por *Regimento de Infantaria n.º 2*¹⁵⁵. 5 anos depois, em 1849, o governo decretara uma nova reorganização do Exército que, não foi cumprida imediatamente, nem o seria, sequer na sua totalidade. Assim, num Exército constituído por 18 regimentos, seria de novo atribuído o n.º 18 ao então Regimento de Infantaria n.º 2. Esta alteração só foi posta em prática em 1855, mantendo-se a unidade aquartelada no Porto e no Quartel de Santo Ovídio)¹⁵⁶.

¹⁵⁴ Por Decreto de 20 de setembro de 1831, Ordem do Dia, n.º 139 de 10 de outubro de 1831, p.132. Organizado no Exército Liberal e publicado nas Ordens do Dia respetivas.

¹⁵⁵ Por Decreto de 28 de novembro de 1842, Ordem do Exército n.º 56, de 15 de dezembro de 1842, p.5 De 1842 a 1855 o RI 18 viu a sua designação alterada para Regimento de Infantaria n.º 2.

¹⁵⁶ Martelo, David Manuel de Matos. *"História do Regimento de Infantaria do Porto"*. Ed. RIP. Porto 1980.

Em 24 Abril 1851 dá-se o *Pronunciamento militar no Porto*¹⁵⁷. Os Regimentos de Infantaria n.º 2 (depois novamente RI 18); n.º 6 e Caçadores n.º 2 «levantam» armas a favor do Marechal-Duque de Saldanha, amotinando a Guarnição e causando a primeira vitima – o Coronel Cardoso - Comandante de Infantaria n.º 2, que ousou opor-se.

Retoma a designação de Regimentos de Infantaria n.º 18¹⁵⁸ em 3 Fevereiro 1855. Dois anos mais tarde, 1857, sendo que o 1.º Batalhão é deslocado para Angra do Heroísmo, tendo voltado ao Porto, novamente, em 1859. Regressa aos Açores em 1860, conjuntamente com o 2.º Batalhão aquartelando-se na cidade de Ponta Delgada. Todo o Regimento permaneceu nas Ilhas Açorianas até 1862, ano em que volta novamente ao Quartel de Santo Ovídio¹⁵⁹.

Em 21 Março 1892 passa a denominar-se de Regimento n.º 18 de *Infantaria do Príncipe Real*¹⁶⁰ por Decreto de 8 de Outubro de 1892.

É-lhe retirado esse título Honorífico Monárquico¹⁶¹ no dia 8 Outubro de 1910 , retomando a denominação de Regimento de Infantaria n.º 18.

No início da República encontramos ainda o Regimento de Infantaria n.º 18 com a primeira denominação que lhe foi atribuída quando se aquartelou em Santo Ovídio, no Porto.

¹⁵⁷ Lousada, 2007. *Idem*.

¹⁵⁸ Por Decreto de 3 de fevereiro de 1855, Ordem do Exército, n.º 5 de 13 de fevereiro de 1855, p.2

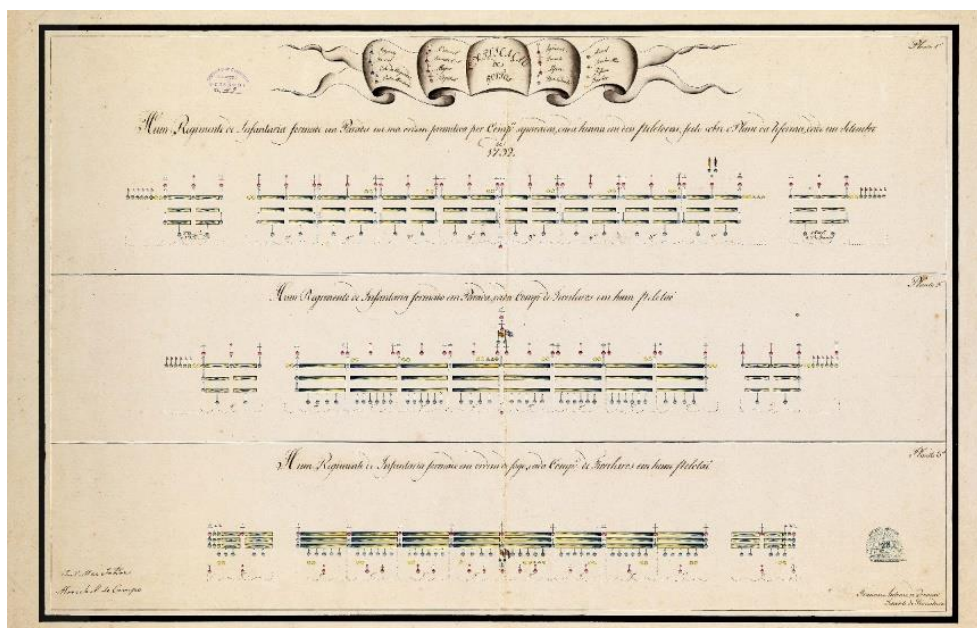
¹⁵⁹ Martelo, *idem*.

¹⁶⁰Ordem do Exército, n.º 10 de 1 de Abril de 1892.

¹⁶¹ Por Decreto de 8 de Outubro de 1910, Ordem do Exército, n.º 1, 1.ª Série, de 13 de Outubro de 1910.

Apêndice 6

Para a instrução e formatura das tropas em parada



Legenda:

Planta 1 - Um Regimento de Infantaria formado em Parada na sua ordem primitiva por Companhias separadas, cada uma em dois pelotões; feito sobre o Plano da Reforma dado em setembro.

Planta 2 - Um Regimento de Infantaria formado em Parada, cada Companhia de Fuzileiros em Pelotão.

Planta 3 - Um Regimento de Infantaria formado em ordem de fogo, cada Companhia de Fuzileiros em um Pelotão.

João Mac Intine, Marechal de Campo

Francisco António de Braun, Tenente de Granadeiros

Figura 101 – Mapa da Formatura Militar de um Regimento de Infantaria de 1792.

PT-GEAEM-4044/I-4-55-64 (DIE)

A linha de infantaria era composta por:

- Uma ou mais Brigadas;
- Cada Brigada de dois, ou mais Regimentos;
- Cada Regimento de dois Batalhões;
- Cada Batalhão de quatro Companhias de Fuzileiros e uma de Granadeiros:
 - As Companhias de Granadeiros farão um Batalhão separado na Brigada, a que pertencem quando esta [Brigada] se formar.

Um regimento de Infantaria era formado em dois batalhões, seguindo as seguintes regras:

- Das oito Companhias de fuzileiros, de que se compõe um Regimento, a 1.^a, 3.^a, 5.^a e 7.^a formarão o 1.^o Batalhão;
- A 2.^a, 4.^a, 6.^a, 8.^a formarão o 2.^o Batalhão;

Tomarão os seus lugares da direita para a esquerda na mesma ordem, pela qual vão numeradas.

- As Companhias de Granadeiros serão denominadas 1.^a e 2.^a; e estando unidas ao Regimento:
 - Tomará a 1.^a o seu lugar à direita do 1.^o Batalhão;
 - A 2.^a à esquerda do 2.^o Batalhão
- Conservar-se-á o intervalo de 24 passos entre os Batalhões; e entre estes e as Companhias de Granadeiros o intervalo de seis passos (...)

Apêndice 7

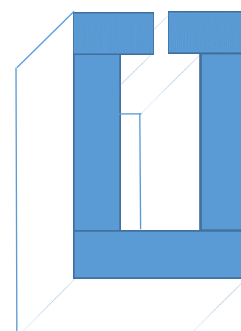
Adaptação a Quartel-general

Em **7 de Abril de 1948**¹⁶² é nomeada uma Comissão incumbida de apresentar, no prazo de 6 meses, o *Relatório Circunstanciado e Justificativo, com respetiva estimativa, quanto à obras julgadas indispensáveis*, a realizar no Quartel de Santo Ovídio.

Assim, são apresentas algumas propostas de adaptação do Quartel às novas funções, passando por acertos nas funções e, conseqüentemente, na própria organização dos seus espaços interiores:

1. QG da 1ª RM + Casa Militar do Porto

- Instalações do Quartel-General
- Instalações da casa Militar do Porto
 - Cooperativa dos Oficiais da Guarnição
 - Restaurante para Oficiais
 - Aposentos para Oficiais da Guarnição ou em transito
- Tribunal Militar do Porto
- Distrito de Recrutamento e Mobilização nº 6
- Delegação da Cruz Vermelha



A 2 de Dezembro de 1948, é entregue o relatório pedido, onde estima as obras necessárias para a instalação do QG entre 5 a 6.000 contos. Propõe a instalações das outras funcionalidades pedidas, incluindo a transferência da Casa de Reclusão¹⁶³, acrescentando mais contos 3.000 ao orçamento.

Prevvia a construção de um piso sobre as alas laterais e posteriores – criando uma volumetria de cércea¹⁶⁴ contínua.

Em **17 de Setembro de 1950** é inaugurado o Quartel do Viso – CANIFA – edificado para aquartelamento do RI 6¹⁶⁵

¹⁶² por Despacho do General Comandante da 1ª RM, General Joaquim Maria Neto

¹⁶³ Libertando o Convento de S. Bento da Vitória que se encontrava em muito más condições – arruinado.

¹⁶⁴ Designação do limite da altura de um edifício para uma rua.

¹⁶⁵ O RI 6, apesar de ocupar novas instalações no Quartel do Viso, continua responsável pelo Quartel de Santo Ovídio.

Em Auto de **12 de fevereiro de 1952**, o Quartel de Santo Ovídio – Prédio Militar nº 14 – é entregue pelo RI 6 ao Grupo de Armazéns do Porto do DGMG.

Verifica-se que na sua generalidade, o Quartel encontra-se em muito mau estado de conservação – com exceção das dependências já intervencionadas para instalação do referido grupo.

A planta¹⁶⁶ anexa ao referido Auto define a organização dos espaços pertencentes ao Grupo de Armazéns:

- 7 arrecadações na Ala Nascente
- 8 arrecadações na Ala Poente
- 1 arrecadação de 2 módulos na Ala Norte
- Edifício interior Poente - Secretaria

Um conjunto de circunstâncias e necessidades do Exército, acrescidas da degradação do imóvel, levam a alterações do Plano estabelecido em 1948 para a instalação do QG.

Em 1955 é feita nova redistribuição dos serviços aí a instalar – QG e Grupo de Armazéns e a título provisório o Centro de Operações da Defesa Antiaérea do Porto – instalando-se numa das Alas do R/Ch do corpo principal do edifício.

Foi faseada a sua mudança e instalação, decorrendo entre fevereiro de 1957 e finais de fevereiro de 1958.

Em 8 de Março de 1958 é efetivada a instalação do QG da 1ª RM para o Quartel de Santo Ovídio¹⁶⁷, com cerimónia militar e na presença de 3 membros do Governo¹⁶⁸.

Notas:

Na conceção e fiscalização destas obras de recuperação, salientam-se o empenho e dedicação do Major de Engenharia Freire Themudo e do General, oriundo de Engenharia, Frederico Maria de Magalhães Meneses Vilas Boas Vila - conhecido, entre os camaradas de armas de então, como “o artista”, pelo seu bom gosto e valiosa contribuição técnica que deu à recuperação do Salão Nobre e à residência do General Comandante.

¹⁶⁶ SIEM/QG/RMN, “PM14, Quartel de Santo Ovídio”, Tombo, Porto 10, Doc. 10, 1952.

¹⁶⁷ art.º 2 da Ordem de Serviço nº 51, de 3 de Março de 1958

¹⁶⁸ A O.S. de 11 de Março de 1958 refere que para além do Ministro da Defesa Nacional, estiveram presentes o Subsecretário de Estado do Exército e como convidado o Capitão-general da 8ª Região Militar de Espanha e do Corpo do Exército da Galiza, D. Fermin Gutierrez de Sotto (onde lhe foram impostas as insígnias da Grão-Cruz da Ordem de Avis.

As alterações ao QG tiveram sempre em vista a sua permanente adaptação às alterações funcionais que a organização do Quartel General foi sofrendo, quer visando a manutenção quer a procura constante do bem-estar do seu pessoal militar e civil.

Apêndice 8

Síntese Cronológica entre a História Militar e a História do Quartel

| Síntese Cronológica 1790 1806 1977 2006 | | | | | | | |
|---|-------------|---|---|------------------------------|--|--|--|
| 1790 | | D. Maria I determina a construção do Quartel de Santo Ovídio por Aviso Régio para aquartelar as tropas do 2º regimento do Porto | | | | | |
| 1793 | | Dá-se início à construção do Quartel de Santo Ovídio | | | | | |
| 1805 | | | | | Termina a construção do Quartel e é ocupado pelo Regimento de Infantaria 18 (antigo 2º Regimento de Infantaria do Porto) | | |
| 1806 | 21 Novembro | Napoleão decreta o <i>Bloqueio Continental</i> | | | | | |
| 1807 | 27 Novembro | Saída da família Real para o Brasil | | 1ª Invasão Francesa | | | |
| 1808 | 30 Agosto | Guerra Peninsular | Assinatura da <i>Convenção de Sintra</i> | Junot | | | |
| 1809 | | | | 2ª Invasão Francesa Soult | | | |
| 1810 | | | | | | | |
| 1812 | | | O Czar Alexandre “rompe” o <i>Bloqueio Continental</i> | 3ª Invasão Francesa | | | |
| | 24 Junho | | Napoleão inicia <i>Campanha da Rússia</i> , com a travessia do Rio Neman | Masséna | | | |
| | 7 Setembro | | <i>Batalha de Borrodino</i> – a maior e mais sangrenta batalha das guerras napoleónicas | | | | |
| 1814 | 24 Agosto | | Início do <i>Congresso de Viena</i> | | | | |
| 1815 | 18 Junho | <i>Batalha de Waterloo</i> | | | Inspeção Militar ao Quartel de Santo Ovídio | | |

| | | | | | | | | | |
|-------------|----------------|---|--|-------------------|--|--|--|--|--|
| 1817 | 18 Outubro | Execução de Gomes Freire de Andrade | | | | | | | |
| 1820 | 24 Agosto | <i>Revolução Liberal do Porto</i> | | | | | | | |
| 1822 | | Constituição de 1822 | | | | | | | |
| 1826 | 10 Março | Morte de D. João I <i>Carta Constitucional</i> | | | | | | | |
| 1828 | | | | Lutas internas | | | | | |
| 1831 | 7 Abril | <i>Cerco do Porto</i> | D. Pedro IV abdica do trono a favor da filha, D. Maria II. | | | | | | |
| 1832 | 8 Julho | | <i>Desembarque do Mindelo</i> | | | | | | |
| 1834 | 26 Maio | | <i>Convenção Évora-Monte</i> | | | | | | |
| | 24 Setembro | | Falecimento de D. Pedro IV | | | | | | |
| | 30 de Setembro | D. Maria II é proclamada Rainha de Portugal | | | | | | | |
| 1836 | Setembro | <i>Revolução de Setembro</i> | | | | | | | |
| | 4 a 5 Novembro | <i>Belenzada</i> – contragolpe de inspiração cartista, como reacção à Revolução de Setembro, encontra no Duque da Terceira o seu maior apoiante. | | | | | | | |
| | 10 Dezembro | <i>Abolição da Escravatura</i> | | | | | | | |
| 1842 | 27 Janeiro | <i>Golpe de Estado de Costa Cabral</i> | | | | | | | |
| 1846 | Abril Maio | <i>Revolta da Maria da Fonte</i> | | Lutas internas | | | | | |
| | Outubro | Início das <i>Lutas da Patuleia</i> | | | | | | | |
| 1884 | 19 Novembro | Início da <i>Conferencia de Berlim</i> – as potencias coloniais procuraram organizar a ocupação dos Territórios Africanos. | | | | | | | |
| 1886 | | Publicação do <i>Mapa Cor-de-Rosa</i> . | | | | | | | |
| 1890 | 11 Janeiro | <i>Ultimatum Inglês:</i> O Governo Britânico entrega a Portugal um ultimato para a retirada das forças militares portuguesas estacionadas no território compreendido | | | | | | | |

| | | | | | | | |
|-------------|-------------------|--|---|--|--|--|--|
| | | entre as colónias de Moçambique e Angola. | | | | | |
| | | Composição de <i>A Portuguesa</i> – futuro Hino Nacional. | | | | | |
| 1891 | 31 de Janeiro | | | Deste quartel saiu a Revolução do 31 de Janeiro de 1891, às 4 h. da manhã. | | | |
| 1908 | 1 Fevereiro | <i>Regicídio</i> – o rei D. Carlos I e o Príncipe Herdeiro D. Luís, são assassinados por ativistas republicanos. | | | | | |
| 1910 | 5 Outubro | <i>Implantação da Republica.</i> | | | | | |
| 1914 | 28 Junho | Guerras Mundiais | Assassinato do Arquiduque Francisco Fernando, herdeiro do Imperio Austro-húngaro | | | | |
| | 28 Julho | | Declaração de Guerra do Imperio Austro-húngaro à Sérvia, dando início à <i>1ª Guerra Mundial.</i> | | | | |
| 1916 | 25 Fevereiro | Guerras Mundiais | Portugal apreende todos os navios alemães atracados nos portos portugueses. | | | | |
| | 9 Março | | A Alemanha declara guerra a Portugal. | | | | |
| 1918 | 11 Novembro | Guerras Mundiais | Assinatura do <i>Armistício de Compiègne</i> , que coloca um fim à 1ª Guerra Mundial. | | | | |
| 1919 | Junho a Fevereiro | Guerras Mundiais | Revolução monárquica designada por " <i>Monarquia do Norte</i> ". | | | | |
| 1939 | 1 Setembro | Guerras Mundiais | Início da <i>II Guerra Mundial</i> . Alemanha invade a Polónia. | | | | |
| 1941 | 7 Dezembro | Guerras Mundiais | Ataque das forças Japonesas a <i>Pearl Harbour</i> . Os EUA entram na | | | | |

| | | | | | | | | |
|-------------|--------------------|-----------------------------|---|---|--|--|--|--|
| | | | Guerra e o conflitos assume um cariz mundial. | | | | | |
| 1945 | 7 Julho a 2 Agosto | | <i>Conferencia de Postdam</i> | | | | | |
| | 2 Setembro | | A Rendição do japão marca o fim da II Guerra Mundial. | | | | | |
| 1949 | | Entrada de Portugal na Nato | | | | | | |
| 1958 | | | | Sede da 1ª Região Militar ¹⁶⁹ | Quartel de Santo Ovídio - Exposição Histórico-Militar, homenagem a Mouzinho de Albuquerque no 1º centenário do seu nascimento. | | | |
| 1961 | 15 Março | Guerra de Ultramar | Início da sublevação em Angola. | | | | | |
| 1963 | Janeiro | | Início da sublevação na Guiné. | | | | | |
| 1964 | 24 e 25 Setembro | | Início da sublevação em Moçambique. | | | | | |
| 1970 | | | | | | | | |
| 1974 | 25 Abril | | | Revolução de Abril. O fim do império. | Toma a designação de Região Militar do Porto | | | |
| 1975 | | | | Passa a designar-se Região Militar do Norte. Decreto-Lei nº 181/77 de 4 de Maio | | | | |
| 1993 | | | | | Passa a alojar o Comando e Quartel-General da Região Militar do Norte (RMN) | | | |
| 2006 | 15 de Julho | | | | QG extinto em 15 de julho de 2006 pelo Despacho 130/CEME/2006 de 20 de Junho | | | |
| | 25 Setembro | | | | É "Sede" do Comando do Pessoal do Exército (25 de setembro de 2006) | | | |

¹⁶⁹ 1ª Região Militar – criada na reorganização de 1926 que extingue as Divisões e organiza o território em Regiões Militares.

Apêndice 9

A Praça de Santo Ovídio



O nome inicial de "**Praça de Santo Ovídio**" deveu-se a uma capela de invocação de São Bento e de Santo Ovídio que, desde meados do século XVII, existia junto à estrada de Braga.

Após a insurreição militar de 1 de maio de 1851 que levou à queda de Costa Cabral, o largo adotou o nome de "**Campo da Regeneração**". Com a implantação da República em Portugal, em 1910, o seu nome foi alterado para **Praça da República**, pela importância que o logradouro tivera na

Revolta de 31 de Janeiro de 1891

Postal de 1940

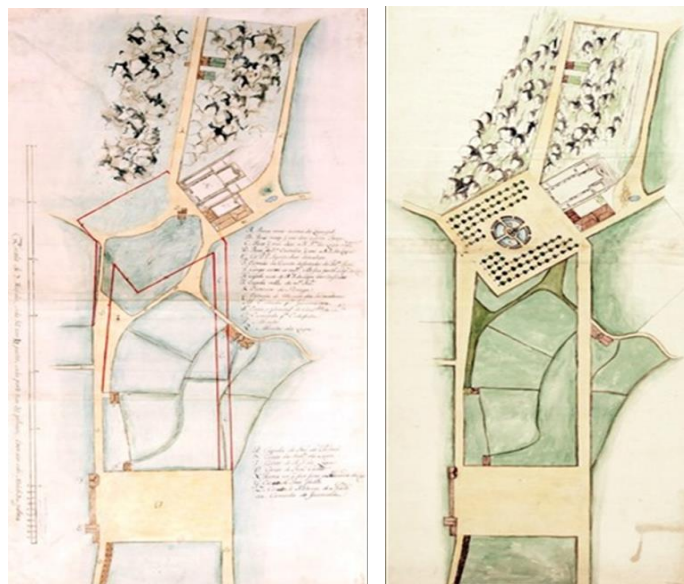
| Evolução das denominações atribuídas à Praça de Santo Ovídio | | |
|--|------------------------------|---|
| Data | Nome | Justificativa |
| Inicialmente | Largo de Santo Ovídio | Existência de capela de invocação a Santo Ovídio |
| 1873 | Campo de Santo Ovídio | Após a construção do Quartel |
| 1820 | Campo da Regeneração | Após o golpe de 24 de Agosto |
| 1823 | Campo de Santo Ovídio | |
| 1826 | Campo da Regeneração | Reposta a Carta Constitucinal |
| 1828 | Campo de Santo Ovídio | Por ter desaparecido a constituição |
| 1835 | Campo da Renereção | Após a vitória dos liberais |
| 1851 | Praça da Regeneração | Após a insurreição militar de 1 de maio de 1851 que levou à queda de Costa Cabral |
| 1910 | Praça da República | Com a implantação da República em Portugal - pela importância que o logradouro tivera na Revolta de 31 de Janeiro de 1891 |

Apêndice 10

O Lugar escolhido – A Praça de Santo Ovídio

A Praça de Santo Ovídio, rematava a norte a Rua do Almada (inicialmente Rua Nova das Hortas), traçada em 1761, integrada na expansão urbana da abertura da cidade a norte, promovida por João de Almada e Melo, já referido.

Num registo de meados do século XVIII, observa-se o traçado de uma praça quadrada em frente da Capela de N. Sr.^a da Lapa, articulando-se com a Rua do Almada e a Rua Mártires da Liberdade (antiga Rua de Santo Ovídio) com a Rua de S. Brás (antiga estrada para Guimarães) e a Rua de Antero de Quental (antiga estrada para Braga).



Legenda na planta à esquerda:

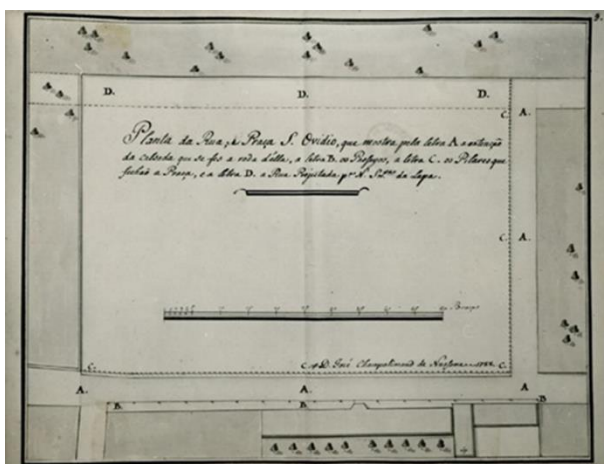
| | |
|--|--|
| A - Praça nova acima do Laranjal | N - Cazas e quintal do Contador da F. real |
| B - Rua nova q vai dar a dita Praça | O - Caminho p. ^a Cedofeita |
| C - Rua q vai dar a N. Sr. ^a da Lapa após o Laranjal | P - Monte |
| D - Rua de S.to Ovidio que vai dar a N. Sr. ^a da Lapa | Q - Monte da Lapa |
| E - Os PP Agostinhos descalços | R - Capella do Sr. ^o do Padrão |
| F - Entrada da Quinta do Contador da Fazenda Real | S - Cazas da Irm.de da Lapa |
| G - Campo entre as cazas e lhe fica frente | T - Cazas de N. Sr. ^a da Lapa |
| H - Capela nova de N. S. da Lapa das Confissões | U - Cazas de João Coelho |
| I - Capela velha de N. ^a Sr. ^a | X - Forma em q deve ficar a Alameda da Lapa |
| K - Estrada de Braga L - Estrada do Monte dos Lavradores | Y - Cazas de João Coelho |
| M - Estrada para Guimarães | Z - Caza de Antonio de Pinho a caminho de Germalde |

Figura 102 - Estudo da nova praça ao cimo da Rua de Santo Ovídio, com o traçado projetado para novas ruas e para uma alameda junto à Capela da Lapa e Estrada de Braga. S/d. Meados do sec. XVIII¹⁷⁰.

¹⁷⁰ AHMP

Este primeiro projeto foi abandonado para se regularizar o Campo de Santo Ovídio¹⁷¹ e aí abrir a Praça de Santo Ovídio, constituindo o remate norte da Rua do Almada traçada em 1761, símbolo de expansão urbana e de abertura da cidade a norte, promovido por João de Almada e Melo (1703-1786).

Champalimaud de Nussane em 1788, desenha uma planta com o seu traçado, onde podemos observar o primeiro desenho desta praça.



Legenda:
 Planta da Rua e Praça S. Ovidio, que mostra pela
 letra A. a extensão da estrada eu se fes a roda d'ella
 letra B. os Projectos
 letra C. os Pilares que fechão a Praça
 letra D. a Rua Projectada p.^o N. Sn.^o da Lapa

Figura 103 - Planta da Praça de Santo Ovídio realizada por D. Jozé Champalimaud de Nussane em 1788.

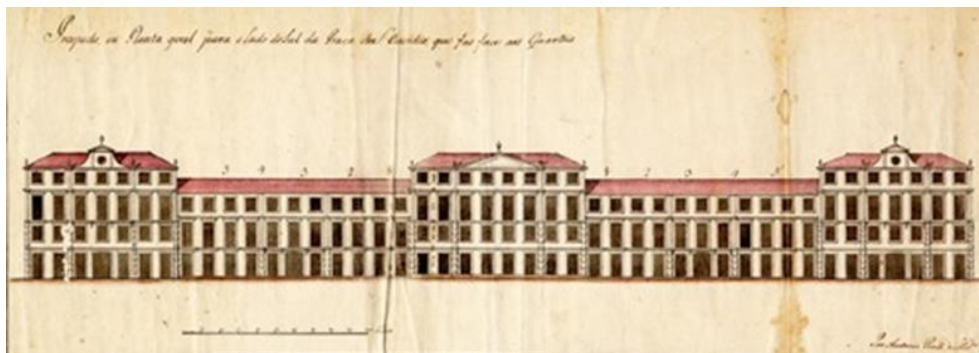
Esta ideia inicial, demonstra a inspiração neoclássica da época, tendo por base a intenção de desenhar todas as fachadas envolventes da Praça, como ocorre nas várias propostas apresentadas por Champalimaud de Nussane (1730 -1799), António Pinto de Miranda e Ignácio Barros Lima (1764-183?).



Legenda:
 Tenente Coronel D. Joze (Paul Joseph) Champalimaud de Nussane,
 Prospecto Geral das Casaz projectadas, no lado do Sul, da Praça de S.to Ovidio, por Ordem do Ill.ma Junta
 das obras Publicas, sendo Presidente d'ella o Ill.mo S.orM.el Fran.co da Silva Veiga Magro de Moura
 Chanceler da Caza e Relação do Porto. Em Julho de 1794

Figura 104 - Alçado de conjunto do lado sul da Praça de Santo Ovídio de Champalimaud de Nussane.

¹⁷¹ designação proveniente do Hospício de Santo Ovídio que lhe ficava nas imediações.



Legenda: *Prespecto ou Planta geral para o Lado do Sul da Praça de S. Ouidio que faz faces aos Quartéis, 1795.*

Figura 105 - Alçado de conjunto do lado sul da Praça de Santo Ovídio de António Pinto de Miranda.



Legenda: *Esta Planta Mandou Fazer o Ill.mo e Ex.mo S.or C. Pedro de Mello Breyner [1751-1830], Para servir de Geral ao lado oposto ao Quartel de S.to Ouidio, e que esta fosse feita com atenção aos edificios já feitos e que a porta larga A. Que se acha já edificada se regularia perpendicular a superior assim como B. que lhe fará simetria. Anno 1807.*

Figura 106 - Proposta de Alçado de conjunto do lado sul da Praça de Santo Ovídio de Luiz Ignacio de Barros Lima¹⁷².

Não são conhecidas propostas de alçados de conjunto para os lados poente e nascente da praça, supondo-se assim não terem sido desenhados segundo a *poética neoclássica de embelezamento da cidade*, em vigor à data.

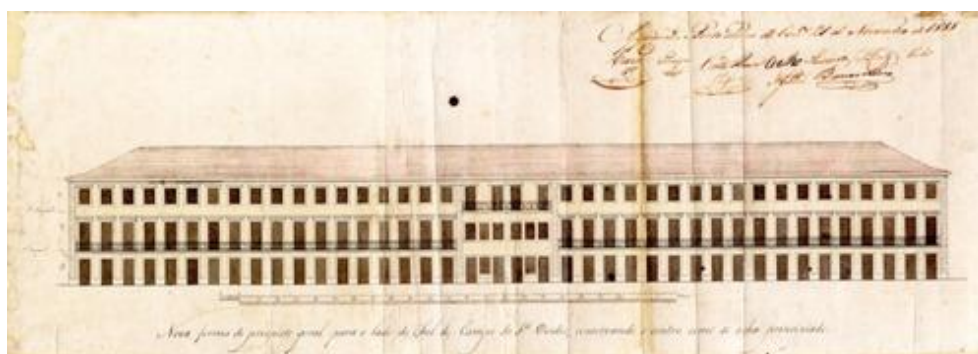
Na proposta de Barros Lima - *conservando o centro como se acha principiado* – como se lê na legenda do seu desenho, iniciando a nova política urbana instaurada pelas conquistas dos liberais, passando a permitir que cada proprietário possa decidir o desenho da sua habitação.

¹⁷² AHMP

Esta prática passa então a ser anunciada como se verifica num anúncio de 1839 para a venda de uma capela (capela de Santo Ovídio?) no *Annunciador Portuense*¹⁷³.

QUEM quizer comprar huma Capella, a qual se acha profanada, e destelhada, sita no Campo da Regeneração, (vulgo de S.to Ovídio) com bastante terrêno para edeficar huma morada de casas, ou para armazém, falle com o dono desta Imprensa o qual lhe dará os precizos esclarecimentos.

Annunciador Portuense, n.º30 Quinta Feira 28 de Novembro, Anno 1839.



Legenda: *Nova forma do prospeto geral para o lado do Sul do Campo de S.º Ovidio, conservando o centro como se acha principiado. Approvada. Porto Paços do Con.º 21 de Novembro de 1838.*

Figura 107 - Novo Alçado de conjunto do lado sul da praça, desenhado por Luiz Ignacio de Barros Lima¹⁷⁴.

Concluída a construção do quartel, por volta de 1805 ou 1806, a praça é regularizada como *Praça de Armas do Quartel*, servindo assim para os múltiplos exercícios militares e também para diversos eventos e manifestações públicas.

Na *Planta Redonda de George Balck*¹⁷⁵, elaborada por razões militares durante a Guerra Peninsular e publicada em 1813, pode ler-se:

¹⁷³ *Annunciador Portuense* foi uma publicação da Imprensa Nacional Portuense criado em 1839.

¹⁷⁴ AHMP.

¹⁷⁵ É a mais antiga planta que se conhece da cidade do Porto. Foi desenhada para fins militares. A sua autoria é atribuída a *George Balck*. Foi em Londres, a 12 de agosto de 1813. É posteriormente publicada em Lisboa, já com algumas correções.

Não se conhece a planta original nem os esboços para a sua elaboração, embora na época, e em diversos momentos, várias personalidades se referiam a outros estudos e plantas de pormenor da cidade.

Pormenor de Cidade do Porto Dedicada ao Ill.^{mo} Sr. Brigadeiro Gen. Sir Nicolao Trant¹⁷⁶ Comendador da ordem da Torre e Espada, Encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto, pelo George Balck/ Assistente do Quartel Mestre General do Exercito Britanico.

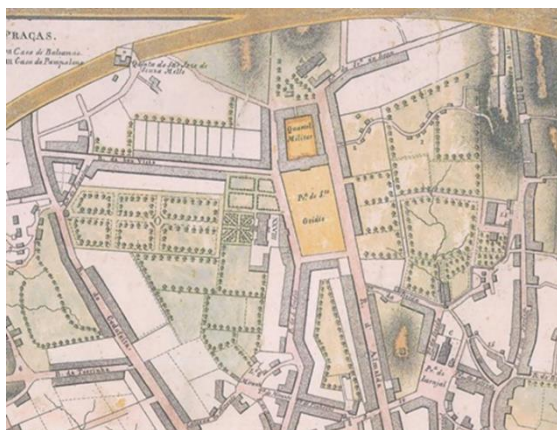


Figura 108 - Extrato da Planta Redonda de George Balck¹⁷⁷.

No *Plano da Cidade do Porto* de José Francisco de Paiva¹⁷⁸ responsável pela obra do quartel, a Praça de Santo Ovídio é cartografada entre 1818 e 1824.

¹⁷⁶ Brigadeiro-general Sir Nicholas Trant, comendador da Ordem da Torre e Espada e encarregado do Governo das Armas do Partido do Porto. Trant acompanhou o general Wellesley, durante a 2.^a invasão francesa a Portugal. Enquanto o general persegue os franceses até à fronteira, Trant fica no Porto a organizar a cidade. É nomeado encarregado pelo próprio Wellesley, no dia seguinte à sua chegada ao Porto, em 13 de maio de 1809, permanecendo no cargo até 1814. No entanto, e tendo em conta as vicissitudes da guerra, de facto, exerce o cargo de 1811 a 1814. Problemas de saúde, levam-no a pedir a demissão. Trant obteve a Comenda da Ordem da Torre e Espada em virtude da bravura e competência demonstrada na conquista da cidade de Coimbra aos franceses com um pequeno exército constituído somente por soldados portugueses. Em sua honra ainda viu serem cunhadas duas moedas em ouro. Faleceu em Inglaterra em novembro de 1839. In [PortoDesaparecido/posts/sobre-a-planta-redonda-de-george-balck](#)

¹⁷⁷ George Balck (1781-1815), foi assistente do quartel-mestre general do exército britânico que integrou o exército luso-britânico durante, pelo menos, a 2.^a invasão francesa, em 1809.

¹⁷⁸ *Plano da Cidade do Porto* (c.1818-24) elaborado por José Francisco de Paiva.



Figura 109 - José Francisco de Paiva, Pormenor do Plano da Cidade do Porto.

São planeadas nesta planta vários arruamentos que partiriam dos quatro cantos da Praça de Santo Ovídio. Destacam-se o prolongamento da rua da Boavista para poente e a futura rua Nova do Duque do Porto (hoje rua João das Regras) para nascente no seu canto oposto. A sul, rematando a rua do Almada para nascente, forma-se a rua Gonçalo Cristóvão¹⁷⁹, abertas a partir de 1839. A praça assiste a diversos feitos militares.

A 24 de Agosto de 1820 ouviram-se gritos à constituição e às cortes, como refere Pinho Leal:

1820 — (24 de agosto) — Tem lugar no Porto a revolta que acclama a (futura) constituição, por isso chamada de 1820.

A guarnição militar da cidade constava dos — regimentos de artilheria nº 4, dos de infantaria nº 6 e 18, da guarda real da policia do Porto (que eram tres companhias de infantaria e uma de cavallaria) e dos regimentos de milícias do Porto e da Maia.

Estes corpos reuniram-se no vasto Campo de Santo Ovídio (ao qual, desde 1834, por este facto, se deu o nome de Campo da Regeneração.)

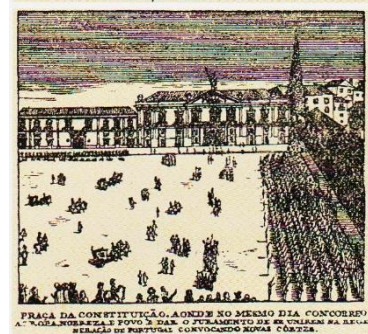
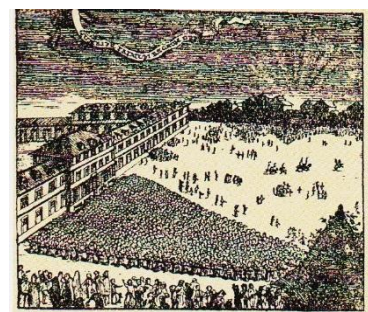
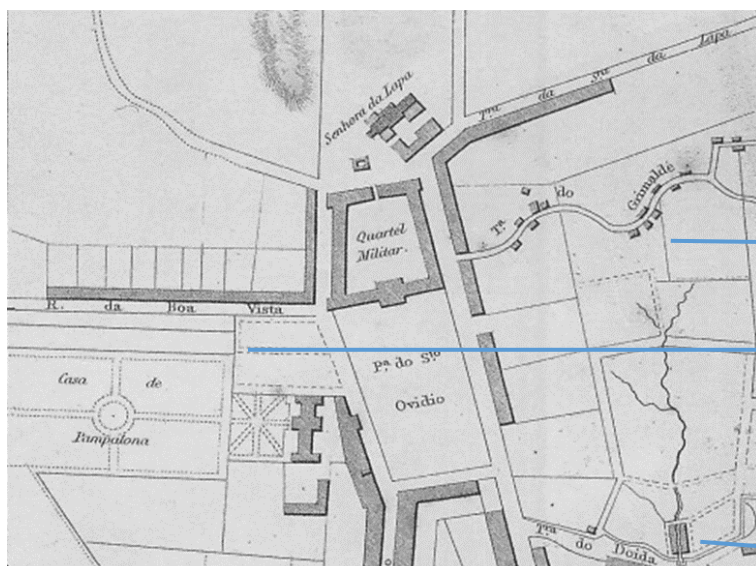


Figura 110 - A Tropa ouvindo a primeira Missa na Praça da Regeneração em 24 d'Agosto de 1820¹⁸⁰. (Vitorino, 1932).

¹⁷⁹ Estas duas ruas são implantadas na então Quinta de Santo António do Bonjardim, pertencente a Gonçalo Cristóvão. Daí a atribuição do nome a uma delas.

¹⁸⁰ In Pedro Vitorino (1882-1944), Iconografia Histórica Portuense. Edição Maranus. Porto, 1932.



A Quinta do Bonjardim está ainda por urbanizar.

Quinta de Santo Ovídio aparece indicada como *Casa de Pamplona*, o nome do então proprietário.

Marcação da linha de água e a fonte na *Travessa da Doida* (depois rua de Liceiras e actual Rua Alferes Malheiro).

Figura 111 – Pormenor da Planta de Oporto (Porto), 1833.
Planta de William Barnard Clarke¹⁸¹ (1807–1894).

Com o fim do Cerco do Porto, a Câmara Municipal determina a alteração de designação da praça, passando de Praça (Campo) de Santo Ovídio a Praça (Campo) da Regeneração, evocando assim o papel desempenhado a 24 de agosto de 1820.

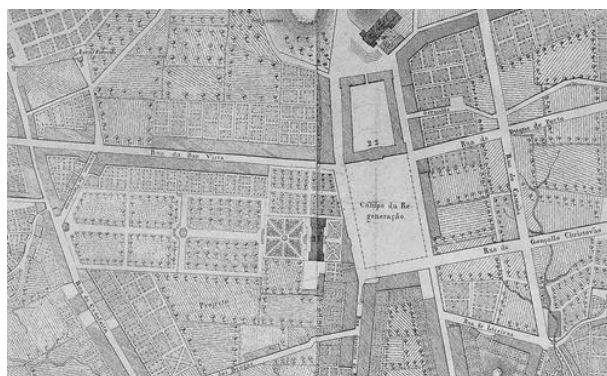


Figura 112 - Pormenor da Planta topográfica da Cidade do Porto, 1839 de Joaquim da Costa Lima Júnior.

¹⁸¹ William Barnard Clarke (1807–1894) foi médico, arquiteto, arqueólogo inglês. O seu principal interesse era a arquitetura. Um artista de esboço talentoso, publicou uma coleção de mapas de cidades europeias.

Na *Planta Topographica da Cidade do Porto*¹⁸² de 1839 de Costa Lima Júnior¹⁸³ (1806-1864) já se lê Campo da Regeneração, a rua da Boavista prolongada em direção à rua de Cedofeita, e a rua dos Bragas já se encontra traçada. Para nascente, na Quinta do Bonjardim estão desenhadas a rua de Gonçalo Cristóvão e a rua Duque do Porto. No sentido sul-norte a rua de Camões num traçado ortogonal bem definido.

A Praça ao longo do século XIX pouco se alterou, contrariando as intenções dos Almadás em edificar uma praça monumental segundo as regras neoclássicas da época.

Os acontecimentos político-militares com repercussões económicas e sociais das quatro primeiras décadas, não permitiram ao poder central e local investir na expansão da cidade.

Desta forma, a praça apenas foi sendo edificada a nascente e a sul, com construções maioritariamente para habitação da burguesia portuense com algum poder económico¹⁸⁴.

Comparando a planta de 1865 com a planta de 1892, constata-se que a partir dos meados do século XIX a praça manteve sensivelmente a mesma estrutura, marcada pela presença da Quinta de Santo Ovídio¹⁸⁵ e do Quartel de Santo Ovídio.

¹⁸² Apresenta a consolidação urbana das zonas já identificadas nas plantas da cidade anteriores. Representa as novas intervenções urbanas – são elas: o prolongamento para oeste da rua da Boavista; a zona entre a rua da Torrinha e a rua dos Quarteis (hoje de D. Manuel II); toda a área em torno da praça da Regeneração (hoje da República); a praça do Laranjal que passa a Trindade; a rua da Restauração que se abre a partir de 1825; toda a zona do Largo do Carmo; o jardim de São Lázaro e a praça da Alegria; a demolição da muralha na Ribeira e a abertura da rua Ferreira Borges; o largo de Santo Elói e a praça de D. Pedro.

¹⁸³ Joaquim da Costa Lima Júnior (1806-1864) foi Arquiteto, Urbanista e Professor na Academia Portuense de Belas Artes.

¹⁸⁴ Em *Clotilde*, um romance de *Ephigenia do Carvalho*, uma das personagens habita com a família numa casa no Campo de Santo Ovídio. Pode-se ler: *Um crime conduz a outro. Bernardino de Mello, sua mulher e filho, viviam no Porto, e ocupavam uma bonita casa no campo de Santo Ovídio, hoje da Regeneração. A casa está ricamente mobilada; e dentro della tudo atesta a grande riqueza dos seus habitantes. Era por uma manhã de dezembro de 1847...*

¹⁸⁵ Também designada por Quinta do Pamplona, Quinta do Visconde de Beire ou Quinta de Resende.

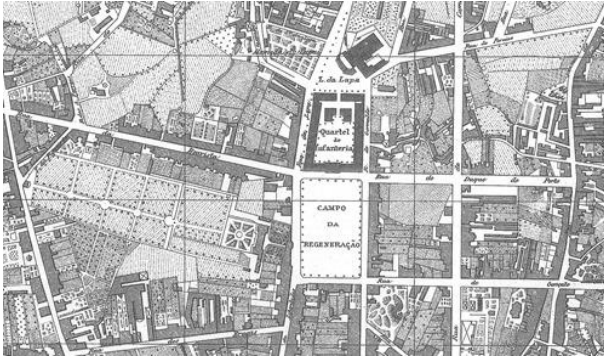


Figura 113 - O Campo da Regeneração em 1892. Pormenor da *Carta Topographica da Cidade do Porto*, de Augusto Gerardo Telles Ferreira.



Figura 114 - O Campo da Regeneração em 1865. Pormenor da *Planta da Cidade do Porto* por F. Perry Vida

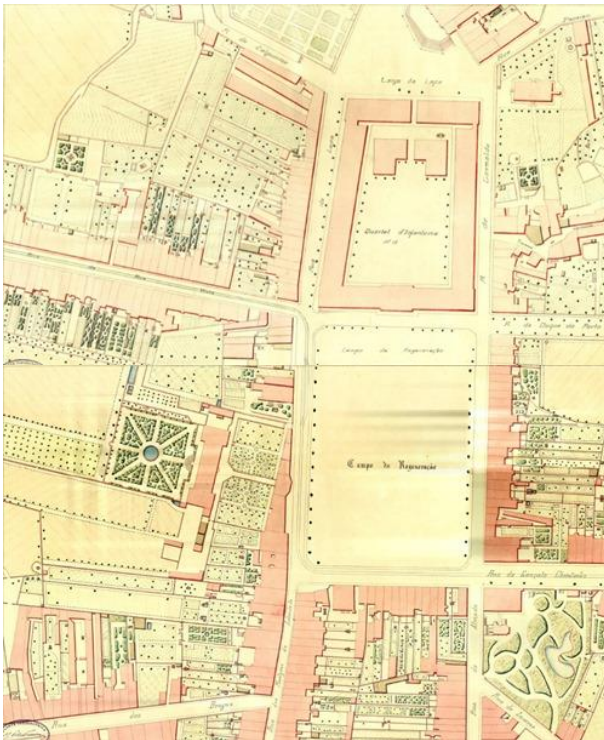


Figura 115 - O Campo da Regeneração. Quadrículas 253 e 254 à escala 1:500 da *Carta Topographica da Cidade do Porto*, de Augusto Gerardo Telles Ferreira. 1892

Apêndice 11

Dimensões / Questões de trabalho / *O Quartel veste o Regimento*

| Património | Património Tangível | Património Intangível |
|---------------|---------------------|-----------------------|
| Cultural | Construído | |
| | Arquitetónico | Histórico |
| Histórico | Artístico | Militar |
| Militar | Documental | Vivências |
| Construído | Registos | Quotidianos |
| Arquitetónico | Legislação | Acontecimentos |
| Artístico | Regulamentos | Quartel/Praça |

| Património Intangível | | | |
|-----------------------|---|---------------------------------------|---|
| Tipo de Património | Cronologias | Orgânica | Tecnologia |
| Histórico | 1790-1814 Projeto-Guerra Peninsular | 2º Reg. de Infantaria do Porto | Sistemas de armamento/ Continuidade/ Fechos de Pederneira/Alma lisa, etc. Plano de Uniformes de 1806/1809 |
| Militar | 1815-1832 | Reg. de Infantaria | Sistemas de armamento/ Continuidade/ Fechos de Pederneira/Alma lisa, etc. |

| | | | |
|-----------------------|--|--|--|
| | De Beresford ao Desembarque de D. Pedro | 18/Reg. de Artilharia 4 | Transformações de uniformes de 1815 |
| Vivências | 1832-1834 Cerco do Porto e Guerra Civil | Reg. de Infantaria 18/Batalhão de Voluntários Provisórios de Santa Catarina (?) | Sistemas de armamento/ Continuidade/ Fechos de Pederneira/Alma lisa, etc. Plano de Uniforme de 1834 |
| Quotidianos | 1835-1850 Setembrismo à Guerra da Patuleia | Batalhão de Infantaria 18 (1837...) Reg. de Infantaria 18/+ | Sistemas de armamento/ Continuidade/ Fechos de Pederneira/Alma lisa, etc. Plano de Uniformes de 1848 |
| Acontecimentos | 1851-1891 Da Regeneração ao 31 de Janeiro | Reg. de Infantaria 18/+ | Mutações de sistemas de armamento/ Fecho de Percussão/Fecho de retrocarga/Fecho de Ferrolho/Raiamento/Repetição Plano de Uniformes de 1856 Plano de Uniformes de 1868 Plano de Uniformes de 1886 |
| Quartel/Praça | 1892-1908 Da Crise ao Regicídio | Reg. de Infantaria 18/+ | Mutações de sistemas de armamento/ Fecho de Ferrolho/Raiamento/Repetição/Fogo Automático Plano de Uniformes de 1892 |
| Memória | 1908-1910 Do Apaziguamento ao final da Monarquia | Reg. de Infantaria 18/+ | Mutações de sistemas de armamento/ Fecho de Ferrolho/Raiamento/Repetição/Fogo Automático |

| | | | |
|--|--|--|-------------------------------------|
| | | | Transformações de uniformes de 1904 |
|--|--|--|-------------------------------------|

| Património Tangível | | | |
|----------------------------|---|--|---|
| Tipo de Património | Urbanismo | Salubridade | Sociedade |
| Construído | Mutações no espaço interno | Mutações estruturais | Quadro social interno coletivo |
| Arquitetónico | Mutações no espaço externo | Mutações de hábitos (?) | Quadro social interno individual |
| Artístico | Geometrias - O espaço construído e o vazio da Praça | Inspeções Médicas Militares | Interação com a envolvente próxima |
| Documental | Na Cidade Nova - Eixos Reguladores - Padronizar a Obra Publica | Aspetos da qualidade do espaço físico Luz Arejamento Humidade | Interação com a envolvente projetada |
| Registos | Com o crescimento da cidade | Questões de Higiene - Latrinas - Instalações Sanitárias - Banho/ Balneários - Higiene; limpeza; asseio | Visões da memória - Da sociedade em relação ao Quartel - Do coletivo militar interno |

| | | | |
|--------------------------------|---|--|---|
| Legislação | Simbólico <ul style="list-style-type: none"> ▪ Represent. do reino ▪ Represent. da defesa e da ordem publica ▪ Represent. | Água <ul style="list-style-type: none"> - Condução - Armazenamt. - Distribuição | Mutações |
| Regulamentos | Desenho Urbano <ul style="list-style-type: none"> ▪ articulação da Praça com o edifício | Saneamento <ul style="list-style-type: none"> - Lixos - Canalização E tratamento de esgotos | Geometrias Humanas/Manobra/Exterior |
| Cartografia | Orgânica do espaço publico simbólico | | Evolução Uniformológica |
| Desenhos Arquitetónicos | Elemento orientador na mobilidades da cidade | | Imagem Exógena (imagem com que o quartel se apresenta à sociedade) |
| Registos fotográficos | Politica Pombalina | | |
| Quartel / Praça | | | |
| Armamento | | | |
| Uniformes | | | |
| Equipamento | | | |
| Geometrias | | | |
| Imagem Exógena | | | |

| | |
|------------------------|--|
| Funcionalidades | A d a p t a ç õ e s do edifício no espaço interior |
| | Adaptações do edifício nas circulações internas |
| | Adaptações do edifício no espaço exterior |
| | Ocupação do espaço |
| | O quê ? Para quem ? Como ? |
| | Geometrias |
| | Mutações (em geral) |

Apêndice 12

Feitos militares com repercussões sociais

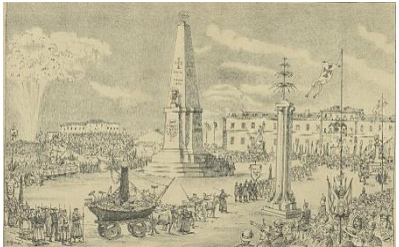
A localização do Quartel no Campo de Santo Ovídio abre este espaço urbano a manifestações de vertentes diversas desde a sua formação. Verificaram-se constantes manifestações de ordem cultural, política, religiosa e militar, tanto através de manobras de treino revelando à população a sua ação na cidade, ou mesmo como palco de concentrações militares, de revoluções ou prenúncios e sidéricos.

Assim veem a verificar-se um conjunto de acontecimentos sociais de origem militar, com impacte na Cidade do Porto e mesmo no próprio País, visto aqui como uma consequência da própria construção do Quartel, conferindo-lhe a marca de centralidade política.

Algumas manifestações passadas no Campo de Santo Ovídio e suas imediações:

| Ano | Data | Ação | Consequência |
|------|-------------------------------------|---|--|
| 1807 | | Dissolução do RI 18 | |
| 1808 | 14 de Maio Dia do QG da RMN. | Movimento restaurador de junho de 1808 200 artilheiros, comandados pelo Capitão João Mariz Sarmento, do RA 4 aquartelado em Viana do Minho, entram no Porto, instala-se no QSO para auxiliar contra os Franceses e Espanhóis. Ganha a batalha, os soldados do RA 4 trepam ao “frontão” do Quartel de Santo Ovídio, armados de picões e baionetas e destapam as armas reais, aclamando o Príncipe Regente D. João VI. Nos Castelos de S. João da Foz, Castelo do Queijo e de Castelo de Matosinhos é içada a Bandeira Nacional. Uma cantiga da época registava: “Das lusas Quinas choveram ígneas setas Que levaram à morte a inimigos feitos; E da grande vitória, que alcançaram Ao Douro canta a Fama heroicos feitos” Fica definida a data da Restauração do Governo de Bragança – 18 de Junho de 1808 | 1ª Invasão Francesa <ul style="list-style-type: none">• Prisão dos invasores Franceses• Retiradas das tropas Espanholas Tentativa da Restauração do Reino insubmissão napoleónica perante a Ocupação Francesa Consequência: criação das Juntas do Governo ¹⁸⁶ por todo o país. Ação na Praça de Santo Ovídio: Perante uma peça de artilharia do Quartel colocada no Campo de Santo Ovídio, o <i>tenente Macedo, desembainhando a sua espada e atirando ao ar a barretina, gritou: Viva o Príncipe Regente Nosso Senhor!</i> ao que responderam soldados e populares com <i>mil vivas e gritos de alegria, que retiniam nos ares, arremessando igualmente os seus chapéus.</i> Correndo ruas abaixo em direção à <i>Cidade Velha</i> , arrojando outras peças de artilharia do quartel e lançando-as ao Rio Douro, de onde se dizia <i>virem os Franceses.</i> |
| 1809 | 29 de Março | Após a capitulação da cidade do Porto, | 2ª Invasão Francesa Capitulação da cidade do Porto |

¹⁸⁶ utilização da palavra Junta para designar a instituição de governo saída das Proclamações e Restaurações de 1808

| | | | |
|-------------|--------------|--|--|
| | | de 1809, o General das Armas do Partido do Porto pede à Vereação que lhe forneça panelas e outros utensílios, para a instalação, no novo Quartel de Santo Ovídio, de militares franceses entrados na Cidade ¹⁸⁷ | militares franceses ocupam o novo Quartel de Santo Ovídio |
| 1814 | 15 de Agosto | <p>No Campo de Santo Ovídio, a cidade receberia apoteoticamente os Regimentos de Infantaria 6 e 18, regressados de longa e penosa campanha peninsular perseguindo o exército francês em várias localidades espanholas «<i>com bravura jamais excedida</i>».</p> <p>O Senado da Camara organiza uma festa de recepção, contribuindo para o esfusiente entusiasmo popular e promovendo várias demonstrações de alegria. São erguidos <i>arcos de triunfo</i> com inscrições alusivas como:</p> <p><i>Daqui veio o nome do país;</i> <i>Daqui veio muitas vezes a salvação para o reino;</i> <i>Daqui brilhou recentemente a primeira luz da liberdade para a Europa, para o mundo.</i></p> <p>É construído no Campo de Santo Ovídio um Obelisco, com os retratos da Família Real e uma coroa assente num manto bordado. As armas do Reino e as da Cidade representam-se unidas por uma fita com inscrição da data da restauração do governo de Bragança: 18 de junho de 1808</p> | <p>Segundo o Marquez de Campo Maior: «Entre saudações e flores, pela rua Nova do Almada, chegou o cortejo ao campo de Santo Ovídio. Milhares de lenços se agitavam freneticamente.</p> <p>Segundo Pinho Leal, 1909, é oferecido jantar ao corpo de oficiais no quartel de Santo Ovídio, sendo distribuído aos oficiais inferiores, cabos e soldados, uma quantia em dinheiro, para que cada um jantar onde quisesse.</p> |
| | | |  <p>Campo da Regeneração e festas do Centenário do Infante D. Henrique – In: Occidente 1 Abril de 1894</p> <p>http://portodeantano.blogspot.com/2017/06/continuacao-21.html</p> <p>http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Ocidente/1894/indice/indice_master/indice_1894.pdf</p> |
| 1820 | 24 agosto | Ainda de madrugada, grupos de militares formados pelo RA 4, RI 6 e RI 18, Guarda Real da Policia do Porto e os Regimentos de Milícias do Porto e da Maia, dirigiram-se para o campo de Santo Ovídio ¹⁸⁸ , onde formaram em parada, ouviram missa e uma salva de artilharia anunciou publicamente o levante. Às oito horas da manhã, os revolucionários reuniram-se nas dependências da Câmara Municipal, | <p>Revolução Liberal do Porto¹⁸⁹</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ resultou no retorno da Corte Portuguesa (1821), transferida para o Brasil durante a Guerra Peninsular ▪ o fim do absolutismo em Portugal ▪ ratificação e implementação da primeira Constituição portuguesa |

¹⁸⁷ CARDOSO JÚNIOR, Coronel Bernardo Gabriel, in O TRIPEIRO, “Guarnição Militar do Porto, O Antigo Quartel do RI 6”, Ano VII, V Serie, n.º 4, agosto 1951, pág. 85-87

¹⁸⁸ Atual Praça da República

¹⁸⁹ Movimento de cunho liberal que ocorreu em 1820 e teve repercussões tanto na História de Portugal quanto na História do Brasil.

| | | | |
|-------------|-------------|--|---|
| | | <p>onde constituíram a "Junta Provisional do Governo Supremo do Reino".</p> <p>A tropa ouvindo a primeira missa na Praça da Regeneracao em 24 de Agosto de 1 820. Do opusculo "Patriotismo" por Antonio Maria, por um cidadão portuense e constitucional (Manuel Correia junior). Porto, na Imprensa da Gandara, 1822.</p> | <p>Sinédrio do Porto¹⁹⁰</p> <p>Constituída a Junta Provisional do Governo Supremo do Reino¹⁹¹.</p> |
| | | <p>Esta apetência pela concentração prévia de “revoltosos” na Praça ou no Quartel de Santo Ovídio, voltará a repetir-se, nomeadamente, em 1823, 1828, 1832, 1846, 1851, 1891, 1919, 1927 e mesmo na revolução de 25 de Abril de 1974.</p> | |
| 1823 | 4 de junho | <p>o Quartel de Santo Ovídio associado à revolta absolutista de 4 de junho contra o Regime Constitucional. Bessa (1919) relata o episódio que constituía, no Porto, a sequência da Vila-Francada, sublevação miguelista ocorrida em 27 de maio.</p> | <p><i>(...) ao romper da manhã todos [os conspiradores, «elementos preponderantes do partido absolutista e oficiais do exército seus sequazes»] se apresentaram no Campo de Santo Ovídio, prorrompendo em vivas a D. João VI, a D. Carlota Joaquina, e a D. Miguel, em frente da tropa allí estacionada; e declarando deposto o Governador das Armas convidaram o</i></p> |
| 1828 | 30 de abril | <p>o Quartel e o seu popular Regimento retomariam a vocação de instrumento de mudança</p> | <p>tentativa liberal de 30 de Abril</p> |
| | 17 de maio | <p>ver descrição na pag 136</p> | <p>Nova sublevação</p> |
| 1833 | 4 de abril | <p>Cerimónia, presidida por D. Pedro IV, no Quartel de Santo Ovídio:</p> <p>2 versões</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2º Luz Soriano: destinou-se a comemorar o aniversário do nascimento da jovem Rainha, mas como o dia 4 de abril, de 1833, era uma Quinta-feira Santa, foi “o recebimento da corte transferido para a Segunda-feira da Páscoa”, dia 8 daquele mês. Assim, a “salva real | <p>No interior do Quartel</p> |

¹⁹⁰ O Sinédrio foi uma associação secreta criada no Porto em 22 de janeiro de 1818 com o objetivo de preparar uma revolução com vista a instaurar o Liberalismo em Portugal.

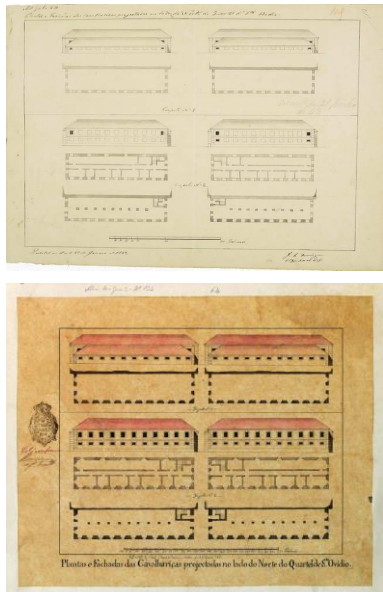
¹⁹¹ Governo que administrou Portugal após a Revolução liberal do Porto a 24 de agosto de 1820, sendo composta por dois órgãos: Junta Provisional do Governo Supremo do Reino e a Junta Preparatória das Cortes.

| | | | |
|-------------|-------------|--|---|
| | 29 abril | <p>das seis horas da manhã”, que comemorava o evento, provocou o bombardeamento da Cidade do Porto, pelo fogo das baterias “miguelistas” postadas na margem Sul do Rio Douro. E prossegue, que “D. Pedro IV, depois de assistir, em grande uniforme, ao solene Te-Deum¹⁹², que a Câmara Municipal fizera cantar na Igreja da Lapa, veio receber, numa sala do Quartel Militar do Campo de Santo Ovídio, o cortejo próprio do dia”, tendo D. Pedro determinado, em agradecimento à população da Cidade, que “o segundo filho ou filha dos reis deste reino tivesse o título de duque ou duquesa do Porto e que o escudo municipal da cidade não só fosse ornado, em harmonia com aquela mercê, com a coroa ducal, mas que até fosse acrescentado com a insígnia da grã-cruz da Torre e Espada”.</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ 2º Sousa Reis: esta cerimónia teve lugar em 29 de abril, de 1833 e destinou-se a “dar beija-mão e receber felicitações pela outorga da Carta Constitucional”, de 29 de abril, de 1826, tendo sido preparada para o efeito “uma sala de dossel e trono”, para este Quartel de Santo Ovídio servir de Palácio Real, “por, durante o cerco, não se apresentar localidade mais apta”. Sabe-se que, durante o Cerco do Porto, a Real Igreja da Lapa, certamente por se encontrar ao abrigo de bombardeamentos da artilharia “miguelista”, era o local escolhido por D. Pedro, para ouvir missa. | <p>D. Pedro agradece com a intenção de atribuição de título real da cidade, com o nascimento do seu próximo filho.</p> <p>Preparação do Quartel de Santo Ovídio para servir de Palácio Real</p> <p>Não conseguimos, junto da Igreja e da Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, saber qual das duas datas é a correta.</p> <p>De acordo com a planta do Quartel de 1815, é muito provável que a referida cerimónia tenha tido lugar numa das duas salas existentes no átrio do 1º andar, do Corpo Central, da Ala Sul.</p> |
| 1891 | 26 novembro | Visita de D. Carlos ao Porto | Demonstração de fidelidade do RI 18 à monarquia |
| 1892 | 31 janeiro | Mandou alistar, nas fileiras do RI 18, o Príncipe D. Luís Filipe. | Ato realizado no Palácio dos Carranca ¹⁹³ , em frente do qual o referido Regimento formou em parada geral ¹⁹⁴ . |

¹⁹² Te Deum é um hino cristão, de Ação de Graça, usado principalmente na liturgia católica, como parte do Ofício de Leituras da Liturgia das Horas e outros eventos solenes de ações de graças.

¹⁹³ Hoje Museu Soares dos Reis. À época era a casa Real no Porto.

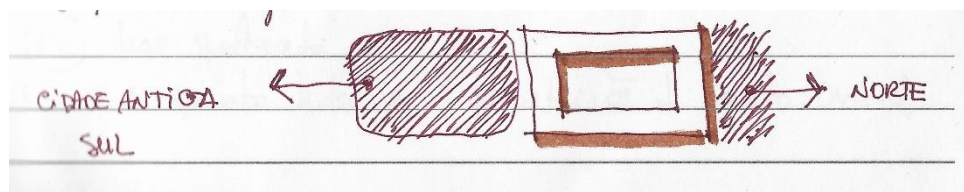
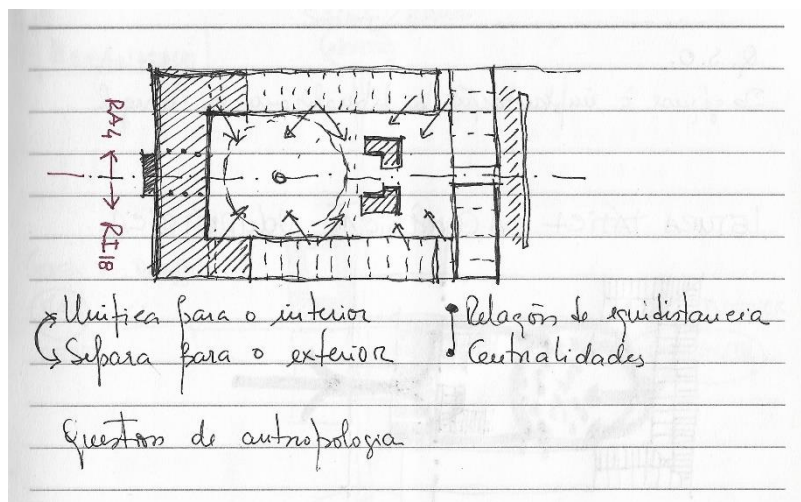
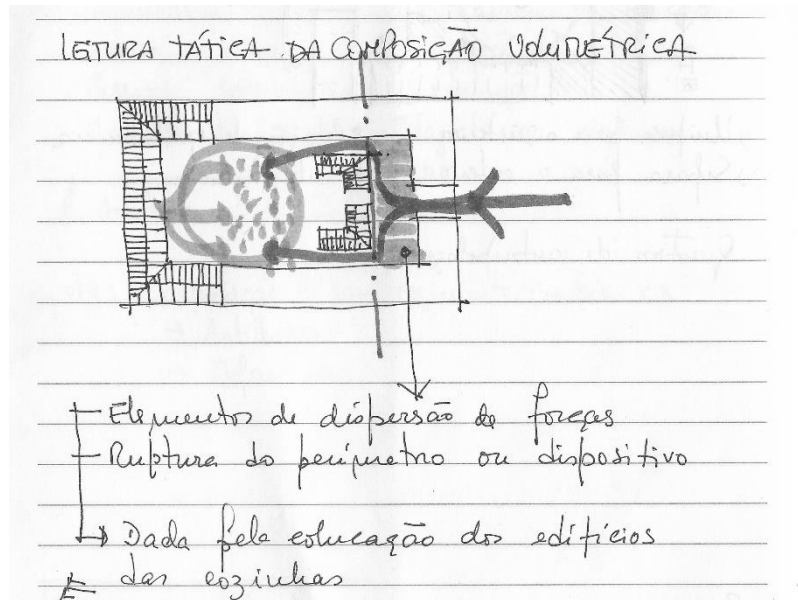
¹⁹⁴ “Resumo Histórico do Regimento n.6 18 de j Infantaria do Príncipe Real”, Porto, 1892

| | | | |
|-------------|--|--|--|
| | | <p>RI 18 emite um pedido de autorização, por telegrama, para o envio de uma representação constituída pelo seu Comandante Interino e 1 Capitão, 1 Tenente e 1 Alferes em nome dos restantes oficiais, para se deslocar a Lisboa a fim de cumprimentar a família real, no aniversário de Sua Majestade, o príncipe D. Luís Filipe, a 21 de março</p> | <p>É autorizada a viagem da representação.</p> <p>Por Decreto, de 21 de Março, de 1892¹⁹⁵, foi concedido ao RI 18 o título honorífico de “Regimento n.º 18 de Infantaria do Príncipe Real”.</p> |
| 1843 | | <p>Disputa, entre o Comando da 1ª RM e a Irmandade de N. S. da Lapa, sobre a posse do terreno compreendido entre a Igreja da Lapa e o muro Norte do Quartel e de “um rocio” existente em frente à Igreja.</p> <p>Duvidas do <i>direito de posse</i> dos terrenos envolventes do Quartel.</p> <p>São atribuídos os terrenos à irmandade da Lapa, não ficando o Quartel convencido, recorrendo dos seus direitos.</p> <p>Em 1853 e 1871, como tentativa de reversão da posse dos terrenos em causa, foram elaborados projetos (não executados) prevendo dois edifícios para cavalaria, de um e de outro lado do portão Norte e no terreno junto ao muro Norte e de um projeto para alojamento de 2 Esquadrões de Cavalaria, no referido “rocio”, datado de 8 de julho de 1874.</p> | <p>Terrenos utilizados pelos militares</p> <p>20 anos antes, terá sido construído um muro exterior, em alvenaria, que delimitava uns barracões do QSO no Largo da lapa.</p>  |

¹⁹⁵ Data do aniversário do Príncipe Luís Filipe.

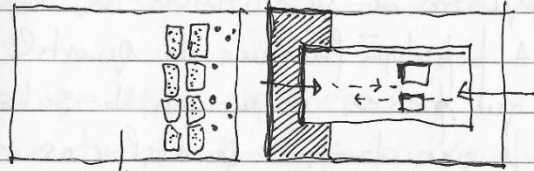
Apêndice 13

Diferentes perspectivas e análises em Rabiscos e Esquços meus



DESENHAR / ESQUEMATIZAR

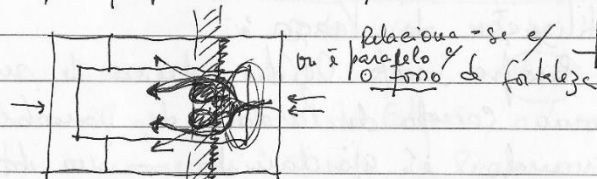
- ≠ Iluea Parada em Manobra m
no Caserão de Sacerdo Ovídio
- ≠ na Parada do Quartel
- Comparar com a extensão da fachada do Q.



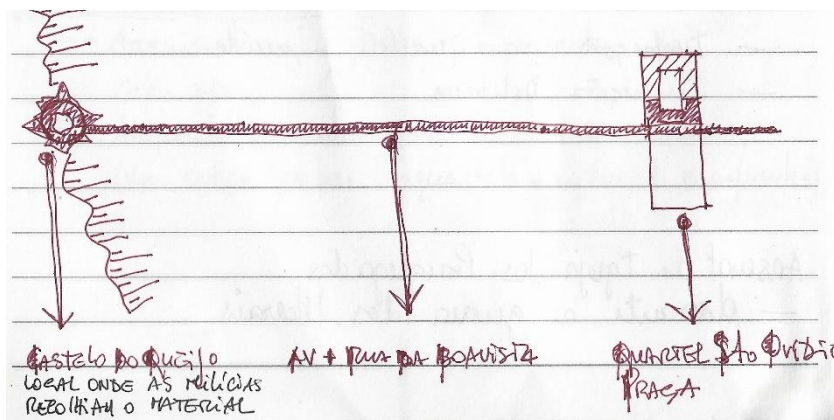
Esquema da Geometria
de Parada na Praça

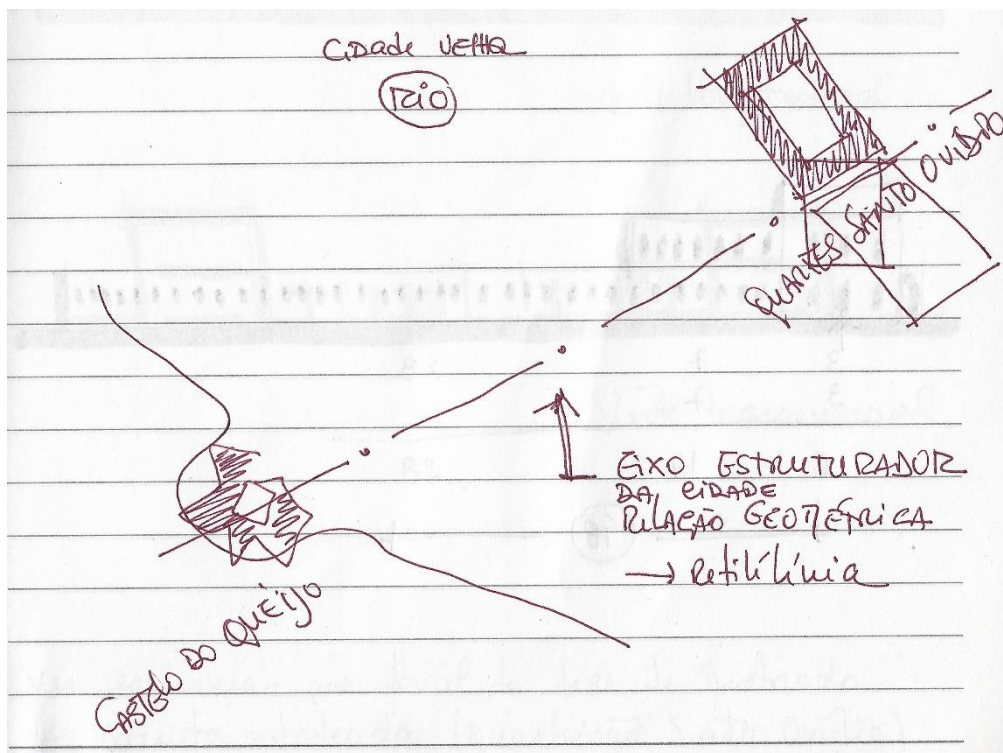
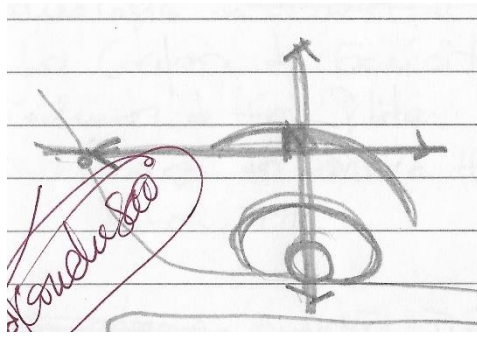
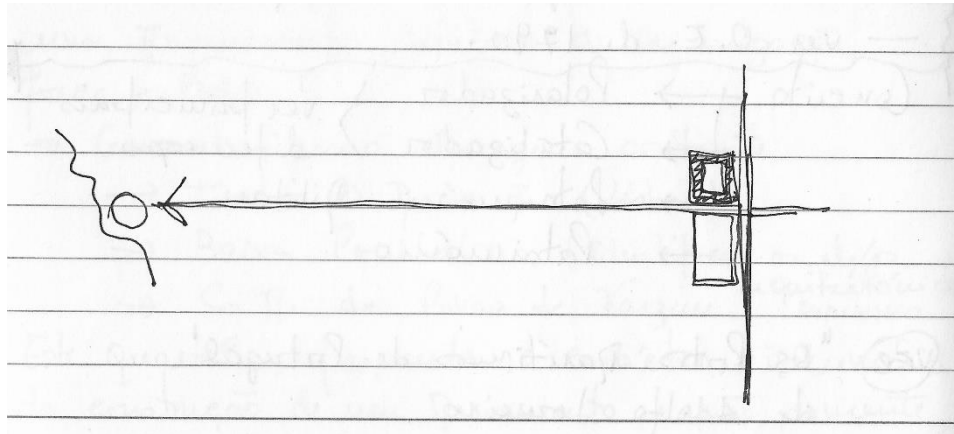
⇒ O Quartel

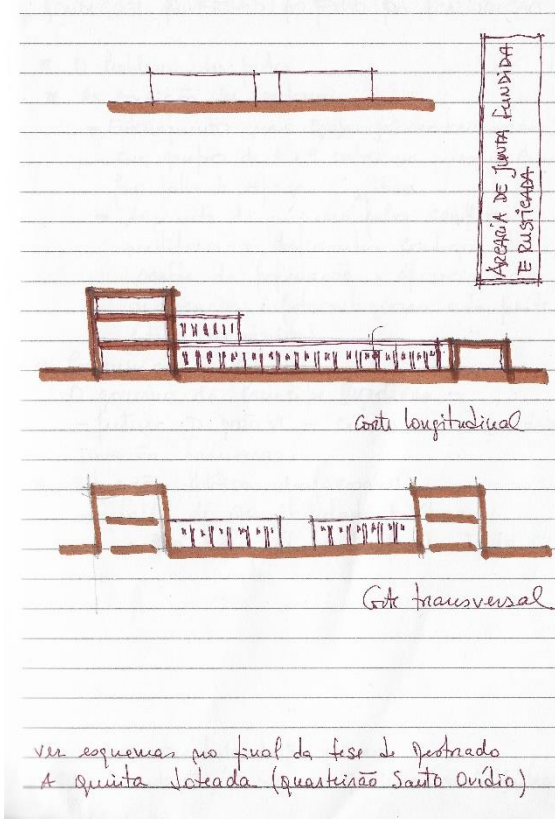
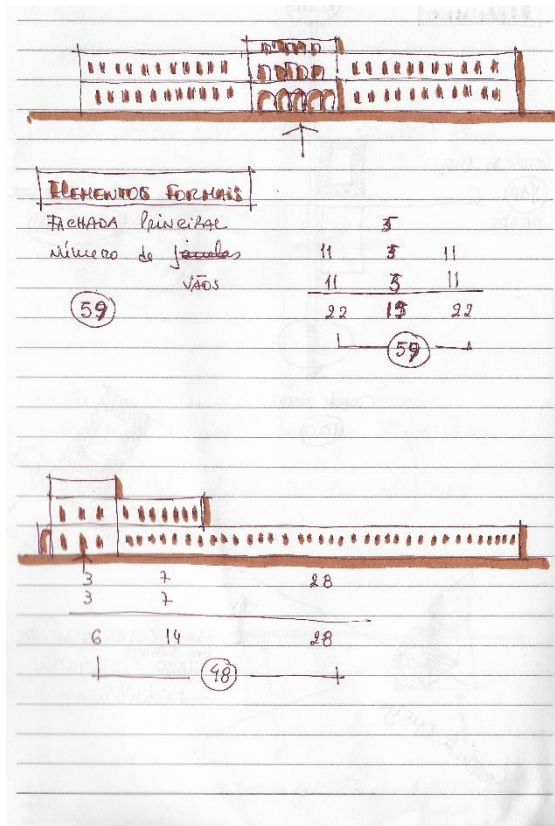
- influência das estruturas dos fortalozas
- questões táticas militares de defesa
na na própria estruturação



Obriga a deslocação → Continua e não permite
a mudança de direção a identificação imediata
o que contabiliza o tempo barreiras físicas do Grupo de
para a defesa do quartel + físicas Guarda







ANEXOS

Índice de Anexos:

A n e x o 1

Real Ordem

A n e x o 2

Ofício e Auto de Construção

In AHM/Div.3/Sec.20/Cx. 1/nº24

A n e x o 3

Inspecção passada ao Aquartelamento de Santo Ovídeo na cidade do Porto no mês de Junho de 1815

A n e x o 4

Comemoração do Centenário do Infante D. Henrique no Porto – 1894

In Revista “O Occidente – 17º anno, XVII Volume

Nº 551 de 11-4-1894

Nº 552 de 22-4-1894

A n e x o 5

Evocação de D. Pedro IV

A n e x o 6

In <http://www.culturante.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/>

Consultado em 20-10-2018

A n e x o 7

Decreto 47200, de 15 de Setembro

In <https://dre.tretas.org/dre/254346/decreto-47200-de-15-de-setembro>

Consultado em 20-10-2018

A n e x o 1

Real Ordem

Aviso (Real Ordem)

Sendo presente à Rainha Nossa Senhora, que o Quartel em que se acha o 2º Regimento da Guarnição dessa Cidade do Porto, não somente é falto de comodidades para a boa economizada Tropa, mas ainda prejudicial à saúde dos seus indivíduos pelo aperto em que vivem e pelo pouco ar que recebem no mesmo Edifício; e constando igualmente a sua Majestade a vexação que experimenta o Povo da mesma Cidade com os aboletamentos das mesmas Partidas e Destacamentos de Infantaria e Cavalaria, que não só vem todos os meses receber pagamento para a Tropa das mais Províncias, mas no decurso do ano as outras diligências do Real Serviço passando a esta Corte em conduções e reconduções de sentenciados e desertores: Foi a mesma Senhora servida resolver que pela consignação do Subsídio Militar se edifique um novo Quartel na Praça de Santo Ovídio na forma do Plano aprovado pela mesma Senhora, e que vai por mim assinado; e que outro sim se construa um proporcionado Quartel e Cavaliçã para as sobreditas Partidas e Destacamentos no lugar que se julgar mais proporcionado; nomeando a Vossa Senhoria para Inspector das referidas obras segundo as Instruções que por ordem de S. Majestade lhe tenho comunicado a este respeito, e empregando no projecto e plano delas o Tenente-Coronel Engenheiro do Reino Reynaldo Oudinot que se acha nessa dita Cidade, e para a sua Execução a Teodoro de Sousa Maldonado que serve de Architecto das Obras Públicas da mesma, para cujo efeito se participa esta Real Ordem ao General desse Partido, Chanceler, e Junta, afim de que todos unanimemente concorram para que com a devida economia e possível brevidade se veja aquele Povo livre dos aboletamentos de Cavalaria e Infantaria, que o oprimem; e o sobredito Regimento aquartelado com as comodidades de que necessita.

Deus Guarde a Vossa Senhoria.

Paço, em 20 de Fevereiro de 1790, Luís Pinto de Sousa

Snr. Francisco de Almada e Mendonça.

A n e x o 2

Ofício e Auto de Construção

In AHM/Div.3/Sec.20/Cx. 1/nº24

Ofício e Auto que se mandou proceder ao Dr. Francisco de Almada e Mendonça - Sobre a construção do Quartel de Santo Ovídio destinado a 2º Regimento de Guarnição da cidade do Porto.

Auto

Em observância da respeitável determinação de V. Senhoria, contemplei o modo como poderia diminuir-se a despesa da conservação do Quartel das Partidas, casa forte para os presos da Calceta, combinando numa outra planta e falando da nossa, que foi oferecida a S. Majestade para exercer a sua Regia aprovação, nada encontro ni interior distribuição da mesma, que possa tirar-se; vendo porém que não concorre a brilhante fachada e extremo ornato do mesmo risco no rustico ou fiadas de pedras defendidas que desde o pavimento até às escadas acompanham todo o seu exterior, nem para a segurança do edifício nem para o comodo dos seus futuros habitantes que parecem, e tratando-se de economia poderia ficar só com o liso capeamento, poupando-se 1:300\$000 rs que tanto pode importar.

O mesmo conceito merece a despesa do gradaria de ferro pelo que pertence a Cavallerice e mais janelas que não forem da prisão, no que se poupará mais de 1:000\$000 rs.

Pelo que pertence à varanda externa que acompanha o edifício, tomando grande parte da Rua, parece deva evitar-se poupando 48\$000 rs do seu lajeado podendo dar-se a Cavallarice com modo servidão atenta à disposição do terreno.

No que respeita à Nossa planta mais simples/bem que menos formosa/ pode tirar-se uma peça de cantaria nas suas extremidades, que vem a ser uma janela em cada andar, e de cada lado vindo a pupar-se nesta forma, 8 janelas de cantaria e 4 de madeira nas

águas furtadas, que com seus aparelhos soltos, traves e tabiques no espaço correspondentes importará bons 900\$000 rs.

Igualmente pode dispensar-se o rustico tanto dos cunhais como das pilastras do centro, ficando tudo liso e menos ao pó e limos do tempo da chuva, no que podem poupar-se mais 200\$000 rs.

Isto o que me parece salvo o melhor juízo.

Ofício

20 de abril de 1790

Manuel José Correia de Sá, escrivão da Correção desta Comarca do porto faço certo e como eu sou de uns Autos que dizem respeito aos prédios que se devassarão para as obras do novo edifício que há-de vir de Quartel para o 2º Regimento da Guarnição desta cidade aos quais me foi determinado pelo Ministro Inspetor da dita obra em diante nomeado aqui passa-se por certidão o que abaixo se passa a declarar.

Auto a que se mandou proceder o Doutor Francisco de Almada e Mendonça nosso fidalgo com exercício na Casa Real Desembargador da Relação e Casa desta cidade com exercício na mesma, Corregedor e Provedor desta comarca e Inspetor nomeado por Sua Majestade para o novo edifício que há-de servir de Quartel para o 2º regimento da Guarnição desta cidade para o que abaixo se passa a declarar.

Ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de 1790 anos aos vinte e três dias do mês de Março nesta cidade do Porto e casas da residência do Ministro acima declarado aí por eles foi dito que em consequência do Aviso de Sua Majestade expedido pela Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra com data de vinte de Fevereiro próximo passado do presente ano, foi a mesma senhora servida nomeada por inspetor além de outras obras, dado novo edifício que determina se passa na Praça de santo Ovídio extra muros desta cidade para o Quartel e alojamento do 2º Regimento da Guarnição desta cidade, e isto pela consignação do subsidio militar.

Determinam-se-lhe outro sim a respeito da dita obra e de outras mais o que consta da Instrução que para elas lhe foi dada da parte da mesma senhora pela referida Secretaria com data de 20 e 3 do dito mês de fevereiro, e por quanto o edifício daquele Quartel se precisarão para os seus solos de uns terrenos que possuem o Desembargador Miguel Teixeira Pinto, e Dona Ana Umblina Pereira da Silva, e maria Rodrigues da Costa viúva que ficou de Vicente Martins cujos terrenos ele ministra com professores já tinham demarcado e avalizado me determinou, que eu Escrivão notificasse aos sobreditos para nomearem louvados cada um pela sua parte para convoque ele havia denominar se proceder na justa avaliação dos mesmos terrenos pena de que não já fazendo a referida nomeação serem nomeados as suas revelias, e para este efeito e dos mais terrenos que necessários forem pendentes a esta matéria mandou fazer este Auto, que assinei Manoel José Correia de Lacerda e escrevi e assinei – Doutor Almada Manoel José Correia de Lacerda.

E não se continha em dito Auto, e por virtude do que nada me determinou o dito Ministro foram por mim notificados os possuidores dos solos dos terrenos na mesma declarados para nomearem os seus respetivos louvados para com o que ele havia de nomear se proceder na avaliação dos mesmos terrenos com efeito assim o praticarem e depois de ajuramentados dos bens, e outros louvados passou ele Ministro com eles, e comigo Escrivão e o Bacharel Theodoro de Souza Maldonado “Arquitectico” Civil desta cidade e diretor do mesmo Edifício por nomeação de Sua Majestade ao sítio daqueles terrenos, e aqui procedesse judicialmente á avaliações deles das quais consta que à parte do terreno devassado a Dona Ana Umblina Pereira de Sousa para o dito Quartel tem de cumprido na rente da Praça de Santo Ovídio pelo lado do Poente principiando do sul até o prédio do Desembargador Miguel Pereira Pinto 117,5 palmos e continuando até o fim pelo mesmo lado tem 267 palmos e pelo lado do Norte de Nascente a Poente 600 palmos, e pelo do Sul 605 palmos pelo Nascente 205 palmos, e tendo-se atenção aos 117,5 palmos que o mesmo terreno tem na frente da Praça multiplicando-os pelo fundo de 150 palmos que com maior estimação foi avaliado este terreno assim deduzido darão de 46 cada que com 17 625 palmos quadrados que se achou ser ter com 705 000\$000 reis nesta parte de terreno e conforme se conforma como dito Mapa onde se

aponta com a letra = B = e compreendida pelos algarismos = 5 = 2 = 14 = 15 e todo o mais certo do terreno atenta a sua produção efeito que o abatimento da cultura foi avaliado na quantia de 790 000\$000 rs que por tudo foi a importância de 1:495\$000 rs e todo este assim devassado se aponta igualmente debaixo da mesma letra = B = e compreendida pelos algarismos = 2 = 3 = 9 = 10 = 7 = 6 = 5.

Doutro sim, consta igualmente que o terreno devassado para o referido Quartel ao Desembargador Muiguel Pereira Pinto tem de largo pelo lado do Norte de Nascente e Poente 159 palmos e de comprimento de Norte e Sul pelo Nascente assim principiando do Norte até onde az um angulo fazendo sua volta 330 palmos e deste até o fim pela mesma parte do Nascente 267,5 palmos, e no lado do Sul morre em ponta aguda e tem de cumprido pela frente da Praça sobredita 565 palmos e feitas as necessárias medições e reduções contem o mesmo terreno 46 806 palmos quadrados que por estas confinando com a dita Praça foi avaliado cada um dos ditos palmos à razão de 40\$000 rs que multiplicados pela soma total dos mesmos palmos é o importa de todo o dito terreno a quantia de 1:872\$240 rs e se conforma o mesmo com o Mapa junto onde se aponta coma letra = D = sendo a parte que se devassou para a Edificação do Quartel e compreendida pelos algarismos = 1 = 5 = 6 = 7 = 8.

E outro sim, consta igualmente que o terreno devassado para o referido Quartel a Maria Rodrigues viúva tem de largo na cabeça do Nascente 399 palmos e no lado poente 325 palmos e de comprimento pela parte do Norte de Nascente a Poente 378 palmos e pelo Sul 419 palmos cujo terreno atendo-se á sua produção e qualidade, e feitos os seus competentes abatimentos para a cultura foi avaliado na quantia de 1:560\$000 rs e se conforma o mesmo terreno com o dito Mapa em que se aponta com a letra = C = sendo a parte devassada para o Quartel a compreendida pelos algarismos = 8 = 4 = 11 = 10 = 7.

E consta importar o total dos prédios avaliados 4:927\$240 rs.

E por todo referido ser verdade fiz grafias a presente certidão que subscrevi, assinei, conferi e consertei com outro oficial de Justiça ao conserto assinado e aos ditos Autos Mapagimento nos reportamos.

Porto, 20 de Abril de 1790

Eu Manoel José Correia de Lacerda
a solo cujo assinei e consertei

Exmo. Escrivão

António José Correia Leal

A n e x o 3

Inspeção passada ao A quartelamento de Santo Ovídeo na cidade do Porto no mês de Junho de 1815

Inspeção do Quartel de Santo Ovídeo em que presentemente se acham alojados dois Regimentos a saber o de Infantaria nº 18 e o de Artilharia nº 4, que antigamente se achava aquartelado em a praça de Viana do Minho.¹⁹⁶

Passei a Inspeção dos sobreditos aquartelamentos em companhia do Capitão Fellipe Neri Vital Gorjão comissionado do Mmo. Sr. Quartel Mestre General, e com a assistência dos seus respetivos Comandantes que os comandavam nos ditos dias.

Principiei a inspeção pelos Quarteis relativos à especialidade do **Regimento de Artilharia** e achei que somente tem cómodos para 13 Officiais não incluindo o Comandante e o Major que estão aquartelados, nem o Tenente-coronel que ao presente assiste fora do Quartel.

35 é o numero de Officiais de Capitão para baixo que deve ter aquartelamento pelo que deve faltar para lá de 22 Officiais, mas tendo atenção a que efetivamente se conta de menos duma Companhia em Almeida, outra em Valença, 40 homens em Viana e uma Companhia em Lisboa, não falando da officialidade de outra Companhia que saiu para Lisboa no mês de Maio, vem neste caso a faltar para 11 officiais.

24 o numero de Casernas que estão presentemente sendo destinadas aos Soldados deste Regimento que regulando a 25 Praças podem conter 600 Homens, mas se devem ainda descontar as que são ocupadas com Sargentos e arrecadações.

Passei a inspeção ao **A quartelamento de Infantaria nº 18** ali alojado e de quem realmente é aquele Quartel, e principiando pela acomodação para o Comandante, este a não tem, por estar de posse dela o Comandante do Regimento de Artilharia, mas contendo esta acomodação sete casas e não pequenas se poria dividir de forma que pudessem ficar alojados os dois Comandantes, fazendo-se-lhes uma nova escada de

¹⁹⁶ AHM 3ª divisão, 20ª secção, n.º 28, Cx 6, 1815

madeira próxima da que lá atualmente, para serventia em separado do comandante de um dos Corpos, se isto se julgar dever ser.

Não tem acomodação mais que para 15 oficiais, e destes tirando duas para o Tenente Coronel e duas que ocupa o Sargento Mor, somente vem a ficar para 13 oficiais.

Tem este corpo 23 Casernas destinadas para os Soldados que acomodando duas por outros 25 Soldados deita a 475 Praças, e isto não ficando largos, e sendo incluído no número as que estão ocupadas com sargentos e de arrecadações.

Pelo que sendo numeroso de Praças na Tarimba de cada Regimento de Infantaria de 922 Homens, vem a faltar-lhe para 447 Praças e para mais pois já disse q se acham inclusas as arrecadações.

Pelo que se vê, que o Aquartelamento de Santo Ovídio é somente para um Regimento de Infantaria, e se se tem há tempo acomodado mais tropas é a necessidade quem tem obrigado a isso, pois como já disse não tem cómodos que para oficiais a cidade que pertence a um Regimento e para o qual foi feito.

Mas quando se julgue remover o Regimento de Artilharia para outro ponto, e querer que fique na cidade do porto um Destacamento 80 a 100 Praças, julgo poder ali aquartelar, sendo a minha visão o poder-se haver alguns quartos para os Oficiais do regimento de Artilharia que estiverem com este Destacamento., sendo a minha visão que alguns dos oficiais do de Infantaria não o estão no Quartel, por habitarem na cidade com suas famílias.

É quanto devo de dizer do Quartel de Santo Ovídeo que tendo sido feito para um Regimento de Infantaria não devo julgar ser capaz para conter dois e muito menos quando se diga que este Quartel foi feito para um Regimento contendo este então 800 Praças e sete Companhias.

Quando se julgasse poder-se fazer próxima das atuais Casernas cómodos para a oficialidade dos dois Corpos, devo de dizer que não tem lugar, visto que não há para onde se possa fazer ampliação para acomodar os Soldados que pertencem aos dois Corpos.

Fosse a Inspeção ao Quartel de Infantaria nº 6 e como este não tem toda a acomodação necessária para os Soldados pois não pode acomodar mais de 500 Praças, não tem comodo algum para os Oficiais, me vejo na necessidade de levantar a Planta e fazer-lhe os aditamentos necessários segundo as minhas instruções e me deve levar tempo e então direi tudo que julgar dever de dizer relativo a este Quartel, e o farei com a possível necessidade dando a minha Inspeção por feita no Quartel de Santo Ovídeo.

Quartel da Cidade do Porto 8 de Julho de 1815

| Informação | |
|--|---|
| Sobre o Quartel de Santo Ovídeo no Porto se acham alojados os Regimentos de Artilharia nº4 e de Infantaria nº 18 na ocasião da Inspeção feita aos Quarteis no corrente ano de 1815 | |
| Situação do Quartel e a sua distribuição | <p>Está situado o Quartel de Santo Ovídeo em um sítio da Cidade do Porto elevado, bem arejado, este Quartel foi feito para o Regimento de Infantaria nº18 e em três planos e aguas furtadas em parte: no primeiro plano estão as Casernas dos Soldados que são cinquenta e duas (52), no 2º plano estão vinte e sete (27) quartos de Oficiais e três (3) salas que servem de Secretaria e Aulas de Estudo para o Regimento de Artilharia.</p> <p>No 3º plano e 2º andar estão sete (7) quartos grandes da Residência do Oficial mais graduado no Quartel; e as Cozinhas correspondentes aos quartos dos oficiais com sua alcova ou dispensa contígua; mas as comunicações com os quartos dos mesmos Oficiais são por corredores que tem escadas somente nos flancos e que as separava muito e somente duas (2) dos três (3) quartos se comunicam diretamente com as Cozinhas respectivas.</p> |

| | |
|----------------------------------|--|
| | Nas águas furtadas há seis (6) quartos respetivos aos do Comandante do Quartel e que se comunicam diretamente os deste Oficial para uma boa escada. |
| Das Casernas | Cada uma das referidas casernas dos Soldados tem tarimbas bastantes para vinte e seis (26) Praças a quatro palmos $\frac{1}{2}$ (4 palmos e meio) cada lugar de cada Soldado, tendo as mesmas Casernas sessenta (60) palmos cada lugar de cada Soldado, tendo as mesmas casernas sessenta (60) palmos de comprido sobre trinta (30) de largo com sua coxia ao meio das tarimbas. |
| Repartição das Tropas no Quartel | Estas Casernas e o Quartel está assim dividido entre os dois Regimentos ali alojados – metade do mesmo da entrada subida principal para o lado de leste e ocupado pelo Regimento de Infantaria nº18, e a outra metade para o regimento de Artilharia nº4 menos duas Casernas, que este cede ao 1º em compensação de uma Cavallerice, que recebe no outro lado do Regimento de Infantaria 18 vindo assim este último Corpo a ocupar somente para Quartel de Soldados vinte e três (23) casernas efetivamente e cinco (5) outras são para casas de Arrecadação, Quartel de Sargentos e uma (1) Cavallerice, advertindo que os Sargentos não estão bem aquartelados assim e que portanto somente 598 Soldados também do Corpo tem Quartel na dita proporção de 4 $\frac{1}{2}$ palmos (4 palmos e meio) de tarimba por cada pessoa. |
| Quartel do Regimento nº18 | |
| Quartel de Artilharia | O Corpo de Artilharia ocupa uma parte das suas vinte 4 (24) casernas com arrecadações próprias da sua Arma, enquanto houvesse de ceder algumas a Infantaria, nunca poderia ser mais de duas, o que não conta para as faltas do Regimento de Infantaria se posto munido. |
| Quantos os Oficiais dos Corpos | Enquanto a Oficiais aquartelados com os Regimentos existem ali o Coronel de Artilharia no 2º andar nos Quartos do Comandante do Quartel de que já fiz menção: no 1º Andar tem dois (2) Quartos com sua alcova o Major de Artilharia, e também noutros Quartos |

| | |
|---|---|
| | <p>com suas alcovas estão separadamente em cada um o seu Oficial – dois (2) Capitães, dois (2) 1º Tenentes e cinco (5) 2º Tenentes.</p> <p>No lado pertencente ao Regimento de Infantaria nº18 moram os seguintes Oficiais – 1 Major ocupando dois (2) Quartos com sua alcova; dois (2) Capitães, três (3) Tenentes, um (1) Ajudante, um (1) Quartel-mestre, um (1) Capitão e sete (7) Alferes, dos quais todo cada um ocupa um só quarto com sua alcova.</p> |
| <p>Quartos que faltam</p> <p>Reg. Inf.</p> <p>Reg. Art.</p> | <p>Do que fica dito pois sem que faltam Quarteis na Infantaria para um (1) Coronel, um (1) Tenente-coronel, 1 Major, um (1) Ajudante, um (1) Cirurgião-mor, oito (8) Capitães, sete (7) Tenentes, três (3) Alferes e dois (2) Ajudantes de Cirurgia e mais de trezentos (300) Cabos e Soldados.</p> <p>No Regimento de Artilharia nº4, no caso de estar reunido, faltam-lhe Quarteis para um (1) Tenente-coronel, 1 Major, 1 Ajudante, um (1) Quartel-mestre, um (1) Capitão, um (1) Cirurgião-mor, dois (2) Ajudantes de cirurgia, oito (8) Capitães, oito 1º Tenentes e 5 2ºs Tenentes, além de mais de trezentos (300) homens que precisam Quartel também: como porem deste Regimento fazem-se Destacamentos para a Guarnição das Praças da Província do Norte, quase metade da sua Força se acha ordinariamente fora do Quartel, e por isso não sofrem tanto esta falta como os Oficiais da Infantaria.</p> |
| <p>Projecto de Quartel para Oficiais</p> | <p>O meio, pois, de fazer que todos os Oficiais de ambos os Corpos tivessem alojamento no Quartel de Santo Ovídeo, seria de fazer continuar sobre as Casernas a galeria dos Quartos dos mesmos Oficiais sobre o comprimento de todos os quatro (4) lados que tem o edifício, de que somente o da frente, e os topos dos lados contíguos tem Quatros para Oficiais, por ter sido este Quartel edificado somente para um Regimento, e em tempo que não tinha mais que oito (8) companhias.</p> |

| | |
|---|--|
| | <p>No caso de se fazer a proposta ampliação dos Quartéis dos Oficiais, devo advertir que as paredes são bastante resistentes, e as madeiras e telhado se acham bem conservados, para ainda poderem servir, mas acomodar os Soldados dos dois (2) regimentos sempre vem a faltar Quartel por faltar espaço.</p> |
| <p>Arranjo dos Quartéis dos dois Coronéis</p> | <p>Querendo-se acomodar os dois Coronéis na atual divisão dos Quartéis dos Corpos, leva preciso dividir pelo meio o Quartel atual do Comandante de Artilharia e abrir uma escada de comunicação para a escada principal do quartel, e outra para as Aguas furtadas, que igualmente devem ser respetivamente separadas; e dividir ni 2º Andar uma grande sala em duas para o Comandante que ocupar as immediatas: devo declarar por esta ocasião que os Oficiais que não Têm Quartel com os Corpos em Santo Ovídeo, estão fora à sua custa na Cidade mas sofrem nisto grande incómodo porque o aluguer das Casas no Porto é muito caro.</p> |
| <p>Das Latrinas</p> | <p>As latrinas colocadas nos flancos do Quartel quadrado de Santo Ovídeo, não lhe passa nem pode passar por ali regato que as possa lavar, mas elas são ordinariamente limpas pelas portas que para isso tem: não me parecendo bom o uso em que atualmente se faz esta limpeza; porque anda arrendada a um homem particular, cujo interesse é demorar ali as imundices, cujo cheiro é prejudicial á saúde dos Soldados que vivem nas Casernas contíguas, não obstante serem bem arejadas pelo ar que entra pelas portas e janelas das Casernas, que as tem todas bem grandes e rasgadas.</p> |
| <p>Das Cozinhas</p> | <p>As Cozinhas estão situados quase defronte do centro de um dos lados do Quartel, tem boas fornalhas, e capacidade para fazer-se o Rancho de ambos os dois Corpos separadamente.</p> |
| <p>Do Hospital</p> | <p>Os Corpos alojados no Quartel de Santo Ovídeo não tem Hospital Regimental, nem precisam dele, porque há o Hospital Geral Militar na mesma Cidade, onde os doentes são bem tratados e assistidos de remédios por aquele estabelecimento.</p> |

| | |
|---|---|
| Falta de melhor Quartel | Não obstante os regimentos juntos no Quartel de Santo Ovídeo não estarem comodamente ambos, não há nas vizinhanças sitio que seja mais elegível para algum destes Corpos só por si, a não desalojar para isso os Frades de algum Convento, como seja o de S. Francisco que é muito espaçoso, e tomar duas terças (2/3) partes dele, como se for no tempo da Guerra: ou tomar todo o de S ^o António da Cidade a S. Lázaro, que acomodava bem o Regimento de Artilharia com seus Officiais, mas estas medidas seriam sempre tomadas pelos Frades como violentas. |
| Bondade do Quartel para um só Regimento | Finalmente no Quartel de Santo Ovídeo julgo que somente se poderá aquartelar um Regimento de Infantaria e um Destacamento de duas (2) Companhias de Artilharia sendo preciso. |
| Abundancia de viveres | Enquanto a abundancia de água, lenha e vegetais para os quartéis do Porto é bem sabido; a lenha é a dos ranchos e água se compra não é barata: e os vegetais também não faltam ainda que alguns não são tão baratos como noutros Quartéis do Partido mesmo. |
| Salubridade do Porto | A Saúde dos habitantes em geral não é má no Porto, não obstante que a atmosfera quase sempre esteja muito carregada com vapores do Douro. |
| Conclusão | Tendo dado a minha conta a respeito deste Quartel e julgo ser um dos melhores do Reino para um Regimento só de Infantaria. |
| | |

Os esboços das Plantas juntas do Quartel de Santo Ovídeo poderão auxiliar esta informação

Porto 30 de Junho de 1815
Filippe Neri Gorjão
Major

Nota Resumida:
Infantaria nº18
Artilharia nº4

Pela parte sobre a Inspeção deste Quartel remetida pelo Major Felipe Neri Gorjão, consta:

1. Que este Quartel é muito insuficiente para alojar a Tropa que se lhe destinaram, vis to que era antigamente só destinado para o Regimento nº18, quando este não tinha mais de 8 Companhias.
2. Que há muita falta de Quarteis para os Officiais a maior parte doa quais se acham obrigados a alugarem Casas a sua custa, cuja renda é muito cara.
3. Que as Latrinas são colocadas nos Flancos do Quartel, e que não podendo passar por ali regatos que as lavem, faz-se-lhe a limpeza pelas portas e por ser esta limpeza arrendada a um homem particular, que tem interesse em demorar ali as imundices, cujo fétido é muito prejudicial á Saúde dos Soldados que habitam nas Casernas contiguas.

A n e x o 4

Comemoração do Centenário do Infante D. Henrique no Porto – 1894

In Revista “O Occidente¹⁹⁷” – 17º ano, XVII Volume

Nº 551 de 11-4-1894

Nº 552 de 22-4-1894

Nº 550 de 1-4-1894

1894

As Festas do Centenário do Infante D. Henrique, no Porto.

Foi com um brilhantismo desusado que a cidade do Porto solenizou o centenário de um dos seus filhos mais ilustres, o Infante D. Henrique, filho do Rei D. João I.

Essa solenização revestia um duplo character: com ela prestava-se uma homenagem de admiração ao grande impulsionador das nossas primeiras descobertas marítimas e honrava-se ao mesmo tempo a memória de um príncipe que viu a luz dentro das muralhas do velho burgo portuense.

Assim a cidade preparou as duas melhores para dar a uma comemoração tão simpática, o luzimento de que era digna.

Viera de longe a ideia da solenização deste centenário, mas extinta a corporação em que ela nascera, (a Sociedade de Instrução do porto), a camara municipal tomará a iniciativa de a levar a efeito, organizando para esse fim uma comissão executiva que ficou assim composta:

- Presidente, conselheiro António Ribeiro da Costa e Almeida, presidente da camara municipal;
- Secretário, padre Francisco José Patrício;
- Vogal, Conde de Samodães, Augusto Luzo da Silva;
- Vogal, Bento Carqueja;
- Vogal, Eduardo Sequeira;
- Vogal, Henrique Kendall;

¹⁹⁷ *O Occidente, Revista Illustrada de Portugal e do Estrangeiro* foi uma revista ilustrada, editada em Lisboa que desenvolveu a sua atividade entre 1 de janeiro de 1878 a 1909, tendo publicado 31 volumes anuais. A qualidade gráfica e literária desta publicação foi notável no panorama português.

- Vogal, Fernando Maia.

Instalada esta comissão, encetou ela logo os seus trabalhos, ficando resolvido que a comemoração do centenário fosse realizada, em linhas suas gerais, do modo seguinte:

- Organização de uma exposição insular e colonial no Palácio de Cristal;
- Organização de um cortejo cívico;
- Organização de um cortejo fluvial em que figurasse uma imitação das antigas caravelas da época do Infante;
- Uma sessão solene no edifício da Biblioteca Publica, em honra do Infante D. Henrique;
- Colocação de uma lápide comemorativa na fachada da casa existente no local em que existiram os paços onde nasceu o Infante;
- Um espetáculo de gala no teatro S. João;
- Festejos e iluminações em várias ruas e praças da cidade, durante 3 dias;
- Concurso para apresentação de uma memória acerca da vida do Infante;
- Ereção de um monumento à memória do do mesmo Infante na praça fronteira ao edifício da Bolsa, colocando-se a primeira pedra para ele em um dos dias dos festejos.

Para custear as despesas desse monumento e dos festejos públicos, resolveu-se pedir ao governo a criação de uma serie de estampilhas do centenário, sendo parte do produto da venda aplicado àqueles fins.

A iniciativa da comissão executiva teve o mais entusiástico acolhimento por parte dos habitantes e de várias corporações do Porto, contando-se entre estas últimas a Associação Comercial, que resolve celebrar uma sessão solene no seu edifício, iluminá-lo exteriormente, etc.

Pela sua parte os habitantes de Vila Nova de gaia não quiseram fica alheios ao movimento de entusiástico patriotismo, que se desenvolvia, e deste modo uma comissão de cavalheiros daquela localidade resolveu realizar uma exposição industrial e agrícola, concelhia.

Planeada por esta forma a celebração do centenário e convidada a família real para assistir a ela, os festejos e solenidades publicas efetuaram-se do modo como vamos deixar rapidamente consignado.

O Rei D. Carlos, a rainha D. Amélia, o príncipe real D. Luís e o infante D. Manuel, acompanhados dos srs. Conselheiros Hintze Ribeiro, presidente do conselho de ministros, João Franco Castello Branco, ministro do reino Carlos Lobo de Avila, ministro das obras públicas e Neves Ferreira, ministro da marinha, e pessoas da comitiva de SS. MM. E AA, deram entrada no Porto, na tarde de 5 feira 1 de março, sendo recebidos com as demonstrações de respeito e simpatia costumadas.

No dia seguinte houve no paço da Torre da Marca, receção, e terminada ela realizou-se no Palácio de Cristal a inauguração da exposição insular e colonial.

Esse facto teve lugar no salão Gil Vicente assistindo a ele, além de suas Magistades e Altezas e comitiva, os ministros, as autoridades e corporações officiais e particulares e outras pessoas.

O discurso da abertura foi proferido pelo sr. Conde de Samodães, presidente da direcção do palácio de Cristal, respondendo El-rei.

Seguiu-se uma rápida visita à exposição, que, conquanto muito incompleta então, pela falta de grande número de productos que vinham ainda em viagem, não deixava, contudo, já de patentear a importância de inquestionável de todas as nossas possessões de além-mar, pelas suas riquezas naturais, ali exhibidas.

Regressando ao paço, a família real saiu pouco depois para ir assistir a um desafio de *foot ball* proposto pelo Club de Lisboa e aceite por um grupo de cavalheiros portugueses e ingleses desta cidade. No torneio ficou vencedor o grupo Lisbonense, ao qual a deve caber o prémio se vencer em duas outras partidas. O prémio consistia em uma taça de prata oferecida por El-rei.

À noite houve jantar de gala, ao qual assistiram entre outras autoridades, a camara municipal e a comissão executiva do centenário.

Ergueu o primeiro brinde El-rei D. Carlos, respondendo o sr. conselheiro Costa e Almeida, presidente da camara municipal.

No dia 3 teve lugar o cortejo cívico.

A cidade apresentava um aspeto brilhantíssimo de festa.

As ruas que o corteja tinha de percorrer e ainda outros locais, distinguiam-se pelas decorações características que as aformoseavam.

Eram mastros, simulando vários tipos de vergas de embarcações, com bandeiras, plintos com decorações e dísticos apropriados, recordando factos da vida do Infante, coretos para musica figurando antigas fortalezas ou uma caravela antiga, como na Rua de Santa Catarina, em que os próprios músicos vestiam como os marítimos da época., etc... etc...

- Na Rua de Santo António, havia dois arcos triunfais, em estilo original
- Na Praça de Carlos Alberto, outro em estilo clássico
- No Largo dos Loios um grande obelisco encimado por um globo, vendo-se na base o busto do Infante
- No Campo da regeneração, igualmente outro grande obelisco, em que do mesmo modo se destacava o busto do herói.

A tudo isto acrescenta-se o embandeiramento das janelas, as colchas de damasco que as ornamentavam e a multidão de senhoras que as enchiam e far-se-á ideia do aspeto encantador e indiscreto que estas ruas ofereciam.

As festas do centenário tinham atraído ao Porto um número considerável de forasteiros, de todos os pontos do país. Não havia um único lugar nos hotéis, nem nas casas particulares de hospedagem, tendo a autoridade mandado alugar alguns armazéns devolutos para albergar os visitantes, de recursos pecuniários mais limitados.

A esta cidade nunca, em ocasião alguma, afluía tanta gente de fora.

Assim, compreende-se que as ruas principais regurgitavam de pessoas, tornando-se em algumas o trânsito difícilimo.

O cortejo cívico esteve em tudo imponente.

Abriam os quatro arautos do século XIV, a cavalo, com luxuosos trajes, seguindo-se a bandeira da cidade, após a qual iam a câmara do Porto e o presidente da câmara de Lisboa, comissão executiva do centenário e os representantes das seguintes câmaras municipais, com os respetivos estandartes:

Lisboa | Évora | Setúbal | Gouveia | Aveiro | Sousel | Santarém | Montemor-o-Novo | Oliveira de Azeméis | Macieira de Cambra | Vila da Feira | Celorico da Beira | Faro | Elvas | Foz Coa | Lamego | Figueira da Foz | Trancoso | Serpa | Beja | Amarante | Vila do Conde | Póvoa de Varzim | Maia | Campo Maior | Monforte | Torres Novas | Alfandega da Fé | Vila Flor | Tomar | Nisa | Portalegre | Esposende | Covilhã | Regoa | Loulé | Penafiel | Barcelos | Coimbra | Viseu | Valongo | Gondomar | Santo Tirso | Paços de Ferreira | Guimarães | Ovar | Estarreja | Bouça | Beja | Tabuaço.

E representantes das camaras de Lousada | Oeiras | Alcochete | Vila Nova de Cerveira | Arcos de Valdevez | Soure | Amares | Pombal | Terras de Bouro | Resende | Baião | Lagos.

la depois o carro triunfal da cidade, seguindo atrás o governador civil, pares, deputados, autoridades civis, párocos da cidade, general da divisão, oficialidade dos corpos e das guarnições da corveta *Sagres*, canhoneiras *Tavira* e *Liberal* e transporte *África*, estas três ultimas embarcações vindas expressamente ao Porto, elemento científico á frente do qual se viam os representantes do corpo docente da Universidade, delegação da Sociedade de Geografia de Lisboa, imprensa, médicos, engenheiros, funcionários públicos, etc.

Seguia-se o carro da Agricultura, que era acompanhado pela camara municipal de gaia, comissão executiva da exposição agrícola e industrial, autoridades locais, alunos das escolas operárias, etc.

Depois deste iam os seguintes carros triunfais:

- Comércio;
- Atheneu Comercial;
- Sociedade Alexandre Herculano;
- Indústria;
- Exposição Insular e Colonial do palácio de Cristal;
- Beneficência;
- Ginásio Lauret;
- Belas-Artes;
- Navegação do séc. XIV;

- Correios e Telégrafos.

Todos estes carros eram acompanhados pelas respectivas corporações, operariado de várias fábricas, força de marinheiros da armada com a respetiva fanfarra, escolas primárias e colégios particulares direções das associações de socorros, etc.

Após o carro das Belas-Artes ia um grande grupo de estudantes, no qual se destacavam, pelos seus trajes pitorescos, os membros da estudantina de Salamanca.

Esse grupo dava anota alegre e entusiástica do cortejo, pelos seus vivas e pelas suas saudações constantes às damas portuenses.

Das janelas choviam a cada passo sobre os vários grupos do cortejo, grupos de pétalas de flores.

Quando o cortejo chegou à Rua do Infante D. Henrique, procedeu-se ao descerramento da lápide que fora colocada na fachada da casa onde aquele príncipe nascera.

A família real tinha ido para junto da referida casa, sendo El-rei quem descerrou a cortina que cobria a lápide.

Esta é em estilo ogival e foi executada nas oficinas de reparação do mosteiro da Batalha, segundo um desenho feito por um condutor de obras públicas, o sr. José Isidro de Campos.

A família real, terminada essa cerimónia dirigiu-se para o campo da Regeneração, afim de assistir de um palanque que fora construído junto da entrada do quartel de infantaria 18, ao desfilar do cortejo.

Logo que este entrou no campo, foi executado o grande hino do centenário, composto pelo ilustre maestro Alfredo Keil e ensaiado pelo distinto professor António Canedo.

Da execução tomaram parte um grande número de crianças de ambos os sexos, coristas adultos, e as bandas de caçadores 7, infantaria 18 e 20 e do guarda municipal.

O hino foi aplaudidíssimo, tendo o seu autor uma verdadeira ovação.

A pedido do público foi repetido.

À noite houve uma brilhante sessão solene no salão nobre da Associação Comercial, à qual assistiram a família real, autoridades, corporações e muitos sócios com suas famílias.

O presidente, o sr. João Henrique Andersen Júnior, dirigiu uma alocução a El-rei, à qual o monarca respondeu sendo em seguida feita uma conferência acerca da vida do Infante D. Henrique, pelo sr. conselheiro Pinheiro Chagas. Essa conferência, um verdadeiro primor literário, foi acolhida com unânimes aplausos.

Ao passo que se celebrava esta sessão, a multidão pelas ruas era imensa a ver as iluminações.

Todas elas eram profusas e a maior parte a gás. A luz elétrica, eram iluminadas as Ruas de Sá da Bandeira e Santa Catarina, estando disposta na escada da Igreja Santo Ildefonso uma fonte luminosa do mais belo efeito.

Muitas casas particulares tinham também bonitas iluminações e dos edifícios públicos as mais brilhantes, eram as da Associação Comercial e Camara Municipal.

Continua.

Gravura de J. R. Cristino da Silva

Representação do cortejo cívico, legendado, na Praça da Regeneração, destacando-se o obelisco em granito e tendo ao fundo o quartel de Infantaria 18.

1. Carro da Agricultura (de Vila Nova de Gaia)
2. Carro da Associação Comercial do Porto
3. Carro do Ateneu Comercial
4. Carro da Cidade do Porto
5. Coreto onde se executou o hino composto por António Keil

Apresenta a apoteose do Infante D. Henrique no Campo da Regeneração

Gravuras de J. R. Cristino da Silva

Representações do Arco Triunfal da Rua de Santo António e do Coreto da Rua de Santa Catarina

Representação das decorações e coretos nas Praças de D. Pedro, Loios e Voluntários da Rainha

A n e x o 5

Evocação de D. Pedro IV

Discurso proferido pelo chefe de Estado-maior do Exército General Frederico Rovisco Duarte

Sr. Vice-Presidente, da Câmara do Porto

Sr. Tenente – General Comandante do Pessoal

Sr. Oficiais – gerais no ativo, reserva e reforma

Sr. Diretor Geral da Cultura do Norte

Sr. Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto

Sr. Provedor da Venerável Irmandade N^a Sr^a da Lapa

Sr^a Diretora do Museu Nacional Soares dos Reis - em representação da Direção Geral do Património Cultural

Sr. Presidente da Associação dos amigos das Forças Armadas

Sr. Adido Militar da república do Brasil

Diversas autoridades civis, militares, policiais, religiosas e entidades convidadas

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Na qualidade de anfitrião, as minhas primeiras palavras são de parabéns pela iniciativa Rota do Porto Liberal, às quais estendo pelo merecido prémio recentemente recebido da Associação Portuguesa de Museologia.

Aproveito para agradecer o convite que gentilmente me foi endereçado pela comissão executiva do projeto, para entregar a mesa de Honra de Evocação dos 280 anos do Nascimento de D. Pedro IV. Saúdo os outros digníssimos membros da mesa, e através de Vs. Excelências estendo os cumprimentos a todos os ilustres convidados, agradecendo a sua presença amiga que muito nos honra neste Quartel de Santo Ovídio.

Aquartelamento carregado de História, desde a sua criação em 1790, onde a escolha deste Quartel do exército para a sessão inaugural da Evocação do nascimento de D. Pedro IV se reveste também de um significado especial, já que como é referido na História da Guerra Civil por Luz Soriano, referente ao dia de Aniversário da Rainha D. Maria II, a 8 de abril de 1833, o próprio, e passo a citar: “Depois de assistir em grande

uniforme ao solene tedeun que a Câmara Municipal do Porto fizera cantar na Igreja da Lapa, veio a receber numa sala Militar do Quartel de Santo Ovídio o + ar militar que de imperante o cortejo próprio do dia, publicando-se ali por esta ocasião, a lista dos despachos, o 1º dos quais figurava o Município do Porto, com honrosa comunicação dos sacrifícios que se achavam passar” – fim de citação, com referência à obra do nosso Coronel Davide Martelo – “Cerco do Porto 1832/33, a cidade Invicta”.

Creio que a maioria dos presentes concordará que o séc. XIX é um dos mais complexos da História Portuguesa e em particular a sua 1ª metade.

De facto, durante o tempo de vida de D. Pedro, Portugal foi sucessivamente invadido por exércitos estrangeiros e conseqüentemente palco de confrontos significativos, situações que provocaram uma miríade de remoinhos de toda a ordem, não faltando uma Guerra Civil entre 1828 – 1834, a submissão à tutela Político-militar britânica, a adoção do liberalismo, o aceite do sistema constitucional monárquico e não esquecendo, não sendo muito bem esta ordem cronológica, a independência do Brasil. Anulada a ameaça francesa, Portugal chega em 24 de agosto de 1820 ao Pronunciamento Militar do Porto. Foi epicentro neste quartel onde nos encontramos. Portugal estava mergulhado numa crise política devido à proeminência estatutária do Brasil relativamente à metrópole, numa crise ideológica, com o absolutismo a ser contestado por largas frechas da sociedade, e uma crise militar. Pois os oficiais militares portugueses sucessivamente preteridos face aos Ingleses na progressão da carreira e no desempenho de funções e na estruturação da hierarquia.

Poder-se-á dizer que no centro desta conjuntura esteve o exército, omnipresente enquanto instituição de referência do sistema e identidade nacional e força motriz com o país, a seguir à morte de D. João VI em 1826, no conflito de poder entre os irmãos D. Pedro IV e D. Miguel I.

Forço esta asserção citando Oliveira Martins em “Portugal Contemporâneo” e passo a citar:

“As condições da nossa História faziam o contexto de 1820 das Revoluções Portuguesas, sem excluir a de 1832/34, fossem empresas militares – “o exército deixou de estar morto e passivo e como tal tornou-se perigoso”.

Em períodos como estes, sobressaem naturalmente personalidades que, em virtude das ideias e ações provocam um forte sentimento de respeito e empatia.

Ressalta assim D. Pedro, como uma figura cuja História de vida se constitui um caso de estudo por excelência na História Luso-Brasileira.

Esta excelente iniciativa vem assim salientar o aprofundamento da História de Portugal pelo seu importante contributo para o debate de ideias, estudos de ordem política, diplomática e militar.

A actuação de D. Pedro no quadro das relações ente as potências europeias do séc. XIX, em período fortemente influenciado pela independência dos Estados Unidos da América e pela proliferação e implementação das ideias advindos da revolução francesa, conjugado com o estatuto da sua personalidade enquanto Comandante Militar, sustentado na sua relação com os seus homens e na sua capacidade demonstrada de identificar e seleccionar personalidades de elevada competência e capacidade de liderança para o apoiar fornece ao historiador, elementos suficientes para a fundamentação deste caso de estudo.

A estranha ligação ao Porto por parte de D. Pedro e dos Liberais, possibilita à cidade e às instituições aqui sediadas, mais do que a nível nacional, condições ímpares para potenciar iniciativas com vista à aprovação do estudo e revisitação histórica deste período.

Neste sentido, reitero os meus sinceros parabéns pela iniciativa, e não gostaria de terminar esta curta intervenção, aproveitando a presença de ilustres personalidades nesta cerimónia, sem deixar expressa a vontade do exército em promover a sua desnutição do Museu Militar do Porto para o Quartel de S. Brás, antiga casa de reclusão da região Militar do Norte.

O museu Militar do Porto dispõe de um acervo diversificado relacionado com D. Pedro e a sua transferência permitiria enriquecer o conteúdo expositivo bem como obter padrões de qualidade superior em novas instalações, reforçando por sua vez a capacidade de inserção dos roteiros turísticos da cidade do Porto.

Devo referir que a ideia estava no papel, foi apresentada à tutela, sabemos que obteve a sua concordância, pelo que falta a mobilização local.

Ambição não nos falta, mas temos o discernimento suficiente para perceber que não sendo um projeto fácil, teremos de ser pacientes.

Os assuntos da cultura são lentos, mas sendo intemporais, os poucos passos que vão sendo dados serão relevantes para a preservação do património nacional.

Neste caso em particular para a cidade do Porto.

Muito obrigado pela atenção.

Reitero mais uma vez os meus sinceros parabéns pela vossa iniciativa.

Muito Obrigado

A n e x o 6

In <http://www.culturanoorte.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/>

Classificação de Património



A classificação é o ato final do procedimento administrativo através do qual se determina que um bem possui inestimável valor cultural e fica abrangido pelas formas de proteção e valorização previstas pela lei.

O procedimento de classificação aplica-se a bens móveis e imóveis e está previsto no **Título IV da Lei 107/2001** de 8 de setembro.

A classificação de bens imóveis está estabelecida pelo **Decreto-Lei 309/2009** e a classificação e inventariação de bens móveis está estabelecida pelo **Decreto-Lei 148/2015**. A lei prevê três graus de classificação: interesse nacional, interesse público e interesse municipal. A classificação de interesses nacionais e interesses públicos é uma competência do Estado e os procedimentos são conduzidos pela Direção Geral do Património Cultural em articulação com as Direções Regionais de Cultura. A classificação de interesses municipais é uma competência dos Municípios, antecedida de parecer da Direção Geral do Património Cultural.

Os bens culturais imóveis inscritos na Lista do Património Mundial integram, para todos os efeitos, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

Os pedidos de classificação de bens imóveis localizados na **região norte** devem ser dirigidos à Direção Regional de Cultura do Norte, mediante preenchimento do **Requerimento inicial do procedimento de classificação de bens imóveis**. Os elementos mais importantes de um pedido de classificação, são:

- a) Identificação, localização e descrição do bem, incluindo planta de localização e reportagem fotográfica;
- b) Identificação, sempre que possível, da propriedade, posse ou outro direito real de gozo;
- c) Fundamento do pedido.

A DRCN faz a apreciação do pedido ou proposta de classificação e elabora pareceres técnicos com propostas de classificação ou arquivamento e propostas de fixação de zonas especiais de proteção, que são enviados à Direção Geral do Património Cultural.

O artigo 17º da Lei 107/2001, estabelece os critérios genéricos de apreciação para a classificação ou inventariação:

- a) O carácter matricial do bem;
- b) O génio do respetivo criador;
- c) O interesse do bem como testemunho simbólico ou religioso;
- d) O interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos;
- e) O valor estético, técnico ou material intrínseco do bem;
- f) A conceção arquitetónica, urbanística e paisagística;
- g) A extensão do bem e o que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva;
- h) A importância do bem do ponto de vista da investigação histórica ou científica;
- i) As circunstâncias suscetíveis de acarretarem diminuição ou perda da perenidade ou da integridade do bem.

O artigo 21º do Decreto-Lei 309/2009, determina ainda que durante a instrução do processo de classificação deve ser documentado o interesse cultural relevante do bem, designadamente nos domínios histórico, paleontológico, arqueológico; arquitetónico,

artístico, etnográfico, científico, social, industrial, técnico. O interesse cultural relevante deve demonstrar, separada ou conjuntamente, valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade

Nos imóveis classificados com os graus interesse nacional e interesse público não poderá realizar-se qualquer intervenção ou obra, no interior ou no exterior, nem mudança de uso suscetível de o afetar, no todo ou em parte, sem autorização expressa e o acompanhamento do órgão competente da administração central.

Zonas de proteção

Os imóveis em vias de classificação gozam, por defeito, de uma zona geral de proteção de 50 metros contados a partir dos seus limites exteriores. Pode ainda ser fixada uma zona especial de proteção provisória, quando a zona geral de proteção se revele insuficiente ou desadequada. Contudo, a lei determina que estas zonas de proteção devem ser substituídas por uma zona especial de proteção com a extensão adequada à proteção e valorização do bem imóvel, a ser estabelecida em simultâneo com a decisão final do procedimento de classificação ou no prazo de 18 meses a contar da classificação do bem.

As zonas de proteção destinam-se a garantir que as intervenções ou obras que se pretendam realizar na envolvente dos imóveis classificados ou em vias de classificação, não põem em causa o enquadramento paisagístico e os contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com os imóveis uma relação interpretativa e informativa.

Nas zonas de proteção não podem ser concedidas licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cérceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente. As

zonas de proteção podem incluir zonas non aedificandi, onde é proibido qualquer tipo de construção.

- Mais informações em: <http://www.culturanorte.pt/pt/servicos/classificacao-de-patrimonio/#sthash.UUYwPEkS.dpuf>

A n e x o 7

Decreto 47200, de 15 de Setembro

In <https://dre.tretas.org/dre/254346/decreto-47200-de-15-de-setembro>

- Corpo emitente: Ministério do Exército - Repartição do Gabinete do Ministro
- Fonte: Diário do Governo n.º 215/1966, Série I de 1966-09-15.
- Data: 1966-09-15
- Documentos relacionados
- Secções desta página:
 - Sumário
 - Texto do documento
 - Anexos (pdf)
 - Ligações deste documento
 - Aviso

Sumário

Define a área dos terrenos confinantes com o Quartel de Santo Ovídio, na cidade do Porto, que fica sujeita a servidão militar.

Decreto 47200

Considerando a necessidade de garantir ao Quartel de Santo Ovídio, na cidade do Porto, as medidas de segurança indispensáveis à execução das funções que lhe competem;

Considerando a conveniência de ficarem bem definidas as limitações impostas por essa servidão militar;

Considerando o disposto nos artigos 1.º, 6.º, alínea b), 12.º e 13.º da Lei 2078, de 11 de Julho de 1955, e as disposições do Decreto-Lei 45986, de 22 de Outubro de 1964;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º Ficam sujeitos a servidão militar os terrenos confinantes com o Quartel de Santo Ovídio, na cidade do Porto, compreendidos num polígono de lados paralelos aos muros de vedação do Quartel e distando deles 30 m.

Art. 2.º A área descrita no artigo anterior fica sujeita a servidão particular, nos termos dos artigos

12.º e 13.º da Lei 2078, de 11 de Julho de 1955, sendo proibida, sem licença da autoridade militar competente, a execução dos trabalhos ou atividades seguintes:

- a) fazer construções de qualquer natureza, mesmo que sejam enterradas ou subterrâneas, ou fazer obras de que resultem alterações nas alturas dos imóveis já existentes;
- b) estabelecer depósitos permanentes ou temporários de materiais explosivos ou inflamáveis;
- c) montar linhas aéreas de energia elétrica ou de ligações telefónicas;
- d) haver permanência de semoventes e veículos na referida área.

Art. 3.º Ao Comando da 1.ª Região Militar compete, ouvida a Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares, conceder as licenças a que se faz referência no artigo anterior.

Art. 4.º A fiscalização do cumprimento das disposições legais respeitantes à servidão objeto deste decreto, bem como das condições impostas nas licenças, incumbe ao Comando da 1.ª Região Militar e à Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares.

Art. 5.º A demolição das obras feitas ilegalmente e a aplicação das multas consequentes serão da competência da delegação do serviço de fortificações e obras militares na 1.ª região militar.

Art. 6.º Das decisões tomadas nos termos do artigo 3.º cabe recurso para o Ministro do Exército; das decisões tomadas nos termos do artigo anterior cabe recurso para o comandante da 1.ª Região Militar.

Art. 7.º A área descrita no artigo 1.º será demarcada na planta da cidade do Porto, na escala de:

1:1000, organizando-se oito coleções com a classificação de «Reservado», que terão os seguintes destinos:

Uma ao Secretariado-Geral da Defesa Nacional.

Uma ao Estado-Maior do Exército (3.^a Repartição).

Uma à Comissão Superior de Fortificações.

Uma à Direção do Serviço de Fortificações e Obras Militares.

Uma ao Comando da 1.^a Região Militar.

Uma ao Ministério das Obras Públicas.

Duas ao Ministério do Interior.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 15 de Setembro de 1966.

NM